

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO BROTTTO NATÁRIO

*NORTHMANNIAE MONARCHIAM: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
DISTINTAMENTE NORMANDA NA GESTA NORMANNORUM DE DUDO DE
SAINT-QUENTIN (SÉC. X – XI)*

CURITIBA

2021

THIAGO BROTTTO NATÁRIO

*NORTHMANNIAE MONARCHIAM: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
DISTINTAMENTE NORMANDA NA GESTA NORMANNORUM DE DUDO DE
SAINT-QUENTIN (SÉC. X – XI)*

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre, Programa de Pós-
Graduação em História (PPGHIS), Setor de Ciências
Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Fátima Regina Fernandes Frighetto

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Natário, Thiago Brotto

Northmanniae monarchiam : a construção de uma identidade
distintamente normanda na *Gesta Normannorum de Dudo de Saint-Quentin*
(Séc. X-XI). / Thiago Brotto Natário. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Fátima Regina Fernandes Frighetto

1. Dudo, Reitor de St. Quentin, ativo 1030. 2. Normandia (França) -
História. 3. Idade média, 600-1500. 4. Legitimidade (Direito). 5. Normandos.
I. Fernandes, Fátima Regina, 1962-. II. Título.

CDD – 940.53



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **THIAGO BROTTTO NATÁRIO** intitulada: **NORTHMANNIAE MONARCHIAM: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DISTINTAMENTE NORMANDA NA GESTA NORMANNORUM DE DUDO DE SAINT-QUENTIN (SÉC. X - XI)**, sob orientação da Profa. Dra. FATIMA REGINA FERNANDES FRIGHETTO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 21 de Julho de 2021.

Assinatura Eletrônica

21/07/2021 19:19:12.0

FATIMA REGINA FERNANDES FRIGHETTO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

22/07/2021 09:55:28.0

ADRIANA MOCELIM

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/07/2021 16:48:23.0

OTÁVIO LUIZ VIEIRA PINTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 102295

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 102295

AGRADECIMENTOS

Início esta seção com um agradecimento à minha companheira de vida e de profissão, Janis Boiko da Rosa, que sempre me disse o quanto o ano dedicado à escrita de uma dissertação era um período solitário...eu só não poderia imaginar que seria em meio a uma pandemia. Os anos de 2020 e 2021 certamente serão estudados, analisados, dissecados por décadas à frente, e produzir conhecimento histórico neste conturbado momento foi ao mesmo tempo um privilégio e um grande desafio. Por isso agradeço muito à Janis e às nossas gatinhas, Zoey e Selina, que conseguiram transformar este momento no qual estivemos ilhados em nossas próprias casas em um tempo muito menos solitário. Agradeço em igual medida a meus pais, Sandra e Maurício, e a meu irmão, Matheus, que vêm me acompanhando e apoiando em todo este caminho que se iniciou na graduação, recebendo-me com braços abertos e um sorriso no rosto nos valiosos momentos em que pudermos estar juntos ao longo desses dois últimos anos.

Cabem enormes agradecimentos também a minha orientadora, Fátima Regina Fernandes, que atentamente ouve e auxilia minhas inquietações quanto à Normandia e à *Gesta Normannorum* há mais de seis anos. De um projeto de Iniciação Científica, passando pela Monografia e chegando nessa Dissertação de Mestrado foram muitas horas de riquíssima colaboração. Agradeço também aos professores Renan Frighetto e Otávio Luiz Vieira Pinto, que me acompanharam, ainda que indiretamente, do início ao fim deste projeto. Tanto o professor Renan, que compartilhou comigo inquietações acerca da política e sociedade normandas no primeiro semestre de faculdade, quanto o professor Otávio, que gentilmente me conduziu ao texto de Dudo de Saint-Quentin e às minhas primeiras referências bibliográficas, fizeram valiosas observações durante o processo de qualificação deste trabalho. Agradeço a ambos pela disposição em ler e arguir esta longa dissertação.

Meus sinceros agradecimentos também ao departamento de História da UFPR e ao que resta da estrutura da CAPES e do CNPQ, que me concederam a possibilidade de dedicar-me exclusivamente a este projeto durante o ano de 2020, algo cada vez mais raro em meio ao cenário de sucateamento e ataques à pesquisa no país. Agradeço, por fim, a todos os pesquisadores e pesquisadoras

cujos textos utilizei como referência e inspiração para este trabalho. A grande maioria deles, é razoável presumir, jamais lerá este texto, por conta da barreira linguística que nos separa, mas deram sua enorme contribuição a cada página dele. Espero, por fim, que a presente dissertação possa contribuir o mínimo que seja para pesquisas na área de história da Normandia e história medieval, pois é apenas a partir do esforço comunitário de milhares de pesquisadores e pesquisadoras que o saber historiográfico pode ser construído.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado propõe um estudo da *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin, escrita na corte ducal de Rouen, Normandia, entre os anos de 995 e 1015/1026. Ao longo das páginas deste trabalho, analisaremos a obra como integrante de um projeto de poder discursivo, que parte da vantajosa posição política dos duques normandos ao início século XI para cristalizar uma história legitimadora sobre o estabelecimento da Normandia e seus primeiros líderes. A partir da pena de Dudo de Saint-Quentin, Ricardo II (996 – 1026) e seus aliados da corte ducal rouennais apropriam-se do passado normando e exprimem-no em uma narrativa idealizada, que consolida a fundação de uma *gens* normanda com base na atuação política e militar dos três primeiros *princeps* rollonidas, atrelando discursivamente dinastia governante, território, *gens*, e *populus normanni*. Sendo assim, a presente dissertação parte do conceito da etnogênese e de análises sobre a criação de identidades medievais, bem como de um estudo do processo de consolidação política do ducado normando ao longo dos séculos X e XI, a fim de realizar uma aprofundada investigação da obra de Dudo de Saint-Quentin no que diz respeito à consolidação da *gens normannorum*. Em tal análise, buscamos compreender: as principais características desta *gens* normanda e como são derivadas do relato da atuação política dos líderes rollonidas na *Gesta*; como Dudo lida em sua narrativa com as características e feitos de tais líderes que fugiriam da retratação de um governante ideal; como transforma as falhas de Rollo e de Guilherme Espada-Longa em desafios a serem superados pela culminação do *princeps normannorum* ideal, o encomendador original da obra, duque Ricardo I; como Dudo enxerga e retrata as relações entre normandos e francos, construindo a identidade dos primeiros em oposição e justaposição aos últimos, argumentando por uma hegemonia bélica, política e espiritual normanda sobre seus vizinhos. Pretendemos, por fim, demonstrar como a *Gesta Normannorum* foi peça-chave no processo de etnogênese da *gens normannorum* ao início do século XI, criando uma *Normannitas* que serviu como ferramenta política para a arregimentação de lideranças e elites díspares em torno dos duques da dinastia rollonida, bem como para reivindicar sua hegemonia interna sobre a Normandia ante seus vizinhos e reis francos.

Palavras-chave: *Gens normannorum*. *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin. Etnogênese. Legitimação. Narrativa.

ABSTRACT

The present thesis proposes an analysis on Dudo of Saint-Quentin's *Gesta Normannorum*, written at the ducal court of Rouen, Normandy, at some point between 995 and 1015/1026. Throughout the pages of this thesis Dudo's work will be analyzed as an integral part of a discursive project of power, which is generated by the advantageous political position of the 11th century Norman dukes to crystallize a legitimizing history of Normandy's settlement and its first leaders. From Dudo of Saint-Quentin's writing Richard II (996 – 1026) and his allies at the Rouennais ducal court appropriated the Norman past and expressed it in the shape of an idealized narrative, which consolidates the founding of a Norman *gens* on the basis of the political and military action of the first three Rollonid *principes*, discursively binding the Norman dynasty, territory, *gens* and *populus*. Henceforth this thesis starts from the bases of ethnogenesis and analysis on the creation of medieval identity, as well as a study of the 10th and 11th century political consolidation of the Norman duchy, in order to conduct an in-depth investigation of Dudo's work regarding the consolidation of the *gens Normannorum*. In such analysis we seek to comprehend: the main characteristics of this Norman *gens* and how they derive from the *Gesta's* account of the Rollonid rulers' political actuation; how Dudo deals narratively with the characteristics and deeds of such leaders that were not pertinent to those of an ideal ruler; how he transforms Rollo and William Longsword's faults into challenges to be overcome by duke Richard I, Dudo's original patron and culmination of an ideal *princeps Normannorum*; how Dudo of Saint-Quentin sees and portrays Norman and Frank relations, elaborating the identity of the former in opposition and juxtaposition to the latter, arguing for a Norman military, political and spiritual hegemony over their neighbors. Lastly we intend on demonstrating how the *Gesta Normannorum* was key to the ethnogenesis process of the *gens normannorum* at the beginning of the 11th century, constructing a Norman identity as a political tool to congregate disparate leaderships and elites around the Rollonid dukes, as well as claim their internal hegemony over Normandy up against their Frankish neighbors and kings.

Key-words: *Gens Normannorum*. Dudo of Saint-Quentin's *Gesta Normannorum*. Ethnogenesis. Legitimation. Narrative.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 1 – OS MANUSCRITOS CONHECIDOS DA <i>GESTA NORMANNORUM</i> | 25 |
| FIGURA 2 – A NORMANDIA E SEUS VIZINHOS, C. 1027..... | 78 |
| FIGURA 3 – A DINASTIA ROLLONIDA | 78 |
| FIGURA 4 – POSSES DUCAIS NO NORTE DO COTENTIN (987 – 1087)..... | 110 |

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 GENS ET GESTA NORMANNORUM: IDENTIDADE NOBILIÁRQUICA E HISTORIOGRAFIA NA IDADE MÉDIA..... | 29 |
| 1.1 O PENSAMENTO HISTÓRICO E A TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA MEDIEVAL: ORDEM DO TEMPO, PROVIDENCIALISMO E RETÓRICA | 31 |
| 1.1.1 A ordem do tempo cristã | 31 |
| 1.1.2 História Universal e Providencialismo | 35 |
| 1.1.3 Dos mecanismos retóricos e narrativos da <i>Gesta Normannorum</i> | 39 |
| 1.2 A ETNOGÊNESE DE <i>GENTES</i> TARDO-ANTIGAS E SUA RELAÇÃO COM A HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL | 48 |
| 1.2.1 Etnogênese: Reinhard Wenskus, Escola de Viena, questionamentos e aplicações correntes do conceito..... | 43 |
| 1.2.2 A transformação dos conceitos de <i>gens</i> e <i>gentes</i> na Antiguidade Tardia..... | 54 |
| 1.2.3 <i>Gens et regnum francorum</i> | 58 |
| 1.2.4 <i>Gens</i> e a escrita da história: <i>origo gentis</i> | 60 |
| 1.3 POSSIBILIDADES DA <i>GESTA NORMANNORUM</i> ENQUANTO UM PROJETO DE PODER SOBRE A NORMANDIA | 65 |
| 1.3.1 A escrita da história e dinâmicas de poder na medievalidade | 65 |
| 1.3.2 A <i>Gesta Normannorum</i> pode ser considerada uma história dinástica? | 67 |
| 1.3.3 A quem dirigia-se Dudo de Saint-Quentin com a obra?..... | 70 |
| 2 A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA “MONARQUIA DOS NORMANDOS”: DAS INCURSÕES <i>VIKINGS</i> DE ROLLO AO DUCADO DE RICARDO II | 75 |
| 2.1 O INÍCIO DOS ASSENTAMENTOS <i>VIKINGS</i> NO VALE DO SENA E O <i>JARL HRÓLFR</i> (C. 911 – C. 928/933) | 79 |
| 2.1.1 O reino carolíngio ocidental e os estabelecimentos <i>vikings</i> no Loire e no Sena | 79 |
| 2.1.2 Rollo, Carlos, o Simples, e a concessão de Saint-Claire-sur-Epte | 82 |
| 2.2 O CONDADO ROUENNAIS DE GUILHERME ESPADA-LONGA (C. 928/933 – 942): EXPANSÃO TERRITORIAL E CRISE DINÁSTICA | 88 |
| 2.3 RICARDO I (942 – 996) | 94 |
| 2.3.1 A superação da crise dinástica e consolidação da Normandia | 94 |

| | | |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2.3.2 | A construção de uma ideia de <i>Normannitas</i> como ferramenta política | 97 |
| 2.3.3 | Os anos finais do ducado de Ricardo I | 102 |
| 2.4 | RICARDO II (996 – 1026)..... | 105 |
| 2.4.1 | As conturbadas relações entre Normandia e Inglaterra no início do século XI | 105 |
| 2.4.2 | A expansão da hegemonia normanda: a conquista da Baixa Normandia..... | 108 |
| 2.4.3 | A revitalização da rede monástica e a retórica da reconstrução da estrutura eclesiástica na Normandia..... | 109 |
| 2.4.4 | A chancelaria de Ricardo II e a “oficialização” do território normando | 120 |
| 2.4.5 | Dudo de Saint-Quentin: de cônego/emissário da Picardia à <i>capellanus</i> de Ricardo II | 123 |
| 3 | ROLLO E GUILHERME: PASSOS IMPERFEITOS E NECESSÁRIOS NA CONSTRUÇÃO IDEALIZADA DA <i>GENS NORMANNORUM</i>..... | 128 |
| 3.1 | ENTRE ENEIAS E CONSTANTINO: O FUNDADOR ROLLO E O INÍCIO DA JORNADA DA <i>GENS</i> NORMANDA EM DIREÇÃO À CRISTIANIZAÇÃO | 130 |
| 3.1.1 | Aproximações com a tradição tardo-antiga: a <i>gens</i> dácia e seu representante, o anti-normando Hasting | 130 |
| 3.1.2 | Rollo: o fundador da “nova Roma” normanda..... | 137 |
| 3.1.3 | O proto-cristão Rollo é guiado pela providência divina ao longo de sua jornada até a Normandia..... | 139 |
| 3.1.4 | A construção da hegemonia rollonida frente aos francos: a conquista militar da Normandia e a minimização da concessão de Saint-Clair-sur-Epte | 144 |
| 3.1.5 | O Rollo de Dudo ecoa Constantino, mas ainda é um governante imperfeito do território normando..... | 149 |
| 3.2 | GUILHERME ESPADA-LONGA: CONTINUIDADES E RUPTURAS | 153 |
| 3.2.1 | O <i>Planctus</i> pós-morte de Guilherme Espada-Longa e a construção de sua personagem ao longo <i>Gesta Normannorum</i> | 153 |
| 3.2.2 | De Rollo a Guilherme: continuidades e transformações da <i>gens normannorum</i> | 156 |
| 3.2.3 | Questionamentos internos à liderança do <i>princeps normannorum</i> : a revolta bretã e a rebelião <i>dacigena</i> de Riulf..... | 162 |
| 3.2.4 | O quase-santo <i>dux normannorum</i> de Dudo é adorado em um universo de múltiplas <i>gentes</i> cristãs..... | 167 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.2.5 A construção do martírio de Guilherme Espada-Longa | 170 |
| 4 A CONCRETIZAÇÃO DA NORTHMANNIAE MONARCHIAM E DA GENS NORMANNORUM NA NARRATIVA DE DUDO DE SAINT-QUENTIN..... | 175 |
| 4.1 A MENORIDADE DE RICARDO I: A <i>GENS NORMANNORUM</i> É CONVOCADA A SALVAGUARDAR SEU <i>PRINCEPS</i> | 175 |
| 4.1.1 A continuidade narrativa da sucessão rollonida e da interferência franca: o jovem Ricardo é mantido prisioneiro por Luís IV | 176 |
| 4.1.2 Conexões dácias: as hostes do rei Harold são garantidoras da hegemonia normanda..... | 182 |
| 4.2 O <i>PRINCEPS NORMANNORUM</i> RICARDO I: PROTETOR IDEALIZADO DA NORMANDIA | 185 |
| 4.2.1 A sábia juventude de Ricardo I: o realinhamento normando à casa robertiana e a invasão saxã | 187 |
| 4.2.2 Concretizado como o <i>princeps normannorum</i> ideal, o Ricardo I de Dudo lidera toda a Gália e derrota uma conflagração de inimigos francos | 190 |
| 4.2.3 A extirpação do paganismo dácio e a consolidação da <i>gens</i> cristã dos normandos | 195 |
| 4.3 UM MONUMENTO AO PRESENTE E AO FUTURO: A MORTE NARRATIVA DE RICARDO I E A CONTINUIDADE DE SUAS OBRAS..... | 202 |
| 4.3.1 A eulogia de Ricardo I e sua santificada passagem ao Reino dos Céus | 203 |
| 4.3.2 A continuidade da <i>gens normannorum</i> : Gunnor, Ricardo II e a atenuação da ascendência franca na linhagem normanda | 206 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 212 |
| REFERÊNCIAS | 218 |

INTRODUÇÃO

O principal objeto desenvolvido ao longo das páginas desta dissertação de mestrado é o projeto de poder apresentado pelos duques da Normandia (séc. X – XI) na encomenda e composição da *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin. Escrita e finalizada pelo cônego, oriundo do Vermandois, na corte normanda de Rouen em algum momento entre 1015 e 1026, a obra consiste em uma apropriação narrativa idealizada do passado normando, visando retratar os duques e sua *gens* como exemplares governantes cristãos do território normando e de seu *populus*. Acreditamos que tal projeto de poder da corte ducal do século XI, cristalizado no texto, passe pela consolidação da *gens normannorum*, uma identidade normanda atrelada às características e feitos de seus três primeiros governantes rollonidas, visando costurar uma associação inequívoca entre dinastia governante, território, *gens* e *populus* normandos.

Assim sendo, a principal problemática a ser desenvolvida ao longo deste trabalho centra-se na reflexão sobre como Dudo de Saint-Quentin constrói uma identidade de *gens normannorum* em três etapas, a partir de narrativas sobre os feitos de Rollo (911 – 928/933), Guilherme Espada-Longa (928/933 – 942) e Ricardo I (942 – 996), principalmente no que diz respeito a sua progressiva e divinamente avalizada superioridade militar e política sobre seus vizinhos e adversários no *regnum francorum*. Considerando que o duque Ricardo I, patrono original de Dudo e encomendador da obra, é o principal objeto da construção idealizada de um *princeps normannorum*, analisaremos a composição do autor para as figuras de Rollo e Guilherme como etapas imperfeitas, mas necessárias, na consolidação discursiva da dinastia normanda, de seu território e de sua identidade, por meio da narrativa do governo de Ricardo I.

Esta dissertação centra-se, portanto, nas seguintes indagações: é possível afirmar que a obra de Dudo de Saint-Quentin constrói e reflete uma identidade distintamente normanda? Como o autor constrói, ao longo da *Gesta Normannorum*, a liderança ainda imperfeita de Rollo e Guilherme Espada-Longa, sem que tais deficiências reflitam de forma negativa sobre a dinastia rollonida como um todo? Como o autor lida com o elemento “estrangeiro” e pagão da origem de Rollo e dos normandos? Quais aspectos falhos dos antecessores são mostrados como superados na atuação política de Ricardo I? Quais aspectos positivos são

combinados de seu pai e de seu avô para que Ricardo seja, no texto, o governante normando ideal, representante discursivo não só da dinastia rollonida, mas da *gens normannorum*? Como Dudo elabora, ao longo da obra, uma identidade normanda distinta e superior, em contraposição e justaposição a seus vizinhos e aos reis francos?

Nesse sentido, faz-se importante destacar que o tema da existência de tal identidade distinta, de uma *Normannitas*, vem sendo um dos principais tópicos de análise da historiografia sobre a Normandia ducal nos últimos anos. Entre os pesquisadores do tema subjaz uma espécie de consenso, atualmente, em analisar tal identidade pelo aspecto de sua construção política, uma vez que concepções textuais de *Normannitas* foram patrocinadas em diferentes momentos da história do ducado, cumprindo diferentes propósitos.

A historiadora inglesa Marjorie Chibnall, por exemplo, iniciou o prefácio de seu amplamente circulado *The Normans*¹ em 2000 com a afirmação direta: “O povo normando foi o produto, não do sangue, mas da história.”² Embora defenda que tal proposição seja válida, em algum sentido, para todos os povos, Chibnall ressalta o quanto a *gens normannorum* era composta de muitas outras *gentes*, unificada ao longo de sua história não necessariamente por um sentimento de conformidade étnica, mas por sua aliança a um governante normando³. Tais governantes, ao longo da história normanda, financiaram desde longas e elaboradas obras históricas a inúmeras escrituras e outros textos mais curtos, com o intuito de construir e externar tal senso de uma distinta e gloriosa *Normannitas*. No cenário de pesquisa contemporâneo, tal corpo de fontes provém um riquíssimo material para a análise da construção de tal processo ao longo dos séculos.

Embora exista atualmente certo consenso quanto ao aspecto de construção da identidade normanda, há também grande controvérsia no que diz respeito a sua temporalidade. A fim de sumarizar brevemente disputas que envolveram vários historiadores e estenderam-se ao longo de décadas, podemos olhar para a discordância entre Graham Loud, de um lado, apontando a existência de uma

¹ O livro foi publicado como parte da série *The Peoples of Europe*, da editora Blackwell Publishing, que conta com outros 25 títulos, de diversos outros autores, sobre francos, bretões, godos, etc.

² CHIBNALL, Marjorie. **The Normans**. Oxford: Blackwell Publishing, 2000, p. 3. *Tradução nossa*: “The Norman people were the product, not of blood, but of history”.

³ *Ibid*, p. 4.

identidade distintamente normanda no século XI, e Ralph Henry Carless Davis, do outro, defendendo a ocorrência de tal processo apenas no século XII.

Em seu livro de 1976, *The Normans and Their Myth*⁴, R.H.C. Davis argumenta que os normandos não detinham qualquer autoconsciência distinta ou consistente ao longo dos séculos X e XI, mas projetavam uma identidade que se esforçava para ser tão franca quanto a dos próprios francos⁵. Neste ponto, conforme será discutido mais a frente, Davis recebeu o endosso de vários outros autores no final do século XX e começo do XXI. Para ele, o mito do que significava ser normando não era um produto de Dudo de Saint-Quentin e da consolidação do ducado ao início do século XI, mas do declínio normando no século XII. Tal identidade teria sido, então, uma criação de Orderico Vital e de outros autores contemporâneos a ele, responsáveis também por retroprojetar tal autoconsciência distinta a sua abordagem dos dois séculos anteriores da história normanda⁶.

Graham Loud, por sua vez, em seu artigo de 1981 intitulado “The *Gens Normannorum* – myth or reality”, contrapôs os argumentos de Davis defendendo a existência de uma perceptível autoconsciência normanda na *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin e, dado o objeto desta dissertação, é sobre seus argumentos que nos deteremos em maior profundidade. Questionando a relevância da *História Eclesiástica* de Orderico Vital, levando-se em conta sua limitada circulação na própria Normandia, Loud sugere que o mito normando ao qual Davis referia-se existia, mas tratava-se de uma construção muito anterior, do início do século XI⁷. A fim de apoiar sua proposta da *Gesta Normannorum* como peça-chave neste processo, Loud destaca o quanto o texto de Dudo era amplamente conhecido na Normandia e na Inglaterra, responsável por criar uma longa tradição historiográfica normanda, com subsequentes autores revisando e complementando sua obra em um mesmo *framework* conceitual⁸.

⁴ DAVIS, Ralph Henry Carless. **The Normans and their myth**. Londres: Thames and Hudson, 1976.

⁵ VAN HOUTS, Elisabeth. **The Normans in Europe**. Manchester: Manchester University Press, 2000, p. 10.

⁶ Ibid.

⁷ LOUD, Graham A. The *Gens Normannorum*—myth or reality?. **Anglo-Norman Studies**, v. 4, 1981, p. 107.

⁸ Ibid. A obra de Dudo foi revisada e continuada por Guilherme de Jumièges, na segunda metade do século XI, e por Roberto da Turíngia, no século XII, ambos trabalhando sob o título *Gesta Normannorum Ducum*.

Quanto ao contexto dos séculos X e XI, Loud contesta a noção de uma suposta assimilação cultural normanda ao mundo e cultura francos, apontando que a obra de Dudo construiu uma noção de *dux* e *gens normannorum*, inserindo-os em uma tradição e um universo pré-existentes de várias *gentes*, dentre as quais os normandos seriam uma. A ênfase de Dudo e de seus continuadores em uma origem comum da *gens* normanda e em suas distintas características inatas, aponta o autor, não era algo a eles particular, mas uma tentativa de acomodar-se a um padrão conceitual comum tardo-antigo e medieval. A *Gesta Normannorum* consistiria em um esforço por parte de Dudo de Saint-Quentin, portanto, de, partindo de uma tradição histórica clássica, concatenar vários elementos distintos em uma única *gens normannorum*, dando-lhe uma origem e características de distinção⁹.

No campo historiográfico sobre a Normandia ducal, até o final do século XX e começo do XXI, o debate pareceu pender mais para as propostas de Davis do que de Loud. O extenso corpo de análises existente sobre a identidade normanda dedicou-se desproporcionalmente ao período das conquistas, após o século XI, analisando a existência de um “mito normando” na Inglaterra, Sicília e na Normandia do século XII. Ao mesmo tempo em que se prestou menos atenção a conformações políticas e culturais que dizem respeito ao século X e início do XI, estudos sobre o período estiveram muito presos a discussões entre duas imagens divergentes e irreconciliáveis do ducado: a perspectiva “escandinava” e a perspectiva “franca”.

A primeira destas, mais proeminentemente representada pela historiadora estadunidense Eleanor Searle, apontava para uma maior permanência de elementos políticos e culturais de origem escandinava do que franca nas primeiras décadas do ducado da Normandia. A autora defendia, portanto, que os normandos não somente eram claramente distintos de seus vizinhos francos, mas orgulhavam-se em demonstrar sua vitoriosa herança *viking*¹⁰ como marca de tal distinção. Em seu clássico artigo de 1984, “Fact pattern in heroic history: Dudo of Saint-Quentin”,

⁹ Ibid. p. 111-113.

¹⁰ Conforme aponta Johnni Langer em sua entrada no *Dicionário e Cultura da Era Viking*, “*viking*” é um termo aplicado pela historiografia com dois sentidos principais: o primeiro, étnico, como um sinônimo para qualquer habitante da Escandinávia durante a chamada Era Viking; e, um segundo, ocupacional, referindo-se a atuações náuticas e militares de alguns nórdicos. LANGER, Johnni. Viking. In: LANGER, Johnni (Org.). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. 1 ed. São Paulo: Hedra, 2017, p. 706-718. No escopo desta dissertação, nos utilizaremos do termo para fazer referência aos grupos nórdicos que atuaram cultural e militarmente na *Francia* e na Inglaterra durante o período, exercendo atividades de pilhagem e pirataria. Para definições de cunho mais étnico e identitário reservaremos os termos “escandinavo” e “nórdico”.

Searle caracteriza a *Gesta Normannorum* como um poema de vitória cantado na tradição escandinava para os antigos estabelecedores do território e para os recém-chegados¹¹. Para ela e outros adeptos da corrente escandinava, então, o estabelecimento *viking* na região tivera impactos profundos e duradouros sobre as estruturas políticas e sociais da antiga Neustria e posterior Normandia. E, embora muitos autores e autoras tenham seguido os pressupostos de Searle ou, ao menos, levado-os em conta para balancear e complementar a corrente franca, esta última manteve-se predominante nos estudos da Primeira Normandia¹² ao longo de toda a segunda metade do século XX.

Esta escola de pensamento, por sua vez, defende uma continuidade social, cultural e institucional do século X normando para com o passado carolíngio, enxergando o estabelecimento *viking* como uma fugaz mudança apenas no nível da governança, que logo deu lugar a uma continuidade de longo prazo com práticas políticas francas¹³. David Bates, Jean Yver e Lucien Musset são alguns dos mais proeminentes proponentes de tal perspectiva, enxergando um abandono de uma distinta identidade escandinava, por parte da elite normanda, em favor da assimilação ao mundo franco¹⁴. Elisabeth Van Houts, outro dos nomes mais importantes do estudo da história normanda, propôs na introdução de seu *The Normans in Europe* (2000) a aceitação do modelo da continuidade, ainda que ressaltando a profunda autoconsciência de uma herança escandinava que a elite normanda continuava a demonstrar até o século XI¹⁵.

A *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin, por sua vez, como a primeira longa narrativa produzida na Normandia sobre o passado normando, foi analisada e entendida de forma dissonante por ambos os lados do debate. Enxergada por Searle e outros pesquisadores como claro produto de uma tradição de sagas escandinavas, foi também analisada por Felice Lifshitz, Leah Shopkow e

¹¹ SEARLE, Eleanor. Fact and pattern in heroic history: Dudo of Saint-Quentin. *Viator*, v. 15, p. 119-138, 1984.

¹² Adotamos “Primeira Normandia” como uma tradução livre para o termo ‘*Early Normandy*’, extremamente comum em língua inglesa, mas de difícil tradução ao português. Na historiografia, o termo é amplamente utilizado para referir-se a primeira fase de estabelecimento e consolidação do ducado da Normandia, que estende-se do início do século X até a segunda metade do XI.

¹³ CROSS, Katherine Clare. *Enemy and ancestor: viking identities and ethnic boundaries in England and Normandy, c. 950-c. 1015*. Tese de Doutorado. UCL (University College London), Londres, 2014. Disponível em: < <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1417574/>> Acesso em: 10 ago. 2021, p. 24.

¹⁴ VAN HOUTS, *op. cit.*, p. 8-9.

¹⁵ *Ibid.*

outros como profundamente conectada a uma tradição historiográfica e hagiográfica carolíngia. Loud, nos anos 1980, e Ewan Johnson mais recentemente em 2006¹⁶, por outro lado, propuseram uma mudança conceitual e metodológica na análise da obra de Dudo, enxergando-a não como a *expressão* de uma cultura franca ou escandinava, mas como componente chave em um processo de etnogênese conduzido pela corte normanda e escorado em uma tradição historiográfica pregressa.

Faz-se importante observar e destacar, então, que embora muito tenha sido pesquisado em anos e décadas recentes sobre o tópico da identidade normanda, tal corpo de análises raramente dialogou com e apropriou-se do campo de estudos muito mais debatido e desenvolvido sobre a etnogênese de povos “bárbaros”. Nesse sentido, o campo de estudos sobre a Primeira Normandia ducal parece frequentemente dividido entre as fronteiras de uma tradição historiográfica e outra, entre os estudos da chamada Era *Viking*¹⁷ e da Cristandade Latina, por exemplo; entre a historiografia sobre a desestruturação política do *regnum francorum* carolíngio, o contexto da *Danelaw* e formação do reino inglês e as relações anglo-normandas após 1066; por fim, entre a etnogênese das *gentes* tardo-antigas e a expansão da cristandade ao fim da Idade Média.

Conforme apontou Katherine Cross em sua tese de 2014, *Enemy and ancestor: Viking identities and ethnic boundaries in England and Normandy, c. 950-c. 1015*, concepções modernas de etnicidade exerceram um lento impacto na historiografia constituída sobre a Normandia, uma vez que o campo dividiu-se entre duas discussões distintas sobre etnicidade na Idade Média. Enquanto uma delas tem mais a ver com percepções sobre a fronteira no contexto dos conflitos e contatos nos limites da Cristandade durante e após as Cruzadas, a outra é o debate sobre a etnogênese, que enfatizou o aspecto de agência, intencionalidade e instrumentalização envolvidas na conformação de identidades étnicas¹⁸. No que pese a lentidão de tal impacto apontada por Cross, acreditamos que a década de

¹⁶ JOHNSON, Ewan. Origin myths and the construction of medieval identities: Norman chronicles 1000-1100. In: CORRADINI, Richard et al. **Texts and Identities in the Early Middle Ages**, vol. 12. Viena: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2006, p. 153-164.

¹⁷ Conceitualizado como um período de irrupção e atividade do Norte nas terras mais ao sul da atual Europa, a Era *Viking* é comumente balizada entre 800 e 1100 d.C., com autores diferentes propondo pontos de início e fim divergentes para o período. LANGER, Johnni. Viking. In: LANGER, Johnni (Org.). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. 1 ed. São Paulo: Hedra, 2017, p. 212-220.

¹⁸ CROSS, *op. cit.*, p. 34-36.

2010 tenha sido marcada por uma grande complexificação no entendimento da Primeira Normandia e da *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin.

Como um dos trabalhos mais importantes neste sentido podemos citar o artigo “Early Normandy”, de Lesley Abrams¹⁹, que aponta para um cenário mais diverso e disputado quanto ao estabelecimento escandinavo da Normandia no século X. “The politics of being Norman in the reign of Richard the Fearless, Duke of Normandy (r. 942 - 996)”, de Fraser McNair²⁰, por sua vez, traz uma riquíssima análise sobre a promulgação de uma identidade normanda como ferramenta política durante o governo de Ricardo I. Outras pesquisas recentes essenciais para este trabalho são a própria tese de Katherine Cross, um longo e profundo estudo comparativo sobre identidades *vikings* na Normandia e Inglaterra ao longo dos séculos X e XI; a tese de 2017 *Legitimacy through Literature: Political Culture in Early Eleventh-Century Rouen* de Corinna Matlis²¹, que traz uma importante análise de representações literárias da elite normanda na obra de Dudo e demais textos rouennais do período; enquanto isso, a dissertação de mestrado *Ethnopoiesis in Early Normandy*²² traz discussões teóricas interessantes e incorpora estudos de etnogênese, embora peque pela pouca profundidade de análise contextual e narrativa da obra de Dudo.

Entendemos, assim, que a presente pesquisa tenha a contribuir para a renovação das análises sobre a *Gesta Normannorum* e a Primeira Normandia, propondo um amplo estudo do texto como produto de um processo de etnogênese conduzido pela corte ducal em um período de consolidação da autoridade rollonida sobre o território. Dentro de um escopo de história política e história do poder, enfocamos a auto-percepção projetada pela corte rouennais no século XI, bem como sua utilização como ferramenta de poder neste contexto. Propomos, assim, a compreensão da etnogênese dos séculos X e XI não como a identidade normanda

¹⁹ ABRAMS, Lesley. Early Normandy. In BATES, DAVID (Ed.) **Anglo-Norman Studies XXXV: Proceedings of the Battle Conference 2012**. Suffolk: Boydell Press, 2013, p. 45-66.

²⁰ MCNAIR, Fraser. The politics of being Norman in the reign of Richard the Fearless, Duke of Normandy (r. 942 - 996). In: **Early Medieval Europe 2015** vol. 23, ed. 3, p. 308-328. Hoboken: John Wiley & Sons Ltd. 2015.

²¹ MATLIS, Corinna Maxine Carol. *Legitimacy through Literature: Political Culture in Early Eleventh-Century Rouen*. Tese de Doutorado. Cornell University, Ithaca, 2017. Disponível em: <<https://ecommons.cornell.edu/handle/1813/51650>> Acesso em: 10 ago. 2021.

²² SHELTON, Graham. *Ethnopoiesis in Early Normandy*. Tese de Doutorado. Appalachian State University, Boone, 2018. Disponível em: <https://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Shelton%20Thesis_Summer%202018.pdf> Acesso em 10 ago. 2021.

existente por toda a história do ducado, mas como *uma* identidade normanda, construída em um ambiente político específico, fruto de um projeto de poder conduzido por um grupo nobiliárquico.

Faz-se necessário ressaltar, contudo, que também propomos esta dissertação como fazendo parte dos esforços historiográficos contemporâneos para a complexificação do entendimento de textos medievais. Propomos, assim, uma análise da obra de Dudo de Saint-Quentin que leve em conta o contexto político de seu período de produção, mas não a fim de enxergá-la como uma simples peça de “propaganda” por parte da corte rouennais. Entendemos que realidades de escrita e recepção de obras medievais são muito mais complexas do que isso e buscamos, dentro dos limites impostos pelo formato de uma pesquisa de mestrado, analisar o texto em seus aspectos de construção retórica e narrativa, seu estilo de composição e possíveis cenários de leitura/recepção em seu devido contexto de origem.

Julgamos possível, além disso, construir a partir desta pesquisa reflexões úteis acerca do nosso presente. Se seguirmos a análise traçada por François Hartog em seu *Regimes de Historicidade*²³, estamos vivendo na era do Presentismo, uma época de desvalorização do campo de experiências e aniquilação do horizonte de expectativas. Pensando nisso, e sempre admitindo que todo e qualquer trabalho historiográfico parte e é moldado por seu contexto de origem, o presente deste primeiro quarto de século XXI é um de profunda desconfiança quanto ao conhecimento, à cultura e, principalmente, à ciência. Sendo assim, toda análise historiográfica que parte deste presente momento tem o peso e a tarefa de constituir-se como uma resposta a esta era de negacionismo, que constantemente projeta sobre o passado suas crenças e valores imediatistas. Como historiadores vivendo em tal momento, de dominação do presentismo sobre o passado e o futuro, não podemos nos fugir de defender, no âmbito da pesquisa e do ensino, o potencial da análise histórica como formadora de uma consciência crítica sobre o presente.

Pensando nisso, o presente trabalho tem entre seus objetivos a constituição e exposição de uma análise sobre a conformação de identidades na Idade Média, destacando sua instrumentalização política que visava à obtenção e manutenção de poder por parte de um grupo dominante. A partir desta discussão sobre a construção

²³ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. São Paulo: Autentêntica, 2013.

de uma identidade normanda como instrumento de poder, pretendemos contribuir também para o debate sobre o uso ideológico do passado e da memória como ferramentas de legitimação de poderes estabelecidos no presente.

É possível afirmar que contribuiremos também com esforços correntes de desconstrução de uma visão glorificada e idealizada dos diversos grupos nórdicos/*vikings* como invasores e estrangeiros, um outro sempre externo e conflituoso. Embora tal estereotipificação se consolide cada vez mais no imaginário popular, a partir de sua representação na indústria cultural, a *Gesta Normannorum* e os estudos realizados acerca da história normanda ilustram um momento no qual descendentes de conquistas *vikings* buscaram mudar tal percepção, que pairava sobre eles advinda de seus vizinhos. Ao contrário do que pode se imaginar a partir da imagem comum de uma alteridade distante, os normandos buscaram na singularidade de seu passado pagão/*viking* a construção de pontes e de um estabelecimento mais firme dentro da estrutura de poder franco-cristã, aproveitando-se dela sem nunca abrir mão de sua reivindicação por uma identidade própria.

Ainda, julgamos importante o estudo da etnogênese como forma de desconstruir percepções ainda muito fortes sobre identidades étnicas como compostas majoritariamente por fatores unitários biológicos ou sanguíneos. Demonstrar que a composição de uma identidade normanda foi um processo histórico nos ajuda a problematizar e questionar reflexões estanques acerca das identidades “bárbaras” como oriundas de uma única matriz germânica, ignorando as inúmeras influências, trocas e interseções de tais *gentes*. Frequentemente influenciadas por sentimentos sócio-políticos internos, as histórias nacionais na Europa são muitas vezes utilizadas como formas de exaltar a singularidade e o pioneirismo de uma nação em relação às demais, instrumentalizando a história em debates e posicionamentos de cunho nacionalista.

É válido destacar também que estudos como este, que analisam temas bastante caros à historiografia europeia integram um esforço mais amplo de inserção dos debates que tomam lugar no Brasil em uma escala mais global, buscando uma maior valorização e relevância da Academia brasileira. Grupos como o NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos), no qual este trabalho está inserido, e o NEVE (Núcleo de Estudos *Vikings* e Escandinavos), vêm se destacando no cenário internacional nos últimos anos por suas complexas análises de História Antiga e Medieval.

Sendo assim, consideramos relevante a presença de análises sobre a *Gesta Normannorum* e sobre a Primeira Normandia no contexto acadêmico brasileiro, uma vez que o tema encontra-se praticamente inédito em língua portuguesa. Além da monografia de 2017, escrita pelo autor deste trabalho²⁴, focada na legitimação da governança dos duques normandos por meio da *Gesta Normannorum*, fomos capazes de mapear apenas dois outros trabalhos: uma monografia de 2012²⁵, intitulada “O medo do mar e as tensões entre cristãos e normandos no relato de Dudon de Saint Quentin e suas relações com o imaginário coletivo medieval durante o ano 1000”, e um artigo de 2020 de Matheus Brum Domingues Dettmann²⁶, sobre as conexões francas e escandinavas em território normando durante a infância de Ricardo I.

Encaminhando esta introdução para questões mais práticas, passamos para uma breve tipologia da *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin e da edição da obra que utilizamos nesta pesquisa. Antes, a fim de melhor situar o leitor, é válido dizer que o texto da *Gesta* é dividido em quatro partes principais, ou quatro livros, conforme a clássica edição de Jules Lair: a primeira é dedicada a uma espécie de metonímia *viking*, o pagão sanguinário Hasting, que serve como contraste para a bondade e piedade encontrada nas outras três partes, dedicadas aos primeiros governantes normandos da dinastia rollonida: Rollo, Guilherme Espada-Longa e Ricardo I.

O estudo referência no que diz respeito à tradição manuscritural da *Gesta Normannorum* ainda é um texto de 1984 de Gerda Huisman, intitulado “Notes on the Manuscript Tradition of Dudo of St-Quentin’s *Gesta Normannorum*”²⁷. Nele, Huisman defende que, embora a obra seja mais conhecida sob o título *De Moribus et Actis*

²⁴ NATARIO, Thiago B. ““Como Lobos Sobre Cordeiros”: a *Gesta Normannorum* de Dudo de St-Quentin e a Construção Retórica de uma Hegemonia Bélica, Política e Espiritual dos Duques da Normandia nos Séculos X e XI”. Monografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: < http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2017/12/Monografia_final.pdf > Acesso em 10 ago. 2021.

²⁵ STANISLOSOKI, Maikelly. O medo do mar e as tensões entre cristãos e normandos no relato de Dudon de Saint Quentin e suas relações com o imaginário coletivo medieval durante o ano 1000. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/66956>>. Acesso em 10 ago. 2021.

²⁶ DETTMAN, Matheus B. R. De Bayeux a Laon: Ricardo, O Destemido e a construção de alianças políticas com escandinavos e francos. *Scandia*, n. 3, p. 595-624, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/scandia/article/view/53705/31302>> Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁷ HUISMAN, Gerda C. Notes on the Manuscript Tradition of Dudo of St Quentin's *Gesta Normannorum*. In: BROWN, R. Allen (Ed). **Anglo-Norman Studies VI: Proceedings of the Battle Conference 1983**. Suffolk: Boydell Press, 1984, p. 122-135)

Primorum Normanniae Ducum (“Dos Feitos e Atos dos Primeiros Duques da Normandia”), tal título trata-se de uma paráfrase feita com base na carta dedicatória de Dudo a Adalbero de Laon que prefacia a obra, não do nome pelo qual era identificada em sua época²⁸. Segundo a autora, os manuscritos do texto que fornecem um título chamam-na de *Historia* ou *Gesta Normannorum*, sendo este último utilizado pelos dois manuscritos mais antigos da obra, oriundos do século XI. Huisman propõe, e seguimos sua proposição ao longo desta dissertação, a substituição do longo título parafraseado por *Gesta Normannorum*.

A paráfrase *De Moribus* serviu como título para a primeira reedição e impressão da obra de Dudo na Idade Moderna, em 1615, integrando uma coletânea de obras da historiografia normanda organizada pelo geógrafo e historiador francês André Duchesne. Segundo Huisman²⁹, em sua introdução à coleção Duchesne afirma ter usado dois manuscritos para sua edição, um que sobrevive até hoje e outro cujo paradeiro é desconhecido. Sobre este segundo manuscrito, sabemos apenas que Duchesne o emprestou de François d’Amboise e que ele não continha os poemas que intercalam o texto, presentes em vários outros manuscritos, contendo comentários laudatórios, muitas vezes em tom profético, sobre o conteúdo da prosa.

Em 1865, Jules Lair organizou uma segunda edição desta mesma coletânea, que mantém o título proposto por Duchesne e trata-se da edição em latim mais conhecida e utilizada do texto até os dias atuais. Mais interessado na reabilitação da obra de Dudo como uma fonte histórica confiável do que na tradição manuscritural, o autor conhecia dez manuscritos, sete dos quais utilizou para sua edição³⁰. Lair, nos conta Huisman³¹, considerava todos os textos defeituosos e, por isso, julgou impossível basear sua edição em apenas um manuscrito, escolhendo os trechos mais legíveis dentre os manuscritos que utilizou. A autora pondera que a edição de Lair demonstra uma série de imprecisões: leituras defeituosas, atribuições de variantes aos manuscritos errados, leituras não presentes em qualquer manuscrito e omissões significativas.

²⁸ Ibid, p. 122.

²⁹ Ibid, p. 123.

³⁰ Ibid, p. 123-124.

³¹ Ibid, p. 124.

Como dito anteriormente, a pretensão tanto de Duchesne quanto de Lair era a de promover a reabilitação do texto de Dudo como uma fonte confiável para o estudo do século X normando. No entanto, um estudo realizado por Henry Prentout em 1915, *Étude critique sur Dudon de Saint-Quentin et son histoire des premiers ducs normands*, se propôs a demonstrar as imprecisões históricas da fonte e sua alta carga de fabricações. Prentout argumentou pela impossibilidade de se estudar o contexto de estabelecimento da Normandia a partir da *Gesta Normannorum*, perspectiva que manteve-se predominante por boa parte do século XX. Mais recentemente, entretanto, principalmente a partir dos anos 2000, a *Gesta Normannorum* voltou a ser muito analisada pela historiografia sobre a Primeira Normandia, visando à análise não do período ao qual a obra se refere, o século X, mas do seu contexto de produção, o início do século XI e a consolidação do poder ducal na Normandia.

No que diz respeito aos manuscritos sobreviventes da *Gesta Normannorum*, Gerda Huisman³² mostra que, atualmente, sabemos da existência de quinze: quatro datam do século XI; seis são do século XII; dois do século XIII; e três são mais tardios, datando dos séculos XV, XVI e XVII, respectivamente. Segue abaixo a tabela dos manuscritos identificados pela autora que, até onde sabemos, permanece um retrato atual da tradição do texto.

³² Ibid.

FIGURA 1 – OS MANUSCRITOS CONHECIDOS DA *GESTA NORMANNORUM*

| | 11th century | 12th century | 13th century | 15th century | 16th century | 17th century | dedicatory letter | poems | complete text | additional version |
|---------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|-------|---------------|--------------------|
| (Alençon, Bibliothèque Municipale 20) | | | x | | | | ? | ? | ? | ? |
| Antwerp, Museum Plantin-Moretus 17.2 | | x | | | | | x | x | | |
| Berlin, Deutsche Staatsbibliothek Philipps 1854 | x | | | | | | x | x | x | x |
| Berne, Burgerbibliothek Bongars 390 | x | | | | | | | | x | |
| Cambridge, Corpus Christi College 276 | x | | | | | | x | x | | |
| Cambridge, University Library Mm. 5. 17 | | | x | | | | | | x | x |
| Douai, Bibliothèque Municipale 880 | | x | | | | | x | | | |
| Leiden, Universiteitsbibliotheek Voss. Lat. F. 47 | | | | | x | | x | | x | |
| London, British Library Cotton Claudius A xii | | x | | | | | | | x | x |
| London, British Library Cotton Nero D viii | | | x | | | | x | x | x | x |
| London, British Library Harley 3742 | | | | x | | | x | | x | |
| London, British Library Royal 13. B. xiv | | x | | | | | x | x | x | x |
| Oxford, Bodleian Library R. James 28 | | | | | | x | — | — | — | — |
| Paris, Bibliothèque Nationale n.a.l. 1031 | | x | | | | | | | | |
| Rouen, Bibliothèque Municipale Y 11 | x | | | | | | x | x | x | (x) |

FONTE: HUISMAN (1984)³³

Os manuscritos, ainda seguindo o estudo de Huisman³⁴, possuem algumas variações significativas entre si. Enquanto quatro deles sobrevivem incompletos, por conta da perda de várias folhas, nove dos manuscritos contém os poemas que intercalam o texto, enquanto seis oferecem apenas a prosa. Citando que cinco dos dez manuscritos oriundos dos séculos XI e XII omitem tanto os poemas quanto a carta dedicatória, Huisman³⁵ aventa a possibilidade de que estas duas versões tenham existido desde muito cedo na tradição do texto. Neste sentido, um manuscrito da primeira metade do século XI é bastante significativo, uma vez que oferece um link entre os manuscritos com e sem poemas: sinais que se assemelham a marcas de parágrafos, feitas pelo escriba, ocorrem em quase todos os pontos do texto onde outros manuscritos contêm poemas, como em preparação para uma adição posterior da carta e dos poemas. Huisman³⁶ chega a especular que o próprio

³³ Ibid, p. 122.

³⁴ Ibid, p.124-125.

³⁵ Ibid, p. 125-126

³⁶ Ibid, p. 135.

Dudo de Saint-Quentin teria composto a versão em prosa em 1015 e teria subsequentemente expandido sua obra com os poemas e com a carta em uma data posterior, mas tal proposição é muito difícil de verificar.

De qualquer forma, é notável que o rebuscado estilo latino de Dudo e a constante mistura entre prosa e poesia tenham apresentado problemas aos copistas do texto. Alguns apenas escreveram as palavras sem distinguir entre prosa e poesia, enquanto outros encontraram soluções visuais mais agradáveis, como, por exemplo, a escrita das linhas de poesia em uma caligrafia menor³⁷. Não obstante, o fato de que dez manuscritos sobrevivem dos séculos XI e XII, tanto de origem normanda como inglesa, indicam que a *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin continuava a ser lida e copiada mesmo após a composição da *Gesta Normannorum Ducum* de Guilherme de Jumièges, que revisou e expandiu o texto³⁸. É oriundo de Jumièges, inclusive, um manuscrito da segunda metade do século XI que será discutido mais a frente, pela possibilidade aventada por alguns autores de que ele continha espaços e rascunhos reservados à inserção posterior de iluminuras.

Para a análise do texto, nos utilizamos primariamente de uma tradução da *Gesta Normannorum* para o inglês feita pela historiadora estadunidense Félice Lifshitz, disponível integralmente na ORB Online Library. Para eventuais consultas ao texto em latim, utilizamos a versão editada pela própria Lifshitz e disponível na plataforma online *bibliotheca Augustana*, mantida pela *Fachhochschule Augusburg – University of Applied Sciences*. Ambas as versões foram compostas por Lifshitz com base no manuscrito de Fécamp, que contém tanto os poemas quanto a carta dedicatória endereçada a Adalbero de Laon, importante para nossa análise por conter a visão de Dudo sobre o que teria motivado o duque Ricardo I a encomendar a escrita da obra, além de suas próprias intenções ao aceitá-la.

Utilizamos-nos também, como fonte secundária, do *Planctus* (uma espécie de poema de luto) de Guilherme Espada-Longa, escrito não muito após sua morte, provavelmente em 943. Segundo afirma Robert Helmerichs na introdução à edição do texto que o mesmo publicou integralmente online, há dois manuscritos conhecidos do *Planctus*, um na Biblioteca de Clermont-Ferrand, França e outro na

³⁷ Ibid, p. 134.

³⁸ Ibid, p. 135.

Biblioteca Mediceo-Laurenziana de Florença, Itália, sendo que ambos datam do início do século XI e parecem derivar de uma versão anterior, que não sobreviveu³⁹.

Ainda segundo Helmerichs, o manuscrito de Florença tem versos a mais que o de Clermont-Ferrand, mas ambos parecem estar com trechos ausentes. Reconhecemos, portanto, que o estudo do *Planctus* é dificultado pela natureza incompleta dos manuscritos, e o utilizaremos de forma periférica, contrastando alguns de seus trechos com a imagem de Guilherme Espada-Longa construída na *Gesta Normannorum*. No *website* que abriga a publicação, Robert Helmerichs disponibiliza diferentes transcrições de ambos os manuscritos, fotos dos mesmos (incluindo *close-ups* de todos os dezoito versos), edições anteriores, traduções em alemão e em inglês, com mais de uma versão traduzida dos mesmos versos⁴⁰. Utilizaremos principalmente as traduções feitas por Helmerichs, analisando as demais traduções e versões em latim para eventuais consultas pontuais.

Ainda sobre versões e traduções, é válido notar nesta Introdução que ao longo de todo o trabalho trouxemos trechos da *Gesta Normannorum* (e de outros textos) traduzidos para o português no corpo do texto, com a versão original citada em nota de rodapé. Além disso, optamos por aportuguesar os nomes dos duques e outros importantes personagens quando suas versões em português são comuns (ex: William – Guilherme, Richard – Ricardo, Riulf – Rodolfo). Em outros casos, quando a tradução para o português é incomum ou muito diferente do original, optamos pela manutenção da grafia inglesa ou francesa (ex: Rollo - Rolão, Rouen - Ruão, Ethelred - Etelredo).

Por fim, a divisão estrutural desta dissertação deu-se em quatro capítulos, com vários sub-capítulos e sub-tópicos. O primeiro capítulo, “*Gens et Gesta Normannorum*: identidade nobiliárquica e historiografia na Idade Média”, é o trecho de maior carga teórica do trabalho, no qual trazemos um debate e conceituação de etnogênese, um breve histórico dos conceitos de *gens/gentes* ao longo da Antiguidade Tardia, definimos os conceitos de *inventio* retórica e narrativa e o que entendemos por providencialismo e ordem do tempo cristã, além de uma breve discussão sobre possíveis propósitos de escrita e recepção da *Gesta Normannorum*. O segundo capítulo, intitulado “A construção política da “Monarquia dos Normandos”:

³⁹ HELMERICHS, Robert (Ed). *the planctus for william longsword*. Disponível em: <<http://vlib.iue.it/carrie/documents/planctus/planctus/index.html>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

⁴⁰ *Ibid.*

das incursões *vikings* de Rollo ao ducado de Ricardo II”, por sua vez, traz uma discussão contextual sobre o estabelecimento da autoridade rollonida sobre Rouen e seus entornos, bem como sua expansão sob Guilherme Espada-Longa e Ricardo I e consolidação sob Ricardo II, contexto do qual a *Gesta* origina-se. Por fim, o terceiro capítulo “Rollo e Guilherme: passos imperfeitos e necessários na construção idealizada da *gens normannorum*” analisa a construção narrativa dos dois primeiros governantes normandos na *Gesta Normannorum*, enquanto o quarto, “A concretização da *Northmanniae Monarchiam* e da *gens normannorum* na narrativa de Dudo de Saint-Quentin” discorre sobre a conclusão da construção e cristianização da *gens* normanda sob seu *princeps* idealizado, Ricardo I, no relato do cônego do Vermandois.

1 *GENS ET GESTA NORMANNORUM*: IDENTIDADE NOBILIÁRQUICA E HISTORIOGRAFIA NA IDADE MÉDIA

Ao longo das últimas décadas, esforços para a compreensão da construção de identidades nobiliárquicas na Idade Média têm se beneficiado de extensas análises sobre os conceitos de *gens/gentes* e *regnum/regna*, bem como sua formação e transformação nos ambientes sócio-políticos tardo-antigos e medievais. Da segunda metade do século XX em diante, os estudos nesta área observaram uma grande complexificação do entendimento acadêmico no que diz respeito às etnicidades e aos povos do período, bem como às obras historiográficas que foram produto deste contexto e que tiveram participação ativa na construção e propagação de tais identidades, ao conferir a sua *gens* um passado comum.

Atualmente, sob a égide da etnogênese⁴¹ e de outros modelos explicativos contemporâneos que lidam com a etnicidade, os estudos na área têm se voltado não mais à busca pela origem dos povos, como se fossem unidades estáticas, mas a suas transformações ao longo do tempo⁴². Mantendo em mente que as *gentes* tardo-antigas e medievais foram grupos formados por tradição em vez de descendência biológica, as pesquisas atuais têm buscado percebê-las como comunidades políticas em construção, investigando sua fundamental relação com os *regna* que constituíram e, também, as identidades que buscaram formatar e projetar⁴³. Em outras palavras, tais comunidades passaram a ser vistas como os resultados de processos históricos, e, na verdade, elas próprias como processos históricos⁴⁴.

Ao mesmo tempo, podemos observar também grandes transformações no que diz respeito ao campo de estudos da historiografia medieval. Pelo menos desde os anos 1970, há um número crescente de estudos na área, seja buscando traços comuns a grupos maiores de textos ou uma melhor compreensão de obras individuais. Tais pesquisas vêm analisando a existência ou não de uma noção de gênero textual, as influências da escrita clássica e bíblica, recepção e público

⁴¹ Faremos mais à frente uma discussão do termo e de suas origens e aplicações correntes.

⁴² GOETZ, Hans-Werner. Introduction. In: GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter (Ed.). **Regna and gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world**. Leiden: Brill, 2003, p. 5;

⁴³ Ibid.

⁴⁴ POHL, Walter. Introduction: Strategies of Distinction. In: PHOL, Walter; REIMITZ, Helmut (Ed.). **Strategies of Distinction: the construction of Ethnic Communities, 300-800**. Leiden: Brill, 1998, p. 8.

almejado, conceitos de consciência histórica, noções de verdade e ficção, estruturas narrativas, entre outros ⁴⁵.

Rejeitando antigas abordagens que buscavam desvendar uma verdade histórica por trás do véu de ideologia cristã, nos permitindo um acesso direto ao passado que as fontes continham em si, pesquisas recentes têm buscado compreender o contexto que tornou a escrita de uma história possível e desejável, enquanto outras, não. Isto torna-se ainda mais relevante levando-se em conta que a história escrita na Idade Média era majoritariamente política quanto a suas temáticas, além de servir a propósitos políticos, seja de instituições religiosas ou seculares⁴⁶. Ao mesmo tempo, é amplamente aceita a necessidade de compreender os elementos de ficção e retórica presentes em tais obras não como um obstáculo que impede a extração de dados factuais do texto, mas como uma característica do pensamento medieval que deve ser estudada por si mesma⁴⁷, podendo nos levar a um maior entendimento sobre as motivações e métodos da escrita da história.

As análises mais recentes na área, assim, vêm tentando lidar com lacunas que há décadas permeiam o estudo das obras medievais. Sobre seus autores, por exemplo, frequentemente conhecemos pouco mais do que datas de nascimento e falecimento aproximadas, a instituição religiosa da qual faziam parte e os centros de poder secular em torno dos quais orbitavam. Assim, na busca por pistas que podem nos levar a um melhor entendimento sobre como cada autor via a tarefa que empreendia, somos relegados a brevíssimas explicações, apenas ocasionalmente contidas como uma forma de prefácio a suas obras, que pouco nos dizem sobre os textos e seus autores⁴⁸.

Portanto, quando nos debruçamos sobre a escrita da história no período medieval, bem como sobre os textos resultantes de tal empreitada, nos deparamos com uma série de incógnitas, que vão desde a forma como um determinado autor enxergava os elementos da operação que realizava até qual o público que esperava fosse entrar em contato com seus escritos. A busca pela compreensão do que

⁴⁵ DELIYANNIS, Deborah Mauskopf. Introduction. In. DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Leiden: Brill, 2003, p. 8

⁴⁶ LAKE, Justin. Current Approaches to Medieval Historiography. **History Compass**, n. 13, vol. 3, 2015, p.97

⁴⁷ Ibid., p.91

⁴⁸ LAKE, Justin. Authorial Intention in Medieval Historiography. **History Compass**. v. 12, n. 4, 2014, p. 350

significava escrever história na Idade Média, portanto, é uma que frequentemente coloca o pesquisador frente a grandes desafios e espaços em branco.

Não obstante, buscaremos encaixar a *Gesta Normannorum* em um panorama mais amplo, como uma obra historiográfica dentro de uma tradição de escrita prévia. Servindo como uma explanação das teorias e preceitos que fundamentam esta dissertação, o presente capítulo discute as repercussões do pensamento cristão na historiografia medieval e na obra de Dudo de Saint-Quentin, além das influências da escrita e da retórica clássicas em sua obra. Analisa, também, a tradição pregressa de identidade nobiliárquica que serve de base para a consolidação narrativa da *gens normannorum*, bem como alguns dos objetivos políticos perseguidos pela família ducal normanda a partir de tal construção retórica.

1.1 O PENSAMENTO HISTÓRICO E A TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA MEDIEVAL: ORDEM DO TEMPO, PROVIDENCIALISMO E RETÓRICA

1.1.1 A ordem do tempo cristã

Antes de adentrarmos em uma análise dos principais elementos da operação historiográfica medieval, julgamos necessário fundamentar tal compreensão na relação entre passado, presente e futuro estabelecida pelo pensamento teológico cristão. Tendo em mente que “a constituição de sentido em uma narrativa histórica está absolutamente ligada à experiência do tempo - ao seu conhecimento, vivência e impactação com a realidade”⁴⁹, buscaremos, a partir das reflexões de François Hartog, alguns elementos da concepção cristã de passado e sua ordenação do tempo, visto que tais elementos possuem impacto direto sobre a escrita de uma história dentro do âmbito do cristianismo.

Segundo Hartog, a Bíblia, texto fundador tanto do judaísmo quanto do cristianismo e fonte de seus principais dogmas, trata-se de um livro não apenas da história já ocorrida, mas um que fornece também a trama de toda a história presente

⁴⁹ GUIMARÃES, Marcella Lopes. O discurso cronístico e a narratividade histórica. MARCHINI NETO, Dirceu e NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Ed). **A Idade Média: entre a história e a historiografia**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012, p.67

e futura⁵⁰. Desta forma, a mentalidade bíblica judaico-cristã tende a encaixar o presente da humanidade entre um passado que era conhecido e um futuro que era já certo, entre a era bíblica e a vinda do Messias, caracterizando o tempo vivido como um período de forte linearidade e tensão para frente⁵¹. Sendo assim, o tempo humano não existe por si só, mas encontra-se embutido na eternidade divina, fazendo de tal ordem do tempo uma época de espera, enquanto o homem caminha em direção a um futuro calcado na imutabilidade divina⁵².

O que o cristianismo, ainda segundo Hartog, confere de específico a esta ordem do tempo é a sua ruptura em dois a partir do acontecimento paradigmático da Encarnação⁵³. Para além do tempo de expectativa do Antigo Testamento, portanto, cria-se um novo tempo, que será fechado pelo retorno de Cristo e pelo Juízo Final, um tempo que é “habitado pela esperança do fim”⁵⁴. Mais do que isso, a Encarnação, como concretização do evento concebido como futuro pelo entendimento judaico, cria, no cristianismo, uma nova forte tensão entre o presente e o futuro, entre um “*tudo já está concluído*” e uma expectativa de desfecho final que mostra que “*nem tudo ainda está acabado*”⁵⁵. A ordem cristã do tempo propriamente dita, então, decorre desta tensão, entre o *já* e o *ainda não*.

A partir desta ordem, portanto, deriva a história cristã, uma história da Salvação da humanidade pela Encarnação⁵⁶. O futuro, nesta concepção, não é muito distinto do presente vivenciado como antecipação do fim, e é concebido como estando muito mais próximo do que o passado⁵⁷. No entanto, a passagem dos tempos apostólicos e a subsequente institucionalização da Igreja e consolidação dos dogmas trazem em si o alargamento do tempo intermediário⁵⁸, o tempo do vivido. A obra de Santo Agostinho, extremamente influente durante todo o período medieval, divide o mundo em seis idades e coloca o presente nesta última: há, assim, uma contínua tensão que leva o olhar cristão a se dirigir não ao passado e tampouco ao

⁵⁰ HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. São Paulo: Authentica Editora, 2011, p.29.

⁵¹ HARTOG, *op. cit.*, 2013, p.89

⁵² *Ibid.*, p.87 - 88.

⁵³ *Ibid.*, p.90.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*, p.90.

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ *Ibid.*, p.91

⁵⁸ *Ibid.*

futuro, que também desaparecerá, mas “*para adiante*”, para a eternidade do tempo divino⁵⁹.

Com a desestruturação do Império Romano do Ocidente e a divisão do cristianismo em várias órbitas e centros de poder, em vez de uma única comunidade sob um único Império, há uma diminuição da tensão entre o *já* e o *ainda não*, marcada pelo aumento do intervalo entre os dois⁶⁰. O *já*, que passa a pesar cada vez mais, causa um deslocamento do olhar centrado no futuro da expectativa da segunda vinda para o passado, para Cristo, começo de tudo e “farol, cuja luz ilumina o antes (de Adão a ele) e o depois (dele até o fim dos tempos)”⁶¹. Persiste, por conta disso, uma ordem do tempo flexível, que articula presente, passado e futuro na eternidade⁶², através da providência divina.

Analisar construções e percepções de tempo é essencial para o entendimento da obra de Dudo de Saint-Quentin, uma vez que seu pensamento, expresso na *Gesta*, é fortemente teleológico e calcado no providencialismo. Em um interessante artigo sobre o tema, Victoria Thompson Whitworth sugeriu que, rejeitando escolas e modelos mais tradicionais de escrita de história política, Dudo teria composto o que ela chama de *história sacramentária*⁶³. Por meio dela o autor pretendia, segundo Whitworth, mostrar a interação tripla existente entre 1) o tempo linear experienciado pela humanidade caída; 2) o tempo cíclico no qual os eventos são continuamente reencenados e pressagiados nos sacramentos; 3) a eternidade imutável do tempo como experienciado por Deus⁶⁴.

Seu propósito ao fazê-lo é mostrar como os normandos, antes “bárbaros” estrangeiros desenraizados, são assimilados a um universo cristão ordenado. Reforçando a reivindicação normanda ao poder terreno e divinamente concedido, portanto, Dudo faz da providência, do poder performativo permanente e imutável da liturgia, uma legitimação e coroação alternativa dos duques normandos⁶⁵. Partindo de uma narração da história pregressa do ducado, sua pretensão é a de inserir

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Ibid., p.91 - 92

⁶¹ Ibid.

⁶² Ibid., p.92

⁶³ WHITWORTH, Victoria Thompson. Trickster, Convert, Martyr, Saint: Four Ways of Dying in Dudo of St. Quentin's History of the Normans. Disponível em: <https://www.academia.edu/2382929/Trickster_Convert_Martyr_Saint_Four_Ways_of_Dying_in_Dudo_of_St_Quentin_s_History_of_the_Normans>. Acesso em: 10 ago. 2021.

⁶⁴ Ibid, p. 1-2.

⁶⁵ Ibid, p. 2-3.

retoricamente a *gens normannorum* dentro dos paradigmas da ordem do tempo cristã, como uma legítima parte do mundo conhecido cristianizado. O legado dos duques, como retratado pelo texto, torna-se então o de ter levado a cabo a reincorporação de sua *gens* “bárbara” e do devastado e abandonado território da Nêustria, futura Normandia, à história cristã⁶⁶.

Partindo de uma narrativa tradicional da condução de uma *gens* “bárbara” a sua salvação, portanto, Dudo de Saint-Quentin desenvolve cenários litúrgicos, que mostram os normandos atingindo sua maturidade espiritual e política em um tempo linear e passado, mas um que reencena as grandes verdades da vida de Cristo. Tanto por meio de sua prosa quanto da poesia, o autor busca constantemente erodir a fronteira entre o evento histórico narrado e o mundo vivido do presente, citando diversas vezes, por exemplo, que fortificações e igrejas específicas que narra sendo construídas no tempo de Rollo estariam de pé até o tempo presente da narrativa. Sua técnica, refletida no uso constante do tempo verbal presente, busca exaltar o sentimento de que dado evento repete-se, ou, até mesmo, acontece naquele exato instante⁶⁷, transformando o tempo narrativo na concretização do plano divino.

Seus poemas, principalmente, contém uma série de exortações e exclamações direcionadas aos personagens da trama, como se buscando influenciar os eventos em direção a um final pré-determinado e já conhecido, no presente. A narrativa exposta na *Gesta Normannorum* é, então, trazida fortemente ao momento de escrita, dialogando e retoricamente construindo a Normandia existente em seu presente⁶⁸. Assim, conforme cada um dos duques morre na narrativa de Dudo, eles são também descritos como tendo sido incorporados ao tempo divino, estando na companhia dos santos e eternamente na presença de Cristo, como, devemos entender, é o futuro de toda a *gens normannorum*. Sua história, portanto, une passado e presente, por meio da reencenação do primeiro, e fá-los ecoar em direção à eternidade do tempo divino.

⁶⁶ Ibid, p.10.

⁶⁷ JAEGER, Stephen. Dudo of St. Quentin and Saxo Grammaticus: Historiography in Two Phases of Charismatic Culture. In. ÜNSTER-SWENDSEN, Mia; HEEBØLL-HOLM, Thomas Kristian; SØNNESYN, Sigbjørn Olsen (Ed). **Historical and Intellectual Culture in the Long Twelfth-Century: The Scandinavian Connection**, Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2016. Disponível em:

<https://www.academia.edu/11916365/Dudo_of_St._Quentin_and_Saxo_Grammaticus_Historiography_in_Two_Phases_of_Charismatic_Culture> Acesso em: 10 ago. 2021, p. 14-15.

⁶⁸ Ibid, p. 17.

1.1.2 História Universal e Providencialismo

Como afirmado anteriormente, a institucionalização cada vez maior do cristianismo e o surgimento dos *regna* levou também a uma renovação do olhar historiográfico cristão. Este olhar, que agora estabelece a história a partir de Cristo até o presente, consolida-se com a *Historia Ecclesiastica* de Eusébio de Cesareia, responsável por estabelecer padrões e práticas que serão seguidos por inúmeras gerações de historiadores cristãos⁶⁹. O ato fundador que é a obra de Eusébio constitui-se enquanto uma busca por situar no tempo a nova e vitoriosa comunidade cristã, concomitantemente a mais nova e a mais antiga, “contemporânea da criação do mundo e do nascimento do Império Romano sob o domínio de Augusto”⁷⁰. Portanto, a escrita da história em um contexto cristão significava também uma reivindicação de precedência, estendendo o alcance da religião até as raízes humanas comuns traçadas pela Bíblia⁷¹ e encaixando toda a história pregressa como desdobramento de um único plano providencial para toda a humanidade⁷². Para o cristianismo, então, tudo é já história, desde a criação do homem até o presente⁷³.

Escrever história neste âmbito era, então, um empreendimento universal, que buscava criar entre os batizados um senso de comunidade, uma origem comum e um fim desejado, uma auto-definição que continha estratégias para o presente⁷⁴. Assim, no que pese a fragmentação política causada pela desestruturação do Império Romano do Ocidente, a tradição de escrita de histórias universais encontrou continuadores, por exemplo, em Gregório de Tours, Beda e Isidoro de Sevilha. Habitando centros políticos diversos e independentes entre si, tais autores mantiveram-se fiéis à premissa eusebiana da existência de uma Igreja universal, buscando encaixar sua localidade ou instituição em um esquema mais amplo e geral da cristandade⁷⁵, entender seu tempo e lugar na perspectiva do plano divino.

⁶⁹ MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. São Paulo: Edusc, 2004, p.195.

⁷⁰ Ibid., p.196

⁷¹ ALLEN, Michael I. Universal History 300–1000: origins and western developments. DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Laiden: Brill, 2003, p. 19

⁷² ALLEN, *op.cit.*, p.22

⁷³ SÁNCHEZ, Pedro Juan Galán. **El género historiográfico de la chronica: las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994, p.18.

⁷⁴ ALLEN, *op.cit.*, p.22

⁷⁵ MOMIGLIANO, *op. cit.*, p.217.

Quando falamos de providencialismo neste contexto, portanto, não falamos de um mero aspecto ou artifício de escrita da historiografia medieval, mas, em grande parte, de sua própria força organizadora. A visão que se tinha de presente, passado e futuro no período era profundamente marcada por uma visão escatológica de um tempo aplainado e interligado, com um início registrado e um fim sabido. Escrever história dentro desta visão, para os autores que a praticavam, significava dar ao leitor um testemunho sobre a ação divina no mundo⁷⁶, independente se se escrevia sobre a vida de um santo ou sobre uma comunidade política.

Considerado tanto como o criador do tempo quanto sua culminação final, Deus é enxergado na doutrina cristã como autor, organizador e diretor de todos os feitos históricos⁷⁷. Ainda que, baseado no princípio do livre arbítrio, o homem tenha escolha e ação dentro da concepção cristã, em última análise, os eventos e feitos humanos, tanto bons quanto maus, se encaixam neste plano maior divino para toda a humanidade⁷⁸. Este é, também, um dos fatores responsáveis por borrar distinções entre o “fictício” e o “real” na historiografia cristã, uma vez que milagres e feitos impossíveis são, de maneira geral, não só aceitos como valorizados, ao exaltar o poder de Deus e da fé cristã⁷⁹.

Contudo, ainda que tenha sido elevada a posição de uma de suas principais características, a concepção providencialista de história não foi exclusiva do cristianismo. Para além da inspiração mais óbvia na historiografia e teologia judaicas, havia também concepções providencialistas no estoicismo, que enxergava o universo não como um obscuro destino, mas como submetido a uma ordem que mesclava a ação transcendente divina com a liberdade humana⁸⁰. Este detalhe é importante, uma vez que nos lembra que a historiografia medieval, apesar de marcadamente cristã, foi também muito influenciada por tradições e concepções pregressas. Além do mais, os historiadores medievais não detêm a exclusividade sobre a tendência mais geral de se apresentar o passado nos termos e condições existentes no presente.

⁷⁶ SALOR, Eustaquio Sánchez. **Historiografía Latino-Cristiana: principios, contenido, forma**. Roma: L'Emma di Bretschneider, 2006, p.VIII.

⁷⁷ *Ibid.*, p.84.

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ *Ibid.*, p.68.

⁸⁰ *Ibid.*, p.31.

Dentro destes parâmetros, tanto na filosofia estoica quanto na cristã, a existência do nocivo no mundo pode ser interpretada como um aviso ou um castigo divino⁸¹, para que determinado indivíduo ou grupo mude o curso de sua ação. A história passa a ser vista, então, como um ente totalmente ordenado e livre de irracionalidade ou indeterminação, seguindo fases precisas em direção ao triunfo final de Cristo. Mesmo que a mente humana não seja totalmente capaz de compreender tal mecanismo, dita este pressuposto, subsiste uma crença de que não é o azar ou a fortuna que agem sobre o destino das sociedades ou dos indivíduos, mas apenas sua boa ou má atitude quanto à fé⁸².

No que diz respeito à *Gesta Normannorum*, o aspecto do providencialismo que mais nos interessa é a visão da providência como uma espécie de juíza da história, o que, de maneira geral, leva os autores cristãos a interpretarem acontecimentos históricos nos moldes de uma recompensa ou um castigo divino⁸³. É muito comum enxergar, então, na historiografia cristã, a cessão de recompensas divinas a um personagem temente a Deus, bem como o castigo infligido sobre um que não o é. Há ainda o desastre abatido sobre alguém “bom”, interpretado como uma provação a ele dirigida, que em última instância redundará em sua salvação, bem como a obtenção de resultados favoráveis por um personagem considerado “mau”, que geralmente leva o historiador cristão a vê-lo como um instrumento da cólera divina, enviado para castigar e humilhar a maldade geral dos homens.

Tais instrumentos de compreensão de mundo fornecem a Dudo de Saint-Quentin um alto grau de flexibilidade ao pintar os normandos, mesmo em sua origem pagã, como um povo escolhido pelo plano divino. Por um lado, Dudo pode narrativamente relevar o paganismo de Rollo e de seus seguidores, uma vez que simplesmente ainda não conheciam a lei divina à qual eventualmente responderiam. Ao mesmo tempo, quando útil, o autor caracteriza as *raids vikings* como um castigo divino que abateu-se sobre os francos por terem desviado-se do caminho da fé. Por fim, partindo do pressuposto inabalável de que é a vontade de Deus que os rollonidas governem a Normandia em seu presente, permite que o autor afirme que este deve ter sido o plano divino desde e o princípio, conformando, por meio de sua narrativa, o passado à luz deste fato presente.

⁸¹ Ibid.

⁸² Ibid., p.34.

⁸³ Ibid., p.33.

E, como traremos mais a frente, estes elementos retóricos impressos na *Gesta Normannorum* certamente foram também moldados por vontades e condições políticas de seu presente de escrita, mas o foram dentro de um ponto de vista e estratégias discursivas próprias a seu contexto. Obviamente que era interessante aos duques normandos que se construísse a noção de que seu governo sobre a Normandia tratou-se não de uma conquista militar, mas da manifestação inabalável da vontade divina. Porém, Dudo de Saint-Quentin só constrói o passado normando em tais moldes porque há uma lógica teológica que o permite fazê-lo, sem que tal narrativa seja necessariamente entendida como pura fabricação.

Faz-se necessário ponderar também que, embora o providencialismo tenha permanecido uma importante característica do pensamento medieval, os mais diversos autores fizeram usos muito diferentes de tal mecanismo, tanto em grau quanto em frequência. Segundo Leah Shopkow, dentre os historiadores normandos, Dudo de Saint-Quentin foi o que mais chegou perto de aplicar uma noção erigeniana⁸⁴ de história, operando sempre sob a presunção de que o presente deveria recapitular o passado e que este deveria assemelhar-se ao presente, demonstrando verdades universais maiores e mais importantes do que meros fatos. A própria tarefa de Dudo, especula a autora⁸⁵, de preencher a história entre duas balizas, o paganismo dos normandos quando desembarcam na Francia e seu cristianismo quando o autor havia os encontrado, teria tornado tal *template* providencial extremamente atrativo e funcional ao autor.

No entanto, é importante frisar que esta não era a única opção à disposição de Dudo, e nem foi a escolhida por seus continuadores dentro de um mesmo *framework* de historiografia normanda. Influenciados por uma corrente crescente de pensamento naturalístico no século XI, aponta Shopkow⁸⁶, que levava os autores a verem Deus menos como a *razão* da história e mais como o *sentido* da história, Guilherme de Jumièges e Guilherme de Poitiers abordaram a história normanda de um ponto de vista muito mais secular e menos marcadamente providencial. Dudo de

⁸⁴ SHOPKOW, Leah. **History and community: Norman historical writing in the eleventh and twelfth centuries**, Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1997, p. 126-129. A autora refere-se a um pensamento baseado na filosofia de João Escoto de Erígena (810 – 877), teólogo atuante na corte carolíngia de Carlos, o Calvo.

⁸⁵ *Ibid*, p. 126.

⁸⁶ *Ibid*, p. 81.

Saint-Quentin, por outro lado, usou e abusou de um pensamento providencialista para tornar a *Gesta Normannorum* agradável e favorável a seus patronos ducais.

1.1.3 Dos mecanismos retóricos e narrativos da *Gesta Normannorum*

Embora contenha, sem dúvidas, uma forte carga de pensamento teológico, seria bastante reducionista entender a *Gesta Normannorum* unicamente como fruto de uma estrutura de pensamento cristã. Os vários estudos dedicados a analisar a influência da *Eneida*, de Virgílio, na construção feita por Dudo quanto a Rollo, por exemplo, mostram que o autor não se fugou de utilizar elementos da tradição clássica. Em adição, a própria popularidade de mitos de origem que reivindicavam a ascendência troiana de várias *gentes* tardo-antigas, como é o caso principalmente dos francos, também aponta para uma ampla ressignificação da escrita e tradição pagã no período. A questão da aplicação de elementos retóricos clássicos na historiografia medieval, portanto, é uma que vem recebendo renovados estudos, e uma que buscaremos analisar brevemente no que diz respeito à *Gesta Normannorum*.

Uma das discussões mais recorrentes sobre a escrita da história na Idade Média tem sido a questão das fronteiras entre verdade e ficção. A própria *Gesta Normannorum*, redescoberta e republicada em 1865, foi alvo de muitas análises críticas e logo descartada por pesquisadores que buscavam reconstituir o passado que ela aborda, considerando-a fantasiosa e mentirosa. E, de fato, a obra de Dudo vem sendo estudada muito mais pelo que pode nos revelar sobre o contexto e atores envolvidos em sua produção do que sobre o período ao qual refere-se textualmente. Isto não significa, contudo, que seu conteúdo possa ser prontamente categorizado como mentiroso ou propagandístico, sem antes uma análise mais profunda sobre as fronteiras entre a busca pela verdade e a aplicação da retórica na construção de narrativas históricas ao início do século XI.

Sabemos, a partir dos poucos tratados existentes e das declarações prefatórias que acompanhavam algumas obras, que os autores medievais se propunham a escrever história buscando a verdade. O conceito era, no entanto, muito vagamente definido, sendo entendido de formas bastante variadas ao longo do

período⁸⁷. Na prática, contudo, a dificuldade enfrentada pelos autores de localizar evidências documentais e testemunhas oculares dos eventos que buscavam descrever levava-os constantemente a desviarem-se do padrão estrito de *res verae quae factae sunt* (“coisas verdadeiras que realmente aconteceram”), como definido por Isidoro de Sevilha, e expandir sua narrativa por meio da amplificação retórica e dos padrões de plausibilidade e verossimilhança⁸⁸.

Se partirmos do pressuposto que Dudo de Saint-Quentin pura e simplesmente mente em sua narrativa ao longo da *Gesta Normannorum*, estamos assumindo também que é possível atingir algum tipo de verdade histórica embutida no texto, que teria sido por ele distorcida ou omitida. O que tentaremos propor ao longo deste tópico, ao contrário disso, é uma visão da *Gesta* como uma obra complexa, que cria uma narrativa claramente favorável aos duques normandos e que potencialmente lhes serve como uma poderosa ferramenta de legitimação e de poder, mas que nem por isso deixa de buscar a verdade do plano divino, da forma que o autor a concebia.

Os autores medievais, segundo Justin Lake⁸⁹, tinham consciência da distinção entre eventos (*res gestae quae factae sunt*) e história narrada (*narratio rerum gestarum*), sendo esta última moldada pela maneira como concebiam o passado e a história. Houve também, durante o período, uma tendência geral a utilizar o passado para justificar e legitimar o presente⁹⁰ e, portanto, a retórica era uma das ferramentas empregadas pelos historiadores a fim de construir narrativas mais convincentes, que penetrassem mais profundamente no passado e explorassem os pensamentos e motivações de personagens históricos⁹¹.

É importante considerar, também, que há uma virtual ausência de relatos escritos sobre o período abarcado pela *Gesta Normannorum*, tanto de histórias compostas na própria Normandia quanto em anais e crônicas francas. Dudo provavelmente dependia em grande parte, então, de informações fornecidas pelos próprios membros da corte normanda, cujos relatos certamente estariam influenciados por seus interesses políticos presentes. É bastante plausível presumir

⁸⁷ DELIYANNIS, *op. cit.*, p. 4-5.

⁸⁸ LAKE, Justin. Truth, plausibility and the virtues of narrative at the millennium. **Journal of Medieval History**, n.35, 2009, p.221-222

⁸⁹ LAKE, *op. cit.*, 2015, p.91-92

⁹⁰ *Ibid.*, p.93

⁹¹ *Ibid.*, p.91

que o autor tenha sido compelido, assim, a preencher as lacunas de sua história utilizando-se das ferramentas de *inventio*⁹² e adotando o padrão de plausibilidade para compor os elementos de sua narrativa.

Além disso, a retomada e ressignificação das doutrinas de retórica clássica nas academias carolíngias do período⁹³ torna possível que Dudo de Saint-Quentin, um eclesiástico formado na região da Picardia, tenha tido contato com esta tradição. Bastante elucidativo é o exemplo de Riquero de Saint-Rémi (940 - 998), um escritor contemporâneo de Dudo que alude explicitamente a noções de plausibilidade retórica no prefácio de sua *Historiarum Libri Quatuor*. Postulando sua obra como uma reelaboração dos relatos contidos nos anais de Flodoardo de Reims, Riquero declara ter a intenção de melhorar seu estilo e dar-lhes mais profundidade ao transformá-los em uma narrativa histórica propriamente dita⁹⁴. O que distingue Riquero de seus predecessores não é o fato de ter modificado e ampliado o trabalho de outro autor, prática bastante comum no período, mas de admiti-lo explicitamente. Outro ponto incomum é que Riquero textualmente reafirma a plausibilidade, clareza e brevidade de sua obra, as três virtudes da narrativa (*virtutes narrationis*) conforme proposta pelos manuais retóricos da antiguidade⁹⁵.

Isto é de extrema relevância uma vez que a *De Inventione* ciceroniana, importante manual de doutrina retórica durante a Antiguidade, foi o foco de um renovado e intenso estudo ao longo do século X⁹⁶. Dentro desta tradição retórica clássica, *narratio* descrevia o segundo componente de uma oração, quando um orador recontava uma versão dos fatos que melhor se encaixava no que estava tentando convencer seu público. Na *De Inventione*, Cícero elenca três tipos de *narratio*, duas que serviam para assuntos públicos e uma não, sendo que desta última derivam *fabula*, *historia* e *argumentum*⁹⁷.

⁹² LAKE, n.35, 2009, *op. cit.*, p. 222

⁹³ *Ibid*

⁹⁴ *Ibid.*, p.224

⁹⁵ *Ibid.*, p.224 - 225

⁹⁶ *Ibid.*, p.226

⁹⁷ *Ibid.*, p.227. Há também a famosa definição de Isirodo de Sevilha em *Etym.*, I, 44, 5, extremamente influente durante todo o período: “Existe também distinção entre *história*, *argumento* e *fábula*. Histórias são fatos verdadeiros que sucederam; argumentos, acontecimentos que não aconteceram, mas que poderiam ter ocorrido; fábulas, por sua vez, são aquelas coisas que não aconteceram nem podem acontecer, pois são contrárias ao natural”. DELIYANNIS, *op. cit.*, p.3.

Dentro da retórica ciceroniana, portanto, a história é reconhecida como uma narrativa baseada em eventos verdadeiros, mas uma que deveria ter por objetivo convencer seu público da mensagem desejada. Das ferramentas utilizadas para tal, a mais importante era a *inventio*, a “descoberta” de materiais, dentro da qual Cícero inclui as três virtudes da narrativa: clareza, concisão e plausibilidade (*narratio aperta, brevis e probabilis*)⁹⁸. A *probabilis*, então, era designada a persuadir um público utilizando-se das crenças e concepções que este presumivelmente detinha⁹⁹.

Visando preencher sua narrativa com elementos para os quais não dispunha de fontes de confirmação, o historiador que se propusesse a seguir os princípios da retórica clássica teria de empregar a *inventio*, suplementando o que “realmente aconteceu” (*verum*) com o que poderia ter acontecido (*verisimile*)¹⁰⁰. Isto explicaria o porquê nos deparamos constantemente ao longo da *Gesta Normannorum* com o tipo de dramatização de eventos, elaboradas motivações de personagens e diálogos, informações não corroboradas em outros textos e, podemos razoavelmente supor, improváveis de terem originado-se de qualquer tipo de testemunho pessoal.

É difícil não imaginar, assim, que Dudo estava buscando cumprir com as sete circunstâncias de uma narrativa *probabilis* ciceroniana (*persona, factum, causa, locus, tempus, modus e facultas*), para que seu texto contasse com a aparência de verdade conferida pela plausibilidade¹⁰¹. O autor busca, ao longo de todo o texto, construir uma superestrutura retórica (*exaedificatio*), mediante a escrita de discursos, diálogos e um estilo de prosa bastante ornado, sobre a fundação básica de seu relato, seguindo a definição ciceroniana de uma história apropriada escrita por um orador¹⁰².

A plausibilidade, dentro dessa lógica, não era vista como uma versão adulterada da verdade, mas um padrão separado e distinto aplicado apenas a *exaedificatio* retórica, levando ambos os conceitos a serem combinados na construção de uma melhor narrativa histórica. É por isso que, no prefácio que antecede sua narrativa e nos poemas que a intercalam, Dudo reivindica por vezes

⁹⁸ SCATOLIN, Adriano (Trad.). **A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23**. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-19022010-165443/publico/ADRIANO_SCATOLIN.pdf> p. 209. 80.

⁹⁹ LAKE, 2009 *op. cit.*, p. 227.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p.228

¹⁰¹ *Ibid.*, p.232

¹⁰² *Ibid.*, p.233

um ideal de verdade e, por outros, a plausibilidade de sua obra¹⁰³. O terceiro livro da *Gesta Normannorum*, dedicado a vida de Guilherme, é prefaciado por um longo poema no qual Dudo compara sua aventura sobre as turbulentas águas da história com a tentativa de Pedro de andar sobre a água. Nesta mesma passagem, o autor roga a Deus que sua narrativa seja concisa (*brevis*), plausível (*probabilis*) e clara (*apertus*), e que permita que o “método retórico seja aplicado nesta iniciativa.”¹⁰⁴.

O livro quatro, por sua vez, é prefaciado por uma série de poemas cantados pelas musas em homenagem ao duque Ricardo I. Clio, a musa da história e primeira de nove a falar, reivindica como seu direito “contar à posteridade as histórias das coisas de ordem crível” (*credibili ordine*)¹⁰⁵ - sendo *credibilis* um sinônimo para *probabilis*. Isto é, o que Dudo propõe, nas palavras de Clio, é que a história deve, por meio da retórica, tornar críveis os feitos do passado¹⁰⁶. A ausência de qualquer outro texto de autoridade ou relato escrito sobre o passado normando deu a Dudo a liberdade para aplicar a *inventio* mais livremente, transformando sua *narratio probabilis* em um texto laudatório, que atribui a Rollo e a seus descendentes feitos aos quais devemos encarar, no mínimo, com ceticismo.

Ao mesmo tempo em que admite as ferramentas de *inventio* utilizadas em sua obra, no entanto, Dudo de Saint-Quentin não deixa de reivindicar também seu caráter de verdade. Em sua epístola prefatória dedicada a Adalbero de Laon, o autor não apenas afirma que Ricardo II o instigou a continuar sua escrita para que evitasse o vício da ambiguidade e se libertasse de “qualquer mancha de falsidade”, como também roga ao próprio Bispo que “suas inverdades possam ser removidas, e quaisquer verdades (*quid veritatis*) que ela contenha possam ser corroboradas por sua autoridade”¹⁰⁷. Em outro ponto ainda, endereça seu leitor dizendo que será

¹⁰³ Ibid., p.234

¹⁰⁴ DUDO DE SAINT-QUENTIN. **Dudo of St. Quentin's Gesta Normannorum – An English Translation.** trad. Felice Lifshitz, 1996. Disponível em: <https://www.arlima.net/the-orb/orb_done/dudo/dudindexe.html>. Acesso em: 10 ago. 2021, *folios* 32v – 34r. And my heart with the stimulus of the rethorical whirlpool, | Outfitting my tongue likewise with trimodal utterance, | So that the narrative of this history, which we will reveal, | May henceforth be concise and credible (...) And let rethorical method be applied in this enterprise.

¹⁰⁵ Ibid., *folios* 47r – 49v. *Tradução nossa*: Indeed it is my right to render to posterity | The histories of affairs in a credible order.

¹⁰⁶ LAKE, 2009, op. cit., 234-235.

¹⁰⁷ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *folios* 1v – 8v. *Tradução nossa*: “(...) and keep calling me to witness lest the intention which I had pledged to him seem to be defiled. transformed into the vice of double-tonguednes by any filth of falsehood. (...) I have disposed to send it to your majesty. so that the falsities might be lopped off; and if there be any truthfulness in it. it be confirmed by your authority.”

breve e irá “dizer a verdade do assunto (*rei veritatem*), e rejeitar sofismas enganosos”¹⁰⁸.

Como tais tensões entre uma presumida veracidade e um caráter de plausibilidade e verossimilhança são equilibrados ao longo da narrativa da *Gesta Normannorum*? Em termos de relatos alternativos, Dudo teve liberdade quase total para compor sua narrativa, uma vez que a *Gesta* foi a primeira longa história escrita em solo normando sobre o estabelecimento do território e, além disso, há muito pouco dito sobre os rollonidas nas crônicas e anais francos do período. Não havia, também, podemos razoavelmente supor, nenhuma testemunha ainda viva na época de Dudo que presenciara os eventos do fim do século IX e início do X. Assim, independente se acreditarmos que Dudo tenha recebido suas informações de uma espécie de tradição oral da família ducal, completamente inventado-as, ou ambos, o autor tinha plena consciência de que estava inserindo informações insubstanciadas em sua narrativa. Devemos nos perguntar, no entanto: os leitores contemporâneos de sua obra teriam os instrumentos necessários para duvidar dele?

Nesse sentido, Bernard Bachrach traça uma análise¹⁰⁹ da *Gesta Normannorum* no que diz respeito à verossimilhança dos detalhes de cunho militar fornecidos por Dudo. Afirmando que há certos tipos de informações implausíveis mais ou menos difíceis de terem sido detectadas na época, Bachrach¹¹⁰ cita a descrição de Dudo para o saque de Luna, conduzido por Hasting e seus homens. Se até os dias atuais temos dificuldades para identificar a cidade de Luna, questiona o autor, quem dirá mapear as ações de um *viking* chamado Hasting por lá, qual razão temos para crer que o público da corte normanda questionaria o relato de Dudo? O tipo de “inexatidão” factual presente em grande volume na *Gesta*, argumenta o autor, pode ter ocasionalmente levantado a suspeita de um ou outro membro do público, mas não em frequência e volume significativos o suficiente para que contemporâneos, ou mesmo os autores normandos que continuaram a obra de Dudo, colocassem seriamente sua credibilidade em cheque¹¹¹.

¹⁰⁸ Ibid, *folios* 12v – 13r. *Tradução nossa*: “And let it represent the truth of the matter, spurning the error of sophism”.

¹⁰⁹ BACHRACH S. Bernard, “Dudo of St Quentin and Norman Military Strategy c. 1.000” In: GILLINGHAM, John (Org). *Anglo-Norman Studies XXVI: Proceedings of the Battle Conference 2003*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004, p. 21 - 36

¹¹⁰ Ibid, p. 23.

¹¹¹ Ibid, p. 24.

O tempo dos primeiros estabelecimentos *vikings*, tanto de Hasting quanto de Rollo, é argumentavelmente o trecho da *Gesta Normannorum* mais repleto de imprecisões. É também, por outro lado, o de mais difícil verificação, tanto hoje quanto no século XI. Um bom exemplo disso é o relato do casamento de Rollo com uma filha de Carlos, o Simples, Gisela, muitas vezes visto como o mais inequivocadamente inventado contido na *Gesta*, uma vez que outras fontes sequer corroboram a existência de tal personagem. Além de servir a um relevante propósito narrativo, como argumentaremos mais tarde, o trecho também é relativamente verossímil. Segundo a já citada Leah Shopkow, Dudo teria retirado a passagem dos anais de Saint-Vaast¹¹², que contam como um certo Gotfried havia casado-se com Gisela, filha de Carlos, o Gordo. O relato é usado por Dudo, então, como modelo e precedente para as formas pelas quais um rei carolíngio lidava com *normanni* quando traçava um acordo com eles. A história do casamento entre Rollo e Gisela, portanto, podia não ser exatamente verdadeira, mas satisfazia o critério da verossimilhança.

Estivessem as informações da *Gesta Normannorum* corretas ou não, portanto, pouquíssimos seriam bem versados o suficiente na história normanda pregressa para questioná-las, contanto que obedecessem a padrões básicos de verossimilhança. Nesse sentido, Bachrach argumenta que o tipo de imprecisão que poderia minar a credibilidade e plausibilidade retórica de uma obra no período medieval não era qualquer grande esquema narrativo ou detalhes desimportantes, mas informações e minúcias sobre os quais um público era bem versado¹¹³. Quando assuntos familiares ou bem conhecidos são tratados de forma a não levantar suspeita, continua o autor, a obra toda adquire um ar de verossimilhança realista.

Dotado de um bom entendimento de práticas retóricas, conforme argumentamos anteriormente, Dudo de Saint-Quentin certamente entendia esta necessidade e, continua Bachrach, apresenta assuntos de lei e costume quanto a transferências de terras com considerável precisão¹¹⁴. A tese principal de Bachrach, contudo, é a de que tal critério de plausibilidade seja mais visível e verificável no que diz respeito aos detalhes militares da obra. Ao que tudo indica muito próximo dos

¹¹² SHOPKOW, 1997, *op. cit.*, p.127-128. Também conhecidos como *Annales Vedastini*, foram escritos no começo do século X na abadia de Saint-Vaast, em Arras, norte da França.

¹¹³ BACHRACH, *op. cit.*, p. 26.

¹¹⁴ *Ibid*, p. 26-27.

duques normandos e ele próprio residente da corte rouennais, Dudo conhecia bem o interesse de seu público de corte pela preparação para a guerra, pela guerra em si e suas consequências, o que justifica o estendido foco em assuntos militares da *Gesta Normannorum*, além de sua precisão¹¹⁵.

Independente se presumimos ou não que o público da *Gesta* era a corte ducal, algo que será discutido mais a frente, a própria patronagem dos rollonidas à obra, além de uma análise do texto, indicam que ele está repleto dos valores aristocráticos da corte em sua narrativa de foco político e bélico. A *Gesta* pode ser lida, conforme acreditava Eleanor Searle, como um verdadeiro épico aristocrata, uma história de percalços, tragédias e nobres provando seu valor, homenageados por meio de uma canção de vitória¹¹⁶. Aceitando esta tese ou rejeitando-a, é facilmente perceptível que Dudo esforça-se a fim de tornar plausíveis os detalhes militares de sua história, principalmente no que diz respeito às campanhas de Rollo pela Francia e seu eventual estabelecimento na Nêustria.

Sendo assim, informações sensíveis quanto aos lugares, populações e potenciais esforços militares, sem os quais Rollo e seus homens não triunfariam, são transmitidas a ele por meio de sonhos divinamente inspirados. Deste modo, argumenta Bachrach, Dudo justifica a plausibilidade dos triunfos normandos sem a necessidade de arriscar-se a criar ligações humanas que pudessem ter fornecido-lhes tais informações¹¹⁷. A transmissão destes importantes dados por parte de Deus, devemos presumir, era mais plausível na época do que sua simples ausência na narrativa. De maneira geral, continua o autor, Dudo desejava que seu público entendesse que ele próprio, assim como eles, compreendia a importância de aspectos como o cerco, o que o levou a incluir detalhadas descrições das cidades-fortaleza romanas, Paris, Bayeux, Chartres, e das dificuldades envolvidas em tomá-las¹¹⁸. Em suma, se Dudo desejava que a *exaedificatio* de sua obra não fosse questionada, fazia-se essencial representar assuntos caros a seu presumido público com aguda plausibilidade.

Sendo assim, concluímos este tópico refletindo que afirmar que Dudo de Saint-Quentin não mentia, conforme nossos parâmetros modernos, ao elaborar a

¹¹⁵ Ibid, p. 27 – 28.

¹¹⁶ SEARLE, *op. cit.*, p. 4.

¹¹⁷ BACHRACH, *op. cit.*, p. 30.

¹¹⁸ Ibid, p. 32.

intrincada narrativa de sua *Gesta Normannorum* não implica, de forma alguma, uma tentativa de defender a credibilidade do autor e de seu texto. Implica, sim, uma busca por compreender uma narrativa histórica dentro de sua própria concepção e estrutura de pensamento. Se à nossa história disciplinar contemporânea soa contraditório propor ao mesmo tempo a verdade e a plausibilidade de sua escrita, é necessário entender que tal não era necessariamente o caso ao redor do ano mil. Dizer que a *Gesta Normannorum* constrói retoricamente uma versão do passado, portanto, significa dizer que ela é uma narrativa, “um procedimento multifacetado que engloba as realizações literária e histórica, sem que se confundam como discurso, e a imaginação, sem que esta se confunda com mentira” ¹¹⁹.

Dudo, de forma semelhante a outros inúmeros autores de história, medievais ou não, partiu de uma tese central e um objetivo final para sua narrativa, construindo todo o resto com base neste fim desejado. Deus traçara um plano para os normandos e, sob a liderança dos duques, eles haviam abandonado o paganismo e guiado sua *gens* em direção ao cristianismo.

Vale lembrarmos, além disso, que sua tarefa não era fácil. A fim de legitimar textualmente governantes seculares cujos ancestrais ainda eram amplamente vistos como pagãos invasores, Dudo constrói uma *exaedificatio* narrativa extremamente elaborada. Seu texto, conforme observa Lars Boje Mortensen ¹²⁰, apresenta um padrão narrativo muito mais sólido e menos episódico do que a média dos textos históricos medievais. Pequenas unidades de seu texto não são tão facilmente identificáveis ou extraíveis, pois há um fluxo bem construído conforme a trama dos duques normandos avança. Este elemento ímpar da escrita de Dudo, especula Mortensen, podem ser indicativas da dificuldade excepcional de sua empreitada. Dudo sentia a urgência de enfatizar repetidamente a cristandade e legitimidade dos normandos, aplicando um estilo repetitivo em formato de sermão, justamente pois não podia dar-se ao luxo de ser sutil ¹²¹.

¹¹⁹ GUIMARÃES, *op. cit.*, p.55

¹²⁰ MORTENSEN, Lars Boje, “Stylistic Choice in a Reborn Genre. The National Histories of Widukind of Corvey and Dudo of St. Quentin”. In: GATTI, Paolo; Degl’Innocenti (Org.). *Dudone di San Quintino*. Trento: Editrice Università degli Studi di Trento, 1995, p. 89-90.

¹²¹ *Ibid*, p. 91.

1.2 A ETNOGÊNESE DE *GENTES* TARDO-ANTIGAS E SUA RELAÇÃO COM A HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL

1.2.1 Etnogênese: Reinhard Wenskus, Escola de Viena, questionamentos e aplicações correntes do conceito

De acordo com Andrew Gillet, a etnicidade, que certamente é objeto de muitas pesquisas, tem sido fundamental ao estudo da Antiguidade Tardia e medievalidade europeia desde o princípio da pesquisa histórica em seus moldes modernos¹²². Este interesse pela questão da etnicidade pode ser traçado aos séculos XV e XVI, continua o autor, conforme eruditos do Sacro Império Romano-Germânico e dos países escandinavos buscavam um conceito de antiguidade alternativo ao passado romano, reivindicado pelos renascentistas como ancestral dos estados italianos. Uma antiguidade alternativa norte-europeia, então, foi sendo aos poucos construída, principalmente com base em textos etnográficos gregos e romanos que mencionavam povos “bárbaros”, como os *germani* e os godos, aos quais atribuiu-se o papel de predecessores dos povos europeus modernos.

Outras obras, amplamente lidas e utilizadas durante toda a Idade Média, como a *Getica* de Jordanes e a *Historia Langobardorum* de Paulo Diácono, foram ressignificadas por esta tradição como fontes canônicas, servindo de base para narrativas modernas sobre esta cultura “germânica”¹²³. Postulando tal cultura como uma que havia originado-se na pré-história e continuado ininterruptamente até os tempos modernos, tais estudos, ao contrário das pesquisas contemporâneas sobre etnicidade, não almejavam analisar um fenômeno, mas criar e cultivar um discurso étnico¹²⁴.

O estudo da etnicidade como um fenômeno em si mesmo, continua Gillet, mais desassociado de grupos específicos e de contornos nacionalistas, foi largamente expandido a partir da segunda metade do século XX¹²⁵. Em reação às destrutivas ideologias nacionalistas e racistas do período anterior, antropólogos

¹²² GILLET, Andrew, Introduction: Ethnicity, History and Methodology. In: GILLET, Andrew (Ed.). *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the early Middle Ages*. Turnhout: Brepols Publishers, 2002, p. 4-6.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ GILLET, Andrew. “Etnogenesis: A Contested Model of Early Medieval Europe”. **History Compass** v. 4, n. 2, 2006, p. 241-242.

¹²⁵ GILLET, 2002, *op. cit.*, p. 6.

passaram a enxergar e propor a etnicidade muito mais como uma junção de fatores sociológicos, como um constructo social, do que como uma característica biológica inata. Em história, por sua vez, a maioria das análises sobre etnicidade em língua inglesa, principalmente a partir do fim dos anos 1980, deram-se no modelo da etnogênese *Traditionskern*, inspirado na obra de Reinhard Wenskus. Todavia, segundo Gillet, tal modelo, que definiu muito da agenda para a pesquisa sobre temas medievais, não recebeu o nível de discussão e debate crítico necessários¹²⁶.

Crítico ao modelo e a seus proponentes, o autor defende também que, embora tenha sido recebido como uma nova concepção intelectual, com mais nuance do que modelos passados, o impacto da etnogênese na pesquisa em história medieval é questionável¹²⁷. Trabalhos que citam a etnogênese como pano de fundo, continua Gillet, frequentemente não parecem afetados pelo modelo em sua metodologia, o que indicaria uma falta de clareza sobre a etnogênese apesar de sua ampla aceitação. E, embora esta pesquisa aproveite-se de muitos dos métodos e proposições de autores ligados à chamada Escola de Viena e à etnogênese, devemos ponderar que encontramos muito mais discussões e debates sobre o modelo e seu proponente, o pesquisador alemão Reinhard Wenskus, em obras críticas à etnogênese do que em trabalhos oriundos da tradição.

Após um breve estudo sobre algumas destas discussões e críticas, parece-nos que sua posição é menos a de uma rejeição da etnogênese e mais a de uma relativização de seu caráter inovativo e revolucionário, principalmente no que diz respeito ao papel de Wenskus e de sua obra, *Stammesbildung und Verfassung*. De um lado, portanto, os proponentes da etnogênese defendem que o trabalho de Wenskus foi fundamental ao quebrar com uma historiografia mais tradicional, que enxergava as *gentes* “bárbaras” como entidades étnicas estáveis e biologicamente segregadas¹²⁸. Sua tese teria representado, assim, um rompimento com ideias centradas na unidade sanguínea de tais grupos, movendo o foco da pesquisa para os elementos de cunho político e de tradição ancestral, para vinculações de caráter pessoal e transitório que extrapolavam laços de sangue.

¹²⁶ Ibid, p. 7.

¹²⁷ GILLET, 2006, *op. cit.*, p. 243.

¹²⁸ FRIGHETTO, Renan. Considerações sobre o conceito de gens e a sua relação com a idéia de identidade nobiliárquica no pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII). *Imago temporis*, v. 6, n. 6, 2012, p. 425-426.

Na contramão disso, historiadores críticos ao modelo apontam que Reinhard Wenskus não foi exatamente inovador, mas um destacado continuador de tradições historiográficas anteriores. Alexander Murray, por exemplo, defende que sua tese representa o final de um desenvolvimento historiográfico, não o começo, sendo responsável por sistematizar meio século de revisionismo acadêmico anterior sobre a Antiguidade germânica¹²⁹. Sua obra massiva, que começava no neolítico e misturava filologia, arqueologia, história e ciência social, pretendia compilar o conhecimento então existente sobre a formação das *gentes* germânicas.

Robert Kasperski, outro autor consultado sobre o tema, traça uma longa análise identificando as influências de Wenskus. O autor, ele aponta, devia muito à obra do etnologista alemão Wilhelm Mühlmann, que havia lidado com questões de etnicidade e etnogêse, grandemente embasado, por sua vez, nas propostas do antropólogo russo Sergei Shirokogoroff, que defendia que o *ethnos* era um processo em aberto¹³⁰. Assim, segundo Karsperski, o modelo de Wenskus teria apenas expandido e dado continuidade às teorias propostas por seu mentor, Walter Schlesinger, e por outros pesquisadores da chamada *Neue Verfassungsgeschichte* (“nova história constitucional”)¹³¹. O próprio Wenskus, por fim, não reivindicaria o mérito de ter quebrado com o conceito de tribo como uma comunidade biológica homogênea, uma vez que cita diversos exemplos de estudos publicados antes de 1961 que já rejeitavam o conceito de um *ethnos* orgânico¹³².

É possível constatar, portanto, que, como frequentemente ocorre quando tratando-se de uma teoria historiográfica emergente, houve algum exagero na categorização de modelos biológicos de etnicidade como sendo antigos e modelos socialmente construídos como necessariamente novos. A tradição acadêmica alemã do século XX, defende Andrew Gillet, foi muito mais complexa do que esta dicotomia indica, com modelos alternativos “biológicos” e “sociais” coexistindo e competindo desde o começo do século, não exclusivamente envolvidos e nem divorciados de ideologias racialistas¹³³. O modelo de Wenskus, nesta perspectiva, teria surgido

¹²⁹ MURRAY, Alexander Callander. Reinhard Wenskus on ‘Ethnogenesis’, *Ethnicity and the Origins of the Franks* In: GILLET, Andrew (Ed.). *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the early Middle Ages*. Turnhout: Brepols Publishers, 2002, p. 52-53.

¹³⁰ KASPERSKI, Robert. “Ethnicity, Ethnogenesis, and the Vandals: Some Remarks on a Theory of Emergence of the Barbarian gens”. *Acta Poloniae Historica*, v. 112, 2015, p. 206.

¹³¹ Ibid, p. 213-214.

¹³² Ibid, p. 207.

¹³³ Gillet, 2006, *op. cit.*, p. 250.

entre estas disputas, tornando-se extremamente influente ao oferecer uma sistematização da corrente que eventualmente prevaleceu.

Independente das disputas envolvendo o caráter de inovação do estudo de Wenskus, é inegável sua importância para os estudos posteriormente desenvolvidos sob a égide da etnogênese. O ponto mais influente de seu modelo de análise de etnicidade, parece-nos, foi a proposta da existência de um *Traditionskern* dentre as *gentes* medievais. Pequeno núcleo de tradição, que comumente (mas não necessariamente) era uma família real, o *Traditionskern* era o grupo que transmitia e propagava tradições de cunho étnico, visando expandir tal identidade a uma população muito mais ampla¹³⁴. O que Wenskus categorizou como *Stammesbildung*, e pesquisadores posteriores chamaram de etnogênese, é o processo pelo qual indivíduos e grupos de origens heterogêneas são atraídos a uma nova comunidade étnica, que deriva sua identidade de tradições ancestrais oralmente transmitidas.

No modelo da *Traditionskern*, assim sendo, os “bárbaros” definiam sua identidade étnica e alteravam-na ao juntarem-se a outras uniões tribais. Nestas *gentes*, então, Wenskus enxergava um grupo que não era definido pela linguagem, pela cultura ou pela lei, mas por uma aliança política e por conformidade a um padrão de pensamento e comportamento políticos. Cada um destes grupos, então, possuía uma tradição cambiante, que consistia em uma genealogia da dinastia governante, o nome da *gens*, uma *origo* e resquícios de fundações ideológicas da antiga realeza sagrada germânica.¹³⁵ Ademais, não somente indivíduos poderiam alterar sua identidade tribal, mas também o próprio *Traditionskern* poderia fazê-lo, embora, para Wenskus, tal processo fosse muito mais raro e complicado¹³⁶.

Deste modo, uma das coisas mais intrigantes quando pensamos a tradição originada da *Stammesbildung und Verfassung* é que Wenskus raramente aplica o termo etnogênese em sua obra¹³⁷. Cunhado por pesquisadores soviéticos, o termo era utilizado para designar a emergência de um grupo étnico ou linguístico específico, o qual Wenskus diferenciava do processo de criação de tribos (*Stammesbildung*). O termo *Stamm*, mais comumente utilizado por Wenskus, era

¹³⁴ POHL, Walter. *Etnicity, Theory and Tradition: A Response*. In: GILLET, Andrew (Ed.). *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the early Middle Ages*. Turnhout: Brepols Publishers, 2002, p.221.

¹³⁵ MURRAY, *op. cit.*, p. 45.

¹³⁶ KARSPERSKI, *op. cit.*, p. 209-210.

¹³⁷ MURRAY, *op. cit.*, p. 42.

entendido como uma combinação de *gens*, o termo genérico nas fontes para a comunidade política (equivalente ao grego *ethnos*); *natio*, termo para a comunidade de descendência; e *populus*, designando o corpo político.

Todavia, etnogênese acabou sendo o termo de preferência dos continuadores de Wenskus, principalmente Herwig Wolfram, para referir-se não somente ao fenômeno objetivo e observável da formação de um grupo, como na antropologia, mas também aos modelos teóricos de sua análise¹³⁸. Crucial para a disseminação e desenvolvimento do pensamento de Wenskus, Wolfram apontou que o processo de etnogênese não ocorria apenas uma vez na história de um povo, mas tinha de ser reiterado ao longo das gerações. Ao estudo deste processo de auto-identificação e redefinição étnica o autor atribuiu o nome “etnografia histórica”. Nele, três fatores interrelacionados deveriam ser combinados para criar e sustentar coesão grupal: sucesso militar, um mito de origem identificado com a linhagem governante e um veículo que perpetuasse tal mito ao longo das gerações¹³⁹.

Nesse sentido, o principal ponto de revisão da tese de Wenskus por parte de Wolfram e de outros parece ter sido seu forte caráter germanista. De acordo com o já citado Alexander Murray, a teoria de Wenskus pressupunha que a cultura e o universalismo romanos teriam sido forçados a dar lugar à nova e mais forte consciência política das *gentes* germânicas, cujas tradições estendiam-se à “pré-história”¹⁴⁰. Um maior reconhecimento do poder formativo do mundo romano e das influências culturais e políticas clássicas sobre as *gentes* “bárbaras” passou a ser um dos principais pressupostos da teoria de etnogênese contemporânea, que localiza na etnicidade um dos principais motores de mudanças e o elemento que deu sustentação para a formação de povos e unidades políticas durante o período¹⁴¹.

A escola da etnogênese, assim, segundo aponta Robert Karasperski, teria gradualmente afastado-se do nome de Reinhard Wenskus e de partes de sua teoria, ainda que aceitando e aplicando muitos de seus argumentos¹⁴². Atualmente, o principal ponto de concordância dentro da corrente de pensamento etnogenética parece ser uma compreensão da etnicidade “bárbara” enquanto um constructo situacional, que era transicional e poderia ser modificado mediante necessidades

¹³⁸ GILLET, 2006, *op. cit.*, p. 244.

¹³⁹ *Ibid*, p. 244-246.

¹⁴⁰ MURRAY, *op. cit.*, p.45.

¹⁴¹ GILLET, 2006, *op. cit.*, p. 242-243.

¹⁴² KARSPERSKI, *op. cit.*, p. 203-204.

políticas mais imediatas¹⁴³. Nesse sentido, uma das principais críticas feitas ao modelo, seja na proposição de Wenskus ou em suas fases mais modernas, é o peso excessivo que tais estudos colocam sobre nomes e termos como uma chave para a interpretação de tradições vivas e historicamente dinâmicas¹⁴⁴.

Andrew Gillet, por sua vez, aponta o tratamento dos textos literários como um fundamental ponto de dissonância entre críticos e proponentes da etnogênese. Para ele, enquanto críticos do modelo defendem que as fontes precisam ser analisadas de forma mais completa, com métodos de análise textual, literária e o estabelecimento de um contexto cultural, os estudos de etnogênese avaliam-nas apenas de acordo com o tanto de informação que podem fornecer sobre processos de formação de identidade¹⁴⁵. Citando o debate existente em torno da pseudo-história de origem goda na *Getica* de Jordanes, Gillet defende que tais estudos frequentemente apropriam-se de textos de tradição clássica como vozes de genuínas tradições norte-europeias, transformando-os em fontes “bárbaras”¹⁴⁶.

Em um texto que endereça muitas destas críticas, um dos maiores nomes associados à etnogênese, Walter Pohl, faz algumas defesas e, em outros casos, concessões. Lembrando que processos étnicos eram movimentos de longo prazo, Pohl afirma que um dos problemas do termo etnogênese é que ele sugere a existência de uma origem do *ethnos* em um circunscrito estágio inicial¹⁴⁷. Para ele, contudo, a cuidadosa reconstituição de processos étnicos, de seu contexto político e a análise de sua percepção nas fontes históricas é a principal abordagem metodológica da chamada Escola de Viena. Os estudos não devem, assim, perguntar se tal seria uma identidade étnica verdadeira ou não, e tampouco buscar suas origens, mas entender como um determinado grupo social cria e reforça aspectos de uma identidade¹⁴⁸. É também nesse sentido que o autor propõe uma revisão da ideia de *Traditionskern*, uma vez que a imagem de um cerne sugere um senso muito forte de solidez e imutabilidade, enquanto o mais apropriado seria

¹⁴³ Ibid, p. 225-226.

¹⁴⁴ MURRAY, *op. cit.*, p. 47.

¹⁴⁵ GILLET, 2006, *op. cit.*, p. 248-249.

¹⁴⁶ Ibid, p. 249-250.

¹⁴⁷ POHL, 2002, *op. cit.*, p. 235.

¹⁴⁸ POHL, Walter, Introduction: Ethnicity, Religion and Empire In: POHL, Walter, GANTNER, Clemens, PAYNE, Richard (Ed.) **Visions of Community in the Post-Roman World: The West, Byzantium and the Islamic World, 300-1100**, Farnham: Ashgate, 2012, p. 11.

pensar em um conjunto mais solto e complexo de grupos e redes interconectados envolvidos em “práticas étnicas”¹⁴⁹.

Concluimos, portanto, que embora haja de fato algumas críticas possíveis ao modelo proposto por Reinhard Wenskus e pela escola da etnogênese, ele nos fornece uma importante ferramenta para a compreensão de identidades tardo-antigas e medievais como social e politicamente construídas, mantidas e reformuladas. Abordando um período posterior a este mais tradicionalmente reconhecido como sendo o da formação dos povos tardo-antigos, evitamos o termo complicado e discutível de “etnicidade” e, em vez disso, focamos na análise de uma identidade normanda mais centrada em *gens*, *populus* e *regnum normannorum*. Consideramos, por fim, que ao aplicar tais termos em sua *Gesta Normannorum*, Dudo de Saint-Quentin reivindicava a inserção da *gens* normanda em um panorama mais amplo da *christiana ciuitas*, remetendo a tradições historiográficas e políticas clássicas. Faz-se apropriado analisarmos brevemente, então, o entendimento pregresso de *gens/gentes* na Antiguidade Tardia.

1.2.2 A transformação dos conceitos de *gens* e *gentes* na Antiguidade Tardia

Nas fontes romanas da segunda metade do século I a.C., o termo *gens* aparece vinculado aos grupos familiares de mais alto *status* social, com ligação ao passado da *ciuitas*¹⁵⁰. Este fator é bastante relevante para a compreensão do conceito, uma vez que havia uma conexão direta entre as *gentes* mais poderosas do espaço político e um poder legitimador, construído sobre a profundidade da história ancestral de tais famílias. Justificava-se, então, a destacada atuação política destas *gentes* em relação ao restante do *populus*, pois seriam as mais indicadas para a preservação das tradições ancestrais e dos costumes passados¹⁵¹.

No entanto, as profundas reformulações sociais e políticas ocasionadas ao fim do século pela ascensão de Otávio Augusto e constituição do Principado, levaram à remoção de várias *gentes* da aristocracia tradicional e ao ingresso de novos integrantes no Senado e na administração geral das províncias¹⁵². Este novo

¹⁴⁹ POHL, 2002, *op. cit.*, p. 231-232.

¹⁵⁰ FRIGHETTO, Renan, *op. cit.*, 2012, p. 421-422.

¹⁵¹ *Ibid.*

¹⁵² *Ibid.*, p. 422.

contexto e conformação sócio-política acabam por provocar uma reformulação no próprio conceito de *gens*, que passa a ser cada vez mais relacionado e integrado à própria *nobilitas*, menos incrustado em uma ancestralidade e mais em uma destacada ação política contemporânea¹⁵³.

Ao mesmo tempo, a contínua expansão da hegemonia romana levava a uma maior aproximação com as próprias aristocracias regionais “bárbaras”, culminando em uma gradual inserção destas na administração provincial e, conseqüentemente, no grupo mais amplo da *nobilitas* romana. Conforme, então, as *gentes* “bárbaras” eram integradas ao ambiente sócio-político romano, tal aproximação dava-se também no aspecto retórico-discursivo, sendo observável uma diminuição da caracterização de tais grupos como “bárbaros” nos textos romanos do período¹⁵⁴. Em uma breve análise, compreendemos que, assim como muitos outros aspectos da tradição romana, a ideia de *gens* foi apropriada pelas elites dos grupos “bárbaros” e ressignificada de acordo com seus interesses mais prementes. Assim, aponta Frighetto¹⁵⁵, o conceito de *gens* é retomado com uma nova formulação, auxiliando tal aristocracia na construção de uma noção de identidade nobiliárquica, que demarcava as linhagens e famílias mais destacadas dentro de um dado contexto político.

No que diz respeito ao contexto tardo-antigo, contudo, a formulação de *gens* não restringiu-se apenas aos grupos nobiliárquicos. Ela foi, na verdade, ampliada e imposta a outras *gentes* dentro de um mesmo *regnum*, a fim de promover a associação direta entre a autoridade de uma *gens* e a entidade política sobre a qual governava. Dentro de uma noção ampla de *christiana ciuitas*, eclesiásticos (muitos deles oriundos de uma tradição e de famílias romanas) auxiliaram as elites na construção de uma nova identidade para seus regna, que integravam grupos aristocráticos romanos e “bárbaros” em uma sociedade cristã¹⁵⁶.

Nos textos que resultaram e auxiliaram na construção deste processo, *gens* foi o termo mais comumente utilizado, seguido de *natio* (com um sentido muito parecido ao de *gens*) e *regnum*¹⁵⁷. Enquanto *populus* era um termo que poderia ser

¹⁵³ Ibid, p. 422 - 423.

¹⁵⁴ Ibid, p. 423.

¹⁵⁵ Ibid, p. 424 - 425.

¹⁵⁶ Ibid, p. 428.

¹⁵⁷ GOETZ, Hans-Wener. *Gens*. Terminology and perception of the ‘Germanic’ peoples from late antiquity to the early Middle Ages. In. CORRADINI, Richard; DIESENBERGER, Maximilian; REIMITZ,

utilizado tanto com nomes étnicos quanto territoriais, *gens* era o conceito mais exclusivamente atrelado a nomes étnicos¹⁵⁸. Um indicativo da ampla utilização do conceito no período é o fato de que Isidoro de Sevilha, ao abordá-lo, não chega a definir exatamente o que entende pelo termo, tomando seu entendimento como algo dado. O que ele de fato faz é definir quatro critérios - que permanecerão bastante influentes por todo o período medieval - pelos quais *gentes* poderiam ser distinguidas entre si: lei, língua, origem e costumes¹⁵⁹.

No que pese terem tido muitas semelhanças para com as antigas elites romanas, as quais buscaram ativamente expor, as novas elites militares dos séculos V e VI também procuraram reafirmar suas diferenças em relação a elas e às outras *gentes* “bárbaras”, fazendo do discurso étnico um componente chave do poder político no mundo tardo-antigo¹⁶⁰. Neste cenário, nomes, narrativas e leis compuseram um discurso voltado à afirmação de um grupo distinto e, ao mesmo tempo, sua reivindicação de autoridade sobre territórios da antiga *res publica*¹⁶¹.

Isto não significa dizer, contudo, que a etnicidade foi um fator completamente inventado por autores tardo-antigos: distinguir grupos de indivíduos com base em nomes específicos era uma prática comum tanto na etnografia antiga quanto na visão de mundo bíblica¹⁶². É importante destacar também que os autores medievais, de maneira geral, não entendiam as *gentes* como oriundas de processos políticos, conforme nosso entendimento contemporâneo, mas como unidades que estavam lá desde os tempos bíblicos. Embora frequentemente migrassem e se estabelecessem em outros lugares, as *gentes* não se modificavam em sua essência¹⁶³.

Quando as estudamos de um ponto de vista contemporâneo, contudo, é necessário mantermos em mente que, diferente dos sentimentos de identidade existentes entre pequenos grupos “bárbaros”, as grandes *gentes* medievais não eram de forma alguma naturais. Eram, sim, formas abstratas de categorizar pessoas e grupos, sobre as quais construíram-se poderosas instituições políticas¹⁶⁴. Nos

Helmut (Ed.). **The construction of communities in the early Middle Ages: Texts, Resources and Artefacts**. Leiden: Brill, 2003, p. 42.

¹⁵⁸ Ibid, p. 58.

¹⁵⁹ Ibid, p. 48.

¹⁶⁰ PHOL, *op. cit.*, 1998, p. 2-3.

¹⁶¹ Ibid.

¹⁶² Ibid, p. 3 - 4.

¹⁶³ GOETZ, *op. cit.*, 2003, p. 54.

¹⁶⁴ PHOL, *op. cit.*, p. 3 - 4.

novos reinos cristianizados, a retórica de identidade étnica servia de base para o poder e o privilégio de uma *gens*, que buscava integrar várias outras *gentes* sob uma única unidade política por ela liderada. Desta forma, as elites romano-“bárbaras” buscaram significar e instrumentalizar uma complexa realidade política em um universo mais simples, de “nós” e “eles”, de reinos e nações¹⁶⁵.

O discurso étnico, neste cenário, servia como uma poderosa ferramenta política para construir um *status* e uma posição diferenciados de uma *gens* sobre as demais. Projetar uma identidade franca ou goda, por exemplo, significava reivindicar uma superioridade com relação à população romana e outras *gentes* dentro de seus respectivos *regna*¹⁶⁶. Ao mesmo tempo, a construção de tais discursos exigia a obtenção de um equilíbrio muito delicado, uma vez que fazia-se necessário criar características que transformavam uma *gens* em um grupo político privilegiado e apto ao governo de um *regnum*, sem, ao mesmo tempo, excluir as demais *gentes* que integravam ou viriam a integrar tal território¹⁶⁷. Em suma, esta identidade deveria ser ao mesmo tempo exclusiva e inclusiva.

Toda esta retórica estava embasada na noção de que, assim como no caso das destacadas *gentes* romanas, apenas um grupo específico dentro de uma unidade política qualquer seria capaz de governar e auxiliar nas tarefas de governo¹⁶⁸. Ainda, a crescente relevância política do cristianismo neste contexto permitiu que uma *gens* governante fosse considerada responsável tanto pelo bem comum do *regnum* quanto por um bom governo espiritual, que levaria todo o *populus* à salvação. Assim, nos textos historiográficos que integraram este processo de construção de identidade, a grande passagem de uma *gens* em direção ao papel de líder ideal do *regnum* se dava a partir de sua conversão ao cristianismo, fazendo dela a responsável pela inserção de todo seu *populus* na *christiana ciuitas*¹⁶⁹. O poder do soberano ganhava, assim, uma aura de concessão divina, conferindo à *gens* governante uma carga de escolhida por Deus para promover a fé cristã e proteger seus representantes dentro de seu território¹⁷⁰.

¹⁶⁵ Ibid, p. 5.

¹⁶⁶ Ibid, p. 6.

¹⁶⁷ Ibid, p. 6 - 7.

¹⁶⁸ FRIGHETTO, *op. cit.*, 2012, p. 429 - 431.

¹⁶⁹ Ibid, p. 432.

¹⁷⁰ FRIGHETTO, Renan. Relações e distinções dos conceitos de *gens* e *populus* e a construção de uma *identidade nobiliárquica* na *Hispania visigoda* na Antiguidade Tardia (Séculos VI - VII). In

1.2.3. *Gens et regnum francorum*

Voltamos-nos agora a uma análise do processo de etnogênese da *gens francorum*, tanto por conta da importância dos reinos merovíngio e carolíngio para a definição do conceito quanto pelo ducado da Normandia ter orbitado politicamente em torno da Francia. E a etnogênese franca é tão relevante justamente porque antes da construção do reino merovíngio é praticamente impossível definir os francos como um “povo”, uma vez que passavam longe de constituir um grupo unificado ou mesmo uma “confederação de tribos”¹⁷¹. As próprias fontes romanas, ao abordarem os francos, descreviam uma multitude de reis governando, ao mesmo tempo, sobre vários grupos que não eram entendidos como uma comunidade unificada¹⁷².

Isto porque a Gália romana foi, durante e após o *imperium*, uma civilização mista, contando com populações “bárbaras” e romanizadas, que lentamente tornaram-se indistinguíveis¹⁷³. Levando-se em conta a existência destas várias influências no território, bem como a ausência de qualquer forte evidência arqueológica apontando para a existência de um grande grupo étnico franco, é bastante seguro afirmar que a *gens francorum* tratou-se de um fenômeno essencialmente político¹⁷⁴. Mais interessante ainda é observar que houve, na Gália, uma série de dinastias reais (*stirpes regiae*), sendo os merovíngios apenas uma destas. Estes últimos foram capazes de suprimir as demais apenas a partir de seu enorme sucesso político posterior, e da construção de uma tradição historiográfica que fez de sua linhagem a única a ser registrada na *Historia Francorum*¹⁷⁵.

Deste modo, afirmar que a *gens* franca era, sobretudo, um fenômeno político, implica dizer que os *regna francorum* de Clóvis e de seus sucessores estavam muito longe de serem “francos” em termos de população, uma vez que amalgavam outros diversos reinos e *gentes* da Gália romano-bárbara. Não obstante,

Fronteiras e Identidades no Império Romano: Aspectos Sociopolíticos e Religiosos. Vitória: GM Editora, 2015. p. 182 - 183.

¹⁷¹ GOETZ, Hans-Werner. *Gens, kings and kingdoms: the Franks*. In. GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter (Ed.). **Regna and gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world**, Brill, 2003, p. 310.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ Ibid, p. 316.

¹⁷⁴ Ibid, p. 318.

¹⁷⁵ Ibid, p. 319.

os merovíngios eram vistos (ou melhor dizendo, faziam-se ver) como os reis dos francos em um *regnum francorum*, que tinha na *gens francorum* a única garantidora da união e da estabilidade política do território.¹⁷⁶ Ainda, com sua subsequente cristianização, Clóvis e seus sucessores foram capazes de projetar-se não apenas como governantes *in saeculo*, mas *in caelo*, conferindo à dinastia uma incumbência divina de liderar o *regnum* à salvação¹⁷⁷.

Predomina, então, um complexo entendimento da *gens francorum*, que era ao mesmo tempo uma ferramenta de distinção e legitimação bem como uma identidade que deveria se estender a todo o território e *populus* governado por tal grupo. Era, em suma, gentílica e supragentílica, posicionando outras *gentes* concomitantemente como sua parte e contraparte¹⁷⁸. Pertencer ao reino franco e abraçar tal identidade, portanto, não necessariamente redundava no abandono de uma identidade étnica anterior¹⁷⁹. Ainda que nominalmente partilhassem desta identidade franca, os habitantes do reino não deixaram de reter, reviver, ou desenvolver uma identidade étnica, política e territorialmente motivada¹⁸⁰.

Ainda que os critérios e a percepção do que era uma *gens* tenham permanecido semelhantes durante o período aqui analisado, o uso político do termo teve significativas variações. Principalmente no que diz respeito ao centro de poder franco, o entendimento de *gens* acompanhou a transformação das estruturas políticas, passando a ser aplicado cada vez mais em conexão a um território. As *gentes*, a partir de então, não eram mais vistas como povos independentes, mas como partes constituintes da organização estrutural dos *regna*, passando a serem entendidas como componentes de províncias e a adquirir nomes territoriais junto a expressões étnicas¹⁸¹.

¹⁷⁶ Ibid, p. 323 - 324.

¹⁷⁷ Ibid, p. 330 - 331.

¹⁷⁸ Ibid, p. 336.

¹⁷⁹ SCHMAUDER, Michael. The relationship between frankish *gens* and *regnum*: a proposal based on the archeological evidence. In. GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter (Ed.). **Regna and gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world**, Leiden: Brill, 2003, p. 305.

¹⁸⁰ Ibid, p. 343 - 344.

¹⁸¹ GOETZ, *op. cit.*, 2003, p. 59 - 60.

1.2.4 *Gens* e escrita da história: as *origo gentis*

Frequentemente associada ao processo de construção e consolidação das *gentes* esteve a escrita da história de vários povos cristãos do medievo, estratégias discursivas por meio das quais identidades de grupo não eram meramente relatadas, mas “construídas, negociadas e performadas”¹⁸². Neste sentido, é importante lembrarmos, com Walter Pohl¹⁸³, que a linguagem nunca é mero reflexo do mundo, mas um meio ativo de sua construção, sendo impossível dividir texto, conhecimento e discurso de um lado, e realidade social, do outro. Assim, cabe enfatizar que tanto a consolidação contemporânea das *gentes* impôs uma visão específica sobre seu passado quanto a escrita do mesmo foi parte crucial neste processo, havendo uma relação retro-alimentativa entre a *gens* e o discurso que a performava.

Convencionamos agrupar estes textos, bastante lidos e influentes durante a medievalidade, sob a categoria das *origo gentis*. Devemos ponderar, entretanto, que tal agrupamento trata-se apenas de uma convenção acadêmica contemporânea, não existente no período de sua composição. Conforme eram entendidas por seus autores, tais obras não pertenciam a um gênero literário específico e tampouco partilhavam de uma abordagem e estilo em comum, uma vez que emprestavam características e elementos mistos de várias tradições. Na prática, então, a expressão *origo gentis* em si quase nunca figurava nos textos, estando, quando muito, restrita às suas linhas introdutórias¹⁸⁴.

Ainda assim, aponta Lars Boje Mortensen, pode ser útil observar tais obras em conjunto, permitindo-nos interessantes comparações de estilo, contexto político, propósito, entre outros aspectos. Para tanto, ele continua, devemos abandonar a ideia de *origo gentis* como um gênero literário, entendendo-o na verdade como um agrupamento funcional, ou seja, de obras que possuem elementos em comum que são externos em vez de internos aos textos. Podemos entender tais obras, então, como narrativas históricas sobre uma entidade política em particular, que frequentemente começam com um relato de suas origens e trazem-no até a dinastia

¹⁸² PIZARRO, Joaquin Martínez. Ethnic and National History ca. 500 - 1000. In: DELIYANNIS, Deborah Mausekopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Leiden: Brill, 2003, p.45 *Tradução nossa*: “(...) constructed, negotiated and performed”.

¹⁸³ POHL, Walter. The construction of communities and the persistence of paradox: an introduction. In. CORRADINI, Richard; DIESENBERGER, Maximilian; REIMITZ, Helmut (Ed.). **The construction of communities in the early Middle Ages: Texts, Resources and Artefacts**. Leiden: Brill, 2003, p. 2.

¹⁸⁴ MORTENSEN, *op. cit.*, p. 79-80.

governante presente, buscando atrelá-la ao passado de tal grupo¹⁸⁵. Desta forma, pensamos não em coincidências de elementos textuais, que são raras, mas de propósito, em obras que visavam justificar historicamente a legitimidade de um poder estabelecido.

Outro importante ponto de revisão sobre as chamadas *origo gentis* é que, embora sejam comumente associadas aos séculos V e VI, quando os grupos “bárbaros” começavam a afirmar sua identidade histórica, o registro de tais obras é na verdade bastante escasso antes da virada do milênio¹⁸⁶. A *Getica* de Jordanes, a *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha, a *Liber Historia Francorum* e a *Historia Langobardorum* de Paulo Diácono são frequentemente associadas a esta tradição, embora algumas destas abordem de forma muito secundária as *gentes* que supostamente eram o principal objeto de sua escrita. O caso da *Libri Historiarum* de Gregório de Tours e da *Historia Ecclesiastica* de Beda é ainda mais significativo, uma vez que, frequentemente associadas ao gênero, tais obras consistiam em histórias eclesiásticas e tocavam o aspecto secular de forma muito tangencial, visando legitimar instituições, visões e políticas eclesiásticas e não um poder secular.

O caso da *Getica* de Jordanes é também bastante interessante para nosso entendimento da relação entre as *gentes* e a escrita da história, bem como sua interpretação na contemporaneidade. Há, hoje, enorme discussão e muito pouco consenso sobre o quanto de seu breve relato seria oriundo de consultas a fontes gregas e romanas e o quanto seria uma fiel reprodução dos doze livros da *Historia Gothorum* de Cassiodoro, que Jordanes teria sido incumbido de resumir. Ele próprio um antigo *notarius* militar e funcionário da administração imperial de Constantinopla que, ainda que afirme uma origem goda, não possuía conhecimento de primeira mão sobre a Península Itálica, Jordanes, segundo Walter Goffart e outros autores, na verdade celebra as conquistas justinianas dos anos 530 contra os godos de Teodorico¹⁸⁷.

Até os anos 1980, aponta Brian Swain, Jordanes era tido quase de forma unânime como um mero plagiador da obra de Cassiodoro, dotado de um estilo pobre

¹⁸⁵ Ibid.

¹⁸⁶ Ibid, p. 81-82.

¹⁸⁷ GOFFART, Walter, “Jordane’s *Getica* and the Disputed Authenticity of Gothic Origins from Scandinavia”. **Barbarian tides: the migration age and the later Roman Empire**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006, p. 60.

e alto grau de limitação intelectual¹⁸⁸. Em grande medida, continua o autor, tal fator deveu-se ao uso ao qual sua obra foi submetida pelos últimos quase 500 anos. Ignorando sua realidade e contexto constantinopolitanos, diferentes pesquisadores enxergaram na *Getica* a voz de Cassiodoro e uma fonte fundacional para a reconstituição da história e sociedade antigas godas¹⁸⁹. De fato, a *Getica* tem sido analisada desde o século XVI como a primeira obra dedicada à história de um dos mais importantes povos “germânicos”, e vista como um dos pilares principais de evidência para as antiguidades dos povos germânicos e eslavicos europeus¹⁹⁰.

A *Getica*, portanto, nos dá um importante vislumbre sobre os possíveis equívocos ao atribuir um caráter de *origo gentis* a fontes que claramente não foram projetadas com tal propósito. Enquanto, até onde sabemos, Cassiodoro era um leal súdito de Teodorico e de seus descendentes, Jordanes era um católico cuja família possuía laços profundos e antigos no mundo romano oriental. Se Cassiodoro compôs sua história em torno de 533, momento no qual a dinastia de Teodorico parecia forte, Jordanes compôs a sua sugerindo uma suave transição ao domínio bizantino após a anexação do reino por Justiniano¹⁹¹. Longe de ter sido um porta-voz dos godos, portanto, Jordanes busca refutar a legitimidade de Teodorico e de seus descendentes como governantes da *Italia*, desaconselhando a categorização de sua obra como uma *origo gentis* goda.

É preciso tratar com certo cuidado, assim, a noção de que toda etnogênese “bárbara” foi acompanhada de uma grande narrativa de origem. Os francos, como já dissemos, são muito esparsamente representados na obra de Gregório de Tours, um bispo galo-romano muito pouco preocupado com a *gens* e seus governantes, e mais com o funcionamento de uma sociedade cristã e com os deveres religiosos de seus líderes. O enganoso título *Historia Francorum*, além disso, é encontrado apenas em manuscritos carolíngios muito posteriores¹⁹². É apenas com a *História dos Francos*, de Fredegário, que a *gens* franca ganha uma longa narrativa histórica. Além de

¹⁸⁸ SWAIN, Brian. “Jordanes and Virgil: A Case Study of Intertextuality in the *Getica*”. **The Classical Quarterly, New Series**, vol. 60, n. 1, 2010, p. 243.

¹⁸⁹ Ibid, p. 243-244.

¹⁹⁰ GILLET, Andrew. The Goths and the Bees in Jordanes: A Narrative of No Return. In: BURKE, John et al (Ed.) **Byzantine Narrative**. Melbourne: Australian Association for Byzantine Studies, 2006, p. 150-151. Como outros 3 pilares, o autor cita ainda as *Histórias* de Heródoto, a *Germania* de Tácito e a *De administrando imperii* de Constantino VII Porfirogênito.

¹⁹¹ GOFFART, *op. cit.*, p. 68-69.

¹⁹² PIZARRO, *op. cit.*, p.52.

fornecer a primeira origem troiana da historiografia medieval, Fredegário compôs sua história do *regnum francorum* em moldes decididamente seculares¹⁹³. Utilizando-se de categorias mais territoriais para referir-se aos habitantes da Gália, Fredegário reserva termos mais claramente étnicos, como *genere Francos*, para introduzir personagens em posições de poder, principalmente os *major domus* carolíngios¹⁹⁴.

Neste contexto, a suposta *origo* troiana dos francos é utilizada visando a elaboração de uma coesão identitária sobre um conceito de ancestralidade comum, fundada, desde Tróia, sobre um único rei, uma única linhagem¹⁹⁵. “Franco”, então, passa a adquirir um caráter muito mais político do que sanguíneo, raramente servindo para definir um homem como tal por nascimento, mas sim como pertencente ao grupo responsável por conduzir a liderança política do *regnum*. Ou seja, eram sempre os francos que agiam e tomavam decisões pelo *populus*, eram eles os homens livres que elegiam o rei, encontravam-se em assembleias, acordavam tratados de paz ou faziam guerra. Formavam, assim, uma *gens francorum*, o grupo politicamente decisivo, junto do rei¹⁹⁶.

Há ainda a anônima *Liber historiae Francorum* - também conhecida como *Gesta Francorum* – escrita no século VIII e aparentemente bastante popular em sua época, que deixa quase completamente de lado os assuntos eclesiásticos e hagiográficos para focar sua atenção na nobreza franca, à qual reserva o termo *Franci*¹⁹⁷. Demonstrando um interesse quase exclusivo pela política e pela guerra, a *LHF* apresenta a história militar e dinástica franca de maneira épica, com longos discursos diretos e formas anedóticas, algo que é bastante evocativo dos temas e estilo da própria *Gesta Normannorum*.

Após a *LHF*, aponta Mortensen, os quase 170 anos de escolástica carolíngia não buscaram formular uma nova história abrangente dos francos, causando uma aparente lacuna das *origo gentis* entre Paulo o Diácono nos anos 790 e Widukind, em torno de 960¹⁹⁸. Segundo o autor, tal lacuna pode ser explicada ao pensarmos que a bem-sucedida dinastia carolíngia não teria sentido nenhuma forte pressão, interna ou externa, para justificar seu poder por meio de uma longa história da *gens*

¹⁹³ Ibid, p. 61-62.

¹⁹⁴ GOETZ, *op. cit.*, 2003, p.61.

¹⁹⁵ GOETZ, *op. cit.*, 2003 p. 339-340.

¹⁹⁶ Ibid, p. 335.

¹⁹⁷ PIZARRO, *op. cit.*, p.62-64.

¹⁹⁸ MORTENSEN, *op. cit.*, p. 83.

franca¹⁹⁹. O cenário pode ser visto mudar drasticamente, contudo, quando a ascensão da nova dinastia capetíngia promove a obra de Aimoin de Fleury, em torno do ano mil, ligando o novo poder ao glorioso passado merovíngio e carolíngio. É também ao contexto de frágil poder central capetíngio da virada do milênio que comumente atribue-se uma espécie de transição das *origos*, com Widukind, a um formato mais explicitamente dinástico, de um centro de poder que não necessariamente era um *regnum*. Assim, tanto sua *Res Gestae Saxonicae*, composta entre 965 e 975, quanto a *Gesta Normannorum* seriam mostras de uma ascendente identidade saxã e normanda.

Tanto Widukind quanto Dudo teriam sido, então, pioneiros independentes na composição de longas *origo gentis* dinásticas, que tinham uma tarefa semelhante de justificar a ascensão de um novo poder nas fronteiras do mundo carolíngio²⁰⁰. Estando ambos imbuídos de um formidável aprendizado clássico e um aparente conhecimento de Jordanes, Beda e Paulo o Diácono, Widukind e Dudo escolheram inserir suas histórias em uma tradição narrativa que estendia o relato desde uma reivindicada origem clássica até seu próprio tempo. É irônico, assim, que sejam estes dois autores, escrevendo em um período bastante posterior ao da formação dos primeiros *regna* romano-bárbaros, os exemplos mais claros de uma tradição de *origo gentis*, responsáveis por inspirar vários outros textos nos séculos XI e XII, como a massiva *Gesta Danorum* de Saxo Grammaticus (aprox. 1200 – 1220).

É importante ponderarmos, também, que ao utilizar tais referenciais clássicos e formato narrativo, Dudo estava também reivindicando a inserção de sua obra e da *gens normannorum* em tal tradição comum de *origo gentis*. Sua narrativa, como discutiremos no terceiro capítulo, traz claras inspirações em Virgílio e em Jordanes, além de criar um cenário pregresso para Rollo e seus dácios, que visa conectar estes, e os posteriores normandos, a uma ampla tradição romano-cristã.

¹⁹⁹ Ibid, p. 86.

²⁰⁰ MORTENSEN, *op. cit.*, p. 86-87.

1.3 POSSIBILIDADES DA *GESTA NORMANNORUM* ENQUANTO UM PROJETO DE PODER SOBRE A NORMANDIA

1.3.1 A escrita da história e dinâmicas de poder na medievalidade

Por mais que tal afirmação possa parecer óbvia em um primeiro momento, faz-se importante explicitar: a escrita da história no contexto medieval era uma operação completamente distinta do que é na contemporaneidade ou foi em outros períodos históricos. No período analisado, uma das particularidades da história era que ela geralmente não era reconhecida como um galho independente de estudo, mas como um ramo da gramática ou da retórica. Além disso, os autores de história provinham de cenários muito diferentes e escreviam com propósitos também muito distintos, fazendo com que a palavra *historia* tivesse um sentido bastante amplo, podendo referir-se a trabalhos de arte narrativos, vidas de santos, trechos bíblicos, ofícios litúrgicos, poemas épicos e outros textos e objetos²⁰¹.

Tais autores, ademais, na maior parte das vezes eram eclesiásticos (principalmente antes do século XII) e não praticavam apenas a escrita da história, mas de poesia, comentários litúrgicos, documentos, entre outros. Chama a atenção, inclusive, que os escritores de história dentro do âmbito do cristianismo muitas vezes não eram grandes bispos ou abades, mas personagens que detinham posições hierárquicas mais baixas dentro da Igreja, como presbíteros, diáconos ou, como o próprio Dudo, cônegos. Frequentemente, assim, a escrita da história, principalmente de instituições eclesiásticas, partia de um encargo por parte de um bispo ou abade a um subordinado, como se fosse um trabalho auxiliar aos cargos de direção de tais instituições²⁰². Na Antiguidade Tardia, assim, enquanto os grandes mestres e pensadores da Igreja reservavam-se a escrita de tratados apologéticos e teológicos, a escrita da história era comumente conduzida por personagens de menor expressão²⁰³.

Nesse sentido, outro ponto que precisamos levar em consideração é que os responsáveis pela escrita da história no período aqui analisado, procedimento caro e dispendioso, estavam quase invariavelmente associados a um centro de poder que

²⁰¹ DELIYANNIS, *op. cit.*, p. 1-3.

²⁰² SALOR, *op. cit.*, p. 83.

²⁰³ *Ibid*, p. 86.

os avaliasse, fosse ele secular ou eclesiástico. Frequentemente, portanto, situações políticas contemporâneas à escrita a moldavam de maneira significativa, buscando impor sobre o passado uma linha de continuidade com as dinâmicas de poder do presente. A história, assim, era vista como um eficiente instrumento de consolidação do poder a partir de reelaborações do passado, consolidadas por meio de narrativas que visavam legitimar o presente e construir projetos de futuro²⁰⁴. A escrita da história tendia a ser, portanto, fortemente centrada no presente, ou seja, motivada por circunstâncias políticas específicas em vez de qualquer atribuível desejo abstrato de preservar memórias²⁰⁵. Várias histórias foram escritas, outras tantas, não; e elas o foram apenas quando um olhar sobre o passado interessava a alguém ou a algum grupo político²⁰⁶, possibilitando um ganho presente.

É possível postular, então, que perdurou na Cristandade Latina uma tendência geral a utilizar-se do passado para justificar e legitimar o presente²⁰⁷. A história frequentemente funcionava como um passado útil, que servia tanto para solidificar a unidade interna de uma comunidade quanto moldar uma representação a fim de exteriorizá-la²⁰⁸. A existência de um grupo, portanto, era reforçada pela contínua referência a seu passado comum, reforçando sua existência no presente como uma continuidade ao longo do tempo²⁰⁹. Quanto a isso, a história normanda e sua utilização por parte dos duques constitui um excelente exemplo.

Como observou certa vez Elisabeth Van Houts, o volume de narrativas escritas por e sobre os normandos durante o período de existência do ducado é por si só excepcional. Poucos outros povos medievais, ela continua, geraram escrita histórica em tanta quantidade ou igualaram-se ao orgulho e senso de autoconsciência compartilhada encontrados nos textos normandos. Entre o início do século XI e o final do XII, marcos da consolidação e início do declínio da autonomia normanda, o ducado no noroeste da Francia produziu seis autores que, em latim, registraram a história da Normandia. Em adição a estes textos, que buscaram

²⁰⁴ FERNANDES, Fátima R. "O Poder do Relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340". In: Guimarães, Marcella Lopes (Ed.) **Por Jorge! Por São Tiago! - Batalhas e narrativas Ibéricas medievais**, Curitiba: Editora UFPR, 2013, p. 87-88.

²⁰⁵ LAKE, 2014, *op. cit.*, p. 352.

²⁰⁶ DELIYANNIS, *op. cit.*, p.12.

²⁰⁷ LAKE, *op. cit.*, 2015, p.93

²⁰⁸ *Ibid.*, p.94

²⁰⁹ CROSS, *op. cit.*, p. 119.

abarcando todo o ducado, a Normandia também produziu inúmeras outras obras hagiográficas e registros de comunidades eclesiásticas locais²¹⁰.

Esta abundante escrita histórica produzida pela comunidade normanda, segundo Leah Shopkow, reflete a própria existência e a visão de si desta comunidade, em uma prática que buscava a ordem e a coesão social, sob uma autoridade centralizante²¹¹. Se, ainda com Shopkow, imaginarmos comunidades medievais como populações organizadas em torno de um centro, tal qual nuvens de elétrons ao redor de um núcleo, podemos compreender tal esforço de construção e manutenção de histórias e tradições como um dos meios disponíveis aos duques normandos para fortalecer seu poder de atração central²¹². E, nesse sentido, a *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin foi uma interessante pioneira.

1.3.2 A *Gesta Normannorum* pode ser considerada uma história dinástica?

Durante boa parte da Idade Média perdurou uma ênfase histórica bastante comum em dois períodos, duas extremidades cronológicas: as origens e o contemporâneo²¹³. No que diz respeito às instituições eclesiásticas, isto se refletia no fato de que suas histórias frequentemente buscavam mostrar que aquela unidade em particular estava enraizada nas origens do cristianismo, atribuindo sua fundação a um apóstolo e incluindo pelo menos um santo em sua lista de preladados. A construção destas origens sagradas tinha a intenção de fortalecer a toda a linhagem episcopal ou abacial um poder que era transmitido e enriquecido até o período de escrita, ou seja, até o prelado contemporâneo, que herdava toda esta glória passada e frequentemente ocupava a metade final do texto²¹⁴.

Havia uma compreensão bastante semelhante no que diz respeito às unidades políticas seculares, sendo que a exaltação ou glória de um dos membros de uma linhagem estendia-se também às gerações futuras, entendidas como parte de uma longa continuidade. Recorrente estratégia de legitimação e centralização do poder, a idealização de membros de uma linhagem por meio de uma narrativa

²¹⁰ SHOPKOW, 1997, *op. cit.*, p. 35.

²¹¹ *Ibid*, p. 4-5.

²¹² *Ibid*, p. 18.

²¹³ SOT, Michael. Local and institutional history (300 - 1000). DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Laiden: Brill, 2003, p.109.

²¹⁴ *Ibid*

histórica visava o fortalecimento político de tal dinastia, com repercussões práticas no momento da escrita²¹⁵. Uma vez solidificados, estes modelos de idealização de governantes passados podiam ser atualizados com novos personagens, visando o fortalecimento contínuo do grupo.

Compostas em séries conectadas de biografias, então, as histórias dinásticas comumente narravam a trajetória dos membros da linhagem de maneira singular, mas não extra-humana, de forma a caracterizá-los como modelos de referência de poder para todo o grupo²¹⁶. Eram também ferramentas muito úteis para que os governantes de uma dada dinastia pudessem justificar e corrigir os erros e desvios de seus antecessores²¹⁷, uma vez que estes também poderiam ter repercussões negativas sobre o grupo como um todo.

Segundo observa Leah Shopkow no que diz respeito a famílias abaixo do nível da realeza, a organização da história por meio de narrativas dinásticas só começou a aparecer com mais frequência a partir de 950. Isto teria se dado, muito provavelmente, por conta do alto custo anteriormente envolvido na composição destas histórias, seguido de uma certa difusão da escrita próximo a este período²¹⁸. No caso específico da Normandia e do *regnum francorum*, devemos levar em consideração também a fraca posição política da dinastia capetíngia nos séculos X e XI. Enquanto eles próprios não produziram nenhuma longa genealogia no período, os principados ao redor, cada vez mais fortes, começaram a produzir obras do tipo, buscando enfatizar suas próprias ligações com a família carolíngia e reafirmar seu poder aristocrático²¹⁹.

Se, segundo Shopkow, a *Gesta Normannorum* difere um pouco das demais histórias dinásticas do período por ter sido baseada, presumivelmente, em tradição oral, e não em algum texto anterior, ela possui a característica comum de ter sido composta no formato de biografias sequenciadas de cada um dos membros da linhagem, começando com Rollo e culminando no governante que a encomendou²²⁰.

²¹⁵ FERNANDES, Fátima Regina. As Crônicas e as Chancelarias régias: a natureza e os problemas de aplicação das fontes medievais portuguesas. **Revista Ágora**, n. 16, 2012, p.6.

²¹⁶ FERNANDES, Fátima Regina. Discursos e estratégias de poder na Idade Média Peninsular. **Anais do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais**, 2009, p.9.

²¹⁷ FERNANDES, 2012, *op. cit.*, p. 6.

²¹⁸ SHOPKOW, Leah. Dynastic History. In: DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Laiden: Brill, 2003, p.217.

²¹⁹ CROSS, *op. cit.*, p. 61.

²²⁰ SHOPKOW, 2003, *op. cit.*, p.221-222.

Ainda que alguns outros membros do grupo político que compunha a *gens normannorum* apareçam em momentos chaves da narrativa, seu foco encontra-se na sucessão patrilinear dos duques normandos. Isto, também, encontra-se em consonância com um dos principais objetivos de uma história dinástica: clarificar a descendência da linhagem governante e reafirmar sua inequívoca primazia sobre os demais membros da aristocracia.

Mesmo após meados do século X, contudo, as histórias dinásticas continuaram sendo raras, especialmente as obras mais longas, com descrições detalhadas dos feitos de seus membros, que permaneceram bastante limitadas ao círculo da Normandia, Anjou e da corte real francesa²²¹. O principal motivo para tal fator, aponta Shopkow, é que havia outras formas mais simples de criar e expor uma identidade familiar, sendo a escrita de genealogias mais amplas, e mesmo as mais simples, uma empreitada que exigia recursos substanciais para ser concretizada. Para além disso, o público que se poderia atingir com tal obra narrativa era potencialmente menor do que o alcance de uma simples recitação verbal e mais tradicional das histórias familiares²²².

Outro obstáculo era o fato de que uma história dinástica realmente efetiva deveria ser constantemente atualizada, a fim de incluir o passado mais recente. Levando-se isso em conta, o caso normando é ainda mais singular, uma vez que a *Gesta Normannorum* de Dudo foi atualizada por Guilherme Jumièges (c. 1070) e posteriormente por Orderico Vital (c. 1141 - 1142), representando a continuidade de um projeto de tradição histórica ao longo de mais de um século²²³. Invariavelmente, também, tais autores encontravam-se sob a esfera de influência dos duques da Normandia, fazendo com que as narrativas que escreveram possam ser vistas praticamente como uma história “oficial” do ducado. Cientes de que as histórias dinásticas foram incomuns, principalmente as narrativas longas e recorrentemente atualizadas, devemos nos perguntar: quais fatores levaram diferentes duques normandos a considerar a barreira imposta pelo alto custo das obras uma que valeria a pena transpor?

²²¹ Ibid., p.219.

²²² Ibid., p.228 - 229. As despesas envolviam não só o alto custo e raridade dos códices e da tinta, mas também as doações que geralmente eram feitas a escritores e suas instituições.

²²³ Ibid., p.230 – 231.

Uma das possibilidades reside no alto grau de centralidade atingido pelo ducado Normando e no quanto ele tornou-se uma comunidade coesa ao início do século XI. O orgulho dinástico normando, representado no olhar genealógico imposto sobre o passado, não estava centrado na *posse* dos rollonidas sobre a terra que governavam, mas no *governar* em si, no poder que exerciam sobre a Normandia e sobre seu *populus*²²⁴. A história dinástica normanda tratou-se, portanto, de um projeto e de um instrumento de poder que partiu de uma família governante e foi estendido a toda a comunidade política, forjada e alimentada, assim, tanto na prática do expansionismo bélico quanto no campo da retórica histórica. A escolha de Dudo e da família ducal normanda por uma história dinástica passa longe do acaso. Anais, crônicas ou uma genealogia mais simples não seriam capazes de promover o projeto político contido na *Gesta Normannorum*, culminação da construção retórica de uma *gens* normanda e de seu desejado domínio sobre um território, tanto no presente como no passado e no futuro.

1.3.3 A quem dirigia-se Dudo de Saint-Quentin com a obra?

Tendo introduzido discussões sobre alguns dos aspectos retóricos, de tradição e propósito político da *Gesta Normannorum*, resta dirigir-nos a uma análise sobre as vias de composição e divulgação da obra, uma que nos auxiliará a construir uma compreensão mais ampla sobre a obra e seus efeitos desejados. Sabemos que a elaboração de uma história dinástica tinha objetivos que iam desde a reivindicação de uma família sobre seu patrimônio, o aprimoramento de seu *status*, a clarificação de sua linha de sucessão e a consolidação de uma identidade de grupo²²⁵. Permanece no estudo de textos medievais, contudo, um grande enigma: a quem eles se endereçavam? Se as obras latinas eram encomendadas por e destinadas a governantes seculares e demais nobres laicos, como esperava-se que eles as compreendessem?

Enquanto para o período carolíngio há suficientes evidências para supor que as histórias latinas eram inteligíveis por e escritas para audiências seculares,

²²⁴ Ibid., p.247.

²²⁵ LAKE, 2014, *op. cit.*, p. 347-349

raramente podemos presumir o mesmo para outras épocas²²⁶. Devemos ponderar, por outro lado, que textos latinos contavam com a vantagem de terem certa inteligibilidade universal dentre reinos cristãos - ainda mais vantajosa em um território que abrigava grupos de origens tão plurais, como era o caso da Normandia -, e podiam ser tornados acessíveis a públicos não falantes do latim por meio da tradução e da paráfrase. Nesse sentido, a própria *Gesta Normannorum* vem sendo objeto constante de análises discursivas, que buscam compreender a quem ela se endereçava, quais objetivos pretendia cumprir e por quais meios. Tais análises geraram hipóteses bastante dissonantes e, por vezes, irreconciliáveis.

Um vocabulário e forma rebuscados, com frequente alternância entre prosa e poesia, fez com que muitos pesquisadores considerassem a escrita de Dudo de difícil acesso²²⁷. Dotado de uma educação profundamente enraizada em tradições históricas e literárias carolíngias, Dudo compôs a *Gesta Normannorum* em um sofisticado estilo conhecido como *prosimetrum*, herdado da tradição tardo-antiga de Boécio e Marciano Capela, mas já bastante incomum na Cristandade Latina do século XI. No total, mais de 90 poemas podem ser contados ao longo da *Gesta*, compostos em mais de 30 métricas diferentes²²⁸. No que diz respeito à função do texto, nos conta Benjamin Pohl, podemos distinguir duas linhas principais de argumentação: uma primeira que enxerga a obra de Dudo como um texto latino escolástico, dotado de um propósito didático e educacional; e outra que localiza seu principal público nas cortes ducais, condaís e reais de Ricardo II e de seus pares²²⁹.

O próprio Benjamin Pohl propõe, todavia, em um excelente estudo de 2016, que as duas teorias não devem ser necessariamente vistas como mutuamente excludentes. Buscando conciliá-las, o autor propõe que ambas têm um aspecto crucial em comum: a possibilidade de um contexto oral ou performativo. Com isso, Pohl refere-se aos múltiplos canais de comunicação existentes na apresentação e recepção de um texto, entre remetente e destinatário, que dependem de códigos e convenções específicos a um dado contexto²³⁰. Pesquisadores trabalhando com a transmissão material da literatura medieval há muito reconhecem, continua, que

²²⁶ Ibid

²²⁷ Ibid., p.349-350.

²²⁸ POHL, Benjamin. Poetry, punctuation and performance: Was there an aural context for Dudo of Saint-Quentin's *Historia Normannorum*?. *Tabularia. <<Études>>*, nº 16, 2016, p. 179.

²²⁹ Ibid, p. 180.

²³⁰ Ibid, p. 181.

alguns manuscritos eram projetados de modo a conectar-se com estilos orais de composição, visando facilitar sua leitura pública. O termo “auralidade”, por fim, é utilizado por ele para enfatizar a relação recíproca entre modos de recepção orais e escritos, referindo-se a performances que dependiam de um texto escrito de base²³¹.

Enxergando a *Gesta Normannorum* em um contexto aural, ou seja, como um texto que facilita e incentiva a leitura em um cenário performativo, Pohl propõe que esta era uma das várias opções de escrita e recepção disponíveis a autores e públicos medievais²³². Os seis manuscritos da *Gesta* que mantêm sua estrutura prosimétrica mais ou menos intacta, continua, também demonstram sua grande variedade e nuance de pontuação, indicação de um manuscrito que antecipava alguma forma de apresentação oral, performance pública ou, até mesmo, o ensino. Os manuscritos contêm uma frequência de marcas de pontuação (*positurae*) que cumprem funções específicas de transmissão de estrutura e significado ao leitor, como os *punctus elevatus*, *versus* e *interrogativus*²³³.

Aprofundando sua argumentação, Pohl dá o exemplo do poema *Rollo quid horrescis*, que utiliza o *punctus interrogativus* em uma sequência de sete perguntas que compõe os versos de abertura do poema, padrão este consistente em cinco dos seis manuscritos analisados. Este e outro poema, *O Deus omnipotens*, além disso, mostram traços de uma rima interna, em adição à estrutura métrica, fortalecendo a possibilidade de uma apresentação aural. Além da pontuação, os manuscritos fazem também um uso extensivo de “rubricas explicativas” (49), que elucidam a complexa estrutura métrica dos poemas, e “rubricas vocalizantes”, que anunciam discursos, orações, dedicações e músicas, e incluem termos como *oration* (“fala”), *concentus* (“harmonia”/“coro”), *carmen* (“música”), *loqui* (“falar”) e *canere* (“recitar”), podendo ser entendidas como orientações para a vocalização ou para o ensino do latim²³⁴. Ainda dentre as evidências para modos aurais e visuais de recepção, Pohl cita o uso sofisticado de cores em alguns manuscritos, que visavam tornar os conteúdos das páginas mais acessíveis aos olhos do leitor e facilitar a recitação oral. Exemplo disso

²³¹ Ibid, p. 182.

²³² Ibid, p. 194.

²³³ Ibid, p. 184-185.

²³⁴ Ibid, p. 189-190.

são as iniciais coloridas, *litterae notabiliores*, inseridas ao início de cada novo verso para que o leitor pudesse rapidamente processar a estrutura dos poemas²³⁵.

Mais interessante ainda, contudo, é a teoria suportada por Pohl e por outros autores, com base em um manuscrito do século XI, de que existia um programa de ilustração para a *Gesta Normannorum*. O manuscrito, postula Pohl, apresenta fortes indícios de que Hexâmetros Leoninos eram utilizados como legendas de imagem (*tituli*). Nessa teoria, cada imagem e *titulus* atrelado correspondiam a um discurso narrado por um dos personagens principais da *Gesta*, indicando que o texto de Dudo teria circulado como uma crônica ilustrada (*chronicon pictum*) entre 1050 e 1075²³⁶. Embora nenhuma cópia ilustrada propriamente dita tenha sobrevivido, este manuscrito de Jumièges do século XI, um dos mais antigos sobreviventes, deixa espaços em intervalos irregulares ao longo do texto, que poderiam ter sido utilizados para a inserção de desenhos à tinta. Um destes espaços, no trecho que narra a vida de Rollo, foi preenchido com rabiscos que ilustram a ação descrita no texto, presumivelmente em cópia da imagem presente em um manuscrito ilustrado²³⁷.

Diante de todos estes indícios, Pohl propõe, por fim, que estabeleçamos uma distinção entre o público “real” e o público “autoral” de um texto. Enquanto este último é aquele que estaria plenamente familiarizado com as sutilezas e nuances da literatura latina, o verdadeiro público de um poema ou de uma narrativa possuiria um entendimento muito mais básico da língua, se sequer a entendesse. Embora tenha sido tradicionalmente argumentado que as elites normandas de Rouen não podem ter sido o verdadeiro público da *Gesta Normannorum* por conta de seu baixo nível de letramento, proposições mais atuais sugerem que eles podem ter engajado com o texto por canais de comunicação alternativos, como a tradução e a performance. Revisando as fronteiras rígidas entre leitores e não leitores, tal perspectiva enxerga auralidade e letramento não como duas formas separadas de comunicação, mas modos que operavam reciprocamente. Dessa forma, podemos enxergar os membros da corte normanda, figuras chave no patrocínio de obras históricas e literárias, como um público *quasi*-letrado, que obtinha acesso à cultura de forma mediada²³⁸.

²³⁵ Ibid, p. 190-191.

²³⁶ Ibid, p. 189.

²³⁷ SHOPKOW, 1997, *op. cit.*, p. 220-221.

²³⁸ POHL, 2016, *op. cit.*, p. 192-193.

Dessa forma, perspectivas recentes como a de Benjamim Pohl e a de Bernard Bachrach, explorada no tópico 1.3, apontam para um entendimento mais múltiplo e complexo da *Gesta* quanto a suas possíveis formas e intenções de recepção. Ainda que, segundo aponta Ewan Johnson e outros, o pequeno público que poderia ter acesso direto ao texto de Dudo pese contra entendê-lo como um instrumento de “propaganda” ducal²³⁹, a própria dificuldade de acesso ao conteúdo pode ser vista como um gesto aristocrático de exclusão. Esta exclusividade, então, exaltaria tanto o autor quanto seu patrocinador em uma zona de estima acessível a poucos, visando criar uma separação elitista entre conhecedores e não conhecedores²⁴⁰. Assim, enquanto o discurso em prosa seria pelo menos parcialmente acessível ao grupo mais amplo de nobres normandos, aqueles pertencentes ao círculo interno, seja por sua educação ou relação de proximidade com Dudo, poderiam reivindicar o status de verdadeiros apreciadores da cultura.

Em adição, resta pensarmos que, de acordo com Leah Shopkow, enquanto Dudo certamente imaginava e desejava que seu texto tivesse leitores, este desempenhava um importante papel monumental e simbólico²⁴¹. Independente de qual acesso os patronos normandos tiveram ao texto, o simples fato de possuírem uma longa *Historia* latina atrelada a si simbolizava sua importância, enfatizando sua cultura e seu pertencimento ao mundo da *christiana ciuitas*. Ser patrono de uma obra como a *Gesta Normannorum* era ser principesco, e tê-la escrita sobre a Normandia era testemunho de sua importância. Ademais, o próprio manuscrito como objeto tinha importância, uma vez que podia ser utilizado como um símbolo da relação próxima dos duques para com os monastérios aos quais fosse doado²⁴².

Independente do alcance limitado ou não da *Gesta Normannorum* no tempo em que foi escrita, cabe lembrar que estamos falando de uma obra que serviu como marco e monumento da fundação de uma *gens* normanda. Para além dos possíveis ganhos políticos imediatos obtidos por Ricardo II e por sua linhagem a partir da construção idealizada do passado normando, devemos nos lembrar que a história não era escrita somente para o presente. A obra de Dudo, praticamente único texto escrito sobre o século X da história normanda, tratou-se de uma apropriação

²³⁹ JOHNSON, *op. cit.*, 155.

²⁴⁰ JAEGER, *op. cit.*, p. 5-6.

²⁴¹ SHOPKOW, 1997, *op. cit.*, p. 185.

²⁴² *Ibid*, p. 186.

incrivelmente efetiva dos duques da Normandia sobre seu próprio passado, tendo fortemente influenciado a maneira como o período foi encarado pelas gerações futuras.

Mesmo que consideremos que a história, em um contexto no qual a difusão da palavra escrita era bastante limitada, fosse um meio pouco efetivo de difundir ideias em um curto espaço de tempo, ela ainda era a maneira mais efetiva de “estabelecer certas crenças sobre o passado às custas de outras”²⁴³, de escrever dirigindo-se a posteridade. Se não pode ser encarada como um efetivo meio de propaganda sincrônica, ou seja, de disseminar informações visando o favorecimento de uma instituição ou um poder no presente, a *Gesta Normannorum* certamente pode ser entendida como um exemplo de propaganda diacrônica, que busca controlar a maneira pela qual um passado seria lembrado por gerações futuras²⁴⁴. Assim, entendemos que muito além de um simples projeto de poder visando legitimar ações no presente, a elaboração retórica contida na *Gesta Normannorum* criou e solidificou projetos de futuro.

²⁴³ LAKE, 2014, *op. cit.*, p.353.

²⁴⁴ *Ibid.*

2 A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA “MONARQUIA DOS NORMANDOS”: DAS INCURSÕES VIKINGS DE ROLLO AO DUCADO DE RICARDO II

No ambiente de pesquisa atual, podemos observar uma crescente solidificação da percepção de que a Normandia, ao contrário do que era anteriormente pensado²⁴⁵, não se originou como um forte ducado centralizado já ao início do século X. O período que vai de 911, tido muitas vezes como grande marco da fundação do ducado, até 1026 é marcado por graves crises políticas e dinásticas, guerras de expansão, complexos jogos de poder nobiliárquicos e a gradual construção de amplas e intrincadas redes de influência secular e eclesiástica. Foi, enfaticamente, um longo século no qual se deu a criação de uma Normandia e de normandos, processo que incluiu a expansão da hegemonia e do poder dos líderes rollonidas ao sul, norte e oeste de Rouen, primeira, e, durante muitos anos, única, forte zona de atuação política de Rollo e de seus descendentes.

O eventual sucesso da dinastia rollonida após as sucessivas crises dos anos 940 e 960, com a consolidação de seu poder político e construção da ideia de uma *gens* normanda, fez da Normandia a unidade política mais poderosa e duradoura a resultar diretamente de *raids vikings*²⁴⁶, além de um sólido ducado que serviu de base para futuras expansões nos séculos XI e XII. E é justamente este sucesso posterior, de consolidação do poder ao nível local e expansão da dinastia para outros reinos, que fez da história normanda objeto de contínuas inquietações e análises ao longo dos séculos seguintes.

É preciso tomar precauções, contudo, para que tais processos posteriores não nos levem a projetar um forte e poderoso ducado à sua história inicial, ao século X, como se o triunfo dos rollonidas fosse um resultado inevitável. Houve, ao invés disso, uma miríade de outras incursões e assentamentos *vikings* na região da *Francia*, inclusive dentro do território que posteriormente constituiria a Normandia. Os grupos originados destas *raids*, em adição, demoraram muitas décadas para

²⁴⁵ Como demonstraremos nos capítulos seguintes, a ideia de uma Normandia forte desde os primórdios é uma das principais construções da *Gesta Normannorum* e das histórias normandas que se seguiram, visão que permaneceu pelo menos parcialmente aceita até o início do século XX.

²⁴⁶ CROSS, *op. cit.*, 2014, p. 20 - 21.

serem efetivamente colocados sob a hegemonia rollonida, ainda que tenham sido posteriormente apagados pelo poder político e retórico da dinastia normanda²⁴⁷.

Ainda que constitua uma tarefa árdua, dessa forma, contrapor uma visão teleológica sobre a história da Normandia se faz ainda mais necessário, uma vez que é exatamente esta a visão que a principal fonte narrativa que temos para o período, a *Gesta Normannorum*, busca construir. Escrita no início do século XI, em um momento de pujante expansão da hegemonia normanda sob Ricardo II, a *Gesta* lança sobre o passado do território uma visão que busca minimizar todas estas conturbações e a existência dos diferentes grupos *vikings*, projetando o quadro de uma única e singular província forjada pelo plano divino²⁴⁸.

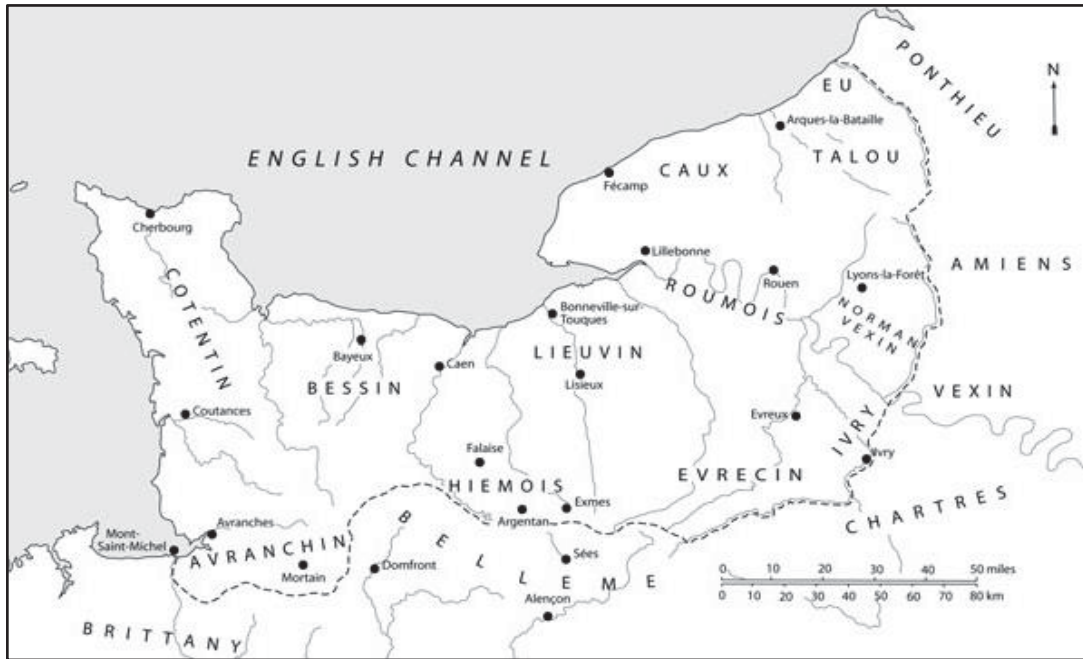
O presente capítulo busca, portanto, fornecer uma narrativa contrastante a este projeto de memória e de poder ducal, projetado ao passado por Dudo de Saint-Quentin e por seus patronos. Embasando-nos em uma bibliografia cada vez mais complexa disponível sobre o período, buscaremos demonstrar os processos políticos envolvidos na construção do ducado como era à morte de Ricardo II em 1027 (FIGURA 2), isto é, a lenta imposição de uma autoridade sobre os grupos *vikings* do Cotentin e da Bretanha, a utilização de aliados escandinavos em importantes batalhas e a construção de uma identidade normanda por meio de escrituras e obras narrativas. Tentaremos representar, por fim, a heterogeneidade dos primeiros estágios de estabelecimento e desenvolvimento da Normandia, conscientemente solapada no início do século XI por um mito, um projeto de memória, que constrói a *gens normannorum* como a única, divinamente apontada, liderança possível²⁴⁹.

²⁴⁷ Ibid. p. 22 - 23.

²⁴⁸ ABRAMS, *op. cit.*, p. 61.

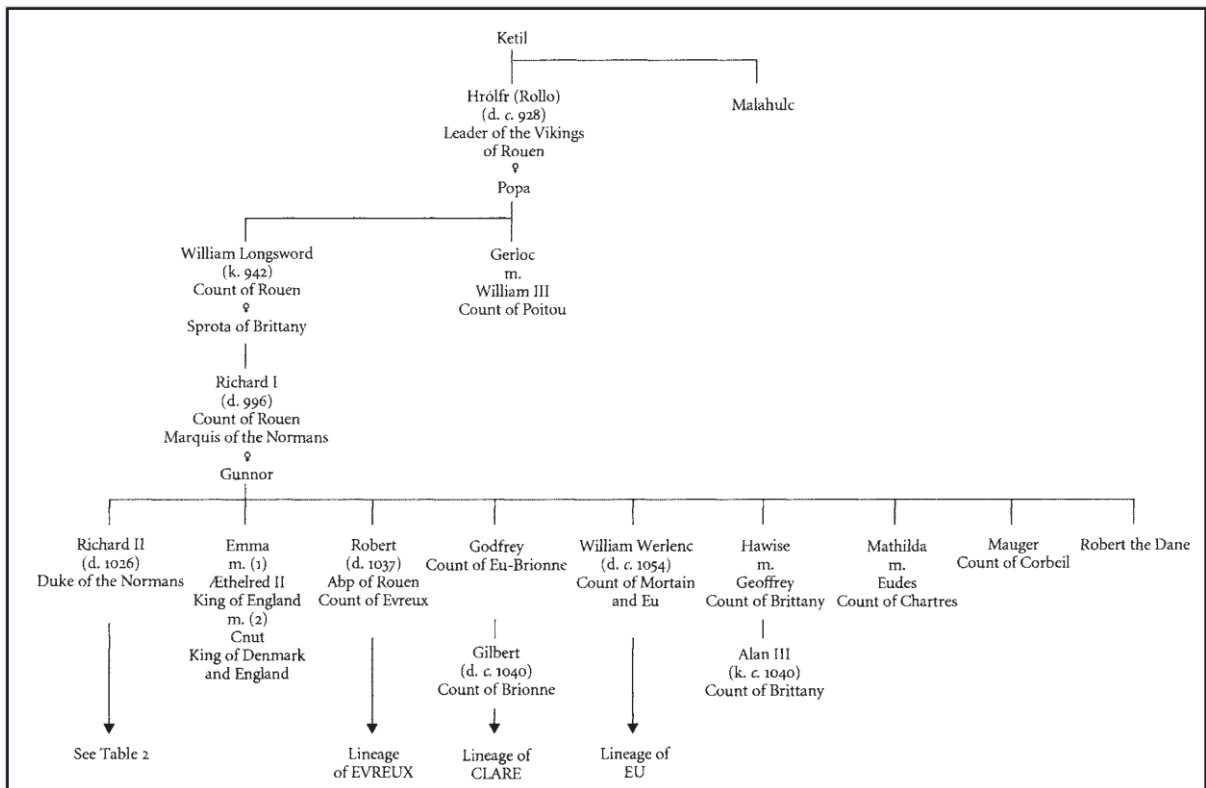
²⁴⁹ Ibid, p. 64.

FIGURA 2 – A NORMANDIA E SEUS VIZINHOS, C. 1027



FONTE: HAGGER (2013)²⁵⁰

FIGURA 3 – A DINASTIA ROLLONIDA



FONTE: CROUCH (2002)²⁵¹

²⁵⁰ HAGGER, Mark. Confrontation and Unification: Approaches to the Political History of Normandy, 911–1035. *History Compass*, v. 11, n. 6, 2013, p. 433-434.

2.1 O INÍCIO DOS ASSENTAMENTOS *VIKINGS* NO VALE DO SENA E O *JARL HRÓLFR* (C. 911 – C. 928/933)

2.1.1 O reino carolíngio ocidental e os estabelecimentos *vikings* no Loire e no Sena

Entre os séculos IX, X e XI, as ações de grupos de *raiders* escandinavos, frequentemente denominados *vikings*, causaram profundas alterações nos panoramas políticos, sociais e culturais das Ilhas Britânicas e da *Francia*²⁵². Enquanto a historiografia constituída a respeito dos estabelecimentos *vikings* na Inglaterra tendeu a olhar para frente, para o contexto de Hastings e 1066, a atividade *viking* na *Francia* é frequentemente estudada dentro do contexto de desestruturação e fragmentação do chamado Império Carolíngio. Esta diferença levou a historiografia sobre o período a enxergar os *raiders* da *Francia* como muito diferentes daqueles que atuaram nas Ilhas Britânicas²⁵³. Não obstante, guerreiros escandinavos, fossem eles *raiders* ou grupos buscando assentamento, agiram de forma muito semelhante em ambos os lados do Canal Inglês, movimentando-se em busca de melhores oportunidades de saque em centros de comércio, cidades e monastérios²⁵⁴.

No *regnum francorum*, os primeiros contatos com o mundo escandinavo se deram a partir da penetração de exércitos e ocupações francas na Frísia, território fronteiriço à região da atual Dinamarca. A presença carolíngia na Frísia acabou por convertê-la em uma tensa fronteira do *regnum*, enquanto o enfraquecimento político dos frísios, por conta da ocupação, abriu espaço para uma supremacia *viking* nos mares frísios e francos²⁵⁵. A pressão exercida cada vez mais ao sul por tais grupos levou o próprio Luís, o Pio, já a partir de 826, a estabelecer um precedente de concessões territoriais temporárias, cedendo, por exemplo, o condado de Rüstingen a Harald Klak²⁵⁶. Ao longo de todo o século IX, seus sucessores fizeram concessões semelhantes, temporárias e não hereditárias, a líderes *vikings*, geralmente com o

²⁵¹ CROUCH, David. **The Normans: the history of a dynasty**. Londres: A&C Black, 2002, p. 5.

²⁵² CROSS, *op. cit.*, p. 12.

²⁵³ *Ibid*, p. 15.

²⁵⁴ *Ibid*, p. 15 - 16.

²⁵⁵ WALLACE-HADRILL, John Michael. **El Occidente Bárbaro 400-1000**, Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2014, p. 201.

²⁵⁶ CROSS, *op. cit.*, p. 18 - 19.

objetivo de encarregar um determinado grupo de proteger as fronteiras frísias contra outros *raiders*²⁵⁷.

Concomitantemente, do meio do século IX em diante, há uma mudança no caráter das campanhas *vikings*: além das táticas de *raids* curtas e periódicas, que visavam a obtenção de riquezas para o comércio, grupos escandinavos passam a mirar territórios mais ao sul com o objetivo de lá estabelecerem-se²⁵⁸. Além de ocuparem a Frísia de forma contínua a partir da década de 840, líderes *vikings* passaram a adentrar também territórios mais a oeste, estabelecendo-se de forma quase permanente no baixo Loire e no Sena²⁵⁹. É assim que, penetrando cada vez mais próximo ao coração da administração carolíngia, os *vikings* contribuíram, junto a outros atores, para um cenário de gradual desintegração do território e aumento do poder das grandes casas condaís, com uma submissão cada vez mais esporádica à autoridade do rei²⁶⁰.

A historiografia contemporânea, assim, tem cada vez menos entendido os *vikings* como um dos grupos “estrangeiros” invasores e causadores da desestruturação política carolíngia e mais como complexos atores, que envolveram-se e foram envolvidos nas disputas internas francas. Com uma presença crescente e forte na *Francia* do período, os *vikings* não apenas eram pagos para partir ou ocupavam territórios de maneira provisória, mas começam a formar laços matrimoniais com a aristocracia local, converter-se ao cristianismo e estabelecer relações comerciais²⁶¹. Dessa forma, traçaram também acordos políticos e territoriais com diferentes líderes locais, não apenas com o rei, e envolveram-se em suas disputas de poder. De acordo com os Anais de Saint Bertin, por exemplo, no mesmo ano em que nórdicos estabeleceram um campo ao sul de Rouen, em 856, uma conspiração aristocrática formou-se contra o rei na Nêustria, possivelmente contando com os *vikings* como aliados²⁶².

Sendo assim, embora as próprias fontes francas e normandas posteriores tenham se dedicado a culpar os pagãos por toda a destruição do período, os lordes

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ TEN HARKEL, Letty. *The Vikings and the Natives: Ethnic Identity in England and Normandy, c. 1000 AD*. In: KOOPER, Erik (Ed) **The Medieval Chronicle IV**, Amsterdam: Rodopi, 2006, p. 177.

²⁵⁹ Ibid. p. 177 - 178.

²⁶⁰ WALLACE-HADRILL, *op. cit.*, p. 190 e 200.

²⁶¹ Ibid, p. 202.

²⁶² POTTS, Cassandra. **Monastic revival and regional identity in early Normandy**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1997, p. 16.

locais em disputa foram tão responsáveis, se não mais, pelas pilhagens e pelos roubos²⁶³. Um ótimo exemplo disso pode ser encontrado na retórica posteriormente construída sobre a destruição e o roubo de relíquias no território da Nêustria, futura Normandia. Segundo Felice Lifshitz, tal narrativa teria servido aos objetivos da historiografia normanda posterior, que construiu um discurso focado em uma forte ruptura entre o período antes da chegada de Rollo, de invasões e destruição, e o momento posterior de prosperidade e reconstrução sob ele e seus descendentes. Lifshitz aponta, por exemplo, que os próprios anais de Saint-Bertin e Saint-Vaast não registram nenhuma transferência de relíquias oriundas da província eclesiástica de Rouen, embora comumente relatassem tais transferências e favorecessem um discurso de interrupção *viking*²⁶⁴.

Foram Dudo de Saint-Quentin e, principalmente, Orderico Vitalis, aponta a autora, os responsáveis por tal formulação narrativa, criando o cenário de um êxodo de corpos sagrados que teria se seguido às invasões *vikings* e sido revertido pelos reformadores normandos²⁶⁵. Escritas da perspectiva teleológica do triunfo dos piedosos normandos após um período de completo caos e destruição, suas histórias exageraram o número de relíquias transferidas da Nêustria nos séculos IX e X. Mais do que isso, continua Lifshitz, ambos retrataram tais transferências como um êxodo, uma fuga, em vez de enxergá-las como um roubo por parte de outros agentes e instituições cristãs, que se aproveitaram do contexto das incursões *vikings* para adquirir para si as relíquias e o prestígio nelas contido²⁶⁶.

Relíquias provenientes da província de Rouen circularam amplamente pela *Francia* ao longo do século X, levando o próprio Orderico Vitalis a considerar em certo ponto que a região não havia sido destruída pelos *vikings*, mas pelos próprios francos e flamengos²⁶⁷. Um bom exemplo disso pode ser encontrado nas relíquias do mais importante santo de Rouen, o bispo Audoenus, removidas da cidade em algum momento após 876, de acordo com o próprio Dudo de Saint-Quentin. Segundo uma escritura de 918, o rei Carlos, o Simples teria colocado, por sugestão do abade de Saint-Germain-des-Prés, a casa de La Croix e todas suas propriedades

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ LIFSHITZ, Felice. The migration of Neustrian relics in the Viking Age: the myth of voluntary exodus, the reality of coercion and theft. **Early Medieval Europe**, v. 4, n. 2, 1995, p. 175-176.

²⁶⁵ Ibid, p. 176 - 177.

²⁶⁶ Ibid, p. 177.

²⁶⁷ Ibid, p. 178.

sob a proteção de tal monastério, entendido como capaz de prover um cuidado e veneração à altura da importância de Audoenus²⁶⁸. As relíquias eventualmente retornam a Rouen, sob o domínio de Rollo. O mais importante, de qualquer modo, é observar que, tivessem as relíquias de Audoenus sido permanentemente perdidas pela cidade, tal não teria ocorrido por conta das invasões *vikings* ou as ações de Rollo e de seus seguidores, mas pela interferência direta do rei e da comunidade monástica de Saint-Germain-des-Prés.

Partindo destas e de outras evidências, Lifshitz propõe uma mudança na percepção monocromática de um êxodo de relíquias causado pela ação *vikings* por uma que leve em conta a possibilidade de intervenções régias, roubos e enganosas reivindicações de posse por parte de nobres francos, hostis à presença de Rollo e de seus seguidores na região²⁶⁹. Podemos expandir esta proposição para o noroeste da *Francia* como um todo, entendendo a presença nórdica e normanda na região como parte do contexto de disputas e fragmentação, não apenas como um fator externo. Os nórdicos haviam tornado-se presença permanente por todo o território e as disputas escancaradas entre os reis carolíngios e a emergente casa robertiana levaram a uma necessidade paulatinamente maior de negociar em vez de combater. É em meio a este cenário que Carlos, o Simples (893 - 922) negocia uma larga concessão de terra ao *raider* norueguês Hrólfr/Rollo em 911, sob a condição de que impedisse outras invasões ao território²⁷⁰, tanto de outros grupos *vikings* quanto, podemos supor, de outros grupos rivais francos.

2.1.2 Rollo, Carlos, o Simples, e a concessão de Saint-Claire-sur-Epte

Sobre Hrólfr/Rollo, comumente tido como o fundador da Normandia, sabemos pouco mais do que datas de nascimento e falecimento aproximadas, uma presunção de parentesco e algumas citações espalhadas por fontes francas, enfocando principalmente o acordo de 911. Uma das únicas coisas que podemos afirmar com certa segurança sobre Hrólfr é que sua origem e feitos foram aumentados pelas narrativas históricas normandas posteriores, que buscavam

²⁶⁸ Ibid, p. 180.

²⁶⁹ Ibid, p. 182.

²⁷⁰ CROUCH, *op. cit.*, p. 2-3.

projetar o poder do ducado ao seu início e o da dinastia a seu estabelecedor²⁷¹. Seguindo a narrativa estabelecida por Snorre Sturlason, autor norueguês do início do século XIII, Rollo é frequentemente identificado como Göngu-Hrólfr, filho do *Jarl* de Møre, Rögnvaldr, aliado do rei da Noruega, Haraldr Hárfagri. No entanto, há ainda muita controvérsia sobre tal identificação e o assunto permanece em aberto.

Na *Gesta Normannorum*, Dudo de Saint-Quentin constrói para o início da trajetória de Rollo uma narrativa que lembra muito a história dos filhos de Harald Klak, rei da Dinamarca, Rolf/Rodulfus e Guthorm/Godurm, que teriam assassinado seu tio Rörik pelo controle da região em 854. O conflito teria ainda resultado na morte de Guthorm, exatamente o que acontece ao irmão de Rollo na *Gesta*, Gurim, levando-o a partir de sua terra natal. Esta associação provavelmente fez parte de uma estratégia, aplicada por Dudo e por outros autores normandos, de projetar a Rollo uma origem mais nobre e grandiosa do que provavelmente teve, atribuindo a ele feitos de outros *vikings* com nomes semelhantes²⁷².

O que é mais provável, uma vez que corroborado por sagas escandinavas do período, é que Hrólfr e seus comandados tenham feito parte de um movimento mais amplo de êxodo contra o rei norueguês Harald, partindo em busca de possibilidades de saque na *Francia*²⁷³. Esta visão mais pragmática das movimentações de Rollo e de seus comandados contrasta grandemente com o caráter idealizado e grandioso projetado por Dudo sobre ele e seu grupo. É importante ressaltar, portanto, que a história de Hrólfr/Rollo não é a história da construção consciente de uma dinastia, e muito menos de um povo normando, mas sim a do oportunismo de um hábil líder militar, que foi capaz de estabelecer-se firmemente em um conturbado território, tanto por meio de seu sucesso bélico quanto de suas negociações com líderes seculares e eclesiásticos²⁷⁴.

²⁷¹ GREEN, Steven S., "Rollo the Viking: His Origin Among the Norwegians of the Atlantic Islands", 2018. Disponível em: <www.academia.edu/36551954/Rollo_the_Viking_his_origin_among_the_Norwegians_of_the_Atlantic_islands> Acesso em: 10 ago. 2021, p. 1 - 4.

²⁷² Ibid. Rollo é apenas uma das versões latinizadas de Hrólfr, podendo aparecer também como Rodolfo ou Raul. Esta confusão de "traduções" poderia ter permitido e facilitado confusões do fundador da Normandia com outros *raiders*.

²⁷³ Ibid. p. 5.

²⁷⁴ CROUCH, *op. cit.*, p. 1.

De acordo com informações contidas na Crônica Anglo-Saxônica, um *viking* de nome Rollo teria desembarcado na *Francia* em 876²⁷⁵. Contudo, é possível que o autor tenha confundido-o com algum outro nórdico, e a historiografia contemporânea geralmente aponta uma data mais próxima ao fim do século para seu desembarque. Embora seja improvável que Hrólfr descendesse de qualquer grande linhagem real escandinava, ele presumivelmente tinha alguma ascendência importante, uma vez que conseguiu tornar-se líder de seu próprio grupo de *raiders*. É muito provável, também, que este grupo fosse constituído por homens que haviam se desgarrado de uma *raid* maior, que pilhava e assentava o estuário do Loire e a Bretanha naquele momento²⁷⁶.

Buscando por alvos mais viáveis ao longo do Sena, Hrólfr e seus homens tomaram a importante cidade de Rouen, que, embora já houvesse trocado de mãos diversas vezes antes, nunca havia deixado de ser um importante centro comercial do noroeste franco²⁷⁷. Relevante centro regional desde sua construção em tempos romanos, a cidade murada foi a principal base de operações de Hrólfr e de seus descendentes. Durante várias décadas, inclusive, o poder e a influência dos rollonidas estiveram bastante restritos a Rouen e a algumas das cidades que compunham sua província eclesiástica. Há evidências de que o *jarl*, além disso, teria chegado a algum tipo de entendimento com o arcebispo de Rouen, para que poupasse a cidade e sua arquidiocese em troca de que sua entrada fosse pacificamente permitida²⁷⁸.

Embora haja evidências o suficiente para crermos que Wito, e não Franco, referenciado por Dudo de Saint-Quentin como o arcebispo de Rouen que negociou com Hrólfr, ocupasse o assento nesta época²⁷⁹, pouco se discute que Hrólfr tenha chegado a algum acordo com as autoridades eclesiásticas da região. Acima de tudo, aponta Cassandra Potts, o líder nórdico e os seus eram homens pragmáticos e oportunistas, que reconheceram rapidamente a importância, a curto e a longo prazo, de construir uma ampla base de suporte na região²⁸⁰. Foi provavelmente a partir

²⁷⁵ TEN HARKEL, *op. cit.*, p. 177 - 178.

²⁷⁶ CROUCH, *op. cit.*, p. ix.

²⁷⁷ *Ibid.* p. 1 - 2.

²⁷⁸ CROSS, *op. cit.*, p. 22-23.

²⁷⁹ Richard. The Norman episcopate, 989-1110. Tese de Doutorado. University of Glasgow, Glasgow, 2009. Disponível em: < <http://theses.gla.ac.uk/1218/>> Acesso em: 10 ago. 2021, p. 15-19.

²⁸⁰ POTTS, *op. cit.*, p. 4.

destas conexões iniciais com a rede eclesiástica de Rouen, portanto, que Hrólfr foi capaz de estabelecer relações com outros líderes eclesiásticos e seculares, incluindo o rei Carlos, o Simples, e seu séquito.

O período que separa a data aproximada da chegada de Hrólfr ao Sena, no fim do século IX, e o acordo com o rei em 911, portanto, foi quando os nórdicos traçaram alianças com lordes locais e expandiram sua zona de influência. Foi apenas após um impasse, resultado de uma fracassada tentativa de tomar Chartres por parte do *jarl*, e da incapacidade das forças francas de derrotar completamente seu exército, que o acordo de Saint-Claire-sur-Epte foi delineado²⁸¹. O acordo, que envolvia ganhos e concessões de ambos os lados, não se tratou de uma transferência de territórios régios a Hrólfr, uma vez que provavelmente apenas reconheceu seu domínio pré-existente sobre estes²⁸². Tratou-se, sim, de um arranjo político, no qual Hrólfr reconhecia a autoridade régia e Carlos sua posse da região, o que o incumbia da tarefa de repelir invasores, fossem eles *vikings* ou francos.

O acordo, posteriormente registrado por Flodoardo de Reims, infelizmente não sobreviveu em sua forma original. Quaisquer tenham sido seus detalhes, ele muito provavelmente envolvia, como contrapartida ao reconhecimento de sua autoridade por Carlos, a conversão de Hrólfr e de seus homens ao cristianismo e algum tipo de juramento de fidelidade ao rei²⁸³. Levando-se em conta a tradição anterior de acordos deste tipo, entre líderes nórdicos e governantes carolíngios, ele provavelmente era enxergado como uma transferência de poder temporária e, certamente, não hereditária. Sendo assim, é pouco provável que envolvesse a concessão de um título de nobreza a Hrólfr, e menos ainda que tenha resultado em um casamento deste com Gisela, filha do rei, afirmação suportada apenas por Dudo de Saint-Quentin na *Gesta Normannorum*²⁸⁴.

Além da ausência de uma fonte documental direta, o acordo coincide com um hiato na escrita de anais franca, e nenhuma evidência contemporânea sobrevive da igreja ou da corte de Rouen²⁸⁵. O texto mais antigo ao qual temos acesso é uma

²⁸¹ Ibid. p. 19-20.

²⁸² PETTS, David. Churches and Lordship in Western Normandy, ad 800-1200. In: SÁNCHEZ PARDO, José Carlos; SHAPLAND, Michael G. (Ed). **Churches and Social Power in Early Medieval Europe: Integrating Archaeological and Historical Approaches**. Turnhout: Brepols, 2015, p. 298.

²⁸³ CHIBNALL, *op. cit.*, p. 12.

²⁸⁴ Ibid.

²⁸⁵ ABRAMS, *op. cit.*, p. 45.

escritura original do rei Carlos, datada de março de 918, na qual registra a concessão da abadia de Croix-Saint-Ouen e suas dependências ao monastério de Saint-Germain-des-Prés, “exceto pela parte das terras da abadia que nós concedemos aos nortenhos no rio Sena, isto é, para Rollo e seus companheiros, pela proteção do reino”²⁸⁶. Para além desta referência, temos apenas alguns esparsos relatos de Flodoardo de Reims, que confirma, em seu anal para 923, que “pouco tempo antes” os *normanni* haviam chegado a um acordo com Carlos e recebido terras em troca²⁸⁷. Ainda, na entrada para 925, registra Rollo e seus seguidores no Eu, lutando contra uma retaliação franca por sua tentativa de invasão ao Beauvaisis²⁸⁸.

Ainda que tenhamos registros de tensões entre os nórdicos e outros nobres regionais, o acordo parece ter sido resultado, pelo menos a princípio, de um interesse mútuo de Hrólfr e do rei Carlos, o Simples, para que o primeiro, cristianizado e disposto a negociar, estendesse sua autoridade sobre outros assentadores *vikings* da região²⁸⁹. Por conta disso, temos o registro, novamente por parte de Flodoardo, de mais duas concessões feitas pela casa real a Hrólfr, uma em 924 (que lhe garantia o Bessin e Hiémois) e outra em 933, já a seu filho, Guilherme, concedendo-lhe a Bretanha²⁹⁰. Estas três concessões régias, contudo, certamente passaram longe de representar um ganho automático de autoridade dos rollonidas sobre tais territórios. Devemos reforçar que Hrólfr era apenas um dentre vários líderes *vikings* operando na região, e certamente teve de lutar e negociar constantemente para manter mesmo um frágil domínio sobre outros *jarls* e nobres francos restantes²⁹¹.

Muito distante da imagem posterior de uma unidade política firmemente estabelecida, devemos imaginar a Normandia da primeira metade do século X como um território sobre o qual o poder rollonida era mantido por meio de relações pessoais frágeis e transitórias, uma autoridade que em grande medida não era institucionalmente constituída²⁹². Isto se deu porque a presença escandinava no

²⁸⁶ Ibid. *Tradução nossa*: “Except for the part of the abbey’s lands which we have granted to the northmen on the River Seine, that is, to Rollo and his companions, for the protection of the kingdom.”

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ CROUCH, *op. cit.*, p. 3.

²⁸⁹ Ibid. p. 6.

²⁹⁰ CROSS, *op cit*, p. 19 - 20.

²⁹¹ CROUCH, *op. cit.*, p.4.

²⁹² ABRAMS, *op. cit.*, p. 60.

noroeste da *Francia* foi muito mais heterogênea do que anteriormente pensado, contando com grupos de diferentes origens e estratos sociais, que tinham sua própria relação com a aristocracia franca e com Rouen. Podemos apontar, então, uma grande e marcada diferença entre duas Normândias: a que convencionamos chamar de Alta Normândia, o território mais ao leste, sob a influência dos rollonidas, e a Baixa Normândia, a oeste, populada por grupos *vikings* independentes de Rouen e mais próximos à zona marítima irlandesa e britânica²⁹³.

Podemos afirmar seguramente, portanto, que o poder de Hrólfr restringia-se apenas a Rouen e a algumas cidades dentro de sua zona de influência. Não obstante, foi esta cidade, grande centro de comércio regional desde muito antes de sua chegada, que rendeu a ele e a seus sucessores mais riqueza do que teve acesso qualquer outro de seus rivais estabelecidos dentro do território da futura Normândia²⁹⁴. Centro da autoridade rollonida desde sua captura, Rouen, como indicam evidências arqueológicas e fontes narrativas, foi uma cidade muito ativa comercialmente, oferecida por Rollo e seus sucessores como um centro livre e seguro para mercadores e para o ouro escandinavos²⁹⁵.

E foi partindo deste rico e próspero centro que Hrólfr e seus primeiros sucessores lentamente expandiram sua autoridade e hegemonia a oeste e ao sul, chegando um pouco mais perto de controlar os territórios que haviam sido concedidos nos acordos de 911, 924 e 933²⁹⁶. Longe de uma província unificada cedida por Deus a Rollo em 911, portanto, como Dudo quis fazer crer, a Normândia como existia no momento de escrita da *Gesta* foi uma construção extremamente fragmentária, fruto da criação de seus líderes e de um forte expansionismo, que dependeu muito do ouro e das espadas escandinavas²⁹⁷.

Outro fator muito importante que nem sempre é destacado é o quanto, segundo os estudos de Cassandra Potts, os rollonidas dependeram de uma gradualmente restaurada estrutura eclesiástica para estender sua influência às áreas que buscavam subjugar²⁹⁸. Uma de suas principais estratégias, conforme a autora, teria sido a de reestruturar e fortalecer a organização eclesiástica neutra a fim de

²⁹³ Ibid. p. 61.

²⁹⁴ HAGGER, *op. cit.*, 2013, p. 429 - 430.

²⁹⁵ SEARLE, *op. cit.*, p. 10 - 11.

²⁹⁶ HAGGER, *op. cit.*, p. 429 - 430.

²⁹⁷ Ibid. p. 432.

²⁹⁸ POTTS, *op. cit.*, p. 7.

ligar as porções mais distantes de seu território ao centro, não sendo surpreendente, assim, que as futuras fronteiras políticas da Normandia acabassem sendo bastante semelhantes às da arquidiocese de Rouen.

Em uma época na qual a delegação de autoridade política a outros nobres poderia levar ao surgimento de linhagens rivais, continua Potts, líderes eclesiásticos eram importantes alternativas nas regiões mais afastadas do centro²⁹⁹. Servindo-lhes como uma importante base de apoio, então, as comunidades eclesiásticas da antiga Nêustria auxiliaram os rollonidas na tarefa de costurar social e politicamente sua nova província. Provendo uma cadeia de relações que funcionava no nível mais alto da elite e ao mesmo tempo possuía longo alcance nas comunidades locais, a Igreja permitia-lhes operar em níveis aos quais tinham pouco acesso. A longeva parceria, iniciada por Hrólfr, entre os normandos e a Igreja local, então, é peça fundamental para compreendermos o progressivo sucesso da Normandia ao longo dos séculos X e XI.

Para além de algumas poucas informações e outras suposições, como a de que tenha passado os anos entre sua chegada a *Francia* até sua morte lutando para estabelecer sua autoridade, sabemos pouco sobre os anos de vida e governo de Hrólfr/Rollo. Mesmo a data de sua morte é mera aproximação, uma vez que podemos apenas conjecturar que ele ainda estava vivo em 927, ainda que provavelmente já adoecido, quando seu filho, Guilherme Espada-Longa, presta juramento ao rei franco Raul³⁰⁰. Hrólfr certamente já havia morrido em 933, e há certo consenso historiográfico em presumir que seu falecimento tenha se dado próximo a 928, e que seu lugar de sepultamento tenha sido a própria catedral de Rouen.

2.2 O CONDADO ROUENNAIS DE GUILHERME ESPADA-LONGA (C. 928/933 – 942): EXPANSÃO TERRITORIAL E CRISE DINÁSTICA

Ao contrário do que é afirmado na *Gesta Normannorum*, o filho e sucessor de Hrólfr provavelmente não nasceu na *Francia*. Atualmente, presumimos que Guilherme tenha chegado já adulto ao Sena com seu pai e tenha recebido este

²⁹⁹ Ibid.

³⁰⁰ CROUCH, *op. cit.*, p. 7.

nome latino após seu batismo, assim como Hrólfr havia assumido o nome de seu padrinho, Roberto³⁰¹. De fato, seu *planctus*, o poema laudatório escrito em lamento a sua morte, fala sobre Guilherme ter nascido “além dos mares, de um pai que habitava terras pagãs”³⁰². Forte indicação disso é seu epíteto, Espada-Longa, provavelmente um nome guerreiro *viking* latinizado, não utilizado por Dudo de Saint-Quentin exceto em uma breve passagem, mas muito comum em fontes a partir do século XI³⁰³.

Presumivelmente nascido pagão e tornado líder em um território cristão, Guilherme foi uma importante ponte entre os costumes antigos dos primeiros assentadores escandinavos, liderados até a *Francia* por seu pai, e a nova realidade política da frágil autoridade carolíngia e das disputas entre os principados, ambiente no qual governava³⁰⁴. Responsável direto por estabelecer, redefinir e dar continuidade à autoridade mantida por Hrólfr, é muito pouco provável que Guilherme tenha ascendido ao poder de forma pacífica e segura, como descreve a *Gesta*, com seu adoecido pai transferindo-lhe o poder ante a presença de todos os homens sob sua autoridade. Se Hrólfr de fato adoeceu durante os últimos anos de sua vida, Guilherme deve ter tido de pegar em armas para assegurar sua posição como seu sucessor e reassumir o controle sobre os guerreiros nórdicos, e nobres locais, anteriormente subordinados a seu pai.

Ao mesmo tempo em que parece ter tido sucesso nos esforços de assegurar alguma autoridade sobre os grupos nórdicos do Sena já a 927, Guilherme também estabeleceu relações pacíficas com o rei franco Raul (923 - 936), chegando a mais um acordo/concessão em 933³⁰⁵. Segundo Flodoardo, novamente, “Guilherme, líder (*princeps*) dos nortenhos, jurou lealdade àquele mesmo rei; a quem o rei deu a terra dos Bretões ao longo da costa marítima”³⁰⁶. Aqui, Raul parece ter valido-se da mesma estratégia utilizada por Carlos, o Simples, enxergando os rollonidas como aliados no combate a outros *raiders* nórdicos, e líderes locais rebeldes, que haviam estabelecido-se a oeste de Bayeux. Guilherme, por sua vez, demonstra o mesmo

³⁰¹ Ibid. p. 8 - 9. Era tradição amplamente praticada no período que o recém-batizado assumisse um nome cristão em homenagem a seu padrinho de batismo.

³⁰² Ibid. *Tradução nossa*: “beyond the seas to a father dwelling in heathen lands”.

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ Ibid. p. 9.

³⁰⁵ Ibid. p. 9 - 10.

³⁰⁶ Ibid. *Tradução nossa*: “William, leader (*princeps*) of the Northmen swore faith to that same king; to whom the king gave the land of the Bretons lying along the sea coast”.

pragmatismo político de Hrólfr, conseguindo navegar habilmente pela política de uma fragmentada *Francia* a fim de assegurar e expandir a autoridade conquistada por seu pai.

Como afirmado anteriormente, a região a oeste de Rouen e a leste da Bretanha, a chamada Baixa Normandia, que teve de ser progressivamente conquistada pelos líderes da Alta Normandia, era extremamente heterogênea em termos de população, como resultado das diversas migrações e estabelecimentos *vikings* que lá ocorreram em diferentes períodos. Nesse sentido, o Cotentin e o Avranchin (ver figura 2) haviam sido inicialmente concedidos aos bretões por Carlos, o Calvo, em 867, com o objetivo de que lá estabelecessem uma marca que fosse capaz de conter o avanço *viking* vindo do oeste³⁰⁷. A estratégia não rendeu os frutos esperados, contudo, e o território permaneceu disputado por vários grupos, nórdicos e francos, durante boa parte dos séculos IX e X. A evidência arqueológica disponível, de fato, aponta que foi no extremo norte da península do Cotentin onde houve uma maior disrupção da administração carolíngia, com o surgimento de vários nomes-de-lugares tipicamente escandinavos³⁰⁸, além de características topográficas ao longo da costa que apresentam distintas marcas nórdicas³⁰⁹.

Estas e outras evidências parecem indicar que estruturas políticas carolíngias haviam sido substituídas por outras, derivadas de costumes nórdicos, em uma região onde a autoridade régia era quase inexistente, e sobre a qual o controle rollonida era apenas nominal. De fato, *raiders* completamente independentes de Rouen haviam tornado-se assentadores também ao longo do rio Loire, tomando o controle de Nantes em 911. Há, inclusive, registros de acordos entre o líder de um grupo escandinavo, Rögnvaldr, e governantes francos em 921 e 927, que asseguravam sua posição na cidade³¹⁰. Estes grupos, por fim, haviam tomado praticamente quase todo o território bretão a 931, exilando seus duques e constituindo um crescente desafio ao poder central na região.

O grande exército *viking* do Loire, contudo, não chegou a produzir nenhum grande líder centralizador, capaz de conduzir a formação e cristianização de um grupo mais amplo, como havia sido o caso dos *vikings* do Sena sob Hrólfr e

³⁰⁷ PETTS, *op. cit.*, p. 299.

³⁰⁸ Pelo menos três *pagi* conhecidos, da região, têm nomes escandinavos: *Haga*, *Sarnes* e *Helganes*

³⁰⁹ *Ibid.* p. 299 - 300.

³¹⁰ CROSS, *op. cit.*, p. 20.

Guilherme, que tornaria-os mais dispostos e suscetíveis a negociar com os carolíngios³¹¹. No entanto, até que ponto Guilherme foi capaz de concretizar esta autoridade regamente concedida sobre a Baixa Normandia e a Bretanha é uma grande incógnita. O que sabemos é que ele de fato promoveu campanhas de expansão sobre a região, uma vez que tomou uma mulher bretã, Sprota, como concubina, com quem teve seu filho e futuro herdeiro, Ricardo. Além disso, o “conde de Rouen” certamente reivindicou uma autoridade que teria conquistado nestas campanhas, uma vez que moedas encontradas em Monte Saint-Michel (ponta extrema da Baixa Normandia) e cunhadas em seu nome referem-se a ele como “duque dos bretões”³¹².

As moedas de Saint-Michel são importantes, também, pois se juntam a outras evidências arqueológicas que indicam que Guilherme cunhou moedas a partir de uma forja restaurada em Rouen, além de ter assumido o considerável fisco real na região que controlava³¹³. Ademais, Elizabeth Van Houts propõe que Guilherme Espada-Longa teria sido o primeiro príncipe territorial da *Francia* do século X a omitir por completo o nome do rei em suas moedas, utilizando apenas o seu próprio³¹⁴. Ao mesmo tempo, afirma Richard Allen, os rollonidas mantiveram um monopólio sobre sua cunhagem de moedas durante todo o século X, enquanto vários outros duques e condes francos haviam perdido tal prerrogativa³¹⁵. O autor aponta também que o valor e o peso das moedas eram cuidadosamente mantidos a partir de Rouen, sendo os *denarii* normandos do século X a única moeda cunhada por um príncipe da *Francia* a ter circulação fora de seus domínios.

Estes e outros indícios nos informam que, ainda que reivindicasse, e provavelmente mantivesse, um alto grau de independência em relação à autoridade real, Guilherme buscou ativa e voluntariamente operar dentro da lógica de um legítimo *princeps* franco-cristão. Embora - nos já referidos anais de 933 - Flodoardo trate Guilherme pelo título latino mais neutro de “*princeps* dos nortenhos”, sabemos que o rollonida reivindicava para si o título de *comes Rothomensis*, conde de

³¹¹ CROUCH, *op. cit.*, p. 9 - 10.

³¹² *Ibid.* p. 10.

³¹³ CROUCH, *op. cit.*, p. 11.

³¹⁴ VAN HOUTS, *op. cit.*.

³¹⁵ ALLEN, Richard. The Norman episcopate, 989-1110. Tese de Doutorado. University of Glasgow, Glasgow, 2009. Disponível em: < <http://theses.gla.ac.uk/1218/>> Acesso em: 10 ago. 2021, p. 20-21.

Rouen³¹⁶. Esta reivindicação torna-se ainda mais significativa quando atentamos para o elemento de que não parece ter havido um conde em Rouen no final do século IX, quando Hrólfr desembarca na Nêustria³¹⁷. Isto é, ao invés de simplesmente assumirem algum tipo de posição institucional pré-existente, Guilherme e seu grupo buscaram apropriar-se da linguagem de poder franca, tomando para si o título de conde, sem que necessariamente fossem reconhecidos pelos carolíngios como tal, como indica a passagem de Flodoardo.

Tomar e aplicar o título condal implicava, portanto, uma reivindicação por parte de Guilherme de que ele próprio era um legítimo governante cristão, em pé de igualdade com os outros *principes* franco-ocidentais³¹⁸. Visando consolidar tal posição de um legítimo *insider*, Guilherme buscou construir uma teia de relações mais profundas com membros da *ecclesia* e da esfera de poder secular. Assim, ao final da década de 930, recebeu de volta em sua província e deu suporte aos monges exilados da abadia de Jumièges, região muito próxima a Rouen, sendo creditado em seu *planctus* como o fundador do monastério³¹⁹. Esta legitimação de Guilherme como um *princeps* verdadeiramente cristão é exacerbada por Dudo de Saint-Quentin na *Gesta Normannorum*, mas já aparece na *Historiae* Riquero de Reims. De maneira geral hostil ou indiferente aos rollonidas, o autor afirma ter sido descoberta, após a morte de Guilherme, sua caixa de tesouro, que continha apenas uma vestimenta simples e rudimentar utilizada por ele durante seus períodos de prece e penitência.

Outra estratégia por meio da qual Guilherme buscou integrar-se ao meio político franco foi o estabelecimento de alianças matrimoniais. Em aproximadamente 936 - 937, o conde de Rouen casou-se com Luitgarde, filha de Herbert II, do Vermandois, descendente direta de Carlos Magno pela linhagem masculina e neta do rei franco-ocidental Roberto I (922 - 923)³²⁰. Além do prestigioso casamento que conseguiu arranjar para si próprio, Guilherme também casou sua irmã, Gerloc-Adele, com o duque da Aquitânia e conde de Poitiers, Guilherme III, “Cabeça de Estopa”. Tais relações foram importantes na medida em que inseriram os rollonidas dentro

³¹⁶ CROUCH, *op. cit.*, p. 11.

³¹⁷ MCNAIR, *op. cit.*, p. 312.

³¹⁸ *Ibid.*

³¹⁹ CROUCH, *op. cit.*, p. 12.

³²⁰ *Ibid.* p. 12-13. Crouch aponta inclusive que, tivesse a união produzido algum herdeiro, este provavelmente teria sido preferido à Ricardo, filho de uma concubina, por sua linhagem mais nobre.

das disputas de poder da elite franca, fazendo com que adquirissem poderosos inimigos, mas também importantes aliados futuros, como o próprio duque da Aquitânia, Bernardo de Senlis³²¹.

Todos estes fatores são importantes na medida em que nos mostram o quanto Guilherme Espada-Longa buscava propositalmente agir como um político franco, utilizando uma retórica própria deste ambiente e participando de suas disputas de poder. Seu *planctus* é um interessante reflexo disso, uma vez que, provavelmente encomendado por sua irmã Gerloc-Adele e escrito em Jumièges, com uma linguagem que visava agradar a corte de Rouen e servir a seus interesses, é a única fonte conhecida do período que refere-se a Guilherme como conde de Rouen³²². Para muitos historiadores, o texto reflete, assim, o quanto o filho de Hrólfr ofuscou o caráter escandinavo de seu território em prol de uma maior acomodação no cenário político franco, por meio de alianças militares e matrimoniais, além da utilização de uma retórica de poder apropriada a este contexto³²³.

Assim, Guilherme acabou transformando-se, por conta de suas próprias ambições, em um personagem ativo no complexo contexto de disputa política entre carolíngios e robertianos e do aumento de autonomia das regiões francas, em decorrência do enfraquecimento da autoridade real. E, no início da década de 940, o conde de Rouen acabou sendo morto em meio aos jogos de poder travados no noroeste da *Francia*³²⁴. Preocupado com sua rápida ascensão em meio às elites regionais e com o forte caráter expansionista de seu governo, o Conde Arnulf de Flandres, segundo as fontes normandas, atrai Guilherme para uma emboscada e o mata em 942, buscando desestabilizar e neutralizar seu território³²⁵.

Seu único filho e herdeiro, Ricardo, provavelmente concebido com a bretã Sprota durante as campanhas de 933 - 934, não teria mais de nove ou dez anos de idade quando seu pai morreu, o que gerou uma grave crise dinástica dentro do ainda jovem e instável condado de Rouen, como certamente antecipado por Arnulf e pelos outros adversários rollonidas³²⁶. Mas, apesar deste quase colapso, o principado

³²¹ MCNAIR, *op. cit.*, p. 311.

³²² *Ibid.* p. 312.

³²³ ABRAMS, *op. cit.* p. 48.

³²⁴ CROUCH, *op. cit.*, p. 12 - 13.

³²⁵ *Ibid.* p. 14.

³²⁶ *Ibid.*

estabelecido por Guilherme Espada-Longa acabou sobrevivendo à sua abrupta morte, devido a habilidade política de um grupo de nobres ligado à corte de Rouen.

2.3 RICARDO I (942 – 996)

Em muitos sentidos, o período de governo de Ricardo I foi um de consolidação política e retórica do ainda nascente e frágil principado da Normandia. Após um grave período de crises entre as décadas de 940 e 960, Ricardo foi capaz de costurar alianças internas e externas que garantiram com mais solidez a existência de seu ducado (a própria mudança de nomenclatura de “conde” para “duque” é também uma questão importante). A implementação de uma política de “oficialização” da autoridade ducal por meio de concessões e escrituras, a quantidade de igrejas e monastérios construídos e renovados no período, além do posicionamento de aliados e parentes em elevados cargos de poder, nos mostram o quanto Ricardo foi capaz de solidificar o controle de sua família sobre o território normando, ao longo de mais de cinquenta anos. Os anos iniciais do filho de Guilherme Espada-Longa como governante, no entanto, foram extremamente conturbados.

2.3.1 A superação da crise dinástica e consolidação da Normandia

A abrupta morte de Guilherme Espada-Longa em 942 acabou por gerar um grave período de instabilidade política em Rouen, que perdurou até praticamente a década de 960. Ricardo, então apenas um menino, precisou contar com as alianças políticas que seu pai havia costurado, cercado-se de homens, na corte de Rouen, que contavam com conexões importantes o suficiente para garantir sua ascensão. Neste sentido, podemos supor que a institucionalização da autoridade nórdica em termos carolíngios conduzida por Guilherme tenha sido essencial para fazer com que Ricardo, seu único filho homem, fosse visto como um herdeiro natural à posição de conde de Rouen após a sua morte³²⁷.

Junto às suas muitas alianças, todavia, Guilherme havia adquirido um número considerável de inimigos. Estes, por sua vez, aproveitaram-se da

³²⁷ CROUCH, *op. cit.*, p. 14-15.

instabilidade política rollonida para recuperar territórios que Guilherme havia conquistado, levando o condado de Rouen a novamente encolher a uma zona de influência bastante restrita a sua principal cidade. A conturbação dos anos 940 contou, ainda, com uma complexa e intrincada trama envolvendo vários nobres francos e uma tentativa de aproximação entre o rei, Luís IV (936 - 954), e o robertiano, Hugo, o Grande, conde de Paris.

Sabemos que Hugo de Saint-Dennis (942 – 989), arcebispo de Rouen recém-apontado por Guilherme³²⁸, a maior parte dos nobres da cidade e um grupo dentro da elite escandinava apoiaram Ricardo³²⁹. Sabemos também, no entanto, de pelo menos um líder nórdico, um homem chamado Harald, que tomou o controle do Cotentin e de Bayeux em 944, embora não seja claro se ele estivera anteriormente sob a autoridade de Guilherme, se fazia parte de um dos grupos independentes a Rouen ou se era um *raider* recém-chegado. Além disso, ainda em 942, há uma primeira interferência do rei Luís IV em Rouen que, em um primeiro momento, nos conta Flodoardo, teria confirmado a posse da “terra dos nortenhos” ao filho de Guilherme com sua concubina bretã, tomando Ricardo sob sua proteção³³⁰.

Já em 944, no entanto, Luís parece ter planejado uma divisão do território normando com Hugo, o Grande, marchando ele próprio sobre a cidade de Rouen enquanto o conde de Paris invadiu o Bessin e cercou Bayeux. Por algum motivo que não é inteiramente claro, Hugo e Luís desentenderam-se durante a campanha, levando o primeiro a deixar Bayeux e retornar a seu próprio território. O rei, por sua vez, acaba concedendo a um homem chamado Raul Torta a regência de Rouen, para que a administrasse de acordo com seus interesses³³¹.

Um ano mais tarde, o séquito de Ricardo na corte de Rouen apela ao tal Harald, que havia estabelecido-se em Bayeux³³², e que então começa a mover-se contra Rouen, forçando Luís a retornar a cidade ainda em 945³³³. A partir deste

³²⁸ ALLEN, 2009, *op. cit.*, p. 20-21. O autor afirma, inclusive, que Hugo teria sido o primeiro bispo de Rouen “normando”, uma vez que apontado por Guilherme para o cargo, e que sua participação na segura ascensão de Ricardo e posterior fortalecimento de seu ducado pode ser atestada pelas recompensas que ele, sua família e seu antigo monastério receberam do duque. Além de várias concessões de terra, o bispo recebeu também o direito de cunhar moedas, privilégio extremamente raro e controlado na Normandia.

³²⁹ CROUCH, *op. cit.*, p. 15.

³³⁰ *Ibid.*

³³¹ *Ibid.* p. 15 - 16.

³³² ABRAMS, *op. cit.*, p. 60.

³³³ CROUCH, *op. cit.*, p. 16.

ponto, dependemos quase que exclusivamente da narrativa de Dudo de Saint-Quentin, que, na *Gesta Normannorum*, nos conta de uma conferência de paz entre Harald, Bernardo, o dinamarquês, e o rei, que teria resultado na captura de Luís IV pelos normandos. Embora Dudo constantemente insista em uma característica vilanesca do rei, acusando-o de ter sequestrado Ricardo em Rouen, bem como sua inaptidão e desespero ao ser capturado, é provável que Ricardo e Luís tenham sido sendo trocados, como reféns, em um acordo de paz costurado por seus aliados. Ricardo I, então com cerca de treze anos de idade, retorna a Rouen, ainda em 945, e assume o controle da herança de seu pai³³⁴.

Sabemos muito pouco sobre o governo de Ricardo durante o final dos anos 940 e o começo dos anos 950 para além do fato de que o final da década representou uma importante mudança no alinhamento político do conde de Rouen e de seus comandados. Ainda que não tenha deixado de formalmente reconhecer a autoridade política do rei carolíngio, Ricardo parece ter voltado-se cada vez mais para a esfera de influência do conde de Paris, Hugo, o Grande, consolidando tal aliança ao casar-se com sua filha, Emma, ao final da década de 950³³⁵. Embora Emma desapareça dos registros durante a década de 960, e muito provavelmente tenha morrido sem deixar filhos, a aliança entre os rollonidas e a casa robertiana parece ter continuado, uma vez que Ricardo aparece em diversas fontes como um dos apoiadores de seu cunhado, Hugo Capeto, no contexto da ascensão deste ao trono franco em 987³³⁶.

Seu alinhamento com os robertianos, por outro lado, acabou por envolver Ricardo I em disputas com o filho e sucessor de Luís IV, Lotário (954 - 986). Dudo relata, e nisso é corroborado por Flodoardo, uma tentativa de invasão à Normandia pelo duque da Saxônia (e posteriormente Imperador romano-germânico), Otão I, em meados dos anos 950. Contando com esta forte aliança, os francos de Lotário haviam retomado Evreux dos rollonidas e poderiam marchar sobre Rouen a qualquer momento. Foram impedidos, apenas, pelo surgimento de um novo grupo de *raiders* nórdicos, que teriam agido de forma independente aos rollonidas, ainda que supostamente convocados por eles, saqueando o território de Lotário e assim

³³⁴ Ibid.

³³⁵ CROUCH, *op. cit.*, p. 18.

³³⁶ Ibid.

forçando-o a recuar, impossibilitando a conquista da Normandia³³⁷. É interessante considerarmos que, embora Dudo faça questão de enfatizar que tais *raiders* eram dinamarqueses recém-chegados, eles podem na verdade ter feito parte do grupo de nórdicos que habitavam o noroeste da *Francia* de forma independente a Rouen, algo que o autor da *Gesta* jamais admitiria.

Eventualmente, Ricardo I e Lotário acabam estabelecendo a paz, sendo que o rollonida é citado em atas como tendo estado na corte real entre 963 e 964 e parece ter mantido relações amistosas com o rei até sua morte, em 986³³⁸. É importante frisar também que, embora tenham buscado sucessivamente potencializar sua autonomia e impor sua hegemonia sobre a região noroeste franca, os normandos nunca deixaram de reconhecer um rei como seu superior³³⁹. No que pese ter oscilado entre alianças com os carolíngios ou com os robertianos, Ricardo I operou dentro de uma hierarquia política liderada, pelo menos de maneira nominal, por um rei.

Após o estabelecimento da duradoura paz com Lotário no início dos anos 960, Ricardo voltou-se de forma mais enfática para problemas e questões internas a seu território, esforçando-se para estabelecer sobre ele um domínio mais firme. Uma das principais ferramentas que empregou para tanto foi a promoção de uma concepção de Normandia e de uma *gens* normanda, totalmente centradas em sua figura e na de sua linhagem.

2.3.2 A construção de uma ideia de *Normannitas* como ferramenta política

Firmemente estabelecido e reconhecido como conde de Rouen por Luís IV e por Lotário, Ricardo I passa a trabalhar pela reimposição de alguma autoridade rollonida ao sul e ao oeste de Rouen, totalmente perdida após a morte de Guilherme. Em meio a este processo, em aproximadamente 960 Ricardo acaba entrando em conflito com Teobaldo, conde de Blois, Chartres e Tours, pelo controle do Évrecin, região ao sul de Rouen³⁴⁰. Um dos principais homens de Hugo, o Grande, Teobaldo havia aproveitado-se da crise dinástica rollonida para afirmar seu controle sobre a

³³⁷ SEARLE, *op. cit.*, p. 16.

³³⁸ CROUCH, *op. cit.*, p. 18.

³³⁹ CROSS, *op. cit.*, p. 218.

³⁴⁰ MCNAIR, *op. cit.*, p. 308 - 309.

Bretanha, tomando também a região do Évrecin³⁴¹. Relatos esparsos presentes na Crônica de Nantes e na *Gesta Normannorum* apontam que a guerra entre Ricardo e Teobaldo, que ocorrida entre 960 e 966, teria tido origem na morte de Hugo, o Grande, em 956. A menoridade de seu filho, Hugo Capeto, teria levado à desestabilização da região, enquanto os nobres sob a influência robertiana buscavam expandir seu próprio território, levando Teobaldo a avançar sobre Châteaudun, Blois e Chinon, e Ricardo I a buscar o controle do Évreux³⁴².

Assim como nos conflitos anteriores dos anos 940 e 950, Ricardo I apenas venceu a guerra contra Teobaldo contando com a chegada de novas hostes *vikings*. Após uma fracassada tentativa por parte de Teobaldo de tomar Rouen, os nórdicos devastaram as terras sob seu controle, saquearam a cidade de Chartres e assassinaram seu filho³⁴³. Este novo apoio *viking* com o qual contaram os rollonidas é um fator extremamente significativo. Independente de tais hostes terem sido mercenários *vikings* convocados ao território normando ou nórdicos de gerações anteriores que já o habitavam, Ricardo, durante o período crucial que se estende da morte de seu pai em 942 até 966, teve na atuação destes guerreiros o principal apoio a manutenção de sua autoridade em três grandes conflitos consecutivos.

Dependendo em larga medida destes poderosos aliados, para os quais a linguagem de autoridade franca não significava nada, Ricardo e sua corte buscaram, dos anos 960 em diante, construir uma noção de *normannitas*, que pudesse unir os elementos nobiliárquicos extremamente díspares de seu território sob uma única *gens normannorum*, liderada pelos rollonidas³⁴⁴. Superadas as mais graves crises do século X, assim, esta identidade passou a ser irradiada pela corte de Rouen como uma estratégia política, que buscava cristalizar a elite normanda em torno da figura de Ricardo I. Foi sob ele, então, que a identidade normanda passou a ser uma importante ferramenta de autoridade, levando à promoção de *normannorum* como um endônimo que se estenderia a todas as elites sob a influência de Rouen, buscando, assim, galvanizar tal grupo, ou seja, criá-lo, dirigi-lo e legitimá-lo³⁴⁵.

Segundo o já citado autor Fraser McNair, tal mudança no nível da retórica de legitimação rollonida teria se originado na conclusão, por parte da corte de Rouen,

³⁴¹ Ibid, p. 314.

³⁴² Ibid, p. 314 - 315.

³⁴³ Ibid.

³⁴⁴ Ibid.

³⁴⁵ Ibid, p. 308 - 309.

de que a estratégia política de Guilherme Espada-Longa, ou seja, de buscar uma assimilação política e retórica ao mundo franco, havia fracassado³⁴⁶. Sua morte havia gerado graves crises, que comprometeram severamente a força e a extensão da autoridade rollonida, e foram solucionadas apenas mediante o apoio bélico de diferentes grupos nórdicos. A junção de ambos os fatores teria, assim, convencido Ricardo I e seus aliados da necessidade de criar uma nova identidade normanda, capaz de dar algum senso de coesão e unidade a um grupo tão díspar de aliados.

Tal processo de etnogênese, iniciado anos 960, eventualmente encontraria sua expressão máxima na *Gesta Normannorum*, provavelmente encomendada pelo próprio Ricardo I próximo a sua morte, refletindo todo o apelo de uma identidade de *gens normannorum* como marca de distinção dos comandados de Ricardo ante seus vizinhos. A dimensão histórica comum que Dudo confere a este novo grupo por meio de sua narrativa certamente foi um fator importante nesta construção, mas não é a única evidência a qual temos acesso. Uma escritura bem anterior, expedida para o monastério de Saint-Denis em 18 de março de 968, ilustra o quão cedo Ricardo I estava buscando promover um senso de identidade *normannorum* sobre sua esfera de influência.

O texto mostra uma grande mudança na autoconsciência e projeção política dos rollonidas, que, aqui pela primeira vez, abandonam sua reivindicação como condes de Rouen e passam a pleitear títulos como *marchio* e *dux*³⁴⁷. Além de representar a busca de Ricardo I por um status mais elevado dentro do cenário político, tal evidência é ainda mais significativa, pois, a partir da década de 960, tais títulos são sempre acompanhados da denominação *normannorum/normanni*, em referência ao duque e a seus homens. Ou seja, mais do que governantes de uma região administrativa, os rollonidas passam a se colocar frente a seus vizinhos como representantes de uma *gens*, de um grupo distinto. A escritura de 968, por exemplo, registra uma concessão de Ricardo I para os monges de Saint-Denis, referindo-se ao mandatário como *mar duo [marchio] normannorum*³⁴⁸.

Além do pleito a um título mais prestigioso e amplo, o registro da concessão de 968 também serviu para que Ricardo concretizasse e expusesse as diferenças entre seus seguidores, os *normanni*, e seus vizinhos, os *franci*. Começando com um

³⁴⁶ Ibid, p. 310.

³⁴⁷ Ibid, p. 315 - 316.

³⁴⁸ Ibid, p. 316 - 317.

endereçamento a “ambas as *gentes*, os francos e os normandos”³⁴⁹, a escritura contém uma cláusula de imunidade proibindo uma longa lista de oficiais condais normandos de infringir a doação, assinalando, em sequência, que a proibição se aplicava também a “qualquer franco”³⁵⁰. Ou seja, o documento estabelece uma clara distinção entre “francos”, como sendo quaisquer nobres oriundos do *regnum francorum*, e os oficiais sob a autoridade de Ricardo, entendidos aqui como “normandos”. Ao fim do documento, ainda, a lista de testemunhas presentes estabelece uma justaposição entre Hugo Capeto, nomeado *dux francorum*, e Ricardo, indentificado como *princeps normannorum*³⁵¹.

Independente de qual tenha sido a organização espacial e a interação entre tais homens durante o evento relatado, a escritura de 968 registra uma performance de diferença, distinguindo um nós, *normanni*, de um eles, *franci*. Isso não quer dizer, de forma alguma, que o documento retrate uma oposição política entre os seguidores de Ricardo e os homens de Hugo Capeto, pelo contrário, pois, como vimos, eram importantes aliados. Na verdade, a escritura representa uma espécie de compromisso da parte de Ricardo, uma vez que reconhece Hugo, no próprio texto, como seu *senior*, e restaura Berneval para o monastério de Saint-Denis, uma casa robertiana. Ou seja, tanto no aspecto prático quanto retórico, a escritura favorecia Hugo Capeto³⁵².

Apesar disso, devemos constatar que o documento é também utilizado para ressaltar a autoridade de Ricardo dentro de seu próprio território. Como a própria escritura registra, o pedido de restauração de Berneval a Saint-Denis já havia sido feito pelos monges anteriormente, em Gisors, mas Ricardo fez com que se dirigissem até Rouen para que novamente apresentassem sua requisição. É somente então, em sua própria cidade, cercado por seus homens, representando enfaticamente sua decisão como influenciada apenas por Deus e por seus próprios homens, que Ricardo concede o território solicitado ao monastério³⁵³.

Isto nos dá indícios de que, embora reconhecesse Hugo como seu superior, Ricardo dispunha de uma forte posição de barganha. No fim das contas, ele restaura o território a Saint-Denis, mas o faz apenas em total posse de sua autonomia e

³⁴⁹ Ibid. *Tradução nossa*: “both *gentes*, to wit, the Franks and the Normans”.

³⁵⁰ Ibid. *Tradução nossa*: “any Frank”.

³⁵¹ Ibid, p. 317.

³⁵² Ibid, p. 317 - 318.

³⁵³ Ibid, p. 318.

majestade, referindo-se duas vezes ao seu próprio território como um *regnum*. Coloca-se frente aos francos, então, como um *princeps normannorum* legítimo, que governa sobre seus súditos normandos a partir de Rouen. Assim como seu pai havia feito, Ricardo estava reivindicando uma posição de igualdade para com os demais *principes* franco-ocidentais, mas, a partir de então, fazia-o não por meio da demarcação de sua semelhança, mas da diferença e singularidade de sua linhagem e de sua *gens* em relação às demais³⁵⁴.

A promoção de uma *gens normannorum*, de uma *normannitas* centrada nos rollonidas, foi, portanto, um processo consciente que partiu da corte de Ricardo I, visando a construção de uma ferramenta política que fosse capaz de dar coesão a seu heterogêneo grupo de apoio em um momento de crise. É importante ressaltar, contudo, que a ideia dos *normanni* como um grupo distinto já existia nos textos francos. Tanto em fontes narrativas como em escrituras, os autores geralmente categorizavam quaisquer sujeitos de ascendência nórdica como normandos (*normanni*). Flodoardo, por exemplo, não faz nenhuma distinção linguística entre Ricardo, um *normannorum* de terceira geração, nascido na *Francia* de pais cristãos, e Harald, um *jarl* pagão recém-chegado a Bayeux³⁵⁵.

O que ocorre nos anos 960, diferente desta acepção mais genérica e externa, é uma instrumentalização política do conceito, utilizado para descrever todos os súditos de Ricardo I e demarcá-los junto a todo seu território, como pertencentes a uma distinta identidade, solidificando o entendimento de que a Normandia era o *regnum* do duque *normannorum*. Além disso, o conceito era flexível o suficiente para que se pudesse encaixar dentro dele tanto nobres de origem nórdica quanto os de origem franca, desde que habitassem a Normandia e fossem leais a seus duques³⁵⁶. A distinção mais importante, assim, era a implicação de que *normannorum* corresponderia a um grupo distinto e reconhecível, habitando um território com limites estabelecidos e sob um governante legítimo. Ou seja, uma unidade política que seria detentora de fronteiras consolidadas e amplamente reconhecidas.

Deve ser ressaltado, porém, que há um sensível contraste entre a recepção desta estratégia em contextos intra e extra Normandia. Riquero de Reims, nos anos

³⁵⁴ Ibid.

³⁵⁵ Ibid, p. 325.

³⁵⁶ Ibid.

990, de fato reconhece Ricardo I como um duque... embora adicione o nada prestigioso “dos piratas” (*dux piratorum*)³⁵⁷. Outros vários autores, por sua vez, dentre eles Ademar de Chabannes, escrevendo ao final da década de 1020, deixam clara sua indiferença às pretensões rollonidas, continuando a referir-se a eles como condes de Rouen. A estratégia, por outro lado, parece ter surtido mais efeito dentro da zona de influência rollonida. Além da constante elaboração de uma *normannitas* por Dudo de Saint-Quentin e pelos demais autores de história normandos, temos a importante evidência de uma inscrição de Troarn (região a oeste de Rouen e leste de Bayeux), datada da virada do milênio, que enfaticamente marca o túmulo de um Hugo como “um soldado de Ricardo, rei dos normandos”³⁵⁸. Além disso, as estratégias de distinção desenvolvidas por Ricardo I foram em grande medida mantidas e reforçadas por seus sucessores, fazendo da identidade normanda uma ferramenta política que teve longevas implicações sobre a história do ducado³⁵⁹.

2.3.3 Os anos finais do ducado de Ricardo I

A criação de uma política de distinção normanda foi um dos principais instrumentos de legitimação estabelecidos por Ricardo I durante seu longo governo, mas não foi o único. A própria busca de Ricardo por títulos mais prestigiosos, além de acompanhada de uma definição mais étnica de sua posição, também foi motivada pela expansão territorial e aumento de área de influência de seu ducado. Construindo uma rede cada vez mais ampla de a ele vinculados, Ricardo passou a autorizar a utilização de títulos menores, como conde, por homens submetidos a ele. Um exemplo disso é seu meio-irmão Rodolfo, filho do segundo casamento de Sprota, que foi feito conde de Ivry, na fronteira sul da Normandia, e foi um dos principais conselheiros de Ricardo I na corte ducal de Rouen³⁶⁰.

Outro meio empregado por Ricardo I com a finalidade de consolidar e legitimar seu domínio sobre a Normandia foi a produção de escrituras e outros documentos “oficiais” a partir da corte em Rouen. Declarações políticas, expedidas com o objetivo de instituir e publicizar novas realidades e relações, as escrituras

³⁵⁷ Ibid. Vale observar também que *piratorum* era uma denominação comum em latim para “bárbaro”, enfatizando o quanto Riquero ainda exergava os normandos de Rouen como estrangeiros.

³⁵⁸ MCNAIR, *op. cit.*, p. 327. *Tradução nossa*: “a soldier of Richard, king of the Normans”.

³⁵⁹ Ibid.

³⁶⁰ CROUCH, *op. cit.*, p. 18.

registrando doações feitas por Ricardo a instituições monásticas, principalmente, tornaram-se muito comuns a partir do início dos anos 990. Um dos primeiros documentos deste tipo é justamente uma escritura de concessões territoriais ao monastério de Fécamp em 990. Registrando a cerimônia na qual Ricardo doou terras ao monastério que ele próprio havia construído, a fonte serviu o propósito de cimentar uma renovada relação entre o duque e a Igreja, publicizando o cumprimento de seu dever cristão enquanto *princeps* e a legitimação celestial de sua autoridade que o acompanhava³⁶¹.

Repleta de uma linguagem cerimonial e litúrgica, o documento busca reforçar a importância da Igreja e do cristianismo para a vida no principado normando³⁶². Uma declaração pública, que visava reforçar a imagem de um *princeps* piedoso que presidia sobre uma *gens* piedosa, o documento foi extremamente importante neste contexto do final do governo de Ricardo I, uma vez que tratou-se da primeira ação oficial registrada de seu filho, Roberto, como arcebispo de Rouen³⁶³. Ante a presença dos recém-reinstituídos sete bispos das sés sufragâneas à arquidiocese de Rouen, Roberto consagra Fécamp e doze igrejas a ela pertencentes, firmando também a hierarquia eclesiástica da Normandia, que tinha no filho do duque seu principal líder³⁶⁴. Assim, a primeira escritura registrando a doação de um duque normando a um beneficiário normando buscava estabelecer também uma harmonia entre a esfera monástica, a rede episcopal comandada por Roberto, em Rouen, e o poder secular, tudo sob a supervisão do duque Ricardo I.

Tais escrituras, tornadas mais comuns ao final do governo de Ricardo I e durante todo o ducado de Ricardo II, visavam enfatizar como toda a política normanda acontecia sob a supervisão direta dos rollonidas, que concediam partes de seu próprio território a homens de confiança. Isto, aliado à atribuição do título de conde a estes homens subordinados ao duque, constituiu um importante instrumento de exercício de autoridade, em um contexto no qual Ricardo I buscou estender sua hegemonia e autoridade para muito além de Rouen. O duque adquiriu, assim, algum controle sobre as áreas reivindicadas por sua família que haviam sido invadidas e retomadas por outros atores durante os anos 940. Havia uma demanda política,

³⁶¹ Ibid.

³⁶² MCNAIR, *op. cit.*, p. 325 - 326.

³⁶³ CROSS, *op. cit.*, p. 207 - 208.

³⁶⁴ Ibid.

portanto, para afirmar a autoridade normanda sobre populações e elites anteriormente vivendo fora de sua zona de influência, e que agora poderiam ser incluídas sob a *gens normannorum*, uma vez que, para isso, bastava estarem sob a autoridade rollonida e dentro das fronteiras da Normandia³⁶⁵.

Podemos enxergar um grande símbolo desta união entre relações familiares e a expansão da autoridade ducal em Gunnor, primeiro concubina e depois esposa de Ricardo I, após a morte de Emma Capeto no final da década de 960. Há ainda muita discussão e incerteza no que diz respeito a sua origem, mas parece bastante seguro afirmar que Gunnor fazia parte de uma rica família, de ascendência dinamarquesa, da Baixa Normandia. A formalização da união entre ela e Ricardo parece ter desempenhado um importante papel na expansão da hegemonia ducal a oeste, uma vez que criou uma conexão entre a autoridade de Rouen e as dinastias rivais nórdicas que habitavam a Baixa Normandia³⁶⁶. Gunnor, que chegou a adotar um nome batismal cristão, mas que é utilizado em apenas um documento, muito provavelmente era de origem pagã, o que reforça a ideia de que a Baixa Normandia era pesadamente composta por antigas dinastias *vikings*, independentes dos rollonidas e muitas ainda não cristianizadas³⁶⁷.

O casamento de Ricardo com Gunnor, mãe de seu herdeiro e sucessor, Ricardo II, deu à família ducal uma importante base de apoio no Cotentin, região da Baixa Normandia onde a autoridade dos duques encontrava-se altamente fragilizada. Dudo obviamente não registra este processo na *Gesta Normannorum*, uma vez que fazê-lo seria admitir o quão restritos a Rouen os rollonidas de fato estiveram ao longo do século X, mas sabemos que foi apenas ao fim da vida de Ricardo I que Bayeux foi recuperada e fortificada³⁶⁸. Ou seja, mesmo após todos os sucessos políticos e estabelecimento de alianças conduzido por Ricardo I, é bastante provável que todo o território a oeste do rio Orne ainda estivesse fora do controle dos duques³⁶⁹. A expansão a oeste, sobre a Baixa Normandia, partindo das bases que seu pai havia estabelecido, foi uma das tônicas do ducado de Ricardo II.

³⁶⁵ Ibid, p. 208 - 209.

³⁶⁶ CROUCH, *op. cit.*, p. 26.

³⁶⁷ HAGGER, Mark. How the west was won: the Norman dukes and the Cotentin, c. 987–1087. *Journal of Medieval History*, v. 38, n. 1, 2012, p; 21.

³⁶⁸ HAGGER, *op. cit.*, 2013, p. 430.

³⁶⁹ HAGGER, *op. cit.*, 2012, p. 421.

2.4 RICARDO II (996 – 1026)

Se os quase cinquenta anos que Ricardo I passou como duque normando podem ser vistos como, na prática, uma refundação da autoridade rollonida sobre bases e fronteiras muito mais sólidas, os trinta anos de seu sucessor, Ricardo II, foram um aprofundamento deste processo. Exponencializando as alianças normandas interna e externamente, o duque foi capaz de estabelecer mais firmemente sua hegemonia sobre a Baixa Normandia e uma influência sobre a Bretanha, além de tomar parte na conturbada disputa pela sucessão do trono da Inglaterra, no século XI. Assim como seu pai antes dele, Ricardo II também reforçou a ideia de uma distinta identidade normanda por meio de várias escrituras e da própria *Gesta Normannorum*, composta e finalizada durante seu governo.

2.4.1 As conturbadas relações entre Normandia e Inglaterra no início do século XI

Um grande ponto de continuidade entre o ducado de Ricardo II e o de seu pai foi a manutenção de uma política de aproximação tanto com redes nobiliárquicas francas quanto nórdicas, contando com um constante influxo de ambas em direção ao território normando³⁷⁰. Ponto chave de um sempre renovado contato entre os rollonidas e suas raízes nórdicas, a cidade de Rouen continuou sendo um dos principais pontos de entrada do comércio *viking* na *Francia*, com evidências para a existência de um grande número de moedas rouennais em tesouros escandinavos do século XI. Além disso, uma sátira escrita por um clérigo franco, Garnier de Rouen, sobre um inimigo seu chamado Moriht, descreve com naturalidade a existência de um comércio de escravos *viking* na região, que teria vendido Moriht e sua esposa como servos em Rouen³⁷¹.

O poema de Garnier, inclusive, é há muito visto como indicativo da persistência de práticas culturais nórdicas na Rouen do século XI, uma vez que descreve com naturalidade rituais sacrificiais a deuses pagãos, por exemplo, e foi

³⁷⁰ CROUCH, *op. cit.*, p. 30.

³⁷¹ *Ibid*, p. 30 - 32.

escrito em uma forma de diálogo comum na literatura nórdica e irlandesa, o *flyting*³⁷². O próprio Dudo de Saint-Quentin, que muito provavelmente integrava o mesmo círculo intelectual que Garnier, demonstra certo conhecimento de práticas nórdicas, descrevendo os mesmos rituais sacrificiais a Thor e um sacerdote nórdico consultando os intestinos de um boi em busca de informações sobre o resultado de uma *raid*. Há reminiscências nórdicas mesmo em suas narrativas sobre os primeiros governantes normandos, descrevendo em certo trecho como Rollo mandara construir um castelo de carcaças de animais para amedrotar os francos, e como Guilherme Espada-Longa havia performado a *vapnatak* nórdica frente a seus guerreiros antes de uma importante batalha³⁷³. Sendo assim, por mais que as hagiografias normandas tenham buscado omitir qualquer forma de contato entre o ducado e a cultura nórdica, tal ligação é muito bem atestada em evidências arqueológicas e nas próprias narrativas históricas produzidas em Rouen³⁷⁴.

Dentro deste contexto de proximidade com o norte, ainda durante os últimos anos de Ricardo I havia ocorrido um processo de retomada e reintensificação da atividade *viking* no Canal inglês, contando com Rouen como um mercado aberto para sua pilhagem nos anos 980³⁷⁵. A livre hospitalidade oferecida por um principado cristão ao comércio *viking* eventualmente chegou ao conhecimento de Roma após várias reclamações inglesas, levando o papa a mandar um enviado, no Natal de 990, até a corte de Ethelreld para negociar um tratado entre o rei inglês e Ricardo I. Ainda, em março de 991, o bispo de Sherborne liderou um grupo de emissários ingleses que traçaram um tratado formal em Rouen, no qual Ricardo comprometia-se a não mais dar porto aos inimigos da Inglaterra. O tratado, contudo, não foi cumprido.

De forma semelhante, os primeiros anos de Ricardo II como duque da Normandia foram marcados por uma piora das relações ducais com o reino da Inglaterra. Segundo registram as Crônicas Anglo-Saxônicas, uma grande *raid viking* que se abateu sobre Wessex e a pilhou quase por completo de 997 a 1000 teria encontrado no “reino de Ricardo” um porto pacífico para desembarque no verão de

³⁷² VAN HOUTS, Elisabeth. "Scandinavian Influence in Norman Literature of the Eleventh Century". In: BROWN, R. Allen (Ed). **Anglo-Norman Studies VI: Proceedings of the Battle Conference 1983**. Woodbridge: The Boydell Press, 1984, p. 108-109.

³⁷³ Ibid, p. 109-110.

³⁷⁴ Ibid, p. 120.

³⁷⁵ CROUCH, *op. cit.*, p. 32 - 33.

1000³⁷⁶. Em 1002, após pagar uma enorme soma para que tal *raid* partisse, o rei Ethelreld enviou representantes à Normandia para negociar uma aliança de casamento com Ricardo II, visando impedir qualquer apoio futuro do duque a grupos *vikings*. No fim da primavera de 1002, Ethelreld casa-se com Emma, irmã de Ricardo, dando-lhe a cidade de Exeter como dote.

Poucos anos após esta aliança, há uma nova incursão *viking* à Inglaterra, desta vez do rei dinamarquês cristianizado Svein Knutsson, que buscava conquistar o reino. Novamente, houve acusações do outro lado do canal de que Ricardo II havia silenciosamente apoiado a empreitada de Svein. A desconfiança foi suficiente para fazer com que o rei Ethelreld, entre 1008 - 1009, segundo registra Guilherme de Jumièges, empenhasse uma mal-sucedida campanha contra o Cotentin normando³⁷⁷. Em 1013, o rei dinamarquês de fato foi recebido por Ricardo II em Rouen, que ofereceu auxílio e abrigo a seus guerreiros em seus portos, além da abertura de seus mercados para a venda da pilhagem *viking*. Ao final do ano, Svein havia conquistado a Inglaterra e a rainha Emma partira com seus filhos em direção a proteção na Normandia³⁷⁸.

Neste ínterim, Ricardo II seguiu em mais um aspecto o precedente estabelecido por seu pai, negociando o auxílio de grupos *vikings* para lutar uma guerra de fronteira contra Odo II, conde de Blois. A chegada dos nórdicos pela Bretanha e sua permanência, acampados no rio Avre, levou o próprio rei franco, Roberto II, a interferir no assunto, arranjando uma conferência de paz entre Ricardo e Odo³⁷⁹. O apoio de grupos guerreiros nórdicos aos normandos em pontos chave de sua história era tão relevante que novamente Raul Glaber, nos anos 1040, afirmou ser a habilidade do duque de Rouen de convocar auxílio militar do além-mar que lhe conferia imunidade contra qualquer tipo de ataque.

O episódio do apoio, ou no mínimo convivência, dos rollonidas às incursões *vikings* na Inglaterra, bem como suas repercussões, é importante na medida em que nos traz algumas reflexões sobre a natureza política e cultural do ducado de Ricardo II. Assim como seu pai antes dele, o duque normando nunca deixou de ser um aliado substancial ao poder do rei capetíngio. Além da interferência de Roberto II na

³⁷⁶ Ibid, p. 33.

³⁷⁷ Ibid, p. 33 - 34.

³⁷⁸ Ibid.

³⁷⁹ Ibid, p. 35 - 36.

disputa com o conde Odo, que levou Ricardo a recuar e estabelecer a paz, sabemos de pelo menos um momento no qual uma grande força militar normanda apoiou Roberto em suas aspirações régias, juntando-se a ele em sua grande invasão à Burgúndia em 1003³⁸⁰. Ricardo II também firmou alianças e tratados com condes e duques menores no entorno de seus domínios, visando proteger-se de seus poderosos novos inimigos, os condes de Blois-Chartres e os condes de Anjou. Ao que indicam também fontes contemporâneas e a grande quantidade de escrituras produzidas na corte de Rouen, a organização interna da Normandia não diferia muito significativamente das dos outros territórios francos, mantendo um sistema de administração local baseado nas divisões tradicionais entre *pagi* e *comitatus*³⁸¹.

Todos estes fatores jamais impediram os rollonidas, no entanto, de manter seus portos e os mercados de Rouen abertos para o comércio *viking*. Além de enriquecer a Normandia e torná-la uma formidável potência militar, permitindo a expansão de sua zona de influência e o estabelecimento de novas e favoráveis alianças, a possibilidade de contar com forças nórdicas aliadas parece ter conferido aos duques enorme poder efetivo e de ameaça. Tudo isto emanando de um principado poderoso e expansionista, que, apesar de constantemente reivindicar sua legitimidade cristã e manter-se aliado aos reis da *Francia*, jamais deixou de aceitar o ouro escandinavo e de ostentar suas conexões, familiares e políticas, com as terras ao norte. É esta mistura de concepções, do reforço de uma autoridade cristã divinamente concedida, sem abdicar de um passado conquistador, a tônica da própria *Gesta Normannorum* e de muitos outros textos normandos.

2.4.2 A expansão da hegemonia normanda: a conquista da Baixa Normandia

Antes da ascensão de Ricardo II, em 996, a dinastia rollonida já vinha solidificando sua posição em meio à rede de famílias aristocráticas da região noroeste da Cristandade Latina, incluindo as dinastias reais capetíngia e saxônica³⁸². Sob Ricardo II, esta rede foi expandida ainda para a Bretanha e, mais importantemente, para a Inglaterra. Internamente, a família ducal havia produzido uma grande quantidade de linhagens menores dentro da Normandia, filhos mais

³⁸⁰ Ibid, p. 36.

³⁸¹ Ibid, p. 37.

³⁸² CROUCH, *op. cit.*, p. 27.

novos, tios, primos, meio-irmãos, entre outros, que administravam cidades e ocupavam altos cargos clericais em nome dos duques. Nas palavras de David Crouch: “tanto quanto criar um ducado, os primeiros condes de Rouen também deram origem a muito de sua aristocracia”³⁸³.

Ao mesmo tempo, casamentos arranjados para as mulheres da corte ducal foram importante estratégia visando assegurar alianças políticas com grandes famílias da Alta e da Baixa Normandia³⁸⁴. Com isso, além das linhagens produzidas internamente, os duques foram também capazes de atrair para seu círculo de influência homens que já eram poderosos e que, ao aceitar tais alianças matrimoniais, reconheciam a autoridade normanda. Estes firmes laços levaram Raul Glaber a observar, na década de 1030, que “toda a província sujeita [aos duques] poderia ter vivido como um clã ou família unidos em uma fé inquebrável”³⁸⁵.

Foi principalmente através de alianças de casamento, por exemplo, que Ricardo II iniciou um lento processo de expansão de sua autoridade para o oeste, sobre a Baixa Normandia e, em menor grau, a Bretanha. Além de seu próprio casamento com a duquesa Judite da Bretanha, que provavelmente ocorreu em 1003 e produziu herdeiros³⁸⁶, Ricardo também acordou o matrimônio de sua própria irmã, Hawisa, com o irmão de Judite, Godofredo. A morte de seu cunhado, o duque da Bretanha, em 1008, foi amplamente utilizada por Ricardo para, aproveitando-se da menoridade dos jovens herdeiros bretões, ganhar maior influência política sobre a Bretanha e consolidar sua hegemonia sobre o Avranchin³⁸⁷.

A influência de Ricardo II sobre a região se refletiu na história de Monte Saint-Michel, abadia localizada na extrema ponta oeste da Baixa Normandia, que pela primeira vez passou a contar com algum tipo de interferência da casa ducal normanda, refletida na nomeação de um novo abade e na realização de concessões por parte de Ricardo II³⁸⁸. Sabemos também que o duque mandou construir castelos e fortalezas em locais estratégicos, como Brionne, Chrbourg e Tillières, que serviam

³⁸³ Ibid. *Tradução nossa*: “As well as inventing a duchy, the first counts of Rouen also originated much of its aristocracy”.

³⁸⁴ HAGGER, *op. cit.*, 2013, p. 430.

³⁸⁵ Ibid, p. 436 - 437. *Tradução nossa*: “the whole of the province subject to [the dukes] might lived as one clan or family united in ubroken faith”.

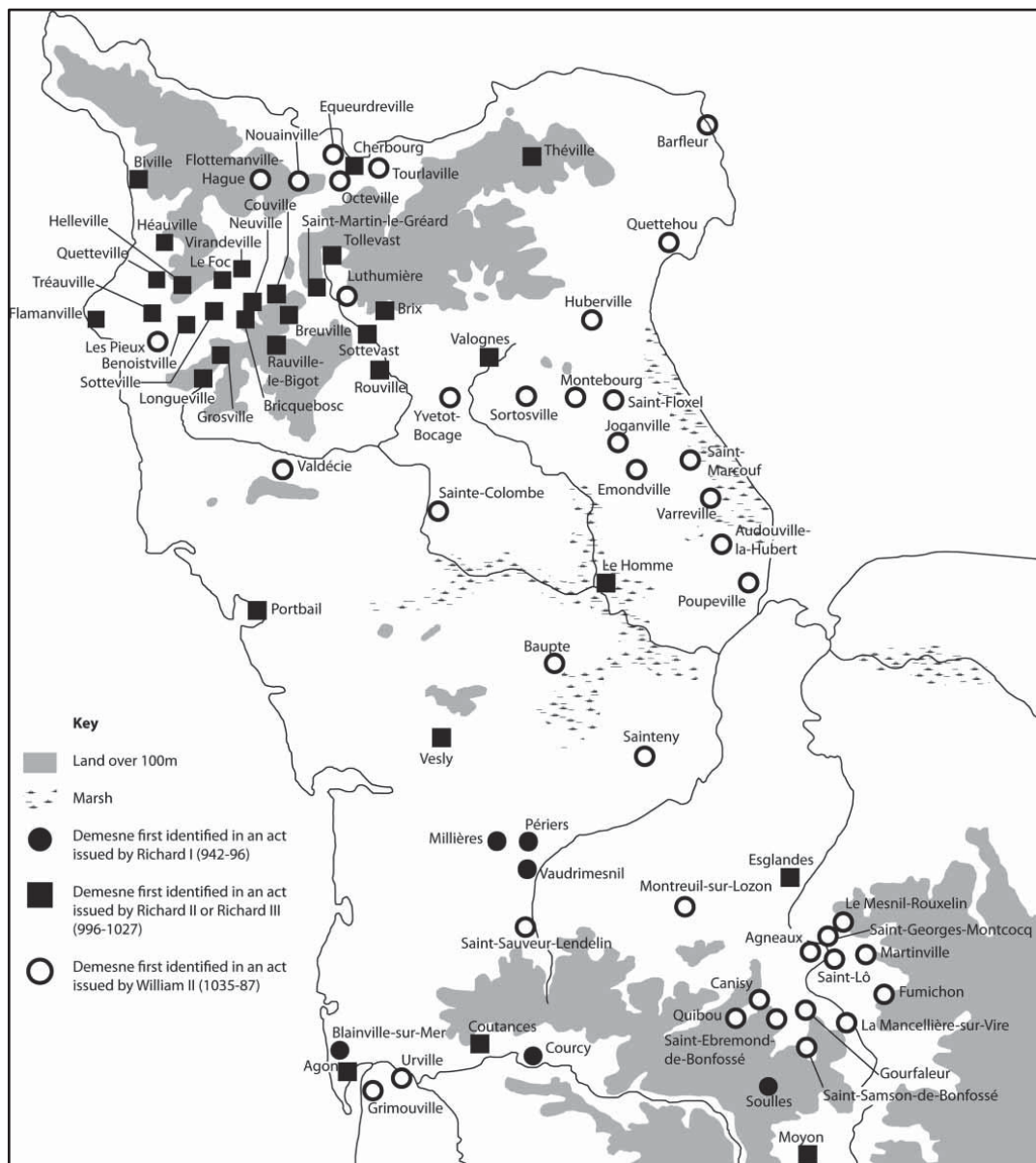
³⁸⁶ CROUCH, *op. cit.*, p. 36 - 37.

³⁸⁷ HAGGER, *op. cit.*, 2013, p. 434.

³⁸⁸ Ibid.

como espécies de demarcações fronteiriças de sua área de atuação na região³⁸⁹ (ver figura 4), assim como os monastérios e igrejas que mandou construir e renovar, conferindo-lhe importantes aliados a oeste.

FIGURA 4 – POSSES DUCAIS NO NORTE DO COTENTIN (987 – 1087)



FONTE: HAGGER (2012)³⁹⁰

Apesar deste significativo avanço da autoridade ducal à Baixa Normandia sob Ricardo II, o documento que estabelece o dote de sua esposa Judite sobrevive e

³⁸⁹ HAGGER, *op. cit.*, 2013, p. 430.

³⁹⁰ HAGGER, *op. cit.*, 2012, p. 23.

nos mostra o quanto o controle dos duques sobre o oeste era ainda fraco no início do século XI. O dote concedia territórios a Judite em três regiões: Lieuvin, Cinglais e Cotentin (ver figuras 3 e 4)³⁹¹. Os dotes enfatizam, assim, a falta de integridade territorial do ducado normando naquele momento, uma vez que foram concedidos, sobretudo, em regiões fronteiriças, territórios a oeste de Bayeux que haviam aparecido raríssimas vezes nas *acta* ducais antes de 1009 e, provavelmente, estavam submetidos a um domínio muito fraco de Ricardo II³⁹². Em comparação, o dote de Ricardo III à sua esposa Adela, estabelecido em 1026, confere-a propriedades e direitos quase exclusivamente localizados na península do Cotentin, ponta norte da Baixa Normandia, nos dando uma boa indicação do quanto a fronteira normanda havia sido movida a oeste nos anos que separam ambos os dotes³⁹³.

A construção de três castelos por Ricardo II na península do Cotentin, Le Homme, situado nos pântanos, Cherbourg e Brix, situados na ponta norte da região, parecem sugerir que ele encarou algum tipo de resistência à imposição de sua autoridade na região³⁹⁴. A ausência de fortificações mais ao sul, por outro lado, pode indicar que a dominação sobre aquela área teria sido mais pacífica do que ao norte. Outro fator importante desta expansão foi o já citado casamento de Ricardo I com Gunnor. A duquesa, que era consideravelmente mais jovem do que seu marido, faleceu apenas entre 1030 e 1031. Com isso, a aliança com sua família, que já havia rendido posses no Cotentin a Ricardo II por conta da ida de seu irmão, Herfast, para Chartres em 1022, concedeu aos rollonidas uma segunda parcela de propriedades na região, com a herança dos dotes de Gunnor presumivelmente indo para seu neto, Roberto, o Magnífico, após sua morte³⁹⁵.

Muito mais importante do que apenas a concessão destas posses, contudo, parece ter sido o papel de emissária que Gunnor desempenhou na Baixa Normandia. Em um documento que relata uma segunda tentativa de restaurar a catedral de Coutances em 1026, Ricardo II (ou seu sucessor) está estranhamente ausente, sendo Gunnor quem recebe uma posição de destaque, provavelmente como representante da casa ducal³⁹⁶. Registrando que “neste momento a igreja de

³⁹¹ Ibid, p. 23 - 24.

³⁹² Ibid, p. 24 - 25.

³⁹³ Ibid, p. 25.

³⁹⁴ Ibid, p. 26.

³⁹⁵ Ibid, p. 29 - 30.

³⁹⁶ Ibid, p. 30.

Coutances foi começada e parcialmente construída, fundada e apoiada pela condessa Gunnor³⁹⁷, o documento é corroborado por um diploma de Guilherme, o Conquistador (1035 - 1087) para a catedral, que afirma ter sido Gunnor quem deu à Igreja a terra de *Forciuilla* quando a primeira pedra foi colocada no lugar.

Para além da construção de cidades muradas e do estabelecimento de alianças matrimoniais, assim, temos nos documentos que fundam, refundam ou dotam igrejas e monastérios importantes evidências do processo de expansão da autoridade ducal. Segundo Cassandra Potts, em seu *Monastic Revival and Regional Identity in Early Normandy*, as comunidades monásticas desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da Normandia como região³⁹⁸. Operando em um nível local, as casas monásticas forneciam essenciais pontos de apoio sociais e geográficos aos duques normandos, aos poucos criando e fortalecendo os laços existentes entre a Alta e a Baixa Normandia. Sendo assim, a configuração das posses monásticas normandas fornece importantes indícios para a propagação da influência rollonida a partir de Rouen.

Segundo Potts, o mapa das comunidades monásticas normandas até 1035 mostra alguma expansão, ainda que lenta e limitada, da influência e das concessões ducais a monastérios localizados na Baixa Normandia³⁹⁹. Assim, embora porções significativas do território tenham permanecido fora da zona de influência de Rouen, as abadias de Saint Taurin no Evrecin e Bernay no Lieuvin, por exemplo, sugerem que os rollonidas, junto a um desenvolvimento econômico e militar de tais regiões, buscaram estabelecer comunidades monásticas como postos avançados de sua autoridade⁴⁰⁰. Nestes e em muitos outros casos, continua Potts, novos monastérios a oeste foram colocados sob a autoridade de Fécamp ou de outras comunidades monásticas leais da Alta Normandia, constituindo uma estratégia rollonida de integrar territórios distantes a uma já existente rede de posses monásticas⁴⁰¹.

Por outro lado, o mapa do desenvolvimento monástico também evidencia o quão limitada era ainda a zona de influência rollonida, principalmente na região central e sul da Baixa Normandia, área instável e constantemente fonte de disputas

³⁹⁷ Ibid. *Tradução nossa*: "at this time the church of Coutances was begun and partly built, founded and supported by Countess Gunnor".

³⁹⁸ POTTS, *op. cit.*, p. 62.

³⁹⁹ Ibid, p. 63.

⁴⁰⁰ Ibid, p. 70-71.

⁴⁰¹ Ibid, p. 71.

entre a Normandia e o Maine. Assim, embora a área em torno de Caen e Bayeux, cidades grandes e importantes no oeste, tenha testemunhado a construção e reabilitação de vários mosteiros associados às comunidades alto-normandas, estas possuíam pouquíssimas terras no Hiémois e no sul do Bessin e do Evrecin⁴⁰². Na região norte do Bessin, onde os rollonidas já possuíam uma presença política, militar e econômica mais efetiva e longeva, as posses das abadias alto-normandas avançaram de forma muito mais significativa⁴⁰³.

Nenhuma comunidade monástica, no entanto, explicita melhor a dinâmica de avanços e retrocessos da marcha rollonida ao oeste do que Mont-Saint-Michel. Localizada na fronteira extrema da Baixa Normandia, a abadia havia sido oficialmente reformada por Ricardo I em 966, mas manteve muito mais laços e compromissos com a Bretanha e com o Maine do que com a Normandia até os anos 1030, aparecendo em escrituras normandas pela primeira vez apenas em 1009⁴⁰⁴. Cassandra Potts conclui, então, que até o século XI sequer existia a noção de que o Monte era uma abadia normanda, embora tivesse sido oficialmente concedida a Guilherme Espada-Longa junto do Avranchin e do Cotentin no acordo de 933⁴⁰⁵. De maneira efetiva, contudo, a região passou por um conturbado período de instabilidade e disputas entre bretões, grupos nórdicos e os rollonidas durante todo o século X, com as escrituras de Mont-Saint-Michel indicando que a hierarquia eclesiástica de Rouen teria desempenhado um papel ínfimo nos assuntos do mosteiro antes dos anos 1010⁴⁰⁶.

Enquanto a primeira escritura da abadia atestada pelo arcebispo de Rouen data de 1015, os bispos da Bretanha e do Maine haviam testemunhado e confirmado várias de suas *acta* no período anterior, sendo que os condes de Rennes também visitavam Mont-Saint-Michel, dotavam-na e buscavam suas preces e proteção, apesar de suas conturbadas relações com Rouen. Para os bretões e para os próprios monges de MSM, portanto, a comunidade era uma grande dona de terras e um importante centro religioso da região, não um entreposto ou representante normando na fronteira entre ambos os territórios⁴⁰⁷. Mesmo Dudo de Saint-Quentin,

⁴⁰² Ibid.

⁴⁰³ Ibid, p. 74.

⁴⁰⁴ Ibid, p. 26.

⁴⁰⁵ Ibid, p. 82-84.

⁴⁰⁶ Ibid, p. 86-88.

⁴⁰⁷ Ibid, p. 91.

como sabemos, sempre desejoso de representar os duques rollonidas como mais poderosos do que realmente eram, não registra qualquer doação de Ricardo I a Mont-Saint-Michel, além da restauração inicial de 966.

Ao que tudo indica, portanto, a primeira real intervenção de um duque normando no monastério ocorreu quando Ricardo II, em 1009, decidiu substituir Mainard II por seu indicado, Hildeberto, na posição de abade. Presumivelmente tentando impor sobre os monges um líder que rejeitavam, Ricardo tomou a incomum precaução de confirmar sua nomeação por meio de uma escritura⁴⁰⁸. Tal impopular intervenção de Ricardo em Mont-Saint-Michel, aponta Potts, ocorreu apenas após sua aliança com Godofredo, quando os rollonidas sentiam-se mais confortáveis para agir no território. A ação foi seguida, anos mais tarde, pela primeira doação de um benfeitor normando ao monastério, em 1015, quando Gunnor doa ao Monte duas propriedades a sudoeste de Caen⁴⁰⁹.

Logo de serem pioneiros normandos em uma região de fronteira, assim, os monges de MSM devem ser mais apropriadamente entendidos como atores livres, que foram incluídos na zona de influência normanda apenas quando o ducado encontrava-se em seus últimos estágios de consolidação. As ações do monastério e sua relação próxima ao Maine e à Bretanha evidenciam, também, as fortes tensões fronteiriças ainda existentes ao início do século XI, bem como a gradualidade do longo processo de avanço rollonida⁴¹⁰. Todas as evidências que temos à disposição nos indicam, portanto, que embora Ricardo II tivesse de fato conquistado algum tipo de autoridade sobre a Baixa Normandia no momento de sua morte, o fez apoiando-se pesadamente em mandatários locais e em alianças matrimoniais. O lento processo de expansão da hegemonia normanda ao oeste, ademais, continuou a se desenrolar pelo menos até o governo de Guilherme, o Conquistador.

2.4.3 A revitalização da rede monástica e a retórica da reconstrução da estrutura eclesiástica na Normandia

Muito além de um sintoma ou mera consequência do processo mais amplo de consolidação da Normandia o reavivamento e a reforma do monasticismo no

⁴⁰⁸ CROUCH, *op. cit.*, p. 96.

⁴⁰⁹ *Ibid*, p. 98.

⁴¹⁰ *Ibid*, p. 104.

ducado, segundo Cassandra Potts, tiveram um papel central no processo de identificação regional e cultural da região⁴¹¹. Diferente do que se pensava anteriormente, contudo, a vida eclesiástica normanda não foi reconstruída do zero, a partir da benevolência rollonida, mas restaurada sobre bases já existentes. Tal narrativa de disrupção e reconstrução surgiu de eclesiásticos dos séculos XI e XII, incluindo os próprios autores de história normandos, começando com Dudo de Saint-Quentin, que exageraram a extensão da destruição *viking* anterior, a fim de realçar o contraste entre este caótico período e o estado de graça da Igreja normanda sob os rollonidas, principalmente Ricardo I e Ricardo II. Estes foram responsáveis, na verdade, conforme aponta Potts, não por uma reconstrução, mas uma revitalização, um rejuvenescimento da vida monástica no território⁴¹².

Assim como Potts, o arqueólogo e historiador inglês David Petts argumenta, com base tanto em evidências arqueológicas quanto textuais, que, embora tenha havido uma grave desarticulação no nível mais alto da hierarquia eclesiástica, as igrejas menores do território da Nêustria não parecem ter sido gravemente atingidas pela presença *viking*⁴¹³. Contrariando, também, uma narrativa de ruptura e descontinuidade, o autor argumenta que a região normanda não se diferenciou muito do restante da Cristandade em seu processo de desenvolvimento eclesiástico, com uma rede mais formalizada e consistente de igrejas-matriz sendo posteriormente substituída por igrejas mais conectadas a formas locais de senhorio⁴¹⁴.

Ainda que antes do século X a região neustra apareça de forma muito escassa no registro documental, há indícios suficientes para crer que houve uma disrupção significativa do sistema anterior às incursões apenas no extremo norte do Cotentin, onde a atividade *viking* parece ter sido mais intensa e frequente⁴¹⁵. No que diz respeito a toda a extensão do território, um grande impacto teria sido sentido apenas nas sés episcopais, com registros indicando que o bispo Baltfride foi morto em sua catedral de Bayeux e que os bispos de Coutances, Avranches e Sées tiveram de buscar refúgio na arquidiocese de Rouen. É bem menos provável,

⁴¹¹ POTTS, *op. cit.*, p. ix.

⁴¹² *Ibid.*

⁴¹³ PETTS, *op. cit.*, p. 297.

⁴¹⁴ *Ibid.*, p. 297.

⁴¹⁵ *Ibid.*, p. 298 - 300.

contudo, que as *raids* e estabelecimentos nórdicos tenham causado rupturas fundamentais na rede mais ampla de igrejas locais⁴¹⁶.

Petts afirma que, apesar de a evidência ser rasa e remendada, sendo provável que muitos lugares não tenham sido registrados, é possível perceber que a provisão de igrejas na Nêustria pré-normanda, ainda que espalhada por um amplo território, havia sido esparsa e majoritariamente monástica⁴¹⁷. O primeiro registro escrito a abordar a extensão de igrejas na região da Baixa Normandia aparece somente com a escritura do dote de Ricardo II para sua esposa, Judite, datado a aproximadamente 1000 - 1008. Levando em conta a quantidade de propriedades concedidas em cada região e o número de igrejas assinaladas a elas, Petts aproxima uma porcentagem de provisões de igreja para o número total de propriedades. E, com base nesta evidência, propõe que a quantidade de igrejas era significativamente menor na Baixa Normandia do que em outras áreas mais ao leste, que aparecem no mesmo dote⁴¹⁸.

Já a evidência arqueológica possibilita discernir traços de fases de construção de uma série de igrejas, ao longo do Cotentin, já nos séculos X e XI⁴¹⁹. Tal fator parece indicar que, à virada do milênio, a região já contava com uma bem estabelecida rede eclesiástica local, já atingindo a quantidade de construções que pode ser encontrada em uma data mais tardia. Tal dado não se encaixa facilmente com a narrativa de uma rede eclesiástica completamente devastada pela presença de assentadores nórdicos, indicando, pelo contrário, um alto grau de continuidade. Ao mesmo tempo, há fortes indícios de uma contínua expansão desta rede ao longo dos séculos X e XI, que não estava limitada às mesmas áreas da cristandade pré-*viking*. Isto é, mais do que reconstruir uma rede eclesiástica devastada pelas *raids* anteriores, como implica a narrativa normanda dos séculos seguintes, os primeiros governantes rollonidas estavam expandindo uma rede que era anteriormente bastante limitada.

Em resumo, aponta Petts, a combinação das evidências arqueológicas e textuais sugere a existência de uma rede de igrejas mais ampla, na Normandia dos séculos X e XI, do que é normalmente reconhecido pelos estudos embasados

⁴¹⁶ Ibid, p. 300.

⁴¹⁷ Ibid, p. 305.

⁴¹⁸ Ibid, p. 306.

⁴¹⁹ Ibid, p. 307 - 308.

apenas em fontes documentais. Ou seja, embora a hierarquia episcopal tenha se desestruturado quase por completo, a rede regional e local de igrejas permaneceu mais resiliente⁴²⁰. O grande número de igrejas construídas na Baixa Normandia, principalmente, a partir do século XI seria, na verdade, mais uma evidência para o avanço da autoridade de Rouen sobre a região. Esta expansão teria levado a um aumento da presença de novos lordes, subordinados aos duques, que, em busca de uma maior legitimação de seu poder recém-instituído, parecem ter providenciado o investimento e suporte necessários para uma expansão da rede eclesiástica na região⁴²¹.

A retórica simplista de uma reconstrução da rede eclesiástica normanda ao longo dos séculos X e XI, deve, portanto, ser substituída por um entendimento mais amplo, que abarca um grande grau de continuidade nas redes menores e locais, bem como a expansão do poder ducal para a Baixa Normandia ao longo do século XI. Longe de ter sido completamente devastada pelas *raids vikings*, a rede de igrejas no território normando sobreviveu amplamente intacta e, posteriormente, expandiu-se rapidamente. Ainda que os bispos de Coutances não tenham retornado ao seu assento episcopal até meados do século XI, quando o fizeram encontraram uma rede local de igrejas bastante ampla e firmemente estabelecida⁴²².

Além disso, para Cassandra Potts, os autores posteriores simplificaram o contexto de perda de documentos, tesouros e terras ao atribuir a culpa pelo conturbado período do século X unicamente a ação *viking* na região⁴²³. A construção desta narrativa de interrupção também serviu aos interesses dos monges beneditinos posteriores, criando um cenário de “tábula rasa” para a instituição de suas reformas. Oito das nove abadias ducais ativas na Normandia antes de 1060, todavia, eram antigos mosteiros merovíngios, que foram reformados e/ou renomeados pelos normandos. Estes eram: Fécamp, Jumièges, Saint Wandrille, Saint Ouen, Montivilliers, Mont-St-Michel, Saint Taurin e Cerisy. O nono mosteiro, Bernay, é a única exceção, pois foi fundado por Ricardo II no século XI⁴²⁴.

Outros dois fatores, segundo Potts, servem também para explicar este percebido cenário de interrupção. Em primeiro lugar, os anais do século IX e X de fato

⁴²⁰ Ibid, p. 312.

⁴²¹ Ibid, p. 313.

⁴²² Ibid, p. 314.

⁴²³ POTTS, *op. cit.*, p. 20.

⁴²⁴ Ibid.

registraram momentos nos quais monastérios da região foram queimados e saqueados por raids *vikings*. No entanto, as autoridades eclesiásticas condevam fugas e os monges eram instigados a reconstruir suas abadias e retornar às suas tarefas após as incursões. Jumièges, por exemplo, foi presumivelmente queimada em 841, 851 e 855, mas aparece como tendo sido reconstruída em 849 e em 862⁴²⁵. Em segundo lugar, muitas das propriedades que as abadias neustras possuíam antes de 911 foram de fato perdidas, uma vez que apropriadas pelo patrimônio ducal durante o estabelecimento normando, e progressivamente reconcedidas aos monastérios ao longo dos séculos X e XI⁴²⁶.

Já os duques normandos, além de reivindicarem o papel de reconstrutores e patronos da vida eclesiástica normanda, também buscaram melhorar sua reputação por meio de uma larga reforma monasterial, buscando renomados abades das regiões vizinhas para encabeçar tal esforço⁴²⁷. Após algumas fracassadas tentativas por parte de Ricardo I, Ricardo II finalmente conseguiu convencer Guilherme de Dijon, um reformador italiano que havia sido discípulo de Mayeul, em Cluny, a tornar-se o abade de Fécamp, monastério mais próximo da corte rouennais. Amplamente respeitado como líder administrativo e espiritual, entre 1001 e 1028 Guilherme de Dijon estabeleceu as fundações de uma ampla reforma monástica na Normandia, treinando também uma geração de monges cujas reformas por fim estenderam-se a todo o ducado⁴²⁸.

Esta rede de reformas que irradiou de Fécamp para todo o território, continua Potts, explica a coesão do monasticismo normando no século XI, além do importante papel que as abadias desempenharam na expansão e manutenção da autoridade ducal. E foi, também, um processo gradual, uma vez que Guilherme e os duques adotaram a estratégia de não remover abades do comando de seus monastérios, mas esperar seu facelimento para substituí-los por reformadores ligados a Fécamp⁴²⁹. Em vez de constituir-se enquanto uma ameaça à autoridade ducal, portanto, a reforma do monasticismo na Normandia foi instrumentalizada em seu favor, uma vez que Guilherme de Dijon, embora exigisse que os monastérios tivessem doações adequadas e não tolerasse a sinomia, estava mais do que

⁴²⁵ Ibid, p. 21.

⁴²⁶ Ibid, p. 38.

⁴²⁷ Ibid, p. 8.

⁴²⁸ Ibid, p. 28-29.

⁴²⁹ Ibid.

disposto a trabalhar próximo da corte rouennais em benefício mútuo⁴³⁰. Assim, embora o documento de 1001 que oficializou Guilherme como abade de Fécamp delineasse uma reforma em linhas cluniacenses, prometendo liberdade aos monges para gerir seus assuntos e eleger seu próprio abade, Ricardo II e seus sucessores frequentemente apontaram abades em Fécamp e nos demais mosteiros normandos⁴³¹.

Além do prestígio interno e externo que as reformas trouxeram aos duques, eles também souberam aproveitar-se da *expertise* administrativa e econômica de poderosos abades, colocados à frente de mosteiros chave, que frequentemente serviram como importantes representantes da autoridade ducal em áreas de disputa. Além disso, as grandes abadias espalhadas ao longo do território normando forneciam aos duques e a seus aliados valiosos pontos de parada, oferecendo abrigo e provisões a uma corte ou hoste em movimento⁴³². Ricardo II, desta forma, além de importantes aliados para a consolidação de sua hegemonia, conseguiu também ser reconhecido por sua piedade e patronagem fora das fronteiras do território normando⁴³³.

Outro importante nome no contexto de reestruturação da rede eclesiástica na Normandia foi o irmão de Ricardo II, Roberto, apontado bispo da arquidiocese de Rouen por seu pai, Ricardo I, em 989. Primeira nomeação verdadeiramente normanda para o assento arquetiscopal, Roberto teve enorme importância na esfera política, uma vez que foi também apontado como conde de Évreux em torno do ano 1000 e dispunha de enorme poder senhorial, além de conduzir o reestabelecimento da igreja secular normanda⁴³⁴.

Dentro da corte de seu irmão, Roberto dispunha de uma posição de poder inferior apenas à do próprio duque, sendo muito provavelmente seu conselheiro mais próximo. Forte evidência disso é o fato de que o arcebispo aparece em 29 das 49 atas sobreviventes da corte rouennais de Ricardo II⁴³⁵. Provavelmente destinado à vida eclesiástica desde muito cedo, uma vez que foi educado quando jovem na abadia de Saint-Ouen, registra-se que Roberto tenha ascendido à posição de

⁴³⁰ CHIBNALL, *op. cit.*, p. 34-35.

⁴³¹ POTTS, *op. cit.*, p. 32-33.

⁴³² *Ibid*, p. 34-35.

⁴³³ *Ibid*, p. 40.

⁴³⁴ ALLEN, 2009, *op. cit.*, p. 288.

⁴³⁵ *Ibid*, p. 288.

arcebispo em 989, muito embora seu primeiro grande ato como tal tenha sido a consagração do monastério de Fécamp em 15 de junho de 990⁴³⁶. Contando com a presença de todos os bispos das sete sés da província episcopal de Rouen, pela primeira vez desde o século IX totalmente restituída, a escritura marca também a consolidação da nova hierarquia eclesiástica, simbolizando a concordância e submissão de todos os bispos a Roberto e, conseqüentemente, a família ducal.

Ao mesmo tempo em que buscou restaurar antigos territórios do arcebispado doados por seus antecessores a senhores seculares, Roberto também recebeu terras na Baixa Normandia, tão a oeste quanto o Cotentin. Há dúvidas se manteve-as como propriedade pessoal ou como parte das posses da catedral de Rouen, mas, independente disso, ilustra o movimento do primeiro quarto do século XI de expansão da autoridade ducal e arquetpiscopal ao oeste⁴³⁷. Roberto é também um dos nomes citados na dedicatória de Dudo de Saint-Quentin, ao início da *Gesta Normannorum*, sendo um dos prováveis informantes e futuros leitores da obra. Os versos dedicados a ele, assim, trazem consigo um grau de louvor digno de um grande patrono da escrita do texto⁴³⁸.

2.4.4 A chancelaria de Ricardo II e a “oficialização” do território normando

Escrituras registrando concessões de terra são também excelentes fontes para uma análise da história normanda sob o duque Ricardo II, uma vez que foram produzidas em larga escala durante o período, a fim de legitimar e renovar a autoridade da casa ducal sobre o território. Além disso, tanto quanto os textos narrativos, as escrituras ducais refletiram e contribuíram para a construção da identidade da *gens normannorum*, por meio de uma retórica de autoridade específica que justificava o domínio rollonida sobre várias porções do território⁴³⁹. A linguagem das escrituras, assim, reproduziu várias percepções de comunidades regionais e também fez parte da definição e manutenção de identidades grupais. Os preâmbulos ducais normandos, que estabeleciam a origem e a natureza de sua autoridade sobre um território em particular, eram utilizados pelos duques para impor uma

⁴³⁶ Ibid, p. 290.

⁴³⁷ Ibid, p. 290 e 294.

⁴³⁸ Ibid, p. 301.

⁴³⁹ CROSS, *op. cit.*, p. 201.

interpretação particular de suas ações e legitimidade, em seguida preservada e replicada pelos beneficiários em suas próprias regiões⁴⁴⁰.

Do início da escrita de documentos registrando concessões sob Ricardo I e a composição final da *Gesta Normannorum*, entre as décadas de 990 e 1020, as várias escrituras de Ricardo II consolidaram a ideia de uma *Normannia* como a terra dos *nor(th)manni*. Visando solidificar legal e retoricamente um processo político iniciado por Hrólfr e Guilherme, os governos de Ricardo I e de seu filho foram permeados pela criação de um senso de unidade territorial sobre um grupo de territórios que antes não eram necessariamente reconhecidos como uma unidade política, e muito menos étnica, distinta. Assim, a genérica região provincial da Nêustria carolíngia foi aos poucos dando lugar à *Normannia*, uma entidade territorial distinta e governada pelo *dux normannorum*, detentora de fronteiras lineares e, em teoria, amplamente reconhecidas. Em um processo de retroalimentação, a existência da *Normannia*, por sua vez, fazia com que quaisquer de seus habitantes, independente de sua ligação direta ou não com a família ducal, fossem reconhecidos como *normanni*⁴⁴¹.

Um grande volume de escrituras sobrevive do período de Ricardo II - aproximadamente quarenta e cinco - registrando principalmente concessões a igrejas e a monastérios. Há, inclusive, um documento de 1025 que confirma todas as doações de seus antecessores a Jumièges, enfatizando que as concessões prévias haviam sido orais porque os governantes anteriores não tinham o costume de registrá-las⁴⁴². Embora os escribas responsáveis por estes textos não fossem comumente nomeados, há indícios suficientes para sugerir que muitos destes documentos tenham sido produzidos dentro da própria corte ducal normanda. A nomeação de testemunhas como *cubicularius*, *procurator*, *camberarius*, *hostiarus* e, em duas ocasiões, *cancellarius*, podem sugerir a existência de posições formais e de uma consolidada prática de escritura na corte rouennais⁴⁴³.

A observação de que as escrituras produzidas durante o ducado de Ricardo II contêm significativos elementos comuns levou muitos historiadores a suporem que o duque havia começado a cultivar, em sua corte, uma chancelaria, talvez em

⁴⁴⁰ Ibid.

⁴⁴¹ Ibid, p. 202.

⁴⁴² Ibid, p. 202 - 203.

⁴⁴³ Ibid, p. 205.

imitação à chancelaria régia. Apesar de sabermos que, em algum momento entre os governos de Ricardo II e Guilherme, o Conquistador, a produção de escrituras foi retornada aos monastérios beneficiários, Ricardo III (1026 - 1027), filho e sucessor de Ricardo II, também produziu um número considerável de escrituras no curto período de seu governo⁴⁴⁴. Tal hipótese, além disso, é suportada pela constatação de que Ricardo II empregava uma grande corte de capelões, notários, clérigos, senescalos, mordomos e condestáveis, acessórios régios dos quais nem mesmo os reis capetíngios dispunham ao começo do século XI⁴⁴⁵.

Os altos custos envolvidos na manutenção de tantos oficiais de corte e na produção dos documentos parece justificar-se por uma necessidade de consolidar a reivindicação dos rollonidas sobre todo o território da *Normannia*, principalmente sobre as regiões recém-conquistadas da Baixa Normandia. Assim, tais documentos representam, junto com a própria *Gesta Normannorum*, um empreendimento retórico para estender a autoridade dos duques a todo o território que reivindicavam como seu por vontade divina, integrando-o sob uma identidade distinta⁴⁴⁶. Nos textos, Ricardo II era sempre representado como *princeps nor(th)mannorum*, e, portanto, o governante de direito da *Nor(th)mannia*.

Os documentos também eram importantes na medida em que construíam a imagem de um legítimo governante patrocinando e supervisionando as igrejas e monastérios sob sua tutela. Reivindicando um *status* de protetor da vida religiosa, Ricardo II utilizou-se das escrituras para retratar a si e a sua família como legítimos governantes e guias de sua *gens* normanda também em um sentido espiritual, reconhecidos como tal pelas comunidades monásticas que patrocinavam⁴⁴⁷. Assim, atribuindo a posição e autoridade dos rollonidas ao favor e a proteção divina, várias de suas escrituras o nomeavam duque “pela generosa misericórdia da graça de Deus”, “pela decisão da divina misericórdia” ou “pela concessão da graça de Deus”⁴⁴⁸. Ademais, além de registrar as próprias concessões ducais, as escrituras também confirmavam doações feitas por seus subordinados aos monastérios, a fim de

⁴⁴⁴ Ibid, p. 206.

⁴⁴⁵ CROUCH, *op. cit.*, p. 38 - 39.

⁴⁴⁶ CROSS, *op. cit.*, p. 208 - 209.

⁴⁴⁷ CROUCH, *op. cit.*, p. 21.

⁴⁴⁸ Ibid, p. 38. *Tradução nossa*: “by the generous mercy of God’s grace” or “by the decision of devine mercy” or “by the concession of God’s grace”.

demonstrar que eram feitas sob sua autoridade e, em última instância, também atribuíveis à sua generosidade⁴⁴⁹.

O principal objetivo de toda esta produção documental, portanto, era consolidar o entendimento de que o *dux* ou *marchio normannorum* era o governante legítimo e absoluto da *Normannia* e de todos os *normanni*, independente do quão efetiva era a autoridade ducal exercida sobre as variadas regiões normandas em diferentes contextos. A *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin, por sua vez, está inserida neste contexto de ampla produção escritural como uma consolidação da narrativa propagada pela corte, de que a Normandia havia sido concedida aos rollonidas por vontade divina e tomada das mãos de seus ímpios governantes francos⁴⁵⁰. Composta durante o ducado de Ricardo II a *Gesta Normannorum* é um louvor à dinastia rollonida e aos seus membros, consolidando a Normandia, também narrativamente, assim como os duques a haviam lentamente construído por meio de alianças, guerras e retórica ao longo dos séculos X e XI.

2.4.5 Dudo de Saint-Quentin: de cômego/emissário da Picardia à *capellanus* de Ricardo II

Originalmente um cômego da abadia de Saint-Quentin no Vermandois, Picardia, Dudo foi enviado, segundo o próprio nos conta, em uma embaixada do conde do Vermandois a Ricardo I, em algum momento entre 987 e 994. Sem cortar laços com a abadia de Saint-Quentin, onde posteriormente tornou-se diácono, Dudo passou a residir em Rouen, servindo a Ricardo I e a seu filho como escriba e posteriormente recebendo terras e benefícios ao redor de Rouen como recompensa por seus serviços⁴⁵¹. A *Gesta Normannorum*, que Dudo afirma ter sido primeiramente encomendada por Ricardo I ao fim do século X, pedido este insistentemente reiterado por seu sucessor, Ricardo II, foi por ele concluída em algum momento entre 1015 e 1026⁴⁵².

Para além do que o próprio autor nos conta no prefácio da *Gesta*, temos pouquíssimas informações sobre a biografia de Dudo de Saint-Quentin. É

⁴⁴⁹ Ibid, p. 222.

⁴⁵⁰ Ibid, p. 240.

⁴⁵¹ SEARLE, *op. cit.*, p. 3.

⁴⁵² CROUCH, *op. cit.*, p. 21.

comumente presumido que ele era oriundo de uma nobreza menor, devido à qualidade de seu aprendizado, e originário do Vermandois, ou dificilmente teria ido viver em Saint-Quentin ou sido enviado à Normandia como representante do conde Alberto do Vermandois⁴⁵³. Durante muito tempo também foi presumido, nos conta Leah Shopkow, que, uma vez que esta região estava situada dentro da arquidiocese de Reims, Dudo teria sido mandado ao famoso centro educacional para concluir a porção de seus estudos que Saint-Quentin não teria sido capaz de prover. Lá, junto de importantes nomes da época, como Riquero de Reims, Adalbero de Laon e Fulberto de Chatres, Dudo teria sido discípulo de Gerbert de Aurillac⁴⁵⁴.

No período em que esteve a frente de Reims, continua Shopkow, Gerbert teria rejeitado o currículo tradicional carolíngio e proposto um novo, mais clássico e menos esmagadoramente cristão, uma vez que, na época, muitos clérigos preferiam ler comentários sobre obras antigas e tardo-antigas no lugar dos próprios originais⁴⁵⁵. O estilo de Dudo e sua aplicação de pressupostos da retórica clássica levaram muitos a propor que ele teria estudado em Reims, neste contexto de reavivamento do ensinamento clássico. Posteriormente, contudo, Shopkow e outros revisaram e rejeitaram tal teoria. A autora afirma, por exemplo, que embora Dudo de fato cite Juvenal, Horácio, Prudêncio, Sedúlio, Frotunato, Virgílio e Boécio, suas leituras na verdade foram derivadas de comentários carolíngios posteriores, não das obras originais⁴⁵⁶. Mesmo os ecos virgilianos, presentes ao longo de toda a obra, foram demonstrados ser provenientes, em sua maioria, de citações posteriores.

Shopkow argumenta, então, que Dudo não teria sido educado em Reims, citando como principal evidência para tal seu estilo, que mistura história sagrada e secular, poesia e prosa, e que parece derivar de obras hagiográficas e poemas do período carolíngio⁴⁵⁷. Em contrapartida, poucos centros tardo-carolíngios poderiam oferecer o nível de instrução que o seu texto atesta, levando a autora a supor que Dudo teria estudado em Liège, um centro educacional importante à época, ainda que com uma inclinação bastante antiquada e conservadora⁴⁵⁸. A escolha de Dudo pelo *posimetrum* e sua aplicação de uma prosa rimada e rítmica apontam para Liège,

⁴⁵³ SHOPKOW, 1989, p. 21.

⁴⁵⁴ Ibid, p. 21-22.

⁴⁵⁵ Ibid, p. 22.

⁴⁵⁶ Ibid, p. 23.

⁴⁵⁷ Ibid, p. 24.

⁴⁵⁸ Ibid, p. 25.

uma vez que tal estilo estava em uso lá nos séculos IX e X. Além disso, Dudo de Saint-Quentin emulou o estilo e várias passagens da *Vida sancti Lamberti*, de Estevão, hagiografia escrita sobre um santo venerado em Liège e, portanto, muito importante naquele círculo⁴⁵⁹.

Assim, quando foi enviado como parte do grupo de negociação de Alberto do Vermandois a Ricardo I, entre o fim de 987 e o começo de 988, Dudo, como cônego de Saint-Quentin, da qual Alberto era o abade laico, era uma escolha bastante natural como emissário. Embora provavelmente estivesse então na casa dos vinte anos, Dudo contava com uma educação formidável para a época⁴⁶⁰. O cônego parece ter agradado aos rollonidas, uma vez que retornou à Normandia de forma intermitente até 1015, especialmente próximo ao falecimento de Ricardo I, entre 994 e 996. Enquanto a morte de Alberto em 988 pode ser vista como um incentivo para que Dudo buscasse nova patronagem, a ausência de clérigos normandos com o nível de educação do qual Dudo dispunha na época parece ter transformado-o em um valioso aliado para a corte de Rouen⁴⁶¹. Ademais, a dedicatória da *Gesta Normannorum* para Adalbero de Laon nos permite especular que Dudo talvez estivesse buscando a aliança e apadrinhamento do influente bispo, embora não haja evidências de que a tenha conquistado⁴⁶².

Neste prefácio epistolar que Dudo dedicou a Adalbero de Laon, o autor reafirma o caráter de encomenda de sua obra e detalha quem foram seus informantes. O primeiro destes teria sido o meio-irmão materno de Ricardo I e um dos principais conselheiros dele e de seu filho, o conde Rodolfo de Ivry, o qual Dudo explicitamente nomeia *relator* da obra. A segunda teria sido a viúva de Ricardo I, Gunnor, que parece ter tido um papel extremamente proeminente dentro da corte rouennais e grande influência sobre a composição do texto⁴⁶³. Sabemos, assim, que a *Gesta* foi escrita dentro deste círculo interno da Normandia ducal, impondo sobre a narrativa da história do território e de seus governantes uma visão que, em grande parte, partia da família ducal e a ela deveria agradar⁴⁶⁴.

⁴⁵⁹ Ibid, p. 26-27.

⁴⁶⁰ SHOPKOW, 1997, *op. cit.*, p. 35-36.

⁴⁶¹ Ibid, p. 36-37.

⁴⁶² Ibid, p. 188.

⁴⁶³ SEARLE, *op. cit.*, p. 3.

⁴⁶⁴ Ibid.

Katherine Cross postula que as histórias contadas a Dudo por Rodolfo de Ivry, Gunnor e, possivelmente, pelo arcebispo Roberto de Rouen podem ter sido baseadas em relatos orais que circularam entre as gerações⁴⁶⁵, uma vez que certamente nenhum participante ativo das campanhas de Hrólfr estaria ainda vivo na época. Dessa forma, podemos levantar também a hipótese de que esta preferência por uma escrita sediada na corte rouennais, e mais diretamente influenciada por seus membros, possa ter motivado a escolha de um cônego do Vermandois para a empreitada, em vez de algum um monge oriundo das abadias patrocinadas pela família ducal.

No que pese ser impossível reconstituir as intenções e propósitos dos atores envolvidos em tal contexto, a detida análise da *Gesta Normannorum* nos indica que, muito mais do que simplesmente louvar a casa ducal e seus membros, a narrativa busca consolidar uma definição específica da Normandia e de seus normandos⁴⁶⁶. Recebendo suas informações principalmente de Rodolfo de Ivry e de Gunnor, portanto, Dudo imprimiu uma noção de *gens normannorum* que servia aos interesses políticos da casa ducal. Ser normando na *Gesta Normannorum*, portanto, é um conceito bastante genérico e que apresenta significativas variações ao longo do texto, uma definição bastante ampla que poderia abarcar praticamente todos aqueles que viviam sob a autoridade dos duques da Normandia⁴⁶⁷. Esta *normannitas*, que já vinha sendo elaborada pela corte ducal por várias décadas antes da *Gesta*, ganha na obra sua expressão mais sofisticada e monumental.

O próprio Rodolfo de Ivry, assim, é um interessante personagem que ilustra o que ser normando significava na época da *Gesta Normannorum*. Apesar de meio-irmão de Ricardo I, Rodolfo não tinha nenhum tipo de ascendência direta nórdica: sua mãe, Sprota, era de origem bretã e a seu pai, Esperleng, podemos categorizar de forma genérica como “franco”⁴⁶⁸. Não obstante, Rodolfo aparece em 968, na já citada escritura de Berneval, como um *normannorum*, por conta de sua ligação com a família ducal e por possuir terras e um título na Normandia, em lealdade a Ricardo I e, posteriormente, a Ricardo II. O mesmo critério poderia ser aplicado a vários outros nobres, recém-chegados ou firmemente estabelecidos, dado o caráter amplo

⁴⁶⁵ CROSS, *op. cit.*, p. 123-124.

⁴⁶⁶ MCNAIR, *op. cit.*, p. 321.

⁴⁶⁷ *Ibid*, p. 322-323.

⁴⁶⁸ *Ibid*, p. 323-324.

e político da definição, tanto em suas aplicações escriturais quanto em seu desenvolvimento ao longo da narrativa de Dudo.

Novamente, sabemos muito pouco sobre as ações de Dudo de Saint-Quentin durante e após a escrita da *Gesta Normannorum*, mas podemos afirmar seguramente que o resultado de sua escrita não desagradou aqueles que a haviam encomendado. Além da já citada concessão de benefícios territoriais ao próprio Dudo, temos dois registros de uma continuada relação de proximidade entre o autor e Rodolfo de Ivry, em escrituras delineadas pelo próprio Dudo. Enquanto na primeira ele serve de notário para uma doação de Rodolfo, na segunda o conde de Ivry aparece como patrocinador de uma doação de propriedades, por parte de Dudo, ao monastério de Saint-Quentin, o que provavelmente incentivou sua posterior eleição como diácono⁴⁶⁹. Nestas mesmas escrituras, Dudo descreve-se como *capellanus* de Ricardo II, na primeira, e como *cancellarius*, na segunda, indicando que pode ter mantido algum tipo de posição formal na corte de Rouen até sua morte, em 1026.

⁴⁶⁹ CROSS, *op. cit.*, p. 206.

3 ROLLO E GUILHERME: PASSOS IMPERFEITOS E NECESSÁRIOS NA CONSTRUÇÃO IDEALIZADA DA *GENS NORMANNORUM*

Conforme descrito nos capítulos anteriores, embora 911 tenha persistido como a data canônica que marca a fundação do ducado da Normandia, historiadores há muito apontam que a conformação do território como uma unidade política sólida ocorreu apenas na virada do século X para o XI. Patrocinada, composta e distribuída aos revitalizados mosteiros normandos entre 996 e 1025, a *Gesta Normannorum* teve um importante papel a desempenhar neste intrincado processo. O texto de Dudo de Saint-Quentin busca encaminhar, a partir de uma construção narrativa sobre a história rollonida, a consolidação retórica e política de uma nova identidade normanda, no momento mesmo em que seu líder de quarta geração, Ricardo II, finalmente estendia sua autoridade à Baixa Normandia e seu irmão, Roberto de Évreux, assentava-se na sé episcopal de Rouen⁴⁷⁰.

Incumbido da hercúlea tarefa de concretizar a tardia introdução da “bárbara” *gens normannorum* no mundo da *ciuitas* latino-cristã, Dudo de Saint-Quentin não se limita a narrar a história rollonida em uma série de acontecimentos políticos relevantes, uma vez que este tipo de relato episódio simplesmente não bastaria. Embasado tanto em tropos heróicos clássicos quanto hagiográficos, o cônego de Saint-Quentin compôs um épico em três atos, uma rebuscada e complexa narrativa sobre um grupo de conquistadores predestinados e sua legitimidade divinamente concedida. A *Gesta Normannorum* trata-se, portanto, de uma obra altamente coerente e artisticamente planejada, que reconta a história da vitória normanda sobre os francos e sua triunfal conversão ao cristianismo⁴⁷¹, marcada por um forte caráter alegórico e metafórico em sua construção de uma identidade normanda.

Nestes dois últimos capítulos, portanto, propomos uma análise da obra não voltada ao seu forte teor de fabricação frente ao contexto histórico, mas aos *porquês* de sua composição como tal. É nosso entendimento que uma leitura voltada aos padrões empregados por Dudo de Saint-Quentin para a construção de cada um dos três membros fundadores da *gens normannorum* nos é reveladora de como a corte rouennais entendia e buscava propagar tal identidade como ferramenta política.

⁴⁷⁰ SHOPKOW, 1997, *op. cit.*, p. 56.

⁴⁷¹ SHOPKOW, 1989, *op. cit.*, p. 19-20.

Empregando a temática da linhagem como verdadeira espinha dorsal e centro narrativo⁴⁷², a *Gesta Normannorum* busca no passado rollonida um mero molde, um fio condutor, para a construção de um enredo que associe de forma inequívoca a terra da Normandia e seu *populus à gens normannorum*, por meio das trajetórias divinamente inspiradas de Rollo, Guilherme Espada-Longa e Ricardo I.

Os líderes rollonidas, assim, não são exaltados na narrativa dudoniana por seus feitos individuais, mas pela contribuição que fornecem à composição mais ampla de sua *gens*. É ela, a partir da exploração da linhagem patrilinear, que toma forma ao longo das páginas da *Gesta Normannorum*, sempre em uma veia apologética e legitimadora. Como demonstrado por Leah Shopkow, Dudo parte de uma composição comumente atrelada à história episcopal e até então incomum para tratar de líderes seculares, a *Gesta*, a fim de recontar uma história tão antiga quanto poderosa: um povo escolhido por Deus que conquistou um reino para que pudesse habitar e prosperar sob a égide divina⁴⁷³. Para tanto, Dudo empresta elementos da própria escritura judaica, de hagiografias, histórias eclesiásticas universais e de *origo gentis*, bem como de uma leitura cristianizada e provavelmente de segunda mão da *Eneida virgiliana*⁴⁷⁴.

Balizada por um ponto de partida e um desfecho inequívocos - quando os rollonidas desembarcam na *Francia* são pagãos e quando Dudo escreve na corte rouennais são cristãos⁴⁷⁵ -, a *Gesta* preenche tal jornada com acontecimentos e feitos edificantes por parte dos líderes e representantes da *gens normannorum*. Em uma narrativa com forte progressão e tensão linear, em direção ao momento da consolidação da conquista e indubitável cristianização do *populus normannorum* por Ricardo I, Dudo de Saint-Quentin absorve a inquestionável origem nórdica de seus objetos em uma busca pelo equilíbrio entre o uso da força militar (*fortitudo*), na qual são exímios e hegemônicos desde o princípio, e da eloquência de liderança (*sapientia*)⁴⁷⁶, a qual progressivamente dominam conforme sua condução da Normandia torna-se, narrativamente, mais sábia, frutífera e cristianizada.

⁴⁷² CROSS, *op. cit.*, p. 71.

⁴⁷³ A autora aponta, inclusive, e de forma muito convincente, que o cónego empresta muitas de suas caracterizações e eventos de famosas hagiografias de sua época. SHOPKOW, *op. cit.*, 1989, p. 28.

⁴⁷⁴ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 68.

⁴⁷⁵ *Ibid*, p. 126.

⁴⁷⁶ MATLIS, *op. cit.*, p. 94.

Seguindo a própria divisão estrutural da fonte em seus três livros principais, a presente análise busca compreender a progressão da narrativa dudoniana em direção ao ponto do qual parte sua escrita: a consolidação política e eclesiástica do território normando. Buscaremos analisar no texto, portanto, o lugar que cada um dos líderes rollonidas ocupa na história da *gens normannorum*, em direção à completa destreza política e elevação espiritual supostamente atingida por Ricardo I, patrono original de Dudo e seu modelo idealizado de um *princeps normannorum*. Conduzindo a inserção retórica dos duques normandos e de sua *gens* na *christiana ciuitas*, Dudo de Saint-Quentin constrói a história de como sua autoridade foi obtida pela força da conquista militar, mas mantida por sua própria habilidade política e pelo favorecimento divino⁴⁷⁷.

3.1 ENTRE ENEIAS E CONSTANTINO: O FUNDADOR ROLLO E O INÍCIO DA JORNADA DA *GENS* NORMANDA EM DIREÇÃO À CRISTIANIZAÇÃO

3.1.1 Aproximações com a tradição tardo-antiga: a *gens* dácia e seu representante, o anti-normando Hasting

Como será demonstrado ao longo desta análise, Dudo de Saint-Quentin, em consonância com os modelos explicativos disponíveis em sua época, enxergava e interpretava seu mundo dentro de um *framework* de *gens* e *gentes*. Quando o autor se propõe, portanto, a retratar o grupo de origem de Hrólfr, se depara com um problema: a característica distintamente *viking/nórdica* do primeiro grupo de assentadores era, ao mesmo tempo, muito amplamente conhecida para ser simplesmente negada e muito distante de modelos conhecidos para ser propriamente registrada⁴⁷⁸. Não é surpresa, então, que logo nas primeiras páginas de seu texto Dudo crie uma categorização distinta para este grupo, que utilizará até o fim da *Gesta*: dácios.

Embora tivesse a difícil missão de legitimar conquistas conduzidas por um grupo que era ainda pagão no momento de seu estabelecimento, Dudo certamente não foi o primeiro e nem o último autor cristão a fazê-lo. Ao alocar a ancestralidade

⁴⁷⁷ Ibid, p. 95.

⁴⁷⁸ JOHNSON, *op. cit.*, p. 155.

normanda à Dácia da *Gética* de Jordanes, Dudo estava aproximando sua origem de modelos mais conhecidos e reconhecidos de interpretação, ligando a *gens normannorum* a uma tradição mais difundida e aceita de *gentes* “bárbaras”. Como em vários outros pontos de sua construção da identidade normanda, o autor visivelmente esforça-se para encaixá-la em uma tradição prévia. Sua primeira descrição dos dácios, assim, é derivada do próprio Jordanes, de Paulo Osório e de Isidora de Sevilha, obras referência de história e geografia⁴⁷⁹.

Faz-se importante, assim, explorar brevemente algumas semelhanças entre a narrativa de Dudo e a de Jordanes, que parece ser sua principal inspiração para este trecho inicial da *Gesta Normannorum*. Dividida em três partes, seis capítulos e 316 parágrafos⁴⁸⁰, a *Getica* de Jordanes dedica quase metade de sua extensão a narrar a história de origem dos godos, desde sua partida de Scandza⁴⁸¹ até sua migração de séculos pela Europa oriental⁴⁸². Citando Taprobane, Orkneys, Thule, Bretanha e Scandza como ilhas próximas, o autor afirma que os godos teriam migrado desta última para a Europa, via Cítia⁴⁸³. Segundo Walter Goffart, ainda, Jordanes teria sido o primeiro autor de história a identificar Scandza especificamente como o lar ancestral godos, mas não o primeiro a associá-los com o norte e com a “região nevada” que acreditava-se ser sua terra de origem⁴⁸⁴. Em sua descrição geográfica e etnográfica da região, Jordanes faz Scandza assumir muitas das características comumente atribuídas a Thule: longas noites, o status de ilha mais ao norte, extraordinários fenômenos celestiais e estranhos costumes de seus habitantes⁴⁸⁵.

No todo, assim, seu relato etnográfico consiste em um curto catálogo de tipologias “bárbaras”, no qual os godos habitam terras onde as leis da natureza são invertidas e as populações são pré-agrícolas, dividindo-se em numerosas tribos que constantemente entram em conflito e geram pressão mútua umas sobre as outras⁴⁸⁶. Ainda, a fim de caracterizar seu movimento de migração para o mundo romano

⁴⁷⁹ CROSS, *op. cit.*, p. 76 - 77.

⁴⁸⁰ GOFFART, *op. cit.*, p. 61.

⁴⁸¹ Scandza era comumente entendida na Antiguidade e na Idade Média como uma ilha ao norte da Europa e do Mar Báltico. Foi um dos nomes utilizados para referir-se a península da Escandinávia, que na tradução que utilizamos da *Gesta Normannorum* aparece como Scania.

⁴⁸² SWAIN, *op. cit.*, p. 245.

⁴⁸³ GOFFART, *op. cit.*, p. 64-65.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 62.

⁴⁸⁵ VAN HOOFF, Lieve. “Vergilian Allusions in the *Getica* of Jordanes”. *Latomus*, v. 78, n. 1, 2019, p. 173.

⁴⁸⁶ GILLET, 2006, *op. cit.*, p. 155.

como irreversível, Jordanes compara os godos a um enxame de abelhas, apenas para em seguida observar que abelhas produtoras de mel não podem mais ser encontradas em Scandza, devido a sua temperatura de frio extremo⁴⁸⁷. Assim, utilizando-se do clima como um dispositivo e modelo explicativo, algo extremamente comum em etnografias clássicas gregas e romanas, Jordanes reforça um dos principais temas de sua meta-narrativa: os godos não podiam simplesmente ser mandados de volta para sua suposta terra de origem⁴⁸⁸.

A narrativa de Dudo de Saint-Quentin, por sua vez, converge e diverge da de Jordanes de maneiras significativas. Começando com uma descrição bastante tradicional da divisão entre Ásia, Europa e África, Dudo cita a Germânia, separada da Cítia pelo Danúbio, uma terra ampla e abundante em homens, habitada por “nações” ferozes e bárbaras, que teriam partido “como um enxame de abelhas” da ilha de *Scania*⁴⁸⁹. Ali, então, localiza a Dácia, região que, segundo Dudo, abriga os *getae*, também conhecidos como godos. Os *getae*, antigo povo trácio mencionado pela primeira vez por Heródoto, eram comumente confundidos com os godos na Antiguidade Tardia, assim como com trácios, moésios, dácios e citos. Na *Getica*, Jordanes explicitamente associa os *getae* aos godos, de forma a fundir suas histórias e dar aos últimos um papel mais significativo e estabelecido na história clássica⁴⁹⁰. Dudo, por sua vez, mira o mesmo pressuposto narrativo, aproveitando-se da conhecida narrativa de Jordanes para localizar seus dácios nesta segunda fase de migração, quando os godos já haviam partido de Scandza/Scania e se estabelecido mais firmemente na Europa e no mundo clássico.

Ao utilizar-se de tal tradição, portanto, Dudo estava indiretamente também se apropriando da conexão que Jordanes estabelece entre as migrações godas e a clássica história da migração troiana contida na *Eneida* - obra frequentemente citada tanto na *Getica* quanto na *Gesta Normannorum* - , a fim de validar a entrada de ambos os povos⁴⁹¹ na história conhecida. Enquanto, contudo, Jordanes esforça-se constantemente para deslocar os godos de sua origem nortenha para o mundo

⁴⁸⁷ VAN HOOFF, *op. cit.*, p. 173-174.

⁴⁸⁸ GILLET, 2006, *op. cit.*, p. 149-150.

⁴⁸⁹ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 8v-12v. *Tradução nossa*: “(...) do there inhabit fierce and barbarous nations, which are said to have burst forth in manifold variety like a swarm of bees from a honeycomb or a sword from a sheath, as is the barbarian custom, from the island of Scania.”

⁴⁹⁰ SWAIN, *op. cit.*, p. 246-247.

⁴⁹¹ *Ibid*, p. 247-249.

mediterrânico, enfatizando a irreversibilidade de seu movimento por meio da metáfora das abelhas e de uma ponte ligando Scandza e Cítia que colapsa, Dudo guarda as alusões virgilianas para seu primeiro herói normando, Rollo. Quanto aos dácios comenta apenas que, devido a enorme quantidade de herdeiros masculinos gerados a partir de relações carnas lascivas, estes dirigiam-se ao mar para obter bens por meio da pilhagem, como haviam feito os *getae* e os godos, expulsos por pais e avós que temiam sua competição. Mantendo-se a par com a tradição etnográfica, portanto, Dudo dá explicações naturais para as *raids* dácias, oriundas de seu “barbarismo”, uma vez que são exilados por seus próprios familiares. O autor explora também os costumes bestiais dos dácios, descrevendo violentos sacrifícios humanos cometidos em nome de seu deus *Thor*⁴⁹².

Segundo Ewan Johnson, Dudo teria, de forma semelhante a Jordanes, apropriado-se da semelhança existente entre *danai* (“dinamarqueses”) e *daci* para também associar os assentadores nórdicos de Hrólfr a um povo clássico reconhecido⁴⁹³. Assim, por mais que seu foco claramente estivesse nos rollonidas e nos futuros *normanni*, Dudo não deixa de inserir seus dácios em um conhecido *framework* terreno e divino, utilizando-se de fontes etnográficas e históricas clássicas para demarcar este pertencimento. Mesmo antes de pisarem em terras cristãs e, liderados por Rollo, cristianizarem-se, seus dácios deveriam ser demonstrados estarem inseridos em um universo no qual Deus agia. Assim, embora narre a construção de uma nova *gens*, com suas particularidades e em um contexto posterior, o cônego de Saint-Quentin não estava criando algo excepcional, mas apenas acomodando os normandos a um padrão conceitual comum da Antiguidade Tardia⁴⁹⁴.

Adaptando para o início do século XI uma *exaedificatio* retórica de cristianização de um grupo “bárbaro”, o autor da *Gesta Normannorum* buscou encaixar os normandos em um antigo padrão de inclusão de *gentes* outrora pagãs no mundo da *christiana ciuitas*. Como muitos autores antes dele, assim, Dudo não poupou esforços para estender a profundidade histórica da *gens* normanda por vários séculos, encaixando-a em uma tradição romano-cristã anterior. Desta forma, Dudo retrata os séculos de *raids vikings* como um interlúdio, entre as origens pagãs

⁴⁹² DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 8v-12v.

⁴⁹³ JOHNSON, *op. cit.*, p.155.

⁴⁹⁴ LOUD, *op. cit.*, p. 111.

antigas da *gens* dácia e seu presente normando-cristão⁴⁹⁵. Como outras *gentes* “bárbaras” antes deles, portanto, os dácios são categorizados pelo autor como um grupo que, por intermédio da orientação divina, foi capaz de encontrar a salvação cristã na terra da Normandia.

No entanto, como já comentamos, há também algo de particular à *Gesta Normannorum*, que acaba por diferenciá-la de outras narrativas da tradição tardo-antiga: Dudo introduz os dácios não para contar a história de conversão de toda a *gens* ao cristianismo, mas apenas a de um pequeno grupo que originou-se dela e estabeleceu-se fora da Dácia. A *gens normannorum*, portanto, é entendida e construída pelo autor como um grupo distinto que, sob a orientação dos rollonidas, foi capaz de livrar-se de suas antigas práticas pagãs e encontrar o cristianismo em seu novo território. A religião cristã é, portanto, como será reforçado ao final da narrativa com o sermão de Ricardo I frente a *raiders* dácios, a grande marca da distinção dos normandos frente a seus antepassados “bárbaros”.

Devemos considerar também que Dudo de Saint-Quentin busca, ao longo de todo o texto, lidar com as tensões inerentes à ascendência supostamente estrangeira e invasora de seus objetos, conforme percebida e expressada por muitos de seus vizinhos. Na época em que o autor compunha sua *Gesta Normannorum*, as incursões de diversos grupos nórdicos pela Cristandade estavam longe de terminadas. Era bastante comum, no início do século XI, que outros autores cristãos, principalmente francos e ingleses, descrevessem a natureza selvagem e demoníaca dos *vikings* e, por associação, dos próprios normandos. Portanto, embora não negue o nascimento pagão de Hrólfr e equipare a origem da *gens* dácia com a de várias outras *gentes* “bárbaras” mais antigas, Dudo conduz também vários esforços para desvencilhar a imagem do fundador da *gens normannorum* da de seus demais conterrâneos.

Além de constantemente ressaltar a singularidade da linhagem de Rollo, construindo o próprio à imagem prototípica de um herói clássico, Dudo de Saint-Quentin constrói uma saída engenhosa para o problema: da clássica divisão da *Gesta Normannorum* em quatro livros na edição de Jules Lair (1865), o primeiro é dedicado a Hasting/Hastein, um notório *raider* e *jarl* nórdico que teria liderado inúmeras campanhas contra a cristandade durante a segunda metade do século IX.

⁴⁹⁵ VAN HOUTS, *op. cit.*, p. 4 - 5.

Uma composição de histórias e feitos atribuídos a vários líderes *vikings* anteriores, Hasting é tanto uma alegoria para os *raiders* que assolaram a *Francia* durante todo o século IX quanto uma representação da selvageria que os dácios poderiam atingir sob uma liderança maléfica.

Funcionando como um prólogo à história da *gens normannorum* e de seus três primeiros líderes, o livro dedicado a Hasting serve para Dudo estabelecer os costumes e práticas que *não* correspondiam aos normandos. Importante principalmente para a construção narrativa de Rollo, *princeps normannorum* mais próximo à origem dácia e ao paganismo, Hasting é sua verdadeira antítese. A descrição que o autor fornece para a aparência física e atributos morais de Hasting, sua liderança prejudicial a todos os seus seguidores, sua subserviência em relação aos francos, além dos próprios elementos que compõem sua jornada, são utilizados como uma paródia da caracterização posterior de Rollo. Hasting resume, em suma, tudo aquilo que Dudo postula que Rollo e o grupo que originou *não* eram.

Então, ao referir-se a este grande símbolo dos ataques dácios à *Francia*, Dudo utiliza-se de uma série de termos que, evocando descrições de *vikings* comuns a textos francos anteriores, o caracterizam como selvagem, cruel, tirânico e até mesmo monstruoso⁴⁹⁶. O autor enfatiza principalmente suas atitudes blasfemas ante o clero e os templos francos: Hasting é, em suma, um verdadeiro flagelo de Deus, enviado para castigar os ímpios francos, desprovidos da coragem e liderança necessárias para detê-lo. Em um poema imediatamente anterior ao início da narrativa de Rollo, Dudo inclui a categórica afirmação de que os infortúnios que se abatiam sobre os francos não eram destinados a arruiná-los, mas corrigi-los, e que a santa Igreja, que sofria, era eterna e imortal⁴⁹⁷. Hasting deve ser entendido, portanto, como o castigo divino que se abate sobre os francos em preparação a chegada de Rollo e de sua *gens normannorum*, que eventualmente deterão as *raids* e providenciarão aos francos uma nova e inspirada liderança.

Desta forma, a breve jornada que Dudo atribui a Hasting serve também como uma antonímia para as posteriores atitudes, divinamente inspiradas, do dácio fundador da Normandia. Se, por um lado, retrata Rollo sendo recebido de portas abertas em Rouen e batizado, devido a seu um forte e honesto desejo de curar-se

⁴⁹⁶ DUDO DE SAINT-QUENTIN *op. cit.*, folios 8v - 12v.

⁴⁹⁷ *Ibid.*

do paganismo, Hasting, quando enfrentando forte oposição militar em um cerco à cidade de Luna, expressa um falso desejo de batismo para trair a confiança de bons cristãos e massacrá-los⁴⁹⁸. Justapondo narrativamente Rollo e Hasting como originários da mesma *gens* e tendo, até atracarem na *Francia*, trajetórias relativamente semelhantes, Dudo ressalta a singularidade de Rollo e da linhagem que originar-se-á de sua jornada. Se por um lado não nega que os normandos tenham uma origem “bárbara”, em suma, os caracteriza como uma *stirpe* excepcional dentro de tal grupo.

A posterior associação de Hasting aos francos serve, igualmente, para criar um paralelo negativo ao acordo entre Rollo e Carlos, o Simples: ao passo que o primeiro aceita submeter-se ao rei por ambição e torna-se um mero subordinado, o segundo possui motivações nobres e cristãs, mantendo sua independência em um território autônomo. A descrição de como o temerário Hasting havia acabado tornando-se um *fidele* franco cumpre também o propósito de mostrar o quanto a *gens francorum* havia desviado-se do caminho divino antes da chegada dos normandos. Nessa e em várias outras passagens da *Gesta Normannorum*, Dudo de Saint-Quentin não hesita em descrever cristãos francos sofrendo da influência diabólica e dácios, ainda pagãos, tomando decisões sábias e honradas. Por conta mesmo da ascendência de seus duques, assim, a dicotomia ao longo da obra não se dá sempre entre pagãos maus e cristãos bons, mas entre aqueles que auxiliam o povo escolhido normando, sejam eles dácios ou francos, e aqueles que lhes opõe.

Então, assim como todos os antagonistas criados por Dudo, as ações de Hasting são demonicamente inspiradas, motivadas por inveja da autonomia normanda e da prosperidade de seu território, almejando sempre barrar o avanço do povo escolhido por Deus⁴⁹⁹. Se os ataques de Hasting representam o flagelo que se abatia sobre os francos, a associação entre ambos reflete a depravação moral que o provocou. A *Francia* na qual Rollo desembarca é, portanto, na narrativa dudoniana, uma terra arrasada, com lugares sagrados destruídos e profanados. Caberá a ele e a sua *gens*, ao longo da história, a tarefa de recuperá-la e reerguê-la.

⁴⁹⁸ Ibid.

⁴⁹⁹ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 82.

3.1.2 Rollo: o fundador da “nova Roma” normanda

A figura que Dudo de Saint-Quentin constrói para o fundador da *gens normannorum*, Hrólfr/Rollo, configura-se então como uma tentativa de contrapô-lo o máximo possível ao estereótipo literário do mal pagão que atribui a Hasting. Enquanto Dudo confere a Hasting uma descrição e feitos amplamente baseados em conhecidas lendas e histórias atribuídas a *raiders* nórdicos, esforça-se ao máximo para inserir Rollo em uma tradição clássica latina pré-cristã e, posteriormente, cristianizada. Para descrever a jornada e o caráter de Rollo, tanto por conta da ausência de fontes escritas quanto a fim de inseri-lo em um *corpus* literário mais familiar a si e a seus leitores, Dudo baseia-o em duas grandes figuras marcos da tradição romano-cristã: Enéias, a quem a antiga lenda registrada por Virgílio na *Eneida* atribui a própria fundação de Roma, e Constantino, grande referência ao longo de toda a Antiguidade Tardia como responsável pelo início do processo de cristianização do mundo romano.

Assim, como foi defendido por Elanor Searle e outros historiadores, Dudo constrói sua narrativa sobre Rollo com base em um padrão heróico antigo e poderoso: o Enéias virgiliano⁵⁰⁰. Embora Dudo não chegue a explicitamente conectar os normandos aos troianos por descendência direta⁵⁰¹, como haviam feito vários autores da história da *gens francorum*, ele constantemente se utiliza da epopeia presente na *Eneida* como uma analogia para a jornada que atribui a Rollo. Este, segundo a leitura de Searle, é um tipo particular de Eneias, mais do que um fundador um reconstrutor: ele repara o que seus antecessores haviam destruído, opondo-se e interrompendo o padrão de expulsão das juventudes dácias e a destruição dos territórios cristãos perpetrada pelos *raiders* “bárbaros”.

O Rollo da *Gesta Normannorum*, portanto, é explicitamente construído à imagem de um herói clássico que, expulso de sua *patria* por um representante tirânico, parte em uma jornada de fundação. Então, como era de se esperar, Dudo

⁵⁰⁰ SEARLE, *op. cit.*, p. 7 - 8.

⁵⁰¹ Dudo chega a afirmar de passagem que os dácios gabavam-se de descender de Antenor: “Ele entrou com seus seguidores nas fronteiras ilirianas, tendo fugido dos aqueus que pilharam Tróia”. (*Thus the Dacians are called by their own people Greeks or Danes, and they boast that they are descended from Antenor. He entered with his followers the Illyrian borders, having slipped away from the midst of the Achaens who pillaged Troy*) - Folios 8v - 12v. O trecho, contudo, se insere mais na estratégia de conectar os dácios aos godos, francos e outras *gentes* “bárbaras” do que em uma exaltação de Rollo e da *gens normannorum* propriamente dita.

lhe atribui uma prestigiosa e longeva linhagem de guerreiros e líderes antepassados. E, embora possamos presumir que Hrólfr de fato detinha algum nível de nascimento nobre, o que lhe garantiria a possibilidade de organizar sua própria *raid*, é bastante provável também que pertencia a uma aristocracia nórdica de menor relevância, e que Dudo tenha retoricamente enriquecido e aprofundado sua *stirpe*. O autor caracteriza Rollo, assim, como o filho de um grande e forte guerreiro, que dispunha de inúmeros homens a seu comando e havia conquistado quase toda a Dácia, sem nunca baixar o pescoço para nenhum rei⁵⁰², ressalta.

O pertencimento do futuro líder normando a esta influente linhagem também permite que Dudo conecte os pontos de sua narrativa ao fazer de Rollo e de seu irmão, Gurim, a quem procuram os jovens dácios quando são ameaçados de expulsão da *patria* por um certo rei de toda a Dácia⁵⁰³. Este trecho inicial, apesar de breve, é extremamente significativo como ponto de partida para a jornada de Rollo na *Gesta Normannorum*. Em primeiro lugar, porque o coloca desde o princípio na posição de um verdadeiro líder. Além do poder e prestígio que herda de seu pai e de seus antepassados, o Rollo de Dudo logo demonstra nobreza e *sapientia* por meio da confiança que inspira em tais jovens guerreiros, que prontamente vão até ele em busca de um líder disposto a se opor à tirania do rei dácio. É, antes de mais nada, graças a sua integridade, honestidade e eloquência, não a sua destreza em batalha, que Rollo atrai a lealdade dos guerreiros que irá conduzir como um justo e sábio governante.

Em segundo lugar, e de forma ainda mais significativa, o evento garante a Rollo um grupo de hábeis guerreiros e honrados seguidores, a semente do que gradativamente se tornará a *gens normannorum* ao longo de sua jornada à Normandia. Este grupo original de *fideles*, na retratação de Dudo, é um que possui várias das virtudes implícitas à sua origem “bárbara”, convenientemente evitando as características entendidas como vícios. Os homens normandos, então, principalmente Rollo e seus descendentes, são sempre descritos por Dudo como *robustissimi* (“extremamente fortes”) e *pulcherrimi* (“extremamente belos”) ⁵⁰⁴, um grupo sempre vigoroso em batalha e vitorioso. Os líderes normandos são também retratados, contudo, desde Rollo, como homens de pensamento e liderança

⁵⁰² DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 14v - 17r.

⁵⁰³ *Ibid*, folios 14v - 17r.

⁵⁰⁴ MATLIS, *op. cit.*, p. 97 - 98.

sensatos, dotados de um discurso enérgico e de boa retórica, que provam-se decisivos em vários pontos de sua jornada. Reúnem, em suma, as características mais desejáveis para a semente de uma poderosa *gens* cristã.

Ao mesmo tempo, a perseguição tirânica que teriam sofrido nas mãos do rei trata-se de uma estratégia discursiva de Dudo para destacar seu grupo de heróis em relação ao restante de seus conterrâneos dácios. Assim como Rollo, que perde seu irmão em batalha, os jovens guerreiros são perseguidos e expulsos de sua terra natal, impedidos de ocupar as posições que seriam suas de direito e obrigados a buscar o exílio, primeiro na Inglaterra e depois na *Francia*. É assim que, de uma só vez, Dudo confere a Rollo uma origem mais nobre possível aparte a régia, distingue-o dos demais dácios e de seu rei, fornece-lhe um poderoso grupo guerreiro e, acima de tudo, um pressuposto nobre para sua viagem. Transforma, assim, a busca por pilhagem e riquezas que motivou a ida do *jarl* Hrólfr ao Sena em um forçado exílio, que obriga Rollo e seus renegados a buscarem um porto seguro longe da tirania, um território para estabelecerem-se pacificamente no além mar.

3.1.3 O proto-cristão Rollo é guiado pela providência divina ao longo de sua jornada até a Normandia

De maneira geral, toda a caracterização criada por Dudo de Saint-Quentin para o fundador da *gens normannorum* deriva de sua tentativa de lidar com um fato inescapável: quando chegou ao Sena, Hrólfr era um *raider*, de origem nórdica e pagã. A primeira das soluções narrativas criadas pelo autor, como vimos, é a de equipará-lo a um herói clássico, repleto das mais nobres e puras intenções. Mas, ainda que amenize sua característica estrangeira, tal padrão não lida com seu paganismo. Para fazê-lo, Dudo de Saint-Quentin apela para um elemento bastante comum em histórias *origo gentis*: se é sabido que Rollo converteu-se ao cristianismo em 912, então certamente tal evento já integrava o plano divino desde muito antes. Assim, o primeiro livro da *Gesta Normannorum* é aquele no qual Dudo mais se utiliza da providência divina como organizadora da história, retratando o dácio Rollo como o mais cristão dos pagãos.

Herói eleito para interromper o padrão de expulsão das juventudes dácias e suas violentas *raids* na Europa, Rollo é retratado por Dudo, de forma bastante literal, como uma resposta divina às preces francas⁵⁰⁵. De forma profética, na *Gesta*, o grupo responsável por produzir o flagelo dos francos também é lar daquele que irá salvar-lhes da devastação. O acordo político e pragmático entre o *rex francorum* Carlos, o Simples e o *raider* nórdico Hrólfr ganha, assim, fortes contornos de uma profecia de salvação da *Francia*, conforme a Normandia que Rollo virá a ocupar é descrita como um oásis de paz e abundância à espera dele e de sua *gens*. Dessa forma, a partir de sua expulsão da Dácia a epopeia de Rollo em direção à terra prometida é tracejada, com Dudo de Saint-Quentin destacando a orientação da providência divina sobre cada escolha e ação de seu protagonista.

É nesse sentido que descreve como Rollo, enraivecido e ardentemente desejando vingar-se do rei dácio, teria recebido em seu sonho uma voz divina que o compelia a partir de Scania, a fim de um dia retornar à *patria* e gozar da paz eterna⁵⁰⁶. Ele, no relato imediatamente disposto a ouvir a mensagem divina e deixar-se guiar por ela, relata seu sonho a um certo sábio cristão, que neste ponto Dudo insere na narrativa sem explicação alguma. Este intérprete da mensagem divina explica a Rollo que ele receberá a glória da paz eterna assim que for purificado pelo batismo sagrado, e “tornará-se um cristão especialmente valoroso”⁵⁰⁷. Logo em seguida, o Rollo de Dudo recebe uma nova inspiração divina, dessa vez ainda mais direta. No topo de uma montanha, enxerga uma límpida fonte, enquanto ele próprio está poluído pela infecção da lepra:

“(…) ele continuava a ver muitos milhares de pássaros de classes diversas, de cores variadas, mas com as asas esquerdas vermelhas, em todas as direções ao redor da base da montanha. (...) Quanto ao resto, ele continuava parecendo vê-los viajar, em marcha e voo harmoniosos, à fonte na montanha (...) e, uma vez que todos tenham sido unguídos com aquele maravilhoso banho, comem em turnos, amigavelmente, em um pasto comum, em uma harmoniosa reunião sem distinção de classes ou espécies, sem a contenda de qualquer controvérsia, e constroem ninhos de galhos carregados até lá com seu próprio esforço acelerado. Sim, de fato, ele aparentemente continua a vê-los renderem-se voluntariamente a um império de sua própria concepção. (*Quin etiam suae uisionis imperio uoluntarie subcumbere*)”⁵⁰⁸

⁵⁰⁵ DUDO DE SAINT QUENTIN, *op. cit.*, folios 14v-17r.

⁵⁰⁶ *Ibid*, folios 17r-17v.

⁵⁰⁷ *Ibid*. *Tradução nossa*: “(...) and will become an especially worthy Christian.”

⁵⁰⁸ *Ibid*, folios 17v-19r. *Tradução nossa*: “(...) he kept seeming to see many thousands of birds of diverse classes, of varied color but with red left wings, in all directions around the base of the

A visão, que logo também tem seu significado explicitamente vocalizado pelo mesmo sábio cristão, representa um esforço por parte de Dudo para retratar o futuro governo do pagão Rollo e de seus descendentes como estando em consonância com modelos clássicos e cristãos. Assim, a visão de seus futuros súditos como pássaros, convivendo de maneira organizada e pacífica, assemelha-se à imagem clássica de uma sociedade corretamente ordenada em Ambrósio⁵⁰⁹. Embasada ela própria em imagens virgilianas, a representação de Ambrósio se utiliza de metáforas com abelhas e pássaros para descrever formas de organização social totalmente naturais, nas quais governante e governado têm seu lugar e tarefas naturalmente determinados, colaborando assim para o bem comum. Deus está mostrando a Rollo, e Dudo a seu leitor, o quão bom, justo e legítimo será o governo do líder dácio e de sua linhagem.

Chama a atenção, além disso, o uso da palavra *imperium*, termo da tradição romana que possuía a conotação de um poder militar e de uma autoridade sobre um território e sua aristocracia, autoridade esta que Rollo legará a seus descendentes na forma do *regnum normannorum* por ele constituído. É também possível, neste caso, que Dudo estivesse emulando Alcuíno - ou simplesmente fazendo um uso semelhante do termo - ao utilizar-se de *imperium* para designar uma autoridade estabelecida sobre um número de diferentes *gentes*⁵¹⁰. Sendo assim, o sonho descreve como a *gens normannorum*, assim como os pássaros de várias espécies, é constituída de muitas outras *gentes*, conduzida e ordenada de forma harmônica e natural em torno da figura de Rollo e de seus descendentes. Apontados por Deus como governantes de tal grupo, os rollonidas são os responsáveis, do topo da montanha que representa a Normandia, por manter todo aquele *populus* unido e pacificado sob sua liderança cristã⁵¹¹.

mountain. For the rest, he kept seeming to see them travel, with harmonious gait and flight, to the fountain on the mound, (...) and, once all have been anointed with that marvelous wetting, eat by turns, amicably as it were, in a common pasture, in a harmonious assembly without distinction of classes or species, without the strife of any controversy, and build nests from branches carried there through their own hastening exertion. Yea indeed he kept seeming to see them surrender willingly to an empire of his own conception."

⁵⁰⁹ MARKUS, R.A.. The Latin Fathers, In: BURNS, James Henderson (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought c. 350-c. 1450**. Cambridge University Press, 1988, p. 98 - 99.

⁵¹⁰ NELSON, Janet. Kingship and Empire. In: BURNS, James Henderson (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought c. 350-c. 1450**. Cambridge University Press, 1988, p. 230

⁵¹¹ CROSS, *op. cit.*, p. 81 - 82.

A metáfora descrita na visão divinamente inspirada de Rollo foi tão poderosa que serviu como uma espécie de mito de fundação da *gens normannorum*, não apenas na *Gesta* de Dudo de Saint-Quentin, mas também em outros textos que surgiram ao longo da história normanda. A passagem é tão significativa justamente porque seu caráter profético representa não apenas a culminação futura da jornada de Rollo, mas a de toda a sua linhagem ao final da *Gesta Normannorum*. A visão deve ser entendida como uma alegoria para todo o processo de pacificação de conflitos, reconstrução da Normandia e cristianização da *gens normannorum*, cujo início Dudo atribui a Rollo e concretização a Ricardo I. Era o destino manifesto da dinastia rollonida, conforme tracejado pelo plano divino, postula Dudo, transformar a Normandia de uma terra arrasada pelas invasões dácias em um oásis de paz e prosperidade, tanto para seu *populus* como para a Igreja.

A partir deste momento, quando Rollo e seu grupo são tocados pela benevolência da vontade divina e decidem acatá-la e ativamente seguir seus desígnios, Dudo passa a construir mais pontes cronológicas entre este tempo longínquo e semi-lendário e seu presente de escrita. Antes mesmo de narrar sua entrada em Rouen, portanto, o autor passa a referir-se a Rollo pelo título de *dux*, o mesmo que usa para Guilherme e para Ricardo I, e a relegar o termo mais genérico dácio para outros grupos nórdicos, reservando *normanni/normannos* para Rollo e seus guerreiros⁵¹². Estes, uma fase embrionária do grupo que se tornará a *gens normannorum* ao longo da narrativa, são também retratados por Dudo como proto-cristãos, na medida em que prontamente aceitam a veracidade da visão de Rollo e inquestionadamente seguem sua liderança em direção à *Francia*. A harmonia de pensamento e ações existente entre Rollo e seus *fideles*⁵¹³ é reforçada quando estes, “como se prescientes do futuro e imbuídos de um pressentimento de inspiração divina”⁵¹⁴, aludem à visão de seu líder ao descrever a Normandia, em

⁵¹² DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 21v - 26r.

⁵¹³ Aqui é interessante observar, com Janet Nelson, que o termo *fidele*, no discurso de poder carolíngio, havia adquirido o sentido duplo de descrever ao mesmo tempo obrigações políticas e religiosas, com *fides* designando tanto a crença cristã quanto a ligação entre senhor e súdito. Ou seja, ao representar a fidelidade dos homens de Rollo retrata-os também como tementes a Deus, ainda que não batizados, uma vez que a autoridade do *dux* derivava diretamente da divina. NELSON, *op. cit.*, p. 221.

⁵¹⁴ *Ibid*, folios 21v - 26r. *Tradução nossa*: “(...) as though prescient of the future and imbued with a presentiment of divine inspiration.”

uma só voz, como um território plenamente suprido e abundante, além de desprovido de guerreiros, que poderiam conquistar e fazer prosperar.

Atribuindo a eles um comportamento cada vez mais ideal dentro de pressupostos cristãos, Dudo narra Rollo e seus homens como responsáveis por restabelecer a paz e a cristandade pela *Francia*. Assolados por guerreiros francos de diversas regiões, que são sempre retratados como desleais e traiçoeiros, os *normanni* agem imbuídos de crescente compaixão e misericórdia. Assim, Dudo descreve Rollo libertando vários cristãos, não apenas o homem que havia explicado-lhe os desígnios divinos de sua visão, mas também todos aqueles que havia capturado em batalha, mandando-os de volta às suas casas com vários ricos presentes⁵¹⁵. Bondoso e virtuoso durante sua jornada, Rollo é, em suma, retratado por Dudo como se tivesse sido cristianizado diretamente por Deus através de sua visão, mesmo que ainda não tivesse sido batizado pelo bispo Franco.

Quase como uma comprovação deste aval divino, uma das passagens mais miraculosas de toda a *Gesta* dá-se justamente na travessia à Normandia, quando Rollo e seus homens são acometidos por uma tempestade diabólica, que apenas dissipa-se, relata Dudo, por meio de suas preces. A tempestade, ainda que possua claros contornos virgilianos, foi tirada por Dudo, segundo Leah Shopkpow, de uma hagiografia carolíngia que ecoa a *Eneida*, a *Miracula sancti Germani* de Heiric de Auxerre⁵¹⁶. Longe de exercer qualquer impacto prático na história, a passagem cumpre o propósito de sublinhar seu significado, demonstrando que as forças diabólicas esforçavam-se para impedir a chegada de Rollo à Normandia⁵¹⁷. Assim como o São Germano de Heiric, que viajava para a Inglaterra a fim de dissipar o paganismo, o Rollo dudoniano demonstra o quanto gozava da proteção divina, uma vez que, iniciando a jornada que levaria uma nova *gens* à salvação cristã, derrota as forças diabólicas por meio de sua fé no poder divino.

Quando finalmente chega ao Sena, então, o Rollo da *Gesta Normannorum* já havia sido levado a passar por inúmeras provações de seu valor como um digno governante cristão, ainda que não batizado. Não obstante, ao relatar sua atracagem, Dudo encontra espaço para mais uma demonstração de sua fé: pisando pela

⁵¹⁵ Ibid, folios 17v - 19r.

⁵¹⁶ SHOPKOW *op. cit.*, 1989, p. 23.

⁵¹⁷ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 128. A autora afirma ainda que o trecho foi omitido pelo sucessor e revisor mais moderado de Dudo como historiador normando, Guilherme de Jumièges.

primeira vez em solo normando, Rollo é imediatamente capaz de enxergar a reverência que deve ter frente aos templos sagrados cristãos. Avistando o monastério de Jumièges e compreendendo sua santidade, afirma Dudo, Rollo desvia seus navios para o outro lado do rio. Reforçando, além de sua devoção inata, sua imediata conexão com o território normando, Dudo relata como Rollo teria chegado à capela de Saint-Vedast e colocado sobre o altar o corpo de uma virgem, Hameltrude, que é posteriormente canonizada e passa a nomear a igreja⁵¹⁸. É este Rollo dudoniano que então, já inequivocamente cristianizado por sua jornada divinamente inspirada, chega a Rouen em 876.

3.1.4 A construção da hegemonia rollonida frente aos francos: a conquista militar da Normandia e a minimização da concessão de Saint-Clair-sur-Epte

Para além de negar a participação de qualquer figura secular ou eclesiástica no processo de cristianização de Rollo, um dos principais propósitos de Dudo ao longo desta primeira parte da *Gesta Normannorum* é minimizar também a influência dos reis francos no estabelecimento da Normandia. Na narrativa construída por Dudo de Saint-Quentin, assim, a visão divina recebida por Rollo, bem como suas interpretações, é mais relevante do que a própria conquista militar do território, e muito mais ainda do que qualquer acordo traçado com Carlos, o Simples. De fato, uma das tônicas de todo o texto é a tentativa de demonstrar que o poder e a autoridade da dinastia normanda *não emanavam* do *rex francorum*, mas da própria providência divina e da virtude rollonida em compreendê-la e abraçá-la.

O principal artifício utilizado por Dudo nesse sentido é o de enaltecer a imediata conexão existente entre Rollo e o território normando, que ele logo reconhece como a terra prometida de suas visões. É significativo, contudo, que a cidade de Rouen, primeiro real ponto de apoio e autoridade de Hrólfr no noroeste da *Francia*, seja a única região que Dudo efetivamente retrate como estando sob o controle normando. A cidade de fato é utilizada ao longo de toda sua narrativa como símbolo da conexão dos rollonidas à Normandia, uma espécie de metonímia que representa todo o território e *populus* normandos, em uma época na qual o poder efetivo dos normandos não ultrapassava muito seus limites. Ela funciona, em

⁵¹⁸ DUDO DE SAINT QUENTIN, *op. cit.*, folios 21r - 21v.

síntese, na análise de Leah Shopkow⁵¹⁹ e dentro do padrão virgiliano amplamente empregado por Dudo, como uma espécie de “nova Roma” dos normandos, de onde partirão para pacificar e submeter toda a região à sua autoridade.

A passagem que reconta a chegada de Rollo à cidade é curta, mas extremamente significativa. Em diversos outros momentos da *Gesta Normannorum*, Dudo não hesita em exibir e exaltar o vigor e a destreza militar de Rollo e de seus homens, que obliteram seus inimigos e legitimamente impõe sua autoridade sobre novos territórios. Neste trecho, contudo, o autor opta por descrever Rouen como uma cidade completamente abandonada e destituída de armamentos e guerreiros - algo bastante improvável levando-se em conta a posição estratégica da cidade no vale do Sena -, habitada apenas por camponeses e mercadores destituídos, com monumentos em ruínas, santuários e igrejas devastadas, além das próprias muralhas esmagadas⁵²⁰. Rouen está como se a espera, então, daquele que é destinado a governá-la. A partir do ponto em que Rollo reconhece-a como a terra de sua visão, então, o destino da cidade, o seu próprio, o da *gens normannorum* e o da Normandia estão selados e entrelaçados na narrativa dudoniana.

É significativo que, em vez da cidade comercialmente ativa e guarnecida que Hrólfr e sua *raid* provavelmente encontraram e conquistaram, na narrativa dudoniana Rouen aparece pela primeira vez como os escombros do que antes havia sido uma grande *villa*. Ela é utilizada pelo autor, assim, como um grande símbolo da reconstrução e glória que toda a região encontrará sob a liderança da *gens normannorum*. O contraste entre esta Rouen abandonada pela negligência franca e a cidade riquíssima e relevante que Dudo conhecia e habitava no início do século XI deve representar, assim, a extensão da façanha rollonida sobre o território.

Visando manter também a harmonia de ações existente entre Rollo e seus homens, Dudo relata que os *fideles northmanni* também teriam reconhecido Rouen e a Normandia como a terra prometida a eles nas visões de seu líder. No entanto, a fim de balancear seu relato, o autor também atribui a eles a ciência de que teriam de conquistar o território: “Nunca nos subjugaremos a ninguém nem apegaremos-nos ao serviço de ninguém ou aceitaremos favores de ninguém. O favor que mais nos

⁵¹⁹ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 70 - 71. A autora embasa a comparação no próprio passado da cidade, estabelecida pelos romanos e utilizada como um importante porto da *Gália*, algo que certamente era do conhecimento de Dudo, e no fato de que um de seus nomes latinos anteriores era *Rodomus*, ou *domus romanorum*, a casa dos romanos.

⁵²⁰ DUDO DE SAINT QUENTIN, *op. cit.*, folios 21r - 21v.

agradaria é aquele que reivindicaremos para nós mesmos pela força das armas.”⁵²¹ As características que atribui a uma irreduzível natureza dácia, então, são utilizadas por Dudo para ressaltar a autonomia da *gens normannorum*: cientes de que aquela terra havia lhes sido prometida pela vontade divina, sabem também que devem tomá-la por meio de suas próprias virtudes.

Dessa forma, a segunda principal estratégia empregada por Dudo para diminuir a importância da concessão franca é narrar como Rollo e seu grupo teriam tomado militarmente os territórios correspondentes à Normandia. É assim que, utilizando Rouen como base, Rollo e seus homens continuam a devastação do território franco por mais de trinta anos, vencendo inúmeras batalhas e conquistando importantes cidades, além de montar um enorme e improvável cerco a Paris⁵²². Assim, a narrativa dudoniana das conquistas de Rollo serve também para inflar a autoridade que os primeiros rollonidas possuíam, inserindo Bayeux e Évreux dentre as regiões tomadas por ele, um feito que Hrólfr certamente não poderia reivindicar e em áreas que mesmo Ricardo I teria dificuldades para controlar, quase um século mais tarde.

Dito isso, vale ressaltar que Dudo, segundo a anteriormente citada análise de Bernard Bacharach, esforça-se por fazer tudo isso dentro de um certo padrão de plausibilidade, retratando as conquistas de forma bastante detalhada. Ciente de que seu público reconheceria as tripulações dos seis barcos que deixaram a Dácia com Rollo como insuficientes para promover significativos avanços territoriais na *Francia*, Dudo insere na narrativa uma amizade entre Rollo e um rei inglês, Alstem, que lhe fornece provisões e dá permissão para que recrute homens em seu território⁵²³. Além disso, as próprias visões de Rollo são utilizadas pelo autor para fornecer-lhe informações cruciais sobre lugares, populações e potenciais esforços militares, praticamente traçando-lhe todo um plano de conquista em longo prazo da Normandia. Com o conveniente dispositivo da inspiração divina, assim, Dudo move a trama das conquistas rollonidas, fazendo-lhe abandonar o implausível cerco a Paris quando o mesmo rei inglês requer seu auxílio.

⁵²¹ DUDO DE SAINT QUENTIN, *op. cit.*, folios 21v - 26r. *Tradução nossa*: “We will never subjugate ourselves to anyone nor cling to anyone’s service nor take favors from anyone. The favor that would please us best is the one that we will claim for ourselves by force of arms and in the hardship of battle.”

⁵²² *Ibid.*

⁵²³ BACHRACH, *op. cit.*, p. 30.

Assim, após várias batalhas, um malfadado acordo de trégua com Carlos, o Simples e uma retomada da conquista normanda, Rollo é finalmente parado em Chartres, quando o bispo da cidade, Uualtelmus, relata Dudo, desce ao campo de batalha portando apenas uma cruz e uma túnica da Virgem Maria e é capaz de expulsá-lo⁵²⁴. O relato milagroso da única derrota de Rollo ganha, então, contornos providenciais: seu destino reside a noroeste, na Normandia e em Rouen, sua terra prometida, onde os rollonidas, na narrativa da *Gesta Normannorum*, são sempre inequivocamente vitoriosos e hegemônicos. E é então em Rouen, como um verdadeiro e legítimo duque governando um território seu por direito, que Rollo é informado e reconhece o novo pedido de paz de Carlos, o Simples.

Assim, toda a narrativa de Dudo de Saint-Quentin anterior ao acordo de Saint-Clair-sur-Epte busca retratá-lo como se partisse, na verdade, de uma concessão por parte de Rollo, não do rei franco. Em vez de um acordo político igualitário, no qual a paz é atingida por meio de concessões de ambas as partes, Dudo retrata o tratado como uma busca unilateral por paz advinda do rei Carlos e de seus francos, desesperados e impotentes ao verem seu território devastado pelos normandos. Rollo, por sua vez, não tem nada a ganhar além de um mero reconhecimento formal de territórios os quais, na *Gesta*, já havia conquistado por conta própria. Suas motivações são descritas por Dudo, então, como inteiramente espirituais, desistindo de conquistar toda a *Francia* apenas por reconhecer na Normandia sua terra prometida. Ele é, então, facilmente convencido a aceitar seu batismo pelo arcebispo de Rouen, Franco⁵²⁵.

Dudo, e neste ponto é facilmente contrariado pela contraposição com várias outras fontes, afirma que Carlos também teria entregue a Rollo sua filha, Gisela, como um símbolo de sua amizade. Além de conferir prestígio e legitimidade a *gens* normanda, retratada como digna de casar-se com a linhagem real carolíngia ainda em sua primeira geração⁵²⁶, tal descrição serve também o propósito de ressaltar o quanto Carlos desejava e dependia de um acordo muito mais do que Rollo, entregando-lhe de bom grado sua própria filha a fim de garanti-lo. Ainda segundo a análise de Matlis, o relato de Dudo visa enfatizar a ligação entre a concessão da terra normanda e de Gisela, uma vez que utiliza-se de um vocabulário e imagens

⁵²⁴ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 21v-26r.

⁵²⁵ *Ibid*, folios 26r - 29v.

⁵²⁶ MATLIS, *op. cit.*, p. 144.

bastante semelhantes para descrever ambas⁵²⁷. Representando não apenas uma conexão política a Carlos, mas também à terra que estivera sobre seu domínio, a suposta submissão de Gisela a Rollo é mais um fator que aponta para a superioridade deste último em relação aos francos.

Na conferência de paz, Dudo descreve como Rollo teria de bom grado colocado suas mãos entre as do rei, um gesto comum de auto-rendição e amizade no pensamento e imaginário cristãos⁵²⁸, mas algo que, aponta o autor, novamente ressaltando sua singularidade dentre os dácios, nem seu pai, avô ou bisavô jamais haviam feito por ninguém. Buscando diminuir ainda mais a importância do acordo para a história normanda, Dudo parodia o juramento de fidelidade esperado, relatando que Carlos havia exigido que Rollo beijasse seu pé, em vez de sua boca, durante a cerimônia⁵²⁹. Recusando-se a fazê-lo, Rollo delega a degradante tarefa a um de seus seguidores, que agarra o pé do rei e faz com que caia para trás, para o divertimento de todos⁵³⁰. O tom cômico empregado por Dudo no relato deste presumivelmente importante evento sublinha a reivindicação de que, completamente independentes da autoridade régia, Rollo e seus descendentes não são *fideles* dos francos, e, portanto, tampouco lhes devem qualquer tipo de *homagium*.

Exagerando ainda mais o poder de barganha normando e servindo aos interesses contemporâneos de Ricardo II, Dudo, novamente desmentido por outras fontes, atribui a Rollo a exigência de uma nova concessão, da Bretanha, para que pudesse usufruir enquanto reconstruía a devastada Normandia. Afora a identificação destas duas regiões, contudo, Dudo é bastante vago quanto às fronteiras da concessão, descrevendo-a apenas como a terra do rio Epte até o mar. As fronteiras não são descritas, pois, além de descartar a concessão franca como fonte de legitimidade para os normandos, Dudo sabia que qualquer relato desse tipo seria em detrimento dos rollonidas, demonstrando que sua autoridade era muito mais limitada do que o autor que gostaria de implicar. Muito mais do que qualquer definição espacial, na verdade, Dudo preocupa-se em frisar que a terra da Normandia havia

⁵²⁷ Ibid.

⁵²⁸ TAYLOR, Alice. *Homage in the Latin Chronicles of Eleventh- and Twelfth Century Normandy*. In: BATES, David; D'ANGELO, Edoardo; VAN HOUTS, Elisabeth (Ed.) **People, Texts and Artefacts: Cultural Transmission in the Norman Worlds of the Eleventh and Twelfth Centuries**. Londres: Institute of Historical Research, 2017, p. 234.

⁵²⁹ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 82.

⁵³⁰ DUDO DE SAINT QUENTIN, *op. cit.*, folios 26r - 29v.

sido concedida *em perpetuidade* a Rollo, por um inquebrável juramento cristão, e que “a sucessão de seus descendentes, de geração a geração, a teria e cuidaria ao longo do curso de todo o tempo”⁵³¹. À revelia dos francos, então, e não por sua vontade, a *gens normannorum* de Rollo obtém sua terra prometida.

3.1.5 O Rollo de Dudo ecoa Constantino, mas ainda é um governante imperfeito do território normando

É bastante significativo constatar que, dos aproximadamente vinte *folios* da *Gesta Normannorum* que contam a história e feitos de Rollo – cerca de um quarto do total da obra -, apenas três relatam suas ações como governante normando. De fato, duas das únicas instâncias nas quais Dudo de Saint-Quentin utiliza-se de datas para balizar sua história dão-se justamente quando demarca o desembarcar de Rollo na Normandia, em 876, e seu batismo, em 912⁵³². Além de visar manter um padrão de plausibilidade para a descrição da extensa campanha militar de Rollo pela *Francia*, os trinta e seis anos que separam ambos os marcos na narrativa, e que presumimos ter sido um período mais curto, nos dão um bom indicativo de qual papel Dudo desejava atribuir ao *raider* dácio na construção da *gens normannorum*. Na *exaedificatio* retórica construída pelo autor, assim, Hrólfr/Rollo é muito mais importante pelo pioneirismo divinamente inspirado de sua jornada até a Normandia do que por sua atuação como primeiro governante. Seu papel fundamental é o do longínquo estabelecedor, não o do governante cristão.

Não obstante, Rollo tem um importante papel a desempenhar na criação da *gens normannorum* e em seu primeiro passo em direção à cristianização. Por conta disso, conforme aproxima-se da *Francia*, da Normandia e de seu batismo, os contornos virgilianos de sua jornada gradualmente dão lugar a paralelos com outra importante figura do passado romano-cristão: Constantino. Desde a Antiguidade Tardia, Constantino havia servido como grande figura de referência histórica para a cristianização de um monarca e de sua *gens*, de Clóvis a Recaredo⁵³³. A própria

⁵³¹ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) and that the succession of his descendants from generation to generation would have and tend it throughout the course of all time.”

⁵³² DUDO DE SAINT QUENTIN, *op. cit.*, folios 29v - 32r.

⁵³³ KING, P.D.. The Barbarian Kingdoms. In: In: BURNS, James Henderson (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought c. 350-c. 1450**. Cambridge University Press, 1988, p.133-134. O autor afirma que paralelos são construídos com Constantino por Gregório de Tours, referindo-se a

visão de Rollo na montanha, como aponta Leah Shopkow⁵³⁴, emula diretamente a descrição presente na *Doação de Constantino*⁵³⁵, que utiliza a lepra como uma metáfora para o pecado e o paganismo, bem como sua purificação pelas fontes do batismo. Tal qual Constantino e outros líderes desde então, Rollo é retratado por Dudo como responsável por livrar a si próprio e a sua *gens* da mácula pagã, recompensando a Igreja generosamente pela salvação de sua alma.

É assim que Rollo, já cristianizado por sua jornada, pela terra normanda e pela intervenção divina, é finalmente batizado pelo arcebispo Franco⁵³⁶, toma o nome cristão Roberto e garante também o batismo de todos os seus seguidores e guerreiros. E, antes de sequer pensar em recompensar seus homens pela dura e longa jornada que os levou até ali, postula Dudo, Rollo ocupa-se da situação dos templos sagrados normandos, demonstrando a propensão de sua *gens* ao bom governo político e espiritual. Emulando o generoso e piedoso Constantino da *Doação*, o *princeps normannorum* é retratado como tendo passado os sete dias que seguiram-se ao seu batismo, enquanto ainda vestia as roupas brancas do crisma e do óleo, concedendo grandes porções de seu território a Deus e à Santa Maria⁵³⁷.

E, além do início do processo de reconstrução dos templos sagrados, uma segunda parte da visão de Rollo é concretizada, na narrativa, ainda por ele: casando-se com Gisela de forma esplendorosa, comenta Dudo, Roberto dá uma garantia de segurança e paz para “todos os povos (*omnibus gentibus*) que desejassem habitar em seu território”⁵³⁸, reconstruído e restaurado. O autor segue descrevendo, de forma bastante vaga, como o líder normando cumpria todos os

Clóvis, e por João de Biclaro, referindo-se a Recaredo, em sua descrição do Terceiro Concílio de Toledo e de sua conversão.

⁵³⁴ SHOPKOW, *op. cit.*, 1989, p. 28-29.

⁵³⁵ A *Doação de Constantino* trata-se de um documento forjado do século VIII que supostamente registra a transferência do poder e privilégios imperiais ao papa e a seu grupo. Produzido em 753 para justificar a convocação de exércitos francos à Itália, pelo Papa Estevão II, contra as reivindicações de autoridade bizantinas, foi incorporado no século IX, pelo clero franco, em uma coleção de cânones destinados a apoiar as reivindicações eclesiásticas a direitos de propriedade. NELSON, *op. cit.*, p. 212 - 213

⁵³⁶ CROSS, *op. cit.*, p. 145 - 146. A autora demonstra que mesmo textos normandos anteriores a *Gesta Normannorum*, como a *Vita Romani*, de Fulbert de Rouen, já traziam a ideia dos rollonidas como um povo escolhido, que haviam abraçado o cristianismo por conta própria e em seus próprios termos. Mesmo o arcebispo Franco de Rouen, lembramos, trata-se de um personagem anacrônico, utilizado por Dudo ao longo do texto como uma ponte entre normandos e francos. Ele convence e batiza Rollo muito mais como seu aliado e súdito do que como um representante franco.

⁵³⁷ DUDO DE SAINT QUENTIN, *op. cit.*, folios 29v - 32r.

⁵³⁸ *Ibid.* Tradução nossa: “He gave a guarantee of safety to all the nations desiring to abide in his land.”

pressupostos de um legítimo *princeps* cristão, estabelecendo e mantendo as leis da região, além de garantir a segurança de seu *populus* contra qualquer *gens* estrangeira⁵³⁹.

Ainda que exaltado por Dudo de diversas maneiras e já batizado, o nascido pagão Hrólfr/Rollo/Roberto não é retratado pelo autor como o governante ideal da *gens normannorum*. Ainda assim, qualquer caracterização derogatória que fizesse sobre seu fundador poderia refletir de forma negativa sobre a linhagem normanda como um todo. A narrativa de Dudo busca um equilíbrio, portanto, entre reconhecer a contribuição de Rollo como estabelecedor da autoridade normanda sobre o território, ao mesmo tempo que deixa amplo espaço para o aperfeiçoamento da *gens* sob Guilherme e Ricardo I. O autor o faz, nesta porção final do texto, a partir de duas anedotas que demonstram o quanto poderia ser cruel e sanguinário quando sua ira era provocada. A primeira delas se dá quando o duque normando, nomeado novamente Rollo por Dudo pela primeira e única vez após seu batismo⁵⁴⁰, impiedosamente manda enforcar um casal de camponeses que agem contra um de seus éditos, a mulher por ter roubado os instrumentos de colheita de seu marido e este por ter sido incapaz de controlá-la.

Embora Rollo aplique sua justiça de forma desnecessariamente severa e impiedosa, parece afirmar Dudo nas entrelinhas, este reivindica também que o julgamento serviu para aterrorizar os habitantes da terra, e que a partir dali ninguém mais ousou roubar nas estradas⁵⁴¹. A segunda anedota, contudo, tem um resultado muito menos favorável aos normandos. Certa vez, relata o autor, o rei Carlos, o Simples teria mandado dois de seus homens visitarem sua filha, Gisela. Esta, receosa da possível reação de Roberto, conduz os homens a uma casa e os mantém lá por um tempo, em segredo. O duque normando, informado da presença de tais homens por seus *fideles* e acusado de ser submisso a sua esposa e afeminado, ordena, movido pela ira, que os jovens soldados fossem apreendidos e levados até o mercado público, onde são massacrados pelo povo lá reunido⁵⁴².

Gisela, anteriormente utilizada por Dudo como um símbolo da terra franca e do prestígio de Rollo e de sua linhagem como conquistadores, simboliza neste

⁵³⁹ Ibid.

⁵⁴⁰ O autor passa a nomear-lhe “Roberto” consistentemente após seu batismo.

⁵⁴¹ Ibid.

⁵⁴² Ibid.

trecho a falta de controle do *princes normannorum* sobre seu próprio território⁵⁴³. A incapacidade de Rollo em controlar sua esposa é um sinal de grande desonra para ele, que havia logo antes mandado enforcar um camponês justamente por ter falhado nesta atribuição. A traição de Gisela, por sua vez, é relatada por Dudo a fim de reforçar a ideia do quanto era perigoso para os normandos dependerem de sua relação com os reis francos, e é significativo, portanto, que ela morra na *Gesta* antes de gerar filhos. A responsável por garantir a continuidade da linhagem rollonida na narrativa dudoniana é Poppa, uma representante quase abstrata da aristocracia franca, que dá uma relação prestigiosa aos normandos e uma herança franco-cristã a Guilherme, sem ameaçar sobrepor-se a eles em poder⁵⁴⁴.

Em suma, durante vários pontos chave da jornada de Rollo Dudo esforça-se por demonstrar como o dácio tinha o potencial para exercer tanto a *fortitudo* quanto a *sapientia*, a boa oratória e a diplomacia, conquistando importantes amizades e perdoando até os mais traiçoeiros inimigos. Como governante, contudo, torna-se cada vez mais dependente da força para impor sua autoridade, incapaz de ser clemente e misericordioso. O Rollo dudoniano, por fim, não demonstra a aptidão necessária para agir adequadamente em tempos de paz. Dentro da narrativa em três partes da *Gesta Normannorum*, contudo, isto não é um empecilho, mas, pelo contrário, um artifício cuidadosamente planejado: cumprindo sua função narrativa de legitimar a ocupação da Normandia por parte de sua *gens*, Rollo deve abrir espaço aos *principes* normandos mais piedosos e habilidosos que se seguem a ele.

Descrevendo um cenário harmonioso e pacífico que logo em seguida ele próprio desmente, então, Dudo retrata um envelhecido e cansado *northmannorum patritius* convocando os líderes dos dácios e dos bretões a fim de conceder toda a terra sob sua autoridade a seu filho: “E, conforme os líderes colocavam suas mãos dentro das mãos do jovem Guilherme, Roberto ligava-os a ele por um juramento de fidelidade”⁵⁴⁵. Assim, de forma absolutamente inequívoca e inquestionada, a *gens normannorum* harmoniosamente reconhece seu novo líder. Um ano após este evento, relata Dudo, um enfermo Rollo é ainda capaz de manter seu reino pacificado, seguro e calmo, por meio de sua legitimidade como governante.

⁵⁴³ MATLIS, *op. cit.*, p. 145.

⁵⁴⁴ *Ibid*, p. 147.

⁵⁴⁵ DUDO DE SAINT QUENTIN, *op. cit.*, folios 29v - 32r. Tradução nossa: “Atque inter manus uillelmi adolescentis manus suas mittentos principes; colligauit illi coniurationis sacramento”.

3.2 GUILHERME ESPADA-LONGA: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Na maior parte dos estudos que se propõe a analisar a *Gesta Normannorum*, independente de quais são seus pontos de partida e propósitos, o chamado terceiro livro da obra de Dudo de Saint-Quentin, dedicado à vida e feitos de Guilherme Espada-Longa (928/933 - 942), é frequentemente analisado com menor atenção do que as narrativas sobre o fundador da *gens normannorum*, Rollo, e seu consolidador, Ricardo I. É nossa percepção, contudo, que o relato da vida de Guilherme, segundo governante da dinastia e ponto de ligação entre o tempo longínquo semi-lendário de Rollo e o mais contemporâneo e cristianizado de Ricardo I, contenha alguns dos pontos mais essenciais para os argumentos maiores que Dudo desenvolve ao longo da obra.

É ao longo da narrativa desta fase intermediária da construção da *gens normannorum* que o cônego de Saint-Quentin explicita suas concepções de um ideal governante e protetor da Igreja, que em sequência emprega na construção de Ricardo I. No trecho que narra a vida e feitos de Guilherme, Dudo aprofunda sua construção da suposta autonomia plena da qual desfrutavam os normandos em relação aos reis francos, bem como o que parece ter sido a percepção da corte rouennais do início do século XI sobre os resultados potencialmente catastróficos de envolver-se frontalmente na política do *regnum francorum*. E o autor conduz estes desenvolvimentos enquanto respeitosamente narra a vida de um líder normando reverenciado por sua santidade, mas um que, em sua visão, ainda não havia sido capaz de atingir o sucesso de um governante ideal da *gens normannorum*.

3.2.1 O *Planctus* pós-morte de Guilherme Espada-Longa e a construção de sua personagem ao longo *Gesta Normannorum*

Diferente do que observamos quanto a Hrólfr/Rollo, a figura de Guilherme Espada-Longa era dotada de uma memória mais preservada e consolidada na corte normanda de Ricardo II e Dudo de Saint-Quentin. Governante de um território que politicamente aproximava-se cada vez mais de características e de uma linguagem de poder semelhantes às de outras entidades políticas de seu período, a memória de Guilherme encontrava-se dentro de um *frammework* mais cristianizado do que a do longínquo e mais inegavelmente pagão Hrólfr. Desta forma, ao abordar sua vida e

feitos, Dudo constrói uma narrativa mais focada em problemas políticos e de governabilidade, distante dos contornos semi-lendários e pré-cristãos que dominam o trecho anterior.

Parte disso podemos atribuir ao fato de que, além das breves passagens contidas em anais francos, Dudo muito provavelmente teve acesso a um texto, escrito em um monastério normando, sobre a vida de Guilherme Espada-Longa. Presumivelmente composto logo após sua morte, em 943, o *Planctus* é um poema curto, que busca celebrar sua vida cristã e encontrar no martírio uma justificativa para sua abrupta morte, ao mesmo tempo que sauda seu filho Ricardo como claro sucessor (*Salve, comes Rodomensis, o Ricarde, Comitatus princeps atque pater*⁵⁴⁶). Uma análise mais detida do texto parece indicar que Dudo de Saint-Quentin incorporou alguns de seus trechos em sua própria narrativa. O relato que diz respeito à emboscada que resultou na morte de Guilherme, por exemplo, no décimo primeiro verso⁵⁴⁷ do poema, parece encontrar seu caminho quase palavra por palavra até a *Gesta Normannorum*.

Julgamos relevante, portanto, traçar alguns comentários sobre o *Planctus* de Guilherme Espada-Longa antes de adentrarmos em uma análise do terceiro livro de Dudo, buscando momentos nos quais sua narrativa converge e diverge da do poema. Cabe ressaltar que, em nossa análise, não tratamos o *Planctus* como uma fonte mais confiável, por sua maior proximidade temporal aos eventos que relata, e que portanto nos permitiria apontar as supostas falsidades ou imprecisões da *Gesta Normannorum*. O poema será utilizado, em vez disso, na medida em que nos permite retrazar o processo de evolução da construção e exposição de uma identidade normanda ao longo do século X, aspecto central de nossa análise e deste capítulo.

O primeiro ponto que chama a atenção, nesse sentido, é o quanto o *Planctus* é desprovido de qualquer identificação distintamente normanda ao referir-se tanto a Guilherme Espada-Longa quanto a Ricardo I. E, embora seja argumentável que o poema trata-se de um texto curto e mais preocupado em

⁵⁴⁶ LAIR, Jules. *Étude sur la vie et la mort de Guillaume Longue-épée, duc de Normandie* (Paris: Picard, 1893), 61-70. In: HELMERICHS, Robert (Ed). *The Planctus for William Longsword*. Disponível em: <<http://vlib.iue.it/carrie/documents/planctus/planctus/index.html>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

⁵⁴⁷ HELMERICHS, Robert, trad. *The Planctus for William Longsword. Verse 11*. Disponível em: <<http://vlib.iue.it/carrie/documents/planctus/planctus/PWL11.html>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

lamentar a morte de Guilherme do que em estabelecer uma marca identitária para si e para seus comandados, há um momento bastante revelador no qual, ao distinguir Guilherme Espada-Longa de seu homônimo Guilherme de Poitou, o texto refere-se ao primeiro apenas como “de Rouen” (*rodomensis*)⁵⁴⁸, não como *normannorum*. A ausência de uma retórica distintamente normanda salta aos olhos quando nos lembramos da já citada escritura de 968 que, embora também curta, apenas 25 anos mais tarde traz uma forte distinção entre Hugo *francorum*, de um lado, e Ricardo *normannorum*, do outro.

A partir disso é possível afirmar, ainda que reiterando a natureza fragmentária da fonte, que o processo de formação e projeção de uma identidade distintamente normanda teve seu início, ou intensificou-se, apenas durante o ducado de Ricardo I. Revelador também é o verso dois do *Planctus* que, ao tratar da origem de Guilherme, parece querer afastá-lo de uma natureza não-cristã e nórdica, afirmando que seu pai, que sequer é nomeado, era nascido no além-mar e permaneceu no “erro dos pagãos”, mas que sua mãe era dedicada à fé, enquanto ele próprio fora “lavado com a água sagrada”⁵⁴⁹. Quando seu pai morreu, afirma o verso três, “os pagãos levantaram-se contra ele”, derrotados apenas mediante sua “plena confiança em Deus”⁵⁵⁰.

Os versos restantes trazem ideias e retratos que mais tarde aparecem de forma bastante semelhante na narrativa de Dudo: Guilherme teria apoiado o rei Luís IV em um momento crítico de seu reino⁵⁵¹; antes de sua morte, o conde de Rouen teria expressado a todos os seus comandados um forte desejo de retirar-se no monastério que ele próprio havia fundado⁵⁵²; Arnulf, apontado como associado a Guilherme por um juramento, fraudulentamente planeja sua traição e morte, caracterizada ao longo de todo o poema como um martírio⁵⁵³. Todos os pontos significativos nos quais a narrativa de Dudo segue a do *Planctus* apenas enfatizam, acreditamos, a relevância dos pontos nos quais o autor opta por divergir,

⁵⁴⁸ Ibid, verso 15.

⁵⁴⁹ Ibid, verso 2. *Tradução nossa*: “in the error of the pagans.” “was washed by the sacred water”.

⁵⁵⁰ Ibid, verso 3. *Tradução nossa*: “the infidels, warlike, rose against him.” “trusting completely in God, he subjugated them to himself with a strong right hand.”

⁵⁵¹ Ibid, verso 4.

⁵⁵² Ibid, versos 5 e 6.

⁵⁵³ Ibid, versos 8 e 9.

principalmente a reiteração das várias continuidades de Guilherme em relação a Rollo e a relevância da caracterização de seus comandados como *normanni*.

Conforme argumentaremos a seguir, a ideia de uma distinta *gens normannorum*, embora ausente no *Planctus*, perpassa constantemente o trecho dedicado a Guilherme Espada-Longa na *Gesta Normannorum*. Principalmente porque, escrita ao fim do processo de consolidação do poder rollonida, a obra parece reconhecer e condenar o quanto Guilherme teria buscado afastar-se de suas origens normandas em busca de uma linguagem política mais caracteristicamente carolíngia. Esta estratégia, parece apontar Dudo em coadunação à percepção da corte rouennais sob Ricardo II, teria fracassado e conduzido-o a seu abrupto fim.

3.2.2 De Rollo a Guilherme: continuidades e transformações da *gens normannorum*

Dentre todas as elaboradas construções retóricas que permeiam a *Gesta Normannorum*, o relato que diz respeito a Guilherme Espada-Longa é o mais repleto de contradições irreconciliáveis. Em vários pontos, seu desejo de renunciar ao mundo secular para retirar-se à vida monástica é exaltado como sinal de sua profunda humildade e devoção; em outros, é condenado e apontado como causador de consequências catastróficas. Em muitos pontos da narrativa dudoniana, Guilherme é retratado quase como um santo entre os homens, dedicado inteiramente a uma serena busca pela paz; em outros, é um competente líder militar, que vigorosamente comanda seus homens em batalha e esmaga rebeliões.

Isto provavelmente se dá porque Guilherme, como o personagem do meio na grande narrativa de três atos da *Gesta Normannorum*, tem de evoluir o suficiente em relação a Rollo enquanto ainda mantendo uma distância considerável da idealização que será atingida por Ricardo I. Ou seja, ele tem de manter os elementos virtuosos e desejáveis da caracterização de seu pai, mas também adicionar uma forte carga de cristianização para sua *gens*. Tudo isto balizado por um acontecimento que Dudo de Saint-Quentin não tinha como contornar: em meio ao processo de consolidação de sua autoridade, Guilherme foi assassinado, deixando seu território em frangalhos e causando uma gravíssima crise dinástica.

Todas estas contradições tornam-se explícitas logo ao início da narrativa, quando Dudo trata da transmissão de poder entre Rollo e Guilherme. A passagem entre os dois livros é completamente confusa e contraditória, considerando que o

autor simplesmente reescreve sua narrativa sobre os anos finais de Rollo em uma mais apropriada para a construção que iniciava sobre o tempo de Guilherme. O real problema que tenta conciliar é que, como segundo governante de uma unidade política ainda fragilmente estabelecida, Guilherme, como indica também seu *Planctus*, muito provavelmente teve dificuldades para impor sua autoridade sobre os antigos comandados de Rollo, pegando em armas para fazer valer sua posição hereditária.

Assim, ao contrário do retrato pacífico e tranquilo de um Rollo capaz de manter seu território em ordem mesmo aproximando-se da morte, o começo do livro três nos apresenta uma leve crise de sucessão. Se no trecho anterior afirma que Rollo teria simplesmente transferido sua autoridade a seu filho e sucessor, obtendo imediatamente a aquiescência e um juramento de lealdade dos líderes dácios e bretões, Dudo sente a necessidade de inverter a ordem das ações, levando os próprios representantes da *gens normannorum* a irem até Rollo para pedir que apontasse Guilherme como seu sucessor. Dudo cria então um cenário no qual Rollo perde a competência de líder de sua *gens* quando desprovido da *fortitudo* da qual tanto dependia: “drenado de força, esvaziado pela enfermidade (...) ele não tem mais a força para auxiliar e dar suporte ao reino e audaciosamente governar e beneficiar a si próprio e a nós”, proferem em uma só voz os condes e líderes dos normandos e dos bretões (*northmannorum brittannorumque comites principesque*)⁵⁵⁴.

Dessa forma, embora brevemente reconheça a crise que deve ter se seguido a morte de Rollo, o relato de Dudo não deixa pairar dúvida sobre a legitimidade da sucessão de Guilherme. Quando chegam ao problema da sucessão, portanto, os líderes normandos são levados a reconhecer a verdade irrefutável que Dudo e seus patronos querem postular: a *gens normannorum* tem de ser liderada pelo *princeps normannorum* rollonida, único capaz de dar continuidade à sua boa condução. Levados a eleger Guilherme como *princeps*, assim, os líderes da *gens* normanda o exaltam por descender de um grupo de nobres francos, possuindo uma dupla característica: o filho de Rollo é tão vigoroso em corpo quanto em mente,

⁵⁵⁴ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 34v - 35r. *Tradução nossa*: “Drained of strength emptied by infirmity (...) he no longer has the strength to aid and support the realm and to boldly preside over and benefit himself and us.”

“educado através do estudo de muitos assuntos”⁵⁵⁵. Rollo, por sua vez, como lhe é característico, concentra sua escolha no fato de Guilherme ter sido versado por Botho, líder dácio das tropas normandas, nos costumes e esforços de guerra.

Guilherme é retratado por Dudo como o sucessor ideal, portanto, para lidar com ambos os problemas originados, em sua narrativa, da debilidade de Rollo: a proteção do território contra *gentes* agressoras e a ameaça de divisões internas que crescia entre os próprios *normanni*. Um passo à frente de seu pai, o Guilherme de Dudo deve incorporar à sua inata *fortitudo* dácia a *sapientia* de sua origem e de sua instrução, que dão-se, na *Gesta*, dentro de pressupostos cristãos. As duas descrições aparentemente contraditórias de Dudo sobre a infância de Guilherme, criado tanto de forma adequada à vida monástica quanto como um líder militar dácio, tratam-se de um esforço para posicioná-lo como o líder ideal para o momento da heterogênea *gens normannorum*: o *princeps* precisaria ao mesmo tempo ser capaz de liderar seus guerreiros dácios em batalha e de navegar a política das cortes normanda e franca⁵⁵⁶.

Não podemos perder de vista também que o conceito chave aqui é legitimidade, não tanto para Guilherme, que havia morrido muito antes de Dudo de Saint-Quentin sequer pisar na Normandia, mas para toda a linhagem rollonida. Poucos momentos dentro da história de uma dinastia são tão cruciais quanto a passagem do poder instituído por um fundador a seu primeiro sucessor. Enquanto Guilherme Espada-Longa provavelmente teve de provar-se um capaz líder militar diante dos antigos comandados de seu pai, o Guilherme dudoniano tem a sua legitimidade garantida uma aclamação tripla: de Deus, que abençoou a jornada de Rollo até a Normandia e sua sucessão; do próprio Rollo, que legitimamente conquistou o território normando e transmite-o a seu filho; e, por último e mais importante, dos representantes de sua *gens normannorum*.

E é justamente este tema, o da sucessão aclamada e legitimada pelos pares, um dos mais centrais durante toda a *Gesta Normannorum*. Dudo sabe, ele próprio escrevendo na Normandia poderosa de Ricardo II, que a jovem e frágil unidade política centrada em Rouen esteve muito perto de esfacelar-se por completo durante as duas sucessões que relata: de Rollo para Guilherme e deste para

⁵⁵⁵ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) his understanding is informed by zealous exertions in very many different matters.”

⁵⁵⁶ MATLIS, *op. cit.*, p. 106 - 107.

Ricardo I. Por isto mesmo, o autor certifica-se de enfatizar a todo momento que a legitimidade rollonida emana de sua *gens*, daquele grupo de honrados guerreiros dácios que Rollo coletou por seu próprio valor, e que agregou e evoluiu até a heterogênea *gens normannorum* que seu relato consolida. E, como não poderia deixar de ser, os líderes citados por Dudo como representantes de tal grupo são sempre levados a reconhecer tal legitimidade, aclamando seu *princeps* em uníssono e garantindo-lhe autoridade sobre o território. Assim, relata Dudo, os líderes bretões e normandos reúnem-se e aclamam Guilherme, colocando suas mãos entre as dele e sujeitando-se ao novo duque por meio de um juramento de fidelidade cristão⁵⁵⁷.

Chama a atenção também que não há, ao longo de todo este processo, qualquer menção ao *rex francorum*. Muito embora tanto Rollo quanto seus *fideles* mencionem a descendência franco-cristã de Guilherme como um ponto a seu favor, Dudo enfatiza que ela é derivada de Popa, não de Gisela. Considerando que o casamento entre Rollo e a filha de Carlos, o Simples tratou-se de uma invenção por parte de Dudo para enaltecer o poder dos normandos ao início do século X, caracterizá-la também como mãe de Guilherme serviria para enobrecer seu nascimento e confrir-lhe legitimidade. Mas o autor opta por não fazê-lo e, portanto, somos levados a concluir que Dudo e seus patronos normandos optaram por não criar esta conexão sanguínea com a linhagem carolíngia, como tantas outras casas nobres do período fizeram, ao contrário ressaltando sua soberania em relação aos reis⁵⁵⁸.

Na *Gesta*, Rollo e seus homens, assim, têm total autonomia para definir a sucessão dentro de seu território, mesmo que provavelmente a concessão territorial de 911 tivesse sido temporária e não-hereditária. Se Guilherme Espada-Longa teve de entrar em algum tipo de novo acordo com o rei franco⁵⁵⁹, os normandos da narrativa dudoniana são hegemônicos nas decisões sobre a terra que conquistaram pela força de suas armas. O ponto da autonomia normanda frente a seus vizinhos e, principalmente, aos reis francos, é tão central neste trecho que Dudo inclusive faz,

⁵⁵⁷ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 35r - 36v.

⁵⁵⁸ CROSS, *op. cit.*, p. 75.

⁵⁵⁹ Como já citado no capítulo dois, os anais francos apontam a existência de dois acordos entre Guilherme e o *rex francorum*, em 928 e 933.

em um discurso que atribui a Botho, uma detalhada recapitulação da jornada e das campanhas militares de Rollo que o levaram até ali⁵⁶⁰.

Ironicamente, o personagem que menos tem voz durante o processo de sucessão de Rollo é o próprio Guilherme. Retratado na *Gesta Normannorum* como mais jovem do que provavelmente era⁵⁶¹, Guilherme aparece no processo decisório mais como um objeto dos anseios de seus futuros comandados do que como um participante ativo. De fato, Dudo explicitamente relata, tanto em seus poemas prefatórios quanto nas palavras de Rollo e do próprio Guilherme, seu desejo inicial de seguir a vida monástica⁵⁶². Para além de caracterizá-lo como um jovem já predisposto à santidade e ao caminho cristão, atributos que possibilitarão a transformação de seu fracasso político em martírio, sua inclinação ao monastério serve, neste trecho, para ressaltar o quanto *não* desejava ardorosamente a posição de liderança que lhe havia sido assegurada.

Por este e outros motivos que exploraremos mais a fundo posteriormente, julgamos a categoria do *rex renitens*, desenvolvida por Björn Weiler⁵⁶³, uma ferramenta importante para compreendermos a construção da personagem de Guilherme Espada-Longa ao longo da *Gesta Normannorum*. Comum em relatos sobre reis, nobres e até mesmo bispos, aponta Weiler, o *topos* do *rex renitens* pode ser encontrado em vários contextos e períodos diferentes, tanto na Cristandade Latina quanto em Bizâncio⁵⁶⁴. O padrão é utilizado para descrever, comumente em relatos bastante posteriores e desprovidos de testemunhas oculares, como um governante havia sido aclamado por seus pares para uma posição que não desejava, assumindo-a relutantemente e sob protestos⁵⁶⁵. De maneira geral, então, o *topos* do *rex renitens* era utilizado para enfatizar a humildade de um determinado líder, postulando que este teria assumido um cargo não por ambição própria, mas compelido pela vontade divina e de seus pares. Hesitação frente a uma posição cujo poder emanava diretamente de Deus era um sinal projetado pelo cronista de que tal

⁵⁶⁰ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 35r - 36v.

⁵⁶¹ É difícil precisar muito sobre o período, mas fontes, como o próprio *Planctus*, parecem indicar que Guilherme teria nascido no além-mar e chegado ao Sena com seu pai já adulto. Dudo, em contraposição, faz dele um normando de nascimento, descendente também da nobreza franca.

⁵⁶² *Ibid.*, folios 34r - 34v.

⁵⁶³ WEILER, Björn. *The Rex Renitens and the Medieval Idea of Kingship*, ca. 900-ca. 1250. *Viator*, v. 31, p. 1-42, 2000.

⁵⁶⁴ *Ibid.*, p. 7 - 9.

⁵⁶⁵ *Ibid.*, p. 2.

personagem, ao rejeitar as armadilhas da posição de poder que lhe era oferecida, seria um bom governante, tanto em palavras quanto em feitos⁵⁶⁶.

O contraste que se estabelecia, então, era entre o *rex renitens* e o usurpador, governante trapaceiro e impostor que desejava ardentemente um ofício para avançar suas ambições pessoais, ativamente conspirando e apressando-se para tomar o trono⁵⁶⁷. E, embora Guilherme não chegue a explicitamente recusar sua posição neste primeiro momento - como fará posteriormente, com resultados catastróficos -, seu expresso desejo de seguir a vida monástica é o suficiente para exprimir contundentemente sua recusa das ambições terrenas. Sua legitimidade é enaltecida, portanto, por meio da construção de que havia sido escolhido por seus pares como o mais apto para o governo mesmo que não tenha ativamente buscado tal posição. Sua reticência, ao mesmo tempo, abre espaço para o papel mais ativo desempenhado por seus seguidores mais próximos, o que é utilizado por Dudo para reforçar a consolidação de uma *gens* e de um *populus normannorum*.

Independente da construção retórica expressa por meio da *Gesta Normannorum* no início do século XI, Guilherme Espada-Longa, assim como os demais governantes retratados sob o *topos* do *rex renitens*, provavelmente havia investido significativos recursos e empreendido esforços militares a fim de garantir sua aclamação. Estes costumavam ser governantes que haviam ascendido às suas posições de autoridade em circunstâncias difíceis e disputadas, geralmente envolvendo crises, conflitos e dificuldades de legitimação⁵⁶⁸. A representação narrativa de uma suave sucessão, assim, com a tomada da iniciativa sendo depositada na concessão de outrem, da qual se deriva legitimidade, frequentemente buscava mascarar uma conturbada realidade política.

Na construção narrativa de Dudo de Saint-Quentin, as rebeliões que muito provavelmente eclodiram contra a frágil autoridade de Guilherme são empurradas para depois do momento de sua legítima ascensão. Antes de de fato assumir seu papel como comandante da *gens normannorum* e combater rebeliões, Guilherme é retratado por Dudo como sendo uníssona e inequivocamente eleito seu governante ideal, mesmo que ocupar tal posição não fosse seu desejo manifesto e imediato. O

⁵⁶⁶ Ibid, p.13.

⁵⁶⁷ Ibid.

⁵⁶⁸ Ibid, p. 4 e 11.

faz apenas, pois, na construção de Dudo, ser o *princeps normannorum* era seu destino divinamente apontado, que seus *fideles* compreendem e fazem-no cumprir.

3.2.3 Questionamentos internos à liderança do *princeps normannorum*: a revolta bretã e a rebelião *dacigena* de Riulf

A inversão da ordem dos acontecimentos na narrativa da *Gesta Normannorum*, que relata primeiro a confirmação assentida, legítima e inquestionável de Guilherme Espada-Longa, e somente depois os questionamentos à sua autoridade, tem um propósito claro: se retratadas como ocorridas em consequência da morte de Rollo, as revoltas exporiam o quanto ainda era frágil a unidade política normanda, assim como sua autoridade sobre os grupos que habitavam sua área de influência. Ocorridas *a posteriori*, contudo, podem ser enquadradas por Dudo no mesmo padrão de todas as ações contra os rollonidas ao longo da narrativa: movimentos traiçoeiros, ilegítimos e diabolicamente inspirados, contra a vontade divina.

Provavelmente uma campanha de conquista empreendida por Guilherme Espada-Longa nos anos 930, a guerra normando-bretã é transformada por Dudo em uma revolta, por meio da qual o autor reforça a reivindicação de que todos os territórios concedidos por Carlos a Rollo pertenciam na verdade à *gens normannorum*, em perpetuidade, e não apenas a seu fundador. Dudo cria um forte contraste, então, entre o que alega ser a justificativa dos revoltosos, que citam justamente o caráter provisório da concessão da Bretanha para questionar Guilherme e reafirmar sua lealdade aos francos, e o discurso dos dácios Botho e Bernardo, que, falando por toda a *gens* normanda, detalhadamente recontam sua campanha de conquista do território, como justificativa de sua legitimidade presente⁵⁶⁹. A vitória sobre os bretões é então retratada como uma espécie de reconquista normanda, reivindicando a continuidade de sua autoridade tanto sobre a Normandia quanto sobre a Bretanha.

No que diz respeito a Guilherme, a rebelião é inserida na narrativa por Dudo a fim de retratá-lo como um bom sucessor a Rollo, capaz de ser um *princeps normannorum* tão firme e assertivo quanto seu pai. De fato, o autor faz Bernardo e

⁵⁶⁹ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 35r - 36v.

Botho afirmarem explicitamente que os bretões levantavam-se contra os normandos por acreditarem-lhes afeminados e inofensivos⁵⁷⁰. A balança da *fortitudo/sapientia*, então, inverte-se: com a morte de Rollo, Guilherme e sua *gens* são questionados e levados a mais uma vez demonstrar sua superioridade militar sobre as *gentes* sob seu domínio. Então, com o apoio de seus líderes normandos, relata Dudo, Guilherme rapidamente esmaga a rebelião bretã. Em nada assemelhando-se ao jovem reticente e puro de alma que Dudo descreve ao início e no restante de sua narrativa, Guilherme demonstra vigor em batalha como um verdadeiro dácio.

Impiedoso ante o questionamento de sua autoridade, o Guilherme de Dudo mata vários líderes bretões e devasta sua terra, “enfraquecendo-os com fome e escassez; e dominando-os por meio de uma enorme carnificina”⁵⁷¹. No momento em que os bretões humildemente reconhecem sua traição e arrependem-se, contudo, o *princeps* os perdoa e traz novamente ao seu serviço, agindo com a mesma misericórdia que o próprio Rollo já havia demonstrado para com seus inimigos. Esta descrição, portanto, é consonante com o grande cuidado exercido por Dudo de Saint-Quentin ao longo de toda a obra em minuciosamente justificar e legitimar as ações belicosas dos normandos. Ainda que não se fugue de demonstrar a aflorada violência normanda, Dudo sempre a relata como decorrência de uma provocação inicial e como, além disso, cessa imediatamente com o fim das agressões inimigas.

Enquanto a partir da primeira rebelião Dudo expõe a continuada hegemonia militar da *gens normannorum* ao confrontá-la com a *gens* bretã, a segunda rebelião que relata Guilherme enfrentando traz em si um questionamento muito mais forte a sua legitimidade. Provavelmente representando as batalhas que o conde de Rouen teve de travar contra os grupos *vikings* independentes da autoridade rollonida, Dudo retrata os revoltosos como dácios jurados a Guilherme, aos quais este mais tarde refere-se como “os invasores pagãos de nosso território”⁵⁷². A rebelião do grupo e de seu líder, Riulf, trata-se de um momento chave na narrativa da *Gesta*, retratada por Dudo como uma verdadeira disputa pela liderança da *gens* normanda, opondo pela primeira (e única) vez um *princeps* rollonida a um inimigo de dentro das fronteiras normandas e de seu próprio grupo.

⁵⁷⁰ Ibid.

⁵⁷¹ Ibid, folios 36v - 37r. *Tradução nossa*: “(...) weakening them with hunger and scarcity; and overpowering them by means of the greatest possible carnage.”

⁵⁷² Ibid. Folios 50v - 51r. *Tradução nossa*: “(...) the pagan invaders of our territory have I confuted.”

Ao representar os questionamentos do antigo guerreiro dácio de Rollo, Riulf, quanto ao que enxerga como um enfraquecimento da *gens normannorum* por conta da aproximação de Guilherme ao centro de poder franco, Dudo de Saint-Quentin parece retratar percepções comuns à sua corte rouennais do século XI sobre o período de Guilherme Espada-Longa. Sua narrativa deste trecho parece estar, de fato, repleta de críticas sutis ao próprio Guilherme e ao que entende como uma dependência excessiva de aliados francos em seu governo. Riulf é um opositor dos rollonidas e, como tal, é descrito por Dudo como cruel, ilegítimo e diabolicamente inspirado. Por meio de seus questionamentos, no entanto, o autor revela as primeiras rachaduras na armadura de Guilherme como *princeps normannorum*, que eventualmente culminarão em seu fracasso e morte.

Levando-se em conta que Riulf é retratado por Dudo como um pagão traiçoeiro e traidor, enquanto Guilherme é pintado como um cristão exemplar, é relevante constatar o quanto o autor dá voz às suas revoltosas reivindicações por meio de longos e frequentes discursos diretos. Logo após afirmar que Guilherme havia unido-se ao conde de Paris, Hugo, o Grande, “em uma aliança que não duraria” e a Herbert “pelo pacto de uma amizade transitória”⁵⁷³, Dudo descreve Riulf endereçando vários líderes normandos (*principum northmannorum*). O contraste é notável: enquanto Guilherme aproxima-se cada vez mais de frívolas alianças francas, Riulf endereça homens descritos por Dudo como normandos, e não dácios, que lhe dão ouvidos.

Significativamente, os questionamentos de Riulf à autoridade de Guilherme dão-se não apenas por sua aproximação a aliados não-normandos, mas também por características suas que o dácio entende como oriundas de uma natureza franca e, portanto, opostas às normandas. Riulf então destaca a origem franca de Guilherme, antes tratada como um ponto a seu favor por Rollo e seus *fideles*, como indício de que o *princeps* pretendia expulsar vários normandos de seu próprio território, submetendo os demais à servidão e dando suas terras a seus parentes francos⁵⁷⁴. A revolta de Riulf dá-se, então, contra um receio de concessão da autonomia normanda por Guilherme Espada-Longa, preocupação que, nas entrelinhas, Dudo e seus patronos parecem endossar.

⁵⁷³ Ibid. Folios 37r - 38r. *Tradução nossa*: “(...) in an alliance that was not to endure. (...) by the covenant of a transient friendship.”

⁵⁷⁴ Ibid.

Dessa forma, se na narrativa de Dudo Riulf questiona a falta de *fortitudo* e *Normannitas* de Guilherme, de forma reveladora, a primeira reação do *princeps* aos seus questionamentos provam-no correto. Sua ameaça de rebelar-se, deixando o conde de Rouen desprovido de um exército, recebe uma fraca resposta que expõe a inerente fraqueza da governabilidade de Guilherme: almejando recuperar a paz a qualquer custo, ele oferece a Riulf todas as suas possessões terrenas e, praticamente, seu ofício, convidando-o a governar junto de si⁵⁷⁵. Ao mesmo tempo em que o desapego de Guilherme a bens materiais reforça a imagem de sua pureza de alma e a busca pela paz a de sua natureza tranquila e misericordiosa, tais elementos denotam também sua inadequação como *princeps normannorum*.

A passagem na qual Guilherme tenta desesperadamente recuperar Riulf ao seu comando soa como um ineficaz convite ao passado normando da época de Rollo: não trata-se apenas de Riulf e de seu grupo, mas de todo um aspecto da *gens normannorum* retratado como estando sob o risco de ser perdido. Na narrativa dudoniana, o ataque de Riulf a Rouen, centro do poder e da autonomia normanda, reflete este grave desafio e ameaça de ruptura, enquanto o abandono da cidade por Guilherme reflete sua incapacidade de governar e liderar sua *gens*. Em um primeiro momento disposto a submeter-se completamente a Riulf para evitar um conflito, Guilherme foge de Rouen e recusa-se a enfrentá-lo antes da chegada de seus aliados francos, colocando em risco ao mesmo tempo o poder da *gens normannorum* e sua autonomia frente a seus vizinhos⁵⁷⁶.

É digno de nota, portanto, como destacado por Leah Shopkow, que as características negativas da personalidade de Guilherme expostas pela rebelião de Riulf são entendidas e retratadas, por Dudo, como oriundas de sua natureza franca⁵⁷⁷. É então o *dacigenam militem* Bernardo, personagem frequentemente utilizado por Dudo como representante vocal da *gens normannorum*, que acusa Guilherme de efeminação e inadequação bélica, características que o impediam de exercer seu papel como governante. Aos olhos dos normandos de Dudo, portanto, tanto na rebelião ilegítima de Riulf quanto no conselho sábio e bem intencionado de Bernardo, a reticência e a castidade de Guilherme são vistas como uma contraparte

⁵⁷⁵ Ibid, folios 38r - 39r.

⁵⁷⁶ Ibid.

⁵⁷⁷ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 72 - 73.

de sua recusa a pegar em armas para defender seu território e sua *gens*⁵⁷⁸, características que devem ser superadas a fim de que se torne um verdadeiro *princeps normannorum*.

Duramente instigado por Bernardo e por outros *normanni*, então, Guilherme é levado a provar seu valor em batalha. A descrição da cena por Dudo é também indicativa de sua construção de uma *gens* normanda que floresce em direção a sua composição ideal. Abrindo mão do apoio de seus aliados francos, relata o autor, os normandos liderados por Guilherme lançam-se em direção a uma épica batalha, contando com apenas 300 homens frente a uma força muito maior de revoltosos. Elevando-se diante do desafio de tornar-se o líder que seus seguidores exigiam, Guilherme recebe de seus bravos guerreiros um “sinal de aliança e confiança à maneira de apoiadores dácios”⁵⁷⁹, esmagando então as forças de Riulf. A passagem é também bastante reveladora da forma como Dudo retrata a origem “bárbara” da *gens normannorum*. Ela pode ser traiçoeira e demoníaca, quando representada por atores como Riulf e Hasting, mas, sob o controle rollonida, postulam o autor e seus patronos, é a grande marca de distinção e poder normando, a maneira pela qual o *princeps normannorum* protege sua *gens* e sua independência.

E o elemento que permite aos rollonidas controlar esta natureza “bárbara” e extrair dela seu melhor é, explicita Dudo, sua exemplar devoção cristã. Na *Gesta*, Guilherme vence Riulf porque se lança à batalha sem medo, à maneira dácia, mas também porque tem Deus a seu lado. Tal argumento parece ser explicitado pelo autor quando compara a vitória normanda sobre os revoltosos à de Gideão sobre os amalequitas, sugerindo uma vitória cristã sobre o paganismo⁵⁸⁰, ainda que raras vezes descreva Riulf e os seus como tal. Então, ao constatar que sagrou-se vitorioso sem perder um único homem, relata o cônego, Guilherme “com seus seguidores glorificou a Deus, que veio ao auxílio daqueles que confiam Nele”⁵⁸¹.

Simbolicamente suprimindo o elemento pagão dentro de sua *gens*, Guilherme a conduz à glória. Não poderia ser mais significativo, então, que Dudo escolha justamente este momento triunfal, no qual Guilherme comprova sua

⁵⁷⁸ Ibid.

⁵⁷⁹ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 38r - 39r. *Tradução nossa*: “(...) sign of both alliance and trust in the manner of Dacian supporters”.

⁵⁸⁰ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 72.

⁵⁸¹ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folio 39r - 39v. *Tradução nossa*: “(...) with his followers did glorify God, who came to the assistance of those trusting in him.”

maturidade como líder, para relatar o nascimento de seu filho Ricardo, o *princeps* normando idealizado que conduzirá a construção e cristianização plena da *gens normannorum*. Guilherme, por sua vez, é levado por Dudo a comprovar duplamente sua virilidade, sagrando-se vitorioso em batalha ao mesmo tempo que garante a continuidade de sua linhagem⁵⁸². Então, como predecessor do verdadeiro grande *princeps normannorum*, o conde de Rouen cumpre sua função narrativa ao garantir o nascimento de Ricardo e pavimentar o caminho para sua sucessão.

3.2.4 O quase-santo *dux normannorum* de Dudo é adorado em um universo de múltiplas *gentes* cristãs

Se o êxito sobre os bretões é retratado como uma vitória da *gens normannorum*, e o triunfo sobre Riulf uma amostra do potencial de seu *princeps*, o restante da narrativa sobre Guilherme Espada-Longa é destinado a moldar e transmitir uma percepção desejada sobre sua morte. Em vez de um conde relativamente inexpressivo que acabou morto em meio a disputas territoriais no noroeste da *Francia*, o pai de Ricardo I é retratado por Dudo de Saint-Quentin como um verdadeiro fazedor-de-reis, mais influente e poderoso no cenário político franco do que a própria realeza. Dado que o autor estava ciente do trágico desfecho que acometeu Guilherme Espada-Longa, sua intenção a partir de tal imagem é dupla: por um lado, reforça retoricamente o poder e a hegemonia da *gens normannorum* sobre seus vizinhos; por outro, explora o perigo do envolvimento excessivo do governante normando em assuntos francos.

Contando com uma virtual ausência de fontes que pudessem ser utilizadas para contestar sua narrativa e lidando com um governo curto e bruscamente interrompido, Dudo elabora pesadamente sobre o que poderia ter sido, construindo um cenário no qual a *gens normannorum* de Guilherme Espada-Longa detinha poder e influência sobre toda a Cristandade. Retratado como um irremediável líder cristão, Guilherme momentaneamente cumpre a visão de Rollo, ganhando autoridade e soberania sobre várias *gentes* vizinhas - Dudo cita francos, burgúndios, dácios, flamengos, anglos e irlandeses -, por meio da nobreza de suas ações e de seu

⁵⁸² SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 72 - 73.

espírito⁵⁸³. Fabricando uma hegemonia normanda que sabia ser implausível, o autor na verdade busca retoricamente consolidar sua existência como uma legítima *gens* cristã ao inseri-la no mesmo plano de existência e atuação de várias outras *gentes*, mais tradicionalmente reconhecidas como tal.

Descrevendo-o como o representante de um grupo extremamente poderoso, ainda que recém-inserido no universo cristão, Dudo busca demonstrar a superioridade dos normandos sobre outras *gentes* e de Guilherme sobre suas lideranças. É assim que, dotado de grande ar de superioridade, o *princeps normannorum*, apenas mediante a insistência do proponente, aceita casar sua irmã com Guilherme de Poitou; também por iniciativa do conde Herbert, une-se com sua irmã em um casamento pomposo que, assim como o de Rollo com Gisela, serve para conferir prestígio aos rollonidas sem influenciar diretamente a composição de sua linhagem. Buscando sempre enaltecer o poder e o respeito que Guilherme inspirava, Dudo chega a atribuir a Herbert e a Hugo, o Grande um grave temor quanto à imensidão das legiões bretãs e normandas. Em conversa privada, eles admitem: “se alguma disputa vier a existir entre nós e eles, eles nos devorarão como lobos fazem com cordeiros⁵⁸⁴”.

Por um breve momento, em suma, Guilherme é o governante ideal conforme o pensamento de Dudo de Saint-Quentin: justo e benevolente, afirma o autor, ele era também um líder da Igreja e conversor de pagãos e infiéis, em seu próprio território e naqueles ao redor. Na *Gesta Normannorum*, a maior mostra desta alegada soberania de Guilherme sobre a Cristandade vem quando o duque é bem sucedido ao erguer Luís IV ao trono franco. Apoiando-o quando ninguém mais o fez, postula Dudo, o *princeps normannorum* teria sido o principal responsável por convencer Hugo e Herbert a fazê-lo *rex francorum* e, depois, por articular sua aliança com os anglos, sem os quais Luís, ressalta, jamais teria conseguido manter-se rei⁵⁸⁵.

No relato dudoniano, a dignidade real é completamente extirpada de Luís IV, reduzido ao papel de um serviçal que aguarda a boa vontade de Guilherme, este sim um magnífico soberano que o acolhe e auxilia por pura compaixão. Parece haver, então, por parte de Dudo e de seus patronos, um ímpeto de equilibrar as relações de

⁵⁸³ Ibid, folios 39v - 40v.

⁵⁸⁴ Ibid, folios 40v - 42v. *Tradução nossa*: “If any strife should come between us and them, they will devour us as wolves do lambs”.

⁵⁸⁵ Ibid, 39v - 40v.

poder: se, em algum ponto, a terra normanda foi concedida aos rollonidas pelo pai de Luís, mesmo que a importância desta concessão seja ativamente minimizada ao longo da *Gesta*, o sucessor de Rollo é retratado como responsável por praticamente conceder a Luís a própria *Francia*. A dinastia carolíngia que, à época de Dudo, havia sido substituída pelos robertianos, é então degradada frente ao poder normando. O próprio robertiano Hugo, o Grande, ao mesmo tempo, é reduzido no relato a uma figura subalterna e temerosa da magnanimidade de Guilherme.

A mensagem que Dudo quer transmitir parece clara: dentro de seus domínios e contando com a força de seu vigoroso exército, os duques rollonidas são soberanos absolutos e inquestionáveis. Também há nela, contudo, um aviso implícito: longe da Normandia e envolvidos demais nas tramas políticas francas, os rollonidas são destituídos de sua autonomia. Guilherme Espada-Longa, portanto, é muito menos frequentemente descrito por Dudo como *normannorum* do que Rollo ou Ricardo, identificado quase sempre pelo denominador menos identitário e mais regional “de Rouen” (*rotomagensis*). E, embora busque também no relato sobre Guilherme fortalecer a ideia da indissociabilidade entre *princeps*, *populus* e território normandos, Dudo expõe uma sutil percepção crítica de sua negligência para com sua *gens*: retornando a Rouen após um longo período de ausência no qual dedicou-se a assuntos francos, o *populus* da cidade lança-se em procissão para saudá-lo, enquanto o próprio Guilherme, relata o autor, passa a ocupar-se daquilo que havia sido negligenciado em sua ausência⁵⁸⁶.

Mal retorna à Normandia, contudo, e Guilherme já passa a planejar sua retirada ao monastério, ameaçando deixar sua *gens* à deriva. A semente que desembocará em seu fim, contudo, é plantada antes, quando os líderes francos, relata Dudo, invejosos da proeminência do rollonida e de sua escolha para ser padrinho do filho e sucessor de Luís, passam a planejar sua morte⁵⁸⁷. Ao lutar por Luís e garanti-lo como rei, na narrativa dudoniana, Guilherme conquista enorme prestígio para si e para sua *gens*, associando-se por um laço sagrado ao rei e ao seu sucessor, Lotário. Ao fazê-lo, contudo, parece constatar o autor, expôs a si próprio e a todo seu *populus* aos ataques dos traiçoeiros francos. Assim, o momento

⁵⁸⁶ Ibid, folios 43r - 43v.

⁵⁸⁷ Ibid, folios 40v - 42v.

de maior poder e prestígio de Guilherme na *Gesta Normannorum*, marca também o início de sua derrocada.

3.2.5 A construção do martírio de Guilherme Espada-Longa

No que pese toda a elaboração retórica empregada por Dudo de Saint-Quentin para moldar o passado normando em uma visão favorável aos rollonidas, toda sua narrativa sobre Guilherme Espada-Longa é marcada por um inevitável fim: em 942, o *princeps normannorum* foi morto, subitamente encerrando seu governo e deixando sua linhagem ameaçada. E embora haja no relato várias críticas sutis a Guilherme, principalmente em comparação à imagem idealizada que Dudo pinta de Ricardo I, admitir que um membro tão recente da linhagem rollonida fracassara de tal maneira certamente refletiria mal sobre a imagem da *gens normannorum* construída ao longo do texto. A saída encontrada por Dudo, assim, é transformar a causa de sua morte de um erro de cálculo político para um verdadeiro martírio cristão, assim caracterizando Guilherme desde o início da narrativa como um homem puro, virtuoso e ingênuo em sua inconstante busca pela paz.

Isto, logicamente, cria contradições e inconsistências na personalidade de Guilherme, as quais Dudo sequer tenta remediar. Ao longo do relato, então, ele oscila de um jovem pueril desejoso da vida monástica a um violento líder militar, de acordo com o que exige a narrativa em cada momento. Se durante boa parte do relato Guilherme é um competente governante, bem sucedido na tarefa de proteger sua *gens* e seu território, ainda que a princípio relutante em assumi-la, ele volta a ser um homem fraco e reticente quando retorna a Rouen. Segundo Leah Shopkow, o padrão utilizado por Dudo para a construção desta segunda personalidade de Guilherme é a do *puer senex*, um *topos* narrativo comum de homem sagrado que demonstra grande santidade e castidade em todos os seus atos⁵⁸⁸.

Em diversos momentos, assim, Dudo aborda aspectos da vida e feitos de Guilherme Espada-Longa sob a luz da hagiografia. Logo ao início do relato, em uma espécie de prólogo, justifica a importância de abordar a vida de Guilherme enaltecendo a necessidade de “estabelecer em ordem os brilhantes louvores dos

⁵⁸⁸ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 71.

mais gloriosos mártires e exteriorizar seus feitos superiores”⁵⁸⁹. A ideia de que sua vida serviria como alimento à espiritualidade de todos e como elucidação de um bom caminho é então constantemente retomada ao longo de toda a narrativa. Construindo a história de uma *gens* com um recentíssimo passado “bárbaro”, o retrato de Dudo para o segundo governante rollonida, de um santo mártir condutor moral de todas as *gentes*, objetiva também oferecer um contrapeso cristão às origens pagãs de sua linhagem.

Assim, embora confiado ao conde Botho - chefe das tropas normandas - para sua educação, afirma Dudo, Guilherme estava cercado por homens do mais respeitável estilo de vida, dedicando sua juventude a Jesus Cristo e preenchido com a graça divina⁵⁹⁰. Em contraste com as descrições focadas na beleza e vigor físico de Rollo e seus comandados, Guilherme é exaltado por sua vigorosa mente, de natureza pacífica e calma, que o leva a liderar pelo exemplo e demonstrar grande desapego à materialidade. Superando a todos em santidade, então, o Guilherme de Dudo expia as atitudes violentas de seus antepassados, por meio da reputação de suas boas ações. Os líderes saxões que, em certo ponto da narrativa, o endereçam de forma hostil, são levados por Dudo a reconhecer sua grandeza e pureza de espírito, arrependendo-se de tê-lo julgado pelas ações dos dácios⁵⁹¹. Mais do que um mero continuador ou transformador da *gens normannorum*, portanto, Guilherme é representado por Dudo como um mártir que a redime por meio de seu sacrifício.

Dessa forma, após o retorno de Guilherme à Rouen Dudo passa a prefaciá-la sua morte, levando-o a expressar a seus *fideles* um fervoroso desejo de retirar-se do século e assumir o manto monástico. A passagem na qual expressa tal vontade a Martin de Jumièges, “merecidamente um mais distinto abade”⁵⁹², condensa o ideal de governança proposto por Dudo e por que Guilherme, não obstante o valor que reconheça nele, era inadequado para tal função. Martin, assim, repreende Guilherme, afirmando que agia contra a vontade divina ao perseguir uma vida monástica, pois sua função era a de guiar o clero, sua *patriae* e seu *populus*, protegendo-os de ataques pagãos. Dudo, então, por meio do abade, condena a

⁵⁸⁹ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 32v - 34r. Tradução nossa: “(...) to set out in order the bright praises of the most glorious martyrs and publish abroad their superior deeds”.

⁵⁹⁰ *Ibid*, folios 34r - 34v.

⁵⁹¹ *Ibid*, folios 40v - 42v.

⁵⁹² *Ibid*, folios 43r - 43v.

interpretação do conde de Rouen de que suas obrigações cristãs implicavam em uma conformação aos cânones monásticos de comportamento⁵⁹³.

Segundo Leah Shokow, e também de acordo com nossa leitura do *Planctus*, Dudo estava lidando com uma imagem já existente de Guilherme Espada-Longa como um mártir, assassinado antes que pudesse cumprir seu desejo expresso de retirar-se ao monastério⁵⁹⁴. As percepções dudonianas expressas na *Gesta Normannorum* quanto às responsabilidades de um governante cristão, contudo, estavam muito mais alinhadas a sensibilidades carolíngias do que cluniasenses: a adoção de ideais monásticos por Guilherme eventualmente o impede de executar seus deveres mais importantes, que exigiam certo grau de belicosidade⁵⁹⁵. Para de fato exercer sua função de proteger e conduzir a Igreja, em suma, precisava manter-se secular. Sua decisão de retirar-se ao monasticismo, um “desejo inaudito e quase monstruoso”⁵⁹⁶, nas palavras do próprio autor, ameaçava deixar a Normandia e suas igrejas desprovidas de um protetor. A partir deste ponto, portanto, Guilherme é retratado por Dudo sob o *topos* negativo do *rex renitens*, o governante que, temeroso e julgando-se incapaz de cumprir suas responsabilidades, despreza os desígnios da providência e recusa a função que a ele havia sido concedida e destinada⁵⁹⁷.

Antes que tenha a chance de pôr em prática seus desejos de renúncia, contudo, o Guilherme de Dudo é martirizado em nome da busca pela paz, que empreendia como objetivo máximo de seu dever cristão. Os vários líderes francos, invejosos de seu poder e favor frente ao rei, além de seu caráter quase-sagrado, aponta Dudo, passam a conspirar para assassiná-lo, preenchidos de um “intento diabólico”⁵⁹⁸. O conde Arnulf é retratado por Dudo como o representante máximo desses odiosos francos, que conspiram entre si para quebrar a paz da Cristandade. Como em vários outros momentos da *Gesta*, então, Arnulf é transformado pelo autor de um mero opositor político dos rollonidas em um representante da contínua oposição de forças diabólicas ao avanço do povo escolhido por Deus⁵⁹⁹.

⁵⁹³ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 71.

⁵⁹⁴ *Ibid.*

⁵⁹⁵ *Ibid.* p. 74.

⁵⁹⁶ DUDO DE SAINT-QUENTIN, Folios 43v - 46r. *Tradução nossa*: “(...) the unheardof and nearly monstrous design of duke William”.

⁵⁹⁷ WEILER, *op. cit.*, 2000, p. 2.

⁵⁹⁸ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 43v - 46r. *Tradução nossa*: “(...) diabolic intent.”

⁵⁹⁹ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 82.

Ao contrário de seu pai, que havia sabiamente evitado envolver-se nos conflitos da política franca, Guilherme, mesmo já decidido a retirar-se ao monastério, é incapaz de recusar quando o conde Herluin, acossado por Arnulf e menosprezado por seu suserano, Hugo, o Grande, pede seu auxílio. Agindo em detrimento próprio e de sua *gens*, afirma Dudo, o conde de Rouen envolve-se em um longo conflito com Arnulf, o qual tenta encerrar rápida e pacificamente a qualquer custo, a fim de que pudesse cumprir seus desígnios monásticos. Diante da inocência de Guilherme, então, o fraudulento Arnulf é capaz de atraí-lo para uma suposta conferência de paz, longe de seu território, onde, assim como Hasting e os demais vilões da *Gesta Normannorum*, utiliza-se de um complô maligno e traiçoeiro para cumprir seu nefasto propósito, assinando o *princeps normannorum*⁶⁰⁰.

Assim como a representação de Guilherme ao longo de toda a *Gesta Normannorum*, o relato de sua morte é contraditório: por um lado, é levado até ela por sua própria falha e ingenuidade, cego em sua busca pela paz; por outro, Dudo utiliza-se de trechos diretamente retirados da *Vita Sancti Lamberti*, de Estevão⁶⁰¹, a fim de enfatizar a santidade do conde, por fim narrando como atingiu a paz absoluta no Reino dos Céus⁶⁰². Além de conferir enorme prestígio à linhagem rollonida, a morte transformada em martírio de Guilherme Espada-Longa é também uma busca por honrar e glorificar a imagem do pai de Ricardo I, uma vez que, na narrativa dudoniana, cumpre seu papel ao deixar a *gens normannorum* um passo mais perto da cristianização plena. Sua morte traz também, contudo, um aviso: profundamente envolvido em tramas políticas francas e convencido a abandonar a força de seu território e de seus homens, Guilherme é facilmente emboscado e assassinado.

Escrevendo com o privilegiado olhar de décadas à frente de tais eventos, então, Dudo retrata-os não como uma ruptura que põs em risco toda a construção da *gens normannorum*, mas como um necessário passo em seu processo de maturação. Muito antes da descrição dos episódios que culminaram em sua morte, Dudo atribui a Guilherme a profética percepção de que seu filho, Ricardo, será em

⁶⁰⁰ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 43v - 46r.

⁶⁰¹ SHOPKOW, *op. cit.*, 1989, p. 27. A autora identifica a obra de Estevão como inspiração para a *Gesta Normannorum* em vários outros pontos e aspectos, incluindo a opção de Dudo pelo *prosimetrum*. Além do momento de martírio, assim, Dudo teria utilizado-se de trechos da *Victa Santi Lamberti* também para descrever o jovem Guilherme em sua propensão à santidade.

⁶⁰² DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, folios 46r - 47r.

seu lugar o duque mais poderoso e ilustre de toda a região⁶⁰³. No momento de maior necessidade e desamparo para os normandos, portanto, o autor demonstra novamente como a providência divina havia intercedido em seu favor: decidido a abdicar de seus deveres seculares, ainda antes da fatídica guerra com Riulf Guilherme promove a ascensão de Ricardo I como *princeps normannorum*, instando seus líderes normandos e bretões a comprometerem-se em apoiá-lo.

Assim como havia feito em relação à ascensão do próprio Guilherme, Dudo descreve uma rápida e segura aclamação de Ricardo I que muito provavelmente não ocorreu, uma vez que, quando da morte de Guilherme Espada-Longa, seu único filho tinha apenas cerca de nove ou dez anos. Dentro da narrativa criada por Dudo em sua *Gesta Normannorum*, contudo, não pode haver qualquer sombra de dúvida ou de hesitação no que diz respeito à legitimidade dos líderes rollonidas. Guilherme, então, mesmo que tenha falhado como governante de sua *gens* por sua inerente inadequação como um homem destinado a santidade, é capaz, na narrativa concatenada por Dudo, de garantir a segurança de seu *populus* e da Normandia, em uma última ação divinamente inspirada.

Assim, a *gens normannorum*, sempre inequivocamente ciente da necessidade de um forte *princeps* rollonida para protegê-la, é levada pelo autor a aclamar e abraçar Ricardo como líder antes mesmo do enterro de seu pai⁶⁰⁴. Diferente de Rollo, que havia cumprido seu desígnio ao fundar a Normandia e logo descartado por Dudo como inadequado para governar em tempos de paz, Guilherme é pintado pelo autor como um venerável líder cristão que, apesar de sua reticência, havia sido bem sucedido ao mostrar o caminho honroso a ser seguido por seu sucessor⁶⁰⁵. Profetizando sobre o passado a partir de um olhar advindo de seu presente, Dudo de Saint-Quentin transforma os equívocos de Guilherme Espada-Longa em um necessário passo em direção ao triunfo glorioso do *princeps normannorum* ideal: Ricardo I.

⁶⁰³ Ibid, folios 43v - 46r.

⁶⁰⁴ Ibid, folios 46r - 47r.

⁶⁰⁵ SHOPKOW, 1997, *op. cit.*, p. 71.

4 A CONCRETIZAÇÃO DA *NORTHMANNIAE MONARCHIAM* E DA *GENS NORMANNORUM* NA NARRATIVA DE DUDO DE SAINT-QUENTIN

Se argumentamos ao longo desta dissertação que Dudo de Saint-Quentin constrói uma *gens normannorum* a partir de sua narrativa sobre os três primeiros governantes rollonidas, é também bastante claro que consolida esta construção sobre a figura de Ricardo I. Patrono original da *Gesta Normannorum* e do próprio Dudo, a narrativa sobre o governo de Ricardo, o Destemido ocupa quase metade de toda a obra, além de ser constantemente prefaciada em vários poemas, tratada como uma verdadeira culminação. Desse modo, a composição de Dudo para o *princeps normannorum* ideal, desde seu longo prefácio poético, busca combinar e equilibrar três grandes ideais: o de um destemido guerreiro; de um governante diplomático e sábio; e de um grande representante e combatente do cristianismo⁶⁰⁶.

Superando em todos os aspectos os erros e falhas de seus antecessores, o Ricardo I da *Gesta Normannorum* é o principal responsável por levar a cabo a consolidação do território autônomo, poderoso e cristianizado que Dudo quis retratar. Sob a força de sua liderança, a *gens normannorum* dudoniana atinge seu ápice como o grupo divinamente eleito para o governo do território. Dessa forma, o prefácio que antecede o relato retoma a ideia de ilustres atos passados iluminando o presente, depositando uma ênfase ainda maior sobre ideias de exemplo e instrução⁶⁰⁷. No pensamento de Dudo de Saint-Quentin, portanto, o passado glorioso e heróico da *gens normannorum* é uma crescente, que evolui passo a passo até culminar em sua sublimação sob Ricardo, o Destemido.

4.1 A MENORIDADE DE RICARDO I: A *GENS NORMANNORUM* É CONVOCADA A SALVAGUARDAR SEU *PRINCEPS*

Devido ao conturbado contexto normando dos anos 940, Ricardo passa boa parte do livro quatro como um menino, que deve ser protegido das más intenções francas e conduzido ao poder pelo círculo interno da *gens normannorum*. Por meio deste dispositivo, Dudo de Saint-Quentin representa a maturação do grupo político que cercava os duques, convocado a garantir o bem estar e a ascensão de seu

⁶⁰⁶ MATLIS, *op. cit.*, p. 114.

⁶⁰⁷ DUDO DE SAINT QUENTIN, *op. cit.*, folios 49v - 50r.

jovem *princeps*. Antes mesmo de aparecer na *Gesta Normannorum* como um personagem dotado de real agência, assim, Ricardo goza de absoluta aceitação e adoração por parte de seus *fideles* e *populus normanni*. Antes que possa levá-los à grandeza, é por eles sabiamente conduzido ao poder, em um trecho no qual Dudo costura um senso mais concreto de pertencimento e ligação entre *princeps*, *gens* e *populus* por meio do orgulho normando: contra a interferência do rei franco, a Normandia inteira arregimenta-se em torno de seu jovem herdeiro.

4.1.1 A continuidade narrativa da sucessão rollonida e da interferência franca: o jovem Ricardo é mantido prisioneiro por Luís IV

Assim como havia feito na transição do livro dois para os três, Dudo rememora alguns dos acontecimentos do fim da vida de Guilherme antes de começar a descrever a de Ricardo. Longe de tratar-se de uma tentativa de ligação forçada entre relatos biográficos desconexos, a repetição deste momento de transferência de poder tem o propósito expresso de reforçar um senso de continuidade dinástica entre pai e filho, governante e sucessor. Ricardo, Dudo faz questão de repetir, nasce no exato momento em que Guilherme derrota a rebelião interna de Riulf, momento mais glorioso de seu curto governo. Sua mãe, por outro lado, sequer é nomeada: descartando a atribuição de qualquer tipo de linhagem materna para Ricardo, Dudo o transforma em um fruto direto do triunfo normando.

Ecos de continuidade expressa, assim, dominam as primeiras páginas do relato sobre o jovem Ricardo. Tanto Dudo de Saint-Quentin quanto seus patronos certamente sabiam que a linhagem de Rollo havia chegado perigosamente perto de seu fim com a morte de Guilherme Espada-Longa em 942. O registro da *Gesta*, portanto, esforça-se por substituir esta história de uma conturbada crise de sucessão por uma de unânime e consensual continuidade dinástica, ameaçada apenas pela diabólica interferência externa franca. Desta feita, preenchido de presciência profética, Guilherme é levado por Dudo a garantir um juramento de lealdade futura de seus homens ao recém-nascido herdeiro normando. Endereçando sua *gens*, representada por Bernard, Botho e Anslech, Guilherme rememora as glórias que

antigiram sob sua liderança, ressaltando que “todo reino desprovido de um lorde herdeiro é deserto e disperso”⁶⁰⁸, mergulhado em sedições e incerteza.

O jovem Ricardo da *Gesta Normannorum* desfruta desde sempre, portanto, de absoluto e inequívoco assentimento por parte dos atores políticos que apoiavam seu pai: representando narrativamente os demais *fideles* normandos, os três supracitados dão suas mãos em um juramento de fidelidade a Ricardo⁶⁰⁹. E, quase de imediato, Dudo descreve ainda um segundo juramento, no qual sete líderes normandos e bretões celebrando a Páscoa em Bayeux teriam sido levados por Guilherme a também jurar futura lealdade e obediência militar a seu filho. Estes, postula o autor, afirmam ainda que eles próprios teriam instigado Guilherme a apontar um sucessor, caso ele não tivesse tomado tal iniciativa⁶¹⁰. Então, por uma terceira vez, logo após a morte do *princeps normannorum*, relata Dudo, uma grande multidão de líderes normandos e bretões reunida em Rouen unanimemente aprova Ricardo e jura-lhe lealdade como seu lorde⁶¹¹.

Falando a todos os líderes reunidos, então, o conde bretão Berengar, afirma Dudo, reforça novamente a necessidade de um líder normando forte, para que *gentes* estrangeiras não tentassem invadir e reivindicar para si seu território. Consolida-se então, na *Gesta*, a conversão da crise dinástica normanda dos anos 940 em uma unilateral agressão por parte do rei Luís IV e da *gens francorum*, contra a qual os normandos imediatamente arregimentam-se. Luís é transformado por Dudo de uma figura secundária ao poder e glória de Guilherme em verdadeiro grande antagonista dos normandos, representando toda a impiedade e inveja do caráter da linhagem carolíngia. É importante lembrar, aqui, que a ascensão capetíngia/robertiana ao trono franco em 987, a qual os normandos apoiaram, deu a Dudo a abertura, e até mesmo o incentivo, para retratar os *reges franci* anteriores sob luz tão negativa, sem que isso fosse entendido como derogatório a seus aliados capetíngios.

Ao longo de todo o trecho que trata da menoridade de Ricardo I, portanto, o covarde e trapaceiro Luís é retoricamente utilizado por Dudo como símbolo do alegado desejo franco de usurpar e tyrannizar a Normandia. Inicialmente recebido em

⁶⁰⁸ Ibid, folios 50v - 51r. *Tradução nossa*: “(...) every realm (*regnum*) lacking a hereditary lord is deserted and scattered”.

⁶⁰⁹ Ibid.

⁶¹⁰ Ibid, folios 51r - 51v.

⁶¹¹ Ibid, folios 51v - 52v.

Rouen como um aliado, Luís traz e mantém Ricardo junto a si por três dias, simbolicamente sequestrando-o e privando os normandos de seu *princeps*. O rei, afirma Dudo, é então forçado a encarar a ira do *populus rouennais* que, em grande demonstração de força e união ao redor de seu herdeiro, desperta seus líderes e instiga-os a pegar em armas contra o invasor. Humilhantemente prostrado à mercê da *fortitudo* normanda, Luís implora por sua vida, e acaba forçado a jurar em nome de Deus e sobre relíquias sagradas, ainda que fraudulentamente, ressalta Dudo, reconhecer o direito hereditário de Ricardo sobre a Normandia⁶¹².

Confiando em seu juramento cristão, então, os normandos da *Gesta* permitem que Luís leve Ricardo à corte de Laon, sob a promessa de que instruiria o menino “no conhecimento régio e na eloquência palatina”, a fim de que, “meticulosamente instruído na linguagem de eloquência plena, ele possa aprender a encerrar e resolver mesmo as consequências de um assunto espinhoso”⁶¹³. Esta habilidade oratória, que Dudo indica ser a própria ferramenta por meio da qual o rei consegue convencer os normandos de suas boas intenções, será absorvida por Ricardo na corte franca e tornar-se-á uma característica fundamental de seu bom governo. Neste ponto da narrativa, contudo, a partida de Ricardo de Rouen e da força protetora de sua *gens* e *populus* transforma-o em um mero garoto, frágil e à mercê de Luís e da *gens francorum*.

Em contraste à total sincronia interna e aprovação divina que agraciam *princeps*, *gens* e *populus normanni*, levando a Normandia a um semi-divino estado de coisas, Dudo consistentemente constrói o quadro de uma *Francia* levada à ruína pela má condução de seu *rex*. Disputas internas entre carolíngios e robertianos, bem como uma insaciável ganância diabolicamente inspirada de seus condes e duques, são os principais traços do caótico *regnum francorum* como retratado na *Gesta Normannorum*, desde os estabelecimentos *vikings* do tempo de Rollo até a purgação final que encerra o livro de Ricardo. Os normandos, neste cenário, são construídos por Dudo como uma brava *gens* que repele os incessantes ataques francos para posteriormente liderá-los de volta ao caminho da graça divina.

⁶¹² Ibid, Folios 52v - 54r.

⁶¹³ Ibid. *Tradução nossa*: (...) “versed in regal knowledge and palatine eloquence”. “(...) thoroughly instructed in the language of plenteous eloquence, he might learn to terminate and settle the outcome even of a thorny affair.”

Dessa maneira, todo o *plot* que Dudo cria para relatar o sequestro de Ricardo por Luís, e sua eventual libertação, é uma tentativa de ilustrar esta crise interna que afligia o reino franco e que ameaçaria a integridade da própria Normandia se seus líderes o permitissem. O autor, então, reformata a crise dinástica rollonida em uma traição por parte de Luís, que, subornado por Arnulf, negligencia sua promessa anterior de vingar a morte de Guilherme. O rei e seu séquito, corrompidos pela oferta de tributo flamenga, relata Dudo, aceitam seu conselho: “mantenha o filho de Guilherme, e o usufruto de seu reino, em seu poder para sempre. Subjugue os habitantes daquela terra com a servitude e com o jugo terrível de sua lei, e obrigue-os a servi-lo obedientemente” ⁶¹⁴. Assim como os demais antagonistas da *Gesta Normannorum*, Luís e Arnulf são construídos por Dudo não como meros adversários políticos em um cenário de disputas legítimas, mas como tiranos que conspiram contra a liberdade de toda a *gens normannorum*. Combatê-los, assim, não é importante para satisfazer as ambições políticas dos rollonidas, mas para garantir a sobrevivência de todo o grupo normando.

Luís, então, que anteriormente na narrativa havia sido tornado rei apenas pela força e intenção benevolente de Guilherme, trai o filho do conde de Rouen e planeja impor-se tiranicamente sobre a *gens normannorum*. Assim, a cobiça de Luís e o seu desprezo pela paz são justapostos à pureza e ao martírio de Guilherme. Visando enfatizar uma vez mais a legitimidade das reivindicações normandas, Dudo relata como a providência divina teria agido em seu favor por meio de Osmund, tutor de Ricardo apontado por Luís:

“Mas o Senhor, Rei dos reis, apaziguado ao longo do tempo pelas preces ininterruptas e jejuns dos normandos e dos bretões, tão devotamente perseguidas por vários meses, arrebatou o menino Ricardo (agora tão crescido!) das mãos do rei” ⁶¹⁵.

Então Dudo relata como Osmund, fingindo estar Ricardo em seu leito de morte, foge com ele da corte régia até a fortaleza de Bernardo de Senlis, tio materno do menino.

⁶¹⁴ Ibid, Folios 54r - 54v. *Tradução nossa*: “Keep William’s son, and the usufruct of his realm, in your power forever. Subdue the inhabitants of that land with service and with the dreadful yoke of your law, and compel them to serve you obediently”.

⁶¹⁵ Ibid, Folios 55r - 55v. *Tradução nossa*: “But the Lord, King of kings, appeased in the course of time by the uninterrupted prayers and fasts of the Normans and Bretons, which have been so devotedly persued over several months, has, in the following way, snatched the boy Richard (now so grown!) from the hands of the king.”

Este plano enganoso, assim como outros conduzidos pelos normandos, é enquadrado pelo autor de forma diametralmente oposta aos engodos traiçoeiros dos vilões da *Gesta*, pois as motivações de Osmund são puras e, seu inimigo, diabólico.

Agindo como emissários divinos, então, os líderes normandos demonstram grande *sapientia* e sintonia ao elaborar um plano para garantir o pacífico retorno de Ricardo a Rouen. Bernardo de Senlis e o *dacigena* Bernardo de Rouen - Dudo faz questão de enfatizar que o primeiro é franco, de nascimento, e o segundo, dácio -, são os principais responsáveis por manipular disputas internas entre Luís e Hugo, o Grande a fim de enfraquecer os francos. A *gens normannorum*, que já havia sido levada a demonstrar sua superioridade bélica e moral sobre a *gens francorum* em passagens anteriores da *Gesta*, é então retratada por Dudo como tendo também a hegemonia no que diz respeito à *sapientia*.

A estratégia militar que atribui a Luís, por outro lado, é utilizada por Dudo para enfatizar, por meio do contraste, a solidez da união normanda. O rei, então, convence Hugo, o Grande a aceitar um plano no qual, invadindo a Normandia de forma coordenada, o *dux francorum* tomaria controle do território do Sena até o mar, enquanto Luís deteria as regiões a leste do rio⁶¹⁶. A noção construída pelo autor é a de que, frente à coesão interna e supremacia bélica da *gens normannorum*, a única esperança de vitória para os francos é justamente privá-la de sua liderança e particionar seu território. É ainda mais significativo, portanto, que Dudo atribua ao próprio rei, páginas à frente, tal percepção da indivisibilidade normanda:

“A terra da Normandia nunca será sustentada exceto pela ação de um único senhor. Aquilo a que beneficia ser inteiro não deve ser dividido. Há muito, Rollo, banido para além dos limites da Dácia, reivindicou esta terra inteira para si, e ela desde então não foi dividida por ninguém. A nação dácia sabe apenas servir a um único senhor.”⁶¹⁷

O tom propagandístico da passagem fica ainda mais evidente quando lembramos o quão limitado era o controle rollonida, nos anos 940, sobre o que viria a ser a Normandia: a própria região do Bessin, que Luís promete a Hugo, só conhecerá a autoridade de Ricardo I décadas mais tarde.

⁶¹⁶ Ibid, Folios 56v - 57r.

⁶¹⁷ Ibid, Folios 57r - 59v. *Tradução nossa*: “The land of Normandy will never be upheld except by the advocacy of a single lord. That which it benefits to be whole ought not to be divided. Long ago Rollo, banished beyond the limits of Dacia, claimed this land wholly for himself, and it has since been divided by no one. The Dacian nation only knows how to serve a single lord.”

Ademais, a oposição construída entre normandos e francos, na *Gesta*, passa a ganhar contornos cada vez mais “étnicos”, nos próprios termos e percepções dos personagens da trama. Elaborando seu plano de invasão da bela e frutífera Normandia, as palavras de Luís trazem a noção de uma ilegitimidade rollonida por seu caráter estrangeiro. Acusando-os de terem usurpado o território, o rei diz a Hugo: “Desta forma vamos enfraquecer os arrogantes e estrangeiros normandos, e subordiná-los à nossa autoridade. Além do mais, eles irão desta forma ser domados e subjugados ou, banidos, retornarão rapidamente à Dácia”⁶¹⁸.

Em oposição ao conturbado contexto normando após a morte de Guilherme Espada-Longa, no qual Luís IV provavelmente utilizou-se de sua prerrogativa régia para nomear um regente sobre o território, Dudo constrói uma oposição em termos mais fundamentais, onde os francos tentam extirpar os normandos de um território do qual, embora ocupassem então há apenas 30 anos, são apontados como detentores muito mais legítimos. Assim, quando Luís finalmente reúne suas forças e marcha sobre a Normandia, Dudo descreve como o *rex francorum* tiranicamente molestava populações e plantações ao iniciar incêndios por todo o território. Tentando convencer o rei a “não mais devastar suas próprias posses com uma nação de tamanha selvageria”⁶¹⁹, Bernardo de Senlis e Bernardo de Rouen enganosamente o recebem com portões abertos em Rouen.

Esforçando-se por caracterizar como absurda a presença de um franco como governante em Rouen, Dudo transforma tal trecho da *Gesta Normannorum* em uma verdadeira paródia. Quase como em uma peça, o ignóbil Luís é então convencido por Bernardo de Rouen de que os normandos estariam dispostos a abandonar o herdeiro de Guilherme - e aqui Dudo visa enfatizar, por meio do tom paródico, o quanto a ideia era estapafúrdia - e aceitá-lo como lorde. Agindo como um falso conselheiro, Bernardo aproveita-se da ganância de Luís para convencê-lo de que Hugo, com a posse da região do Bessin, seria capaz de tomar toda a *Francia*, e que, caso isso acontecesse, o dácio retornaria à sua terra natal e voltaria com um exército ainda maior a fim de devastar o território, “como Rollo uma vez fez”⁶²⁰.

⁶¹⁸ Ibid. *Tradução nossa*: “In this way we will weaken the arrogant and foreign Normans, and subordinate them to our authority. Moreover, they will in this way either grow tame and be subjugated or, banished, will go back swiftly to Dacia”.

⁶¹⁹ Ibid. *Tradução nossa*: (...) “to no longer lay waste his own possessions with a nation of such great savageness”.

⁶²⁰ Ibid. *Tradução nossa*: (...) “as Rollo once did”.

Evocando a superioridade bélica que os garantiu a conquista legítima da Normandia, então, a *gens normannorum* conclui sua vitória intelectual sobre os francos: enganado pelos Bernardos, relata Dudo, Luís faz Hugo retroceder a Paris, enfraquecendo sua própria posição em Rouen.

4.1.2 Conexões dácias: as hostes do rei Harold são garantidoras da hegemonia normanda

Narrando Luís IV ocupando Rouen e “colocando os assuntos normandos em ordem, imaginando que era de fato rei e defensor dos normandos” (*regem northmannorum*)⁶²¹, Dudo de Saint-Quentin continua a ridicularizar sua pretensa posição de regente da Normandia. Assegurando sempre a seus leitores que o rei ocupava tal posição apenas devido a um plano dos próprios normandos, o autor relata como um novo recruta franco faz o pedido de que Luís, após expulsar os estrangeiros normandos (*aduenas northmannos*), conceda a seus homens francos não apenas suas *benefitia*, mas também suas esposas⁶²². Ao longo de toda a *Gesta Normannorum*, assim, a ascendência “bárbara” dos normandos, que é entendida por seus vizinhos como um insulto e marca de seu estrangeirismo usurpador, é retratada por Dudo como sendo justamente a raiz conquistadora que lhes distingue dos demais nobres da região e garante sua independência⁶²³. Contra o que o autor caracteriza como uma abjeta tirania de Luís sobre o território normando, portanto, a *gens normannorum* é levada novamente a instrumentalizar suas origens dácias como garantidoras de sua autonomia, ante a usurpação franca.

Se o plano para libertar Ricardo havia demonstrado a maturação da *gens normannorum* em seu uso da *sapientia* e na importância de seus laços de parentesco, inclusive com a nobreza franca, a ascensão do herdeiro rollonida e a retomada da Normandia ainda dependem pesadamente da *fortitudo* dácia. Não vendo outra alternativa para combater a invasão da monarquia da Normandia (*northmanniae monarchiam*), relata Dudo, os *northmannorum optimates* apelam aos exércitos do rei Harold, da Dácia. Apesar da descrição de Dudo, não podemos

⁶²¹ Ibid, Folios 59v - 61v. *Tradução nossa*: “(...) and setting Norman affairs in order (...) imagining that he was indeed the king and advocate of the Normans.”

⁶²² Ibid.

⁶²³ CROSS, *op. cit.*, p. 84.

deixar de especular, com base na sabida existência de um certo Harold que controlava Bayeux nos anos 940, que tal apoio militar, que o autor insiste ser de origem dácia, na verdade tenha sido fruto de uma aliança entre os rollonidas e os grupos *vikings* independentes de Rouen. Tal hipótese é fortalecida ainda pelo fato de que, embora insista na descrição de Harold como *rex dacie magnanimus*, Dudo narra como este, tendo desembarcado em auxílio de seu parente (*consanguineo*) Ricardo, prontamente recebe o apoio dos homens de Coutances e Bayeux⁶²⁴, que provam-se atores importantes pelo restante do episódio.

Além disso, é interessante notar que Dudo constantemente enfatiza a conexão de Ricardo a Harold via seu pai, em vez do *dacigena* Rollo, afirmando por meio de Bernardo de Rouen que a *gens* dácia amava o conde Guilherme, “venerando-o com profundo amor”⁶²⁵. Embora seja possível que Dudo estivesse apenas reforçando a ideia da pureza de Guilherme ante a vilania de Luís, é mais plausível que estivesse demarcando a diferença da *gens normannorum* ante os ainda pagãos dácios, justamente utilizando o suposto sacrifício de Guilherme pela fé cristã como representação desta evolução.

E, ainda que não hesite em identificar estas forças dácias como pagãs, Dudo constantemente legitima suas ações. Muito diferentes do grupo que devastará a *Francia* como uma verdadeira praga bíblica ao fim do relato, os dácios de Harold são coesos e organizados, convocados de forma legítima para combater a tirania de Luís. Provando uma vez mais sua superioridade bélica sobre os francos, então, os dácios dizimam as forças do rei, que acaba capturado por Harold em meio a uma covarde fuga. Unidos por uma causa justa e dispendo do aval divino, insinua Dudo, normandos e dácios triunfam sobre os francos que, abandonados por seu líder, são “massacrados, despedaçados, como animais sacrificiais por lobos”⁶²⁶.

Após a derrota, o *rex francorum* é retratado em cores ainda mais caricaturalmente vilanescas. Humilhanamente capturado pelos dácios, foge, subornando um guerreiro de Rouen com falsos juramentos, apenas para ser recapturado e feito prisioneiro⁶²⁷. Luís, então, tem sua derrocada legitimada por dois de seus antigos aliados. Ao primeiro, Hugo, o Grande, Dudo atribui a percepção de

⁶²⁴ Ibid. Folios 59v - 61v.

⁶²⁵ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) venerating with deep love”.

⁶²⁶ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) slaughtered, torn to pieces, as sacrificial animals are by wolves”.

⁶²⁷ Ibid, Folios 61v - 63r.

que o rei havia recebido o que merecia, “pela vontade do rei supremo”⁶²⁸, devido a sua reincidente traição. Admitindo as injustiças que cometera contra os normandos, afirma Dudo, Hugo compromete-se ainda, como *dux francorum*, a levar os bispos e condes francos a reconhecerem o direito hereditário de Ricardo sobre a Normandia.

A outra anedota de Dudo visando reforçar a ilegitimidade de Luís dá-se quando sua rainha, Gerberga da Saxônia, apela a seu pai, o rei Henrique “do além-Reno”, para que tome Rouen e liberte Luís. O rei saxão, sabiamente, relata Dudo, afirma que “o rei Luís estava sofrendo tal infortúnio, além de outros danos anteriores, merecidamente, pela vingança de Deus”⁶²⁹, por ter sequestrado Ricardo e tentado tomar o reino normando que seu avô havia obtido em batalha. É este Luís, então, totalmente extirpado de qualquer dignidade régia e visto como um traidor por todas as *gentes*, que é forçado a mais uma vez confirmar a posse rollonida sobre a Normandia. A narrativa de Dudo soa também, de certa forma, como uma intimidação: apenas o infortúnio aguarda aqueles que se colocam contra a divinamente ratificada autoridade do *princeps normannorum* sobre a Normandia.

O humilhado rei Luís é então libertado de Rouen, afirma Dudo, em troca de que ele próprio e todos os líderes francos reconheçam por juramento “que a terra normanda pertence a Ricardo e todos os seus descendentes, em perpetuidade”⁶³⁰. Como em tantos outros momentos ao longo da *Gesta Normannorum*, assim, a legitimidade rollonida é novamente reconhecida pelos magnatas francos. Neste contexto, entretanto, Dudo vai ainda além: devastado e desprovido de aliados frente à *fortitudo* e *sapientia* normanda, Luís é forçado a reconhecer não só a autoridade rollonida, mas também sua total independência, assentindo “que o próprio Ricardo e seus sucessores no ofício não prestariam serviço a ninguém salvo a Deus”⁶³¹.

A triunfante *gens normannorum*, então, finalmente reconhece e concretiza a ascensão de Ricardo como seu *princeps*, com seus líderes prometendo-lhe serviço e auxílio militar em um renovado juramento. Como esperado de uma obra que se

⁶²⁸ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) by the will of the supernal king”.

⁶²⁹ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) for king Louis was suffering this misfortune, added to all other previous damage, deservedly and worthily and also by God’s vengeance (...) and because he had then unjustly claimed for himself the whole Norman realm which the boy’s grandfather had obtained in battle.”

⁶³⁰ Ibid, Folios 63r - 64r. *Tradução nossa*: “(...) all will confirm and corroborate and ratify by the oath of allegiance of a most irreproachable and true promise that the Norman land belongs to Richard and to his descendants in perpetuity”.

⁶³¹ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) and that Richard himself and his successors in office would render service to no one except God.”

propõe a legitimizar um governante que teve uma ascensão tão conturbada, Ricardo é aclamado por uma terceira vez, apenas neste breve trecho. Entrando triunfalmente em Rouen após seu período de cativo em Laon, narra Dudo, o jovem *princeps* normando é recebido pelo *populus* de toda a região com grande comoção, alegria e alívio, pois estavam cientes de terem recuperado sua fonte de proteção e suporte⁶³². Os normandos de Dudo finalmente ascendem, então, seu mais glorioso *princeps*.

4.2 O *PRINCEPS NORMANNORUM* RICARDO I: PROTETOR IDEALIZADO DA NORMANDIA

Após a descrição de sua maturidade, Dudo de Saint-Quentin passa a desenvolver Ricardo I no governante ideal que conduzirá o processo final de consolidação e cristianização da *gens normannorum*. Diferente de seu avô, nascido pagão, e de seu pai, incapaz de interpretar seus deveres enquanto líder secular, o Ricardo I dudoniano traz o equilíbrio perfeito a seu grupo. Além de representar uma culminação da busca harmonia entre *fortitudo* e *sapientia*, Ricardo também equilibra exemplarmente suas funções como líder secular e como protetor da Igreja. Assim que é novamente reconhecido por todos como duque normando, portanto, Ricardo é descrito por Dudo como um governante iluminado pela vontade divina, que guia não apenas seu grupo político, mas também o clero, forçando “monges e clérigos e leigos a devotarem-se à reverência divina”⁶³³.

Nascido completamente imerso em uma comunidade cristã, Ricardo é imediatamente batizado em Fécamp, monastério mais próximo dos rollonidas e grande símbolo de sua evolução espiritual ao longo da *Gesta Normannorum*. Apadrinhado tanto por Heinric de Bayeux, “um bispo da mais alta reverência”, quanto pelo *dacigena* Botho, “por glória chefe do palácio e de suas tropas”⁶³⁴, relata Dudo, o bebê é recebido e reverenciado pelo clero e pelo *populus* normandos, como se prescientes do grande líder que seria. Desde a cena de seu nascimento e batismo, portanto, Dudo constrói uma enorme sinergia entre Ricardo I, seus *fideles* e seu

⁶³² Ibid.

⁶³³ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, Folios 64r - 68r. *Tradução nossa*: “(...) and he would force monks and clerics and the laity to devote themselves to devine obeisance.”

⁶³⁴ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, Folios 50r - 50v. *Tradução nossa*: “Heinric of Bayeux, a bishop of the very highest reverence, and Botho, by glory chief of the household and of his household troops, to receive the boy of salvation-giving peace”.

populus, por meio da fé cristã. Nesse sentido, é significativo e simbólico que Dudo relate uma proximidade muito maior entre Ricardo e Guilherme do que havia descrito entre este e Rollo. Visando ressaltar a existência deste ambiente plenamente cristianizado, o autor descreve por diversas vezes a forte conexão entre o mártir normando e seu herdeiro, descrevendo um evento simbólico no qual teriam passado juntos uma Páscoa em Bayeux, logo antes da morte de Guilherme⁶³⁵.

Na narrativa, contudo, é do próprio Guilherme que parte a decisão de enviar seu filho a Bayeux, para ser criado por Botho, onde poderia aprender a eloquência dácia. Ao mesmo tempo em que destaca a cristianização de Rouen, que “usa a eloquência romana em vez da dácia”⁶³⁶, Dudo também reafirma a necessidade de que Ricardo seja capaz de comunicar-se com seus parentes dácios. Nesse sentido, o autor estabelece uma associação direta entre o caráter bélico e a eloquência dos normandos: a fim de adquirir a habilidade de persuadir e comandar aqueles sob sua autoridade, Ricardo é ensinado a língua dácia, como parte de seu treinamento para a boa condução de suas tropas⁶³⁷.

Dudo de Saint-Quentin aproveita-se também do *plot* que descreveu envolvendo o suposto cativo de Ricardo na corte de Luís IV em Laon para afirmar que, em adição a sua apropriada instrução bélica dácia, o menino teria incorporado também vários dos ideais de corte, como a maestria sobre a eloquência, sagacidade, sabedoria e piedade cristã⁶³⁸. Capaz de absorver o que há de positivo entre os francos a fim de superá-los, Ricardo adquire habilidades essenciais para proteger sua *gens* dos ataques que se seguirão. A convergência de poderosos invasores externos que Dudo narra tentando invadir a Normandia logo ao início do governo de Ricardo I é, assim, prontamente repelida pelo protetor ideal dos normandos, por vezes utilizando-se de sua sagacidade e habilidade de negociação, por outras de sua *fortitudo* dácia⁶³⁹.

⁶³⁵ Ibid. Folios 51r - 51v.

⁶³⁶ Ibid. *Tradução nossa*: “Because, in truth, the city of Rouen uses the Roman rather than the Dacian eloquence, and Bayeux uses the Dacian language more frequently than the Roman

⁶³⁷ MATLIS, *op. cit.*, p. 110 - 111.

⁶³⁸ Ibid., p. 112.

⁶³⁹ Ibid. p. 113 - 114.

4.2.1 A sábia juventude de Ricardo I: o realinhamento normando à casa robertiana e a invasão saxã

Após todos os conturbados eventos que antecederam sua ascensão, Ricardo precisa provar-se um competente líder da *gens normannorum*. Na *Gesta*, Dudo utiliza-se da figura de Rodolfo Torta, provável regente da Normandia apontado por Luís IV, como um usurpador do território e de suas riquezas, que deixa a Ricardo apenas alguns *denarii*, como um tutor controlando sua herança. Assim, a prova da maturidade do jovem *princeps* dá-se na narrativa quando, convocando os líderes normandos, eloquentemente convence a todos da legitimidade de sua posição, conquistada por seu avô e mantida pelo direito hereditário por seu pai e por ele próprio. Sem derramar uma gota de sangue, então, utiliza de sua *sapientia* e legitimidade para forçar Rodolfo a retirar-se de Rouen e entregar-se a seu jugo⁶⁴⁰.

Dessa forma, além de coroar o desenvolvimento da *gens normannorum*, Dudo também demonstra a força de Ricardo como seu terceiro e mais aperfeiçoado *princeps*. Enquanto Rollo e Guilherme haviam encontrado dificuldades e alguma oposição no esforço de estabelecerem-se como governantes de Rouen, o jovem Ricardo é capaz de derrotar uma dissidência antes mesmo que se transforme em um confronto armado. Ao impor a seu rival uma “derrota e desastrosa destruição”⁶⁴¹, que convence até mesmo os apoiadores de Rodolfo a abandoná-lo, o *princeps normannorum* idealizado de Dudo coíbe também qualquer futura dissidência: “Ademais, os lordes da Normandia, vendo que ele havia tão judiciosamente banido um líder militar, temiam-lhe muito”⁶⁴².

De forma oposta à sua descrição para o início do governo de Guilherme, que esteve muito próximo de perder a Normandia para a rebelião de Riulf, Dudo demonstra desde o princípio o caráter excepcional de Ricardo, o Destemido. Sem permitir a Rodolfo a iniciativa, Ricardo toma em suas próprias mãos a resolução do problema; sua agressividade ágil traz aos normandos a paz que a amabilidade e indecisão de Guilherme haviam comprometido⁶⁴³. Há na retratação de Dudo para Ricardo, como habilmente notado por Corinna Matlis, um perfeito equilíbrio entre a

⁶⁴⁰ Ibid.

⁶⁴¹ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) his defeat and his disastrous destruction”.

⁶⁴² Ibid. *Tradução nossa*: “Moreover the lords of Normandy, seeing that he had so judiciously banished a military leader, greatly feared him”.

⁶⁴³ SHOPKOW, *op. cit.*, p.75.

ferocidade em batalha e o controle sobre a linguagem política, que havia oscilado tanto nas figuras de Rollo e Guilherme. No terceiro *princeps* rollonida, tais características do caráter normando estão intrinsecamente ligadas: suas próprias palavras são armas, uma *fortitudo* que se traduz em efetiva linguagem bélica⁶⁴⁴.

Outra mostra dada por Dudo da maturação de Ricardo e de sua *gens* é seu realinhamento no contexto da política franca. Enquanto, na narrativa, Rollo havia mantido-se sabiamente distante das disputas pelo trono franco, o alinhamento total de Guilherme a Luís IV havia provado-se catastrófico para ele próprio e para a Normandia. Hugo, o Grande, por sua vez, tem uma caracterização muito mais ambígua na *Gesta Normannorum* do que o vilanesco monarca carolíngio, aparecendo ora como um aliado normando, ora como um possível adversário. Seu envolvimento no contexto da asensão de Ricardo, por exemplo, oscila rapidamente entre uma promessa inicial de apoio aos rollonidas, uma aliança traçada com Luís para tomar e repartir a Normandia, até, por fim, seu apoio à confirmação do menino como governante normando⁶⁴⁵. Em suma, na narrativa de Dudo de Saint-Quentin a *gens francorum* é retratada sempre em oposição à *gens normannorum*, mas Hugo e os robertianos são entendidos como representantes mais legítimos dos francos, uma espécie de mal menor em termos de alianças políticas.

Nesse sentido, é extremamente significativo que, na narrativa de Dudo, seja o próprio *dux francorum* quem busca uma aliança com os normandos, e não o contrário. Construindo uma inversão retórica que busca amenizar o provável ofuscamento de Ricardo I pela figura mais relevante de Hugo, o Grande na década de 950, Dudo relata como o robertiano, encantado pelas boas obras do jovem *princeps*, propõe aos líderes normandos o casamento de Ricardo com sua filha, Emma. É também notável que Dudo atribua ao próprio Hugo a percepção de que, apesar de poderem beneficiar-se de um senhor e protetor mais forte, os normandos eram hegemônicos e independentes em seu próprio território. Como parte de seu discurso que visava costurar uma aliança, assim, o *dux* reconhece que “Ricardo não guerreia por nenhum rei ou duque, não oferece obediência a ninguém exceto Deus,

⁶⁴⁴ MATLIS, *op. cit.*, p. 107 - 108.

⁶⁴⁵ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, Folios, 55v - 59v.

ele detém a monarquia da região Normanda como um rei”⁶⁴⁶, mas que o *princeps normannorum* precisava de alianças contra seus poderosos inimigos.

O autor, desta forma, projeta a relativa equiparação de forças do fim do século X, entre os poderosos normandos e o recém-coroadado Hugo Capeto, aos anos 950, quando Ricardo I era ainda uma figura muito secundária à do conde de Paris. Em vez de uma aliança entre vassalo e suserano, portanto, o acordo é representado por Dudo como um compromisso em termos praticamente igualitários: Ricardo e sua *gens* aceitam guerrear por Hugo, em troca do reconhecimento da hegemonia normanda sobre o território e de seu apoio contra Luís. Em contraste a tal legítima e bem intencionada aliança - e até mesmo como forma de justificá-la -, Dudo narra como Luís IV e Arnulf, temerosos e motivados pela ganância, estabelecem entre si uma aliança contra seus inimigos mútuos, decididos a tomar para si o cobiçado território normando⁶⁴⁷.

Em seguida, a fim de consolidar Ricardo I como o grande governante ideal da *gens normannorum* e reforçar a continuidade de sua autonomia após o acordo com Hugo, Dudo narra mais uma tentativa de invasão franca ao território normando. Arnulf, então, segundo o autor, teria convencido Luís de que a aliança de Hugo com os normandos seria suficiente para pender a balança em favor do *dux francorum*, e que a manutenção de sua posição régia dependia exclusivamente de uma tomada da Normandia. Luís, convencido pela retórica diabólica de Arnulf, busca uma invasão do rei saxão Otto a Rouen, oferecendo-lhe em troca a Lotaríngia, “pois a terra normanda é de fato mais abundantemente preenchida do que todas as outras, com uma afluência de todas as coisas”⁶⁴⁸.

Não representando qualquer avanço significativo para a história da *Gesta*, o relato da improvável invasão saxã à Normandia é construído por Dudo a fim de exagerar a importância do território, e do próprio Ricardo, no início de seu governo. Assim, o plano de invasão elaborado por Arnulf, que dependia inteiramente da entrega das chaves de Rouen por seu próprio *populus* a Otto I, fracassa⁶⁴⁹, provando uma vez mais a completa devoção e sintonia de *gens* e *populus normanni*

⁶⁴⁶ Ibid. Tradução nossa: “(...) Richard wages war for neither king nor duke, he does not offer obedience to anyone but God, he holds the monarchy of the Norman region like a king”.

⁶⁴⁷ Ibid.

⁶⁴⁸ Ibid. Tradução nossa: “For the Norman land is indeed more abundantly filled than all the rest with an affluence of all things.”

⁶⁴⁹ Ibid. Folios 68r - 68v.

para com a dinastia rollonida. Dessa forma, em dado momento da batalha Ricardo, repleto de vigor juvenil, é demovido por seus súditos da intenção de perseguir o inimigo para além de suas muralhas. Desejosos de resguardar seu grande *princeps*, segundo Dudo, eles pedem em uníssono para que permaneça sob a proteção de Rouen, afirmando ainda: “você é nossa esperança de segurança e confiança”⁶⁵⁰.

Protegida por seu bravo *populus* e contando com um decisivo líder rollonida, pleiteia Dudo, a Normandia é absolutamente intransponível. Construindo um cenário no qual os exércitos de Otto haviam facilmente devastado as terras de Hugo, o Grande, removendo-o do restante da guerra, o autor narra como os normandos, contando apenas com a força de Rouen e com seu próprio vigor, não apenas resistem mas trucidam as forças reunidas de saxões e francos⁶⁵¹. A cidade, cercada pelas fortes muralhas reerguidas por Rollo e constantemente inundada pela força do Sena, tem um papel tão importante na vitória quanto o próprio Ricardo: na *Gesta Normannorum*, a terra normanda prospera vigorosamente sob a dinastia rollonida, que tem nela sua principal fonte de poder.

Tendo superado militarmente as forças saxãs, o Ricardo dudoniano consolida a vitória normanda por meio de sua enorme misericórdia e *sapientia*. O *princeps normannorum* graciosamente permite que Otto leve seus bispos e duques para rezar em Saint Ouen e eles, dentro do monastério dedicado a São Adueno e longe da influência maligna de Arnulf e de Luís, relata Dudo, humildemente reconhecem seu engano e merecida derrota. O benevolente Ricardo é então recompensado pela ação divina quando seus poderosos inimigos, realizando uma última oração na basílica de São Pedro, retiram-se para além do Reno⁶⁵².

4.2.2 Concretizado como o *princeps normannorum* ideal, o Ricardo I de Dudo lidera toda a Gália e derrota uma conflagração de inimigos francos

Após sua vitória sobre o poderoso exército franco/saxão, Ricardo I é novamente glorificado por Dudo em um interlúdio composto por vários poemas. A própria narrativa, então, é retomada com uma nova descrição da cena de batalha, com Dudo afirmando que o exército inimigo havia partido em uma fuga desesperada

⁶⁵⁰ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) you are our hope for safety and confidence.”

⁶⁵¹ Ibid. Folios 68v - 71r.

⁶⁵² Ibid.

ante a majestosa figura do duque normando⁶⁵³. Reconhecendo a importância da vontade divina em sua ascensão e vitória, afirma o autor, o jovem *princeps* dedicou “os maiores agradecimentos ao Rei das Eras e, tão satisfeito quanto possível, repartiu muitas pias doações e ofertas votivas à igreja sacrossanta”⁶⁵⁴, garantindo que os templos normandos fossem belos e ricamente ornados. Aperfeiçoando seus antecessores, de acordo com os pressupostos estabelecidos por Dudo de Saint-Quentin para um governante ideal, Ricardo firmemente guia o clero e toda a Igreja, embora ele próprio fosse laico. A retratação neste trecho da *Gesta* é realmente a de um *princeps* quase santificado, guiado pelo Espírito Santo e exímio no conhecimento e na aplicação moral dos ensinamentos de Cristo⁶⁵⁵. Um passo à frente de seu pai, entretanto, Ricardo nunca confunde seu papel secular com as atribuições monásticas: ele dirige toda a Normandia de sua posição divinamente apontada.

Descrito com todos os atributos de um líder ideal (nobreza, bondade, mérito, eloquência, fé e caridade) Ricardo I, louva-o Dudo, governava seu *populus* de forma amigável, “como um pai a seus filhos”⁶⁵⁶. Ele era, destaca o autor, tudo aquilo que seu *populus* precisava que fosse; ou seja, é, na composição narrativa da *Gesta*, a perfeita epítome e personificação de um *princeps normannorum*. Assim, visando reforçar a absoluta devoção da *gens normannorum* para com a dinastia rollonida, Dudo afirma que são seus próprios *fideles* que instigam Ricardo a produzir-lhes um herdeiro, como já haviam feito com Rollo e Guilherme, “desejando não apenas desfrutar dele no presente, mas planejando também para gerações futuras”⁶⁵⁷.

Gozando de absoluta aceitação e devoção dos normandos na narrativa da *Gesta Normannorum*, Ricardo I, ao contrário de Rollo e de Guilherme, não enfrenta nenhum problema ou crise política dentro de seu próprio território. Postulando que o duque era capaz de manter seu território em absoluta paz e harmonia, Dudo novamente exterioriza quaisquer problemas internos ou fronteiriços que Ricardo certamente deve ter enfrentado durante seus mais de cinquenta anos de governo. Dessa forma, o autor começa a antecipar o próximo grande conflito normando como

⁶⁵³ Ibid. Folios 71r - 72v.

⁶⁵⁴ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) the very greatest thanks to the King of Ages and, as glad as possible, has apportioned many pious donations and votive offerings to the sacrosanct church”.

⁶⁵⁵ Ibid.

⁶⁵⁶ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) and would rule the people in a friendly manner, as a father does his children.”

⁶⁵⁷ Ibid. Folios 72v - 73v. *Tradução nossa*: “(...) and wishing not only to enjoy him in the present but planning also for succeeding generations”.

oriundo não de disputas políticas e territoriais da década de 960, marcada pela belicosa expansão da autoridade rollonida, mas de uma contínua inveja e cobiça por parte do *rex francorum* quanto ao território da Normandia.

E tal corrosiva inveja franca se dá, na descrição dudoniana, porque Ricardo, retomando a concretização da paradigmática visão de Rollo, torna-se notório por sua nobreza na terra e nos céus, passando a ser “considerado um líder (*praecipuus*) em toda a terra dos normandos e dos bretões, dos francos e dos burgúndios⁶⁵⁸”. Na *Gesta*, a posição de Ricardo como grande líder espiritual das *gentes* cristãs é ainda potencializada pela morte de Hugo, o Grande. Dudo então relata como, percebendo que Ricardo era capaz de manter todo o seu território e *populus* em segurança, um moribundo Hugo teria orientado seus guerreiros a colocar seu filho e esposa sob a proteção do *princeps normannorum*. Dessa maneira, quando o *francorum duce* falece, relata Dudo, seus homens prontamente dirigem-se até o poderoso *marchis* Ricardo e colocam-se sob sua patronagem, cuidado e tutela⁶⁵⁹.

Demonstrando enorme poder sobre todos a sua volta, dentro dos limites da narrativa dudoniana, Ricardo I é descrito, com a morte do conde de Paris e o enfraquecimento de Luís IV, como um efetivo líder moral de toda a *gens francorum*. Legitimando-o e extrapolando seu poder, Dudo relata como Ricardo, garantindo proteção e *beneficia* a todos, “vantajosamente governava quase toda a Gália com a direção sagaz e justa de suas leis”⁶⁶⁰. Tal retratação, nesse sentido, soa como uma defesa apologética por parte de Dudo contra a percepção existente em sua época dos normandos como perigosos líderes expansionistas, que ameaçavam a autoridade do *rex francorum*: nos anos 960, postula o autor, os francos voluntariamente submetiam-se ao magnífico governante rollonida, tanto por sua própria crise interna de liderança quanto por reconhecerem a legitimidade normanda.

É significativo, dessa forma, que tal descrição preceda o relato de mais um conflito causado pelo expansionismo rollonida do século X. Disputa política e territorial travada entre Ricardo I e o conde Teobaldo de Chartres, a guerra, na *Gesta*, novamente ganha contornos de uma tentativa estrangeira de usurpação da Normandia. Novo nêmesis da *gens normannorum* no relato dudoniano, Teobaldo é

⁶⁵⁸ Ibid. *Tradução nossa*: “With these things thus fulfilled (by divine command), he has begun to be considered a chief in all the land of the Normans and the Breton, the Franks and the Burgundians.”

⁶⁵⁹ Ibid. Folios 72v - 73v.

⁶⁶⁰ Ibid. *Tradução nossa*: “Truly while duke Richard advantageously ruled almost the whole of Gaul with the sagacious and equitable direction of his laws”.

um odioso líder que apela ao *rex francorum* para que aja contra a paz e o bom governo erigidos por Ricardo I. Em uma reivindicação que Dudo havia preventivamente desmentido, Teobaldo convence o jovem rei Lotário de que Ricardo arrogantemente impunha-se sobre a *gens francorum* como um rei⁶⁶¹. Acusando Ricardo de governar sobre todas as *gentes* - Dudo nomeia, por meio de seu discurso: burgúndios, aquitanos, bretões, normandos, flamengos, dácios, saxões, anglos, scots e irlandeses -, o próprio Teobaldo reconhece-o como um duque imensamente poderoso, que precisava ser contido antes que submetesse toda a *Francia* a seu comando.

Ao mesmo tempo em que cria uma irrelevância política de Lotário frente à figura eclipsante de Ricardo I, Dudo também traz no discurso de Teobaldo outra percepção muito conveniente a seus patronos: reconhecendo ser a Normandia absolutamente impenetrável enquanto protegida por seu *princeps* e *gens*, ele afirma a necessidade de atrair Ricardo para uma armadilha longe de seus domínios⁶⁶². Com a passagem, além disso, Dudo de Saint-Quentin objetiva enfatizar novamente a desonestidade de seus vilões francos: enquanto acusam Ricardo de ser ilegítimo por sua origem pagã, Teobaldo e Lotário divisam um plano que não só envolve uma traição desleal, mas uma que se utiliza da confiança dos normandos no ofício sagrado do arcebispo Bruno de Cologne para enganá-los.

É significativo também o quanto o plano de Teobaldo assemelha-se àquele executado por Arnulf: na *Gesta*, ambos desejam atrair o *princeps normannorum* para longe da proteção da Normandia e de seus *fideles*, fazendo-o por meio de uma falsa promessa de paz. Assim como seu pai antes dele, Dudo relata, Ricardo teria deixado-se enganar pelos francos, por conta de seu próprio ardente desejo pela paz. Desta vez, contudo, o plano franco fracassa. E a explicação dada por Dudo não reside em uma evolução da *gens normannorum* ou de Ricardo em relação a Guilherme, mas na providência divina: dois homens de Teobaldo, “inspirados pelo comando divino”⁶⁶³, afirma Dudo, vão até Ricardo e o alertam contra a armadilha. Reconhecendo prontamente tal aviso como uma dádiva divina, o duque normando recompensa generosamente os dois homens e parte para a proteção murada de

⁶⁶¹ Ibid. Folios 73v - 74v.

⁶⁶² Ibid. Folios 74v - 75v.

⁶⁶³ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) inspired by divine command”.

Rouen, “em devoção dando graças diariamente ao Rei dos reis que, graciosamente, havia resgatado-o do perigo da morte e da prisão”⁶⁶⁴.

Ricardo, entretanto, sempre desejoso de estabelecer e manter a paz com seus vizinhos ao longo da *Gesta Normannorum* teria sido novamente convencido a encontrar-se com Lotário. Se a primeira passagem havia tido um resultado favorável aos normandos apenas por conta da interferência divina, a segunda é inserida por Dudo para demonstrar a evolução do *princeps normannorum*. Mandando batedores para investigar o local do encontro, o duque é por eles informado da existência de uma enorme reunião de forças de seus inimigos: o próprio Lotário, Teobaldo de Chartres, Godofredo de Anjou e Balduíno de Flandres esperavam-no com suas tropas. Percebendo-se em menor número e cercado, com suas forças bloqueadas, Ricardo é convencido por seus anciãos a partir em retirada para Rouen⁶⁶⁵.

Antes disso, contudo, o Ricardo dudoniano dá uma simbólica demonstração de sua confiança plena e cega nos desígnios divinos. Utilizando seu epíteto “o Destemido” (*imperterritus*) em uma das únicas vezes durante toda a obra, Dudo faz Ricardo encenar o quarto e o quinto versos do salmo 23: informado do iminente ataque de seus inimigos, o *dux* calmamente insta seus homens a oferecerem seu café da manhã a Deus. Andando no vale da sombra da morte sem temer nenhum mal e sentando-se à mesa em meio a seus inimigos⁶⁶⁶, relata Dudo, Ricardo confia plenamente estar protegido pela égide divina e pelas inúmeras vitórias normandas anteriores, suas e de seus antepassados: “seguros desta forma pelo estandarte da cruz sacrossanta, esperemos, inabalados, pelas tropas de nossos inimigos”⁶⁶⁷. Em seguida, já seguro sob a proteção das muralhas de Rouen, Ricardo é admoestado por seus seguidores a retaliar contra seus inimigos, mas recusa-se, entendendo a bem-sucedida fuga da armadilha de Teobaldo como parte de um plano divino mais amplo, que logo completaria-se. Ao contrário disso, relata Dudo, o duque normando ocupa-se de agradecer devotamente a Deus, honrando suas igrejas ainda mais completamente do que antes⁶⁶⁸.

⁶⁶⁴ Ibid. Folios 75v - 76r. *Tradução nossa*: “(...) would devotedly give thanks daily to the King of kings who, gracious, rescued him from the danger of death and captivity.”

⁶⁶⁵ Ibid. Folios 76v - 78r.

⁶⁶⁶ SHOPKOW, *op. cit.*, p. 76.

⁶⁶⁷ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.* Folios 76v - 78r. *Tradução nossa*: “And secured in this way by the banner of the sacrosant cross, let us wait, unshaken, for the battle-wedged troops of our enemies.”

⁶⁶⁸ Ibid.

Encaminhando sua narrativa para o fim idealizado da construção e cristianização definitivas da *gens normannorum*, Dudo demonstra Ricardo como o líder normando pleno que seus antecessores não haviam sido capazes de ser. Corrigindo o excesso de *fortitudo* de Rollo e a renitência de Guilherme, o Ricardo I dudoniano solidifica as fundações da independência normanda em relação à *Francia*, governando seu próprio território como um rei⁶⁶⁹. Ele é capaz também de repelir todos os ataques de seus poderosos inimigos por meio de um irredentismo descrito por Dudo como particular ao caráter normando. Graças a seus próprios méritos e também ao favorecimento divino de sua *gens* na narrativa da *Gesta Normannorum*, Ricardo então encaminha todo o seu *populus* à salvação, tanto terrena quanto divina, ao repelir o paganismo e pacificar toda a *Francia*.

4.2.3 A extirpação do paganismo dácio e a consolidação da *gens* cristã dos normandos

Enquanto a guerra entre Normandia e Blois-Chartres girou em torno de uma disputa territorial pela região do Évreux, que os rollonidas passam a controlar apenas após o conflito, na *Gesta Normannorum* a suposta invasão conjunta do rei Lotário e de Teobaldo a esta região é responsável por desencadear uma série de eventos que culminarão em uma nova incursão dácia à *Francia*. Antes mesmo de narrá-la, contudo, Dudo de Saint-Quentin a prefaceia por meio de uma inversão irônica: Teobaldo, ciente de que a bondade de Ricardo era espalhada por toda a *Europa*, insta novamente Lotário contra os normandos, afirmando que a qualquer momento o duque poderia atacar a *Francia* com exércitos dácios, assim como seu avô havia feito⁶⁷⁰. A contínua evocação do passado dácio normando visando deslegitimá-los como invasores, postula o autor, é novamente utilizada para convencer o *rex francorum* a atacar a Normandia, ação que leva Ricardo a de fato convocar um exército dácio contra as não provocadas agressões francas.

Mesmo assim, Dudo faz questão de enfatizar que a gloriosa vitória de Ricardo I sobre seus inimigos teria desenrolado-se antes da convocação e chegada de seus aliados do norte. Percebendo que o plano de Teobaldo era pilhar e queimar

⁶⁶⁹ SHOPKOW, *op. cit.*, p. 76.

⁶⁷⁰ *Ibid.* Folios 78r - 78v.

a *patria* Normanda, visando gerar desordem, Ricardo - a partir deste ponto nomeado por Dudo “o Grande” -, contando apenas com suas próprias hostes normandas, faz uma prece a Deus antes de partir para a batalha e, aponta o autor, é atendido. Exaltando os normandos como uma nação guerreira e feroz (*northmannorum namque gens belligera et effera*) e seu líder como um *marchio robustissimus*, Dudo descreve-os violentamente trucidando seus inimigos: “daqui em diante uma grande carnificina de francos é levada a cabo naquele lugar, e a variada comitiva é atormentada e morta”⁶⁷¹.

Embora exalte seu caráter belicoso e justifique a violência da *gens normannorum* em defesa de seu território, ressaltando que Teobaldo perdeu seus *fideles*, seu filho e viu sua cidade queimar pelas mãos do “abençoado *marquis* Ricardo”⁶⁷², Dudo equilibra tal retratação com a imagem de um inconsolável duque contemplando a destruição do campo de batalha. Famoso por sua bondade e notório amante da paz, afirma, o *princeps normannorum* contempla os seiscentos e quarenta mortos com enorme compaixão e dor, ordenando que seus homens enterrassem os caídos e levassem os feridos para serem tratados em Rouen. É então nesse contexto, acossado pela reunião de seus vários inimigos e tragicamente ciente de seu contínuo intento maligno, que o misericordioso Ricardo de Dudo apela a um recém-chegado grupo de dácios e os instrui a devastar o *regnum francorum*⁶⁷³.

Nesse sentido, é importante considerar a hipótese levantada por Eleanor Searle de que a situação de Ricardo I e da Normandia na guerra contra Teobaldo era muito mais crítica do que Dudo admite⁶⁷⁴. Pontuando que os anais de Flodoardo de Reims corroboram o relato da tomada de Évreux e de uma nova invasão nortenha, Searle ressalta que o grupo parece ter auxiliado os rollonidas muito mais por obrigar os francos a recuarem até o Vexin para combatê-los, assim inviabilizando sua presença na Normandia, do que por agir sob as ordens expressas de Ricardo. Na *Gesta*, Dudo é de fato bastante ambíguo quanto ao grau de envolvimento normando com os *raiders* dácios. Se, por um lado, parece bastante contente em conferir aos rollonidas esta poderosa ferramenta de intimidação na possibilidade de

⁶⁷¹ Ibid. *Tradução nossa*: “Hereupon a great carnage of Franks is brought to pass in that place, and the varied company is tormented and slain.”

⁶⁷² Ibid. Folio 79v. *Tradução nossa*: “(...) at the hands of the blessed marquis Richard.”

⁶⁷³ Ibid. Folios 79v - 82r.

⁶⁷⁴ SEARLE, *op. cit.*, p. 16.

convocar reforços vindos do norte, por outro, logo ressalta que tais forças, apesar de chamadas em nome do *princeps normannorum*, não agiam sob seu comando.

Em oposição diametral às forças coesas e organizadas do rei Harold, que agiam de forma legítima sob a orientação normanda, o exército dácio dos anos 960 é descrito por Dudo como bestial e incontrolável. Depois de acoessarem Teobaldo, relata o autor, os dácios teriam continuado a selvagemmente pilhar e queimar todas as *villas*, cidades, castelos e igrejas que encontrassem, matando muitos francos e levando os demais até suas embarcações⁶⁷⁵. De forma bastante explícita, então, Dudo categoriza a devastação causada pelos dácios como uma verdadeira praga bíblica, uma punição divina que se abate sobre os francos por conta de seus atos contra os eleitos normandos. Incapaz de agir contra tal praga, relata, a *gens francorum* assiste passivamente enquanto toda a *Francia* é devastada durante o percurso de um ano, deserta de residentes e com suas igrejas abandonadas⁶⁷⁶.

A Normandia, por outro lado, é descrita como um oásis poupado da devastação, literalmente um território à parte da *Francia*. No relato, contudo, a *patria rollonida* não é poupada por conta de qualquer relação de aliança ou parentesco existente entre a *gens dácia* e a normanda, mas por seu favorecimento divino. A oposição construída ao longo de toda a *Gesta* entre os normandos tementes a Deus e os ímpios francos culmina, então, em dois cenários frontalmente opostos: desprovida de liderança, a *Francia* é devastada e passa fome; a Normandia do *magni duci* Ricardo, porém, “permanecia segura e calma, não perturbada por nenhuma desastrosa destruição”⁶⁷⁷, com seu *populus* a salvo e suas igrejas intactas. Sob o sábio governo dos descendentes de uma distinta estirpe de dácios, reivindica Dudo, os normandos são os únicos poupados pela maior de todas as *raids*. E o autor vai ainda além: o rollonida Ricardo I, detestado por seus vizinhos como um pirata estrangeiro e ilegítimo, é na verdade o grande salvador de toda a *Francia*.

É assim que, buscando reafirmar a isenção do *princeps* normando de qualquer culpa, Dudo narra como os prelados da *Francia*, reunidos em um sínodo, rejeitam as acusações de Teobaldo contra ele, “uma vez que a bondade do mais

⁶⁷⁵ Ibid. Folios 79v - 82r.

⁶⁷⁶ Ibid.

⁶⁷⁷ Ibid. *Tradução nossa*: “But Richard the Great’s land would remain safe and calm, not distressed by any disastrous destruction”.

sagrado duque Ricardo era sabida e reconhecida⁶⁷⁸". O próprio duque é levado por Dudo a defender-se das admoestações do bispo de Chartres, recontando todas as vezes as quais havia sido deslealmente atacado por francos e salvo apenas pela intervenção divina. Não obstante, "reconhecendo que nenhuma oferta ou sacrifício é tão aceitável a Deus como o aumento da paz"⁶⁷⁹, afirma o autor, o *princeps normannorum* compromete-se a tentar deter os pagãos, a fim de finalmente obter harmonia entre francos e normandos. Então, como se purificando sua alma antes de um grande momento, Ricardo aceita até mesmo perdoar o traiçoeiro Teobaldo, relata Dudo, agradecendo a Deus em sua mente pela obtenção da tão desejada paz. Em nome de sua fé comum e aceitando a oferta de retomar Évroux sob sua autoridade⁶⁸⁰, Ricardo regiamente recebe seu mais perigoso inimigo dentro de Rouen, com todo o poder e segurança lhe provido pela cidade, e toma-o sob sua aliança. No momento mesmo em que recupera Évroux e a protege com guerreiros, afirma o autor, Ricardo torna-a bela e frutífera novamente⁶⁸¹.

Retratando Lotário como uma figura caída e Hugo Capeto ainda como um menino, neste último trecho da *Gesta Normannorum* Dudo de Saint-Quentin caracteriza Ricardo I como o verdadeiro rei da *Francia*, faltando apenas afirmá-lo *ipsis litteris*. Indo até ele com uma comitiva de representantes reais e pontífices, relata, a *gens francorum* metaforicamente prostra-se de joelhos ante o normando, dizendo: "Duque de inaudito poder, afluência e valor, os *optimates* de todo o *franciae regni*, reunidos, rezam com os joelhos de seus corações dobrados para que perdoes nossa Igreja sacrossanta e nossa *genti* aniquilada⁶⁸²". Implorando por sua misericórdia, relata Dudo, os representantes da *gens francorum* comprometem-se a uma vez mais ratificar a autoridade de Ricardo e de seus herdeiros sobre o *regnum northmannicum*, em perpetuidade. Reafirmando categoricamente seu desejo pela paz antes de qualquer ganho material, Ricardo, nos conta Dudo, diz à comitiva que foi incapaz de mantê-la por conta das ações dos francos, que visavam sua

⁶⁷⁸ Ibid. *Tradução nossa*: "(...) since the goodness of the most holy duke Richard was known and acknowledged".

⁶⁷⁹ Ibid. *Tradução nossa*: "However most mighty Richard, recognizing that no offering and sacrifice is as acceptable to God as the increase of peace".

⁶⁸⁰ Como já comentamos, a percepção historiográfica corrente é a de que Évroux só foi conquistada pela Normandia por meio da guerra contra Teobaldo.

⁶⁸¹ Ibid.

⁶⁸² Ibid. Folios 82r - 87r. *Tradução nossa*: "Duke of unheard-of power, affluence and valor, the magnates of the whole Frankish realm, of one mind, pray with knees of their hearts bent to the ground that you pardon our sacrosanct church and our annihilated nation."

destruição e forçaram-no a buscar a assistência dos dácios, impondo sobre eles “este flagelo tirânico, para que até mesmo um tolo pudesse recuperar sua razão” ⁶⁸³.

Desejoso de enfatizar tal percepção o autor relata como, ao oferecer a paz aos dácios, Ricardo recebe deles a promessa de que baniriam todos os líderes da *Francia* e a colocariam sob sua autoridade. Na narrativa dudoniana, então, Ricardo tem a *Francia* duplamente colocada a seus pés: primeiro, moral e simbolicamente, pela própria *gens francorum*; segundo, em termos bastante práticos, pelos invasores dácios. Sequer considerando a oferta dácia, o *princeps* e sua *gens* querem apenas aquilo que, na *Gesta*, é inúmeras vezes reforçado como seu de direito: o reconhecimento de sua legítima autoridade sobre a Normandia. Retratado como uma combinação perfeita das melhores características de ambas as *gentes*, o Ricardo I dudoniano é o único capaz de obter e selar a paz entre francos, dácios e normandos, concluindo que a única maneira de fazê-lo é trazer os pagãos sob a égide divina.

Servindo na *Gesta Normannorum* como marco de uma verdadeira refundação da Normandia, o trecho da cristianização dos dácios ilustra o pensamento de Dudo de Saint-Quentin em dois aspectos fundamentais: o papel de um líder secular para com o cristianismo; sua visão de um mundo repartido em *gens/gentes* e *populus/populi*. Enquanto o primeiro será abordado mais à frente, pelo caráter de conclusão que confere à história da *gens normannorum*, o segundo é central para o entendimento da estratégia de pregação de Ricardo. Ressaltando que ao falar à multidão dácia reunida o *dux* dirigia-se a todos os normandos (*northmannis omnibus*), Dudo inclui no grupo tanto seus *fideles* já cristianizados quanto os que logo serão, identificando a religião cristã como a grande cola que confere coesão à heterogênea *gens normannorum*.

Tentando incessantemente convencer a *aspera* e *fortis* multidão dácia a aceitar a paz, conta Dudo, Ricardo finalmente reúne seu próprio círculo interno da *gens normannorum* e divisa o plano de endereçar por primeiro, separadamente, “os mais velhos e poderosos entre eles” ⁶⁸⁴, isto é, aqueles entendidos como os verdadeiros representantes da *gens* dácia. O *princeps*, então, percebendo ser ineficaz oferecer presentes ou *beneficia* aos orgulhosos e belicosos dácios, enxerga

⁶⁸³ Ibid. *Tradução nossa*: “I commanded tem, having come to me in haste, to visit upon you this tyrannical scourge so that even a fool would recover his senses”.

⁶⁸⁴ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) the elders and mightier among them”.

na sincera cristianização daquele seletto grupo o único caminho possível para a paz. É assim que, para o benefício de sua *gens* e de todos os cristãos, segundo Dudo, Ricardo convence os anciãos dácios a entregarem-se a Deus, em um longo sermão que o autor retira diretamente da *Victa Santi Lamberti*, de Estevão⁶⁸⁵.

Concretizando um processo desenvolvido por Dudo de Saint-Quentin ao longo da atuação política dos três líderes rollonidas, Ricardo I torna-se o *princeps normannorum* ideal, que leva a cabo a consolidação e completa cristianização de sua *gens*. Pregando do topo de uma montanha, assim como Rollo havia visto a si mesmo na visão que serve como primeira fundação da história normanda de Dudo, Ricardo endereça uma multitude de “pássaros”⁶⁸⁶ e os traz sob a égide do cristianismo e de sua magnânima liderança. Aplicando toda a *sapientia* e eloquência que a *gens normannorum* desenvolve ao longo da narrativa, o Ricardo dudoniano interrompe em definitivo o padrão de devastações dácias: é o próprio neto de Rollo, constantemente apontado por seus vizinhos francos como um estrangeiro ilegítimo, quem salva-os da praga divina dácia, por meio de seu conhecimento das escrituras.

Capaz de convencer os líderes anciãos apelando para a eternidade da alma, em contraposição à brevidade das conquistas materiais, nem mesmo o iluminado duque normando consegue fazer com que todos os dácios voluntariamente entreguem-se ao cristianismo. A disputa entre os anciãos e o restante do grupo, resistentes ao discurso de Ricardo, relata Dudo, é resolvida apenas quando os primeiros reafirmam sua autoridade e se sobressaem, por serem mais grandiosos em idade, linhagem e armas⁶⁸⁷. Ainda assim, um grupo dentre os dácios derrotados recusa a cristianização, exigindo que Ricardo financiasse sua viagem de retorno e direcionasse-os a algum outro reino que pudessem pilhar. Desejoso de obter a paz, Ricardo compromete-se a dar-lhes o que desejam. Antes que partam, contudo, aponta Dudo, Ricardo sabiamente mantém “os pagãos junto de si, para que os francos não o atacassem”⁶⁸⁸ antes da acordada conferência de paz.

⁶⁸⁵ SHOPKOW, *op. cit.*, 1989 p. 27.

⁶⁸⁶ A fim de reforçar a conexão entre os dois momentos, Dudo retrata os anciãos dácios como se fossem antes totalmente desprovidos de crenças religiosas, fazendo-os compararem a si mesmos com bestas e pássaros, ignorantes das escrituras e de Deus.

⁶⁸⁷ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, Folios 82r - 87r.

⁶⁸⁸ *Ibid.* Tradução nossa: “(...) he kept the pagans with him so that the Franks would not kick against him.”

Além de enaltecer o feito de Ricardo, a contínua e firme recusa do grupo à cristianização salienta sua distância para com os normandos e a falta de controle destes sobre os elementos mais “bárbaros” da *gens* dácia. Serve, também, como uma advertência, por parte de Dudo e de seus patronos: o *princeps normannorum*, grande aliado cristão, é o único garantidor da segurança franca ante os temíveis dácios, que podem ser novamente convocados do além-mar na ocasião de uma agressão não provocada à Normandia. Dessa forma, tendo finalmente trazido a paz a toda a *Francia* e a seu próprio *regnum*, relata Dudo, Ricardo patrocina o batismo dos dácios cristianizados e concede-os *beneficia*, para que pudessem pacificamente habitar a Normandia como seus *fideles*.

Com o relato da cristianização dos dácios, Dudo de Saint-Quentin conduz o encerramento do grande ciclo de sua história normanda: ao mesmo tempo em que o neto de Rollo extirpa em definitivo os resquícios de paganismo presentes em sua *gens*, consolida de vez sua autoridade sobre a Normandia, ante a persistente e diabólica cobiça franca. Na grande *exaedificatio* narrativa dudoniana, a *gens normannorum* é guiada por Deus e conduzida por Rollo até a terra prometida, onde é gradualmente livrada do paganismo pela conversão deste, pelo martírio de Guilherme e, por fim, pelo sermão santo de Ricardo. O *dux*, epítome da evolução rollonida ao longo do texto, é apontado por Dudo como o grande responsável por pacificar os elementos mais belicosos de sua *gens* e, completando a cristianização de seu *populus*, criar na Normandia um oásis de paz⁶⁸⁹.

Além disso, Dudo estava também agindo em conformidade a um padrão de escrita tardo-antigo, que enxergava o momento final de cristianização de *gentes* “bárbaras” como a grande culminação de suas *Histórias*. Ricardo, oriundo de uma *stirpe* pagã, ainda que ele próprio nascido em um ambiente cristão, legitima a si próprio e a toda sua linhagem, passada e futura, por meio de seu grande sermão. Um legítimo governante cristão deve governar sobre uma *gens* inquestionavelmente cristã. Assim, Ricardo é levado por Dudo a concluir o processo iniciado por Rollo: enquanto este, na *Gesta*, havia sido livrado do paganismo pela intervenção divina e pela própria terra normanda, seu neto conclui a cristianização de todo o território.

Além de retratar a cristianização dos normandos como um processo gradual, que teve contribuição direta de seus três primeiros líderes, Dudo também desvia-se

⁶⁸⁹ SHOPKOW, 1997, *op. cit.*, p. 68 - 69.

do padrão tardo-antigo mais comum ao retratar o próprio Ricardo I como autor da pregação final na montanha, e não algum grande bispo ou santo normando. Nesse sentido, o cônego mantém-se fiel aos pressupostos que apresenta ao longo de toda a obra: um líder secular não deve seguir ideais monásticos, mas deve, sim, comportar-se como o verdadeiro condutor da Igreja em seu *regnum*, liderando o clero e combatendo o paganismo. Com o sermão na montanha, assim, Dudo de Saint-Quentin conclui sua história da eleita *gens normannorum*: muito além de conduzir uma simples laudação e retratação heróica dos líderes rollonidas, ele reivindica seu caráter excepcionalmente sagrado, quase santificado⁶⁹⁰.

Adiantando narrativamente um processo que se deu desde os anos 960 até o fim da vida de Ricardo I e além, Dudo transforma a consolidação política da Normandia sob os rollonidas em pregação sagrada. É provável que, sob o relato da cristianização dos dácios, o autor estivesse na verdade fazendo alusão à condução dos vários grupos nórdicos independentes que habitavam o território à autoridade de Rouen. Independente de terem sido cristianizados ou não pela influência de Ricardo I, tal retratação na *Gesta Normannorum* vai muito além de qualquer valor teológico, postulando na verdade a união e coesão de vários grupos e lideranças díspares sob a égide do cristianismo e condução do *princeps normannorum*. Mais do que uma simples laudação retórica, a retratação dos rollonidas como excepcionalmente santos e conversores de pagãos tem, dessa forma, grande importância política. O cristianismo, tanto no relato de Dudo quanto na política rollonida, era um dos principais fatores que unia grupos heterogêneos sob uma única *gens normannorum*, e sob a autoridade de Ricardo I. Na *Gesta*, aliado a sua *sapientia* e excepcional eloquência, o domínio sobre as escrituras é sua principal arma contra o paganismo.

4.3 UM MONUMENTO AO PRESENTE E AO FUTURO: A MORTE NARRATIVA DE RICARDO I E A CONTINUIDADE DE SUAS OBRAS

Há muito vem intrigando os pesquisadores que analisam a *Gesta Normannorum* o quanto Dudo de Saint-Quentin parece perder por completo seu interesse na vida e feitos de Ricardo, o Destemido durante os 30 anos que se seguem ao episódio da conversão dos pagãos. Leah Shopkow levantou a

⁶⁹⁰ SHOWKOW, 1989, *op. cit.*, p. 20.

possibilidade de que Dudo estivesse alinhando o fim de sua narrativa à *História Eclesiástica do Povo Inglês* de Beda⁶⁹¹, hipótese que se sustenta se pensarmos no quanto Dudo busca encaixar seu texto em uma tradição pregressa. Nossa visão é a de que a elipse temporal existente entre a década de 960 e a morte de Ricardo I explicita também o quanto o autor, escrevendo na corte rouennais de Ricardo II, estava muito mais preocupado em construir e relatar a história de um grupo, uma *gens*, do que de personagens individuais.

O restante da narrativa da *Gesta Normannorum*, portanto, ganha contornos de um plano destacado do tempo linear e terreno, enquanto Ricardo I, *princeps* símbolo da *gens* normanda, conduz os últimos passos da consolidação política e religiosa da Normandia. Estando os pagãos convertidos e o território unificado sob a autoridade rollonida, bem como a paz com os vizinhos francos firmemente estabelecida, Dudo passa a eulogisticamente retratar a santificação de seu patrono original e, assim, conduzir a legitimação de todos os rollonidas que governassem após a vida e morte de tão grandioso duque.

4.3.1 A eulogia de Ricardo I e sua santificada passagem ao Reino dos Céus

Após a conversão dos dácios e obtenção da plena paz, há na narrativa uma espécie de extensão deste tempo glorioso até o presente de escrita, com uma celebração triunfante dos normandos e de seu *princeps* por Dudo de Saint-Quentin. Retomando a ideia da difusão da fama do duque normando por todos os *regna* e *gentes*, o cônego passa a descrever como Ricardo teria avançado a construção de igrejas e mosteiros por toda a *Galia*. Grande responsável pela salvação da *Francia* na *Gesta*, Ricardo I é também creditado como condutor de sua Igreja e *regnum*, continuando a agir em nome dos robertianos enquanto Hugo Capeto, totalmente desprovido de agência no relato de Dudo, aparece apenas para avaliar a distribuição dos bens da falecida Emma entre as igrejas francas e normandas⁶⁹².

Buscando consolidar a imagem do *dux normannorum* como um grande patrocinador da Igreja, Dudo constrói nesse trecho uma espécie de parábola. Ao contrário dos relatos ao fim do livro dois, que explicitavam a inadequação de Rollo, a anedota que o autor confere a Ricardo exalta sua santidade e simbolicamente

⁶⁹¹ SHOPKOW, *op. cit.*, 1997, p. 148-149.

⁶⁹² DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, Folios 87r - 89v.

encerra o arco da história dos líderes normandos. O autor conta, então, como o duque, percebendo ser o seu próprio palácio em Fécamp mais alto e ornado do que a basílica da cidade, manda chamar um engenheiro e afirma a necessidade de que o prédio de Deus estivesse acima de todos os outros. Como em tantos outros momentos, então, Dudo faz questão de explicitar sua própria alegoria: evocando o salmo que compara a casa de Deus a uma montanha, o próprio Ricardo afirma que a nova basílica seria uma representação simbólica da montanha na qual Rollo viu-se purificado do pecado⁶⁹³.

Conectando de forma ainda mais clara o início da jornada da *gens normannorum* com sua conclusão, Dudo relata que o *dux* teria ordenado ao homem que encontrasse na própria região montanhosa ao redor de Fécamp as pedras que sustentariam a construção. Buscando também concretizar uma ligação inalienável entre a Normandia, *gens, populus e princeps normannorum*, o Ricardo de Dudo pede ao engenheiro que separe a primeira pedra que o trouxe: “uma vez que todas as preparações necessárias forem feitas, eu colocarei a primeira pedra do início da fundação, como símbolo da construção da casa de Deus”⁶⁹⁴. Ricardo, neste trecho ainda mais símbolo de sua linhagem e da *gens* normanda, sedimenta a patronagem e prosperidade da Igreja de Deus na Normandia, como era desde Rollo e, postula Dudo, continuará a ser dali em diante.

A descrição que o autor dá, de uma basílica extremamente bem trabalhada e ricamente ornada, povoada por uma multitude de clérigos patrocinados pela corte, é uma metonímia da benéfica orientação rollonida sobre a Igreja normanda. Assim como havia narrado-o retoricamente interrompendo o padrão de *raids* dácias ao *regnum francorum*, Dudo insiste que Ricardo I, arcando ele próprio com as despesas, teria reconstruído todas as igrejas devastadas, não só na Normandia, mas em toda a *Francia*. Tamanha generosidade, reivindica o autor, teria levado seu nome a ser recebido com grande estima onde quer que fosse ouvido, “e toda a Gália se maravilhava com sua generosa bondade”⁶⁹⁵.

É relevante destacar também que Dudo exalta Ricardo igualmente por suas características físicas (a beleza de sua complexão, sua altura, força) quanto por seu

⁶⁹³ Ibid.

⁶⁹⁴ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) once all the necessary preparations have been made, I will place that first stone as the beginning of the foundation in token of the erecting of God’s house”.

⁶⁹⁵ Ibid. *Tradução nossa*: “(...) and all Gaul wonder at his bountiful goodness”.

discurso polido, sabedoria e favorecimento divino. Descrito como um valioso amigo e senhor, além de um temível inimigo, Ricardo é o responsável pela transformação da Normandia - e da própria *Francia*, implicitamente - em um oásis de paz. Em caráter fortemente laudatório, então, Dudo passa a descrever seu merecimento, ponto a ponto, com base em passagens bíblicas, ao Reino dos Céus: “Ricardo, duque da região normanda, é abençoado e sagrado: todos os dons associados com as beatitudes evangélicas são certamente encontrados nele”⁶⁹⁶.

Ainda, visando reforçar a imagem de Ricardo como um grande líder das *gentes* cristãs, Dudo descreve como o duque teria reunido todas elas, por meio de suas palavras humildes e prescientes. Caracterizando-o como um incessante perseguidor e mantenedor da paz e da justiça, Dudo brevemente relata novas passagens que o comprovariam, contando como Ricardo teria sido capaz de reconciliar o rei Lotário e o conde Arnulf de Flandres após uma disputa entre ambos. Com a morte de Lotário e a entronização do duque Hugo, comenta o autor, quase de passagem, a posição de Ricardo não havia modificado-se: o conde Alberto do Vermandois, por exemplo, temendo uma invasão de Hugo Capeto, havia enviado o próprio Dudo de Saint-Quentin à corte rouennais de Ricardo, a fim de convencer o magnânimo duque normando a interceder por ele junto ao rei.

Reconciliando quem quer que entrasse em disputa, afirma Dudo, Ricardo pacificou francos e lotaríngios, burgúndios e flamengos, anglos e irlandeses, normandos e bretões, “pois ele sabia que não havia sacrifício ou oferta tão aceitável a Deus quanto o aumento da paz”⁶⁹⁷. Como a própria repetição da frase indica, a imagem de paz e serenidade é peça-chave na (re)construção da *gens normannorum* empreendida por Dudo de Saint-Quentin. Logo em seguida, assim, o autor retoma e sintetiza um pressuposto desenvolvido ao longo de toda a *Gesta Normannorum*: sempre impassíveis, os rollonidas nunca iniciaram conflitos, mas foram injustamente perseguidos por malfeitores francos, apoiados pelo *rex francorum*. Os normandos, contudo, postula o autor, tinham Deus a seu lado e por isso nem mesmo a reunião de todos os seus diabólicos inimigos foi capaz de triunfar sobre eles.

⁶⁹⁶ Ibid. Folios 89v - 91v. *Tradução nossa*: “(...) Richard, duke of the Norman region, is blessed and holy: all the gifts associated with the evangelical beatitudes are certainly found in him.

⁶⁹⁷ Ibid. *Tradução nossa*: “For he knew that there was no sacrifice or offering so acceptable to God as the increase of peace.”

Santificando a figura de Ricardo I por meio de seu relato, Dudo utiliza-se de sua alegada beatitude para, uma vez mais, reforçar a ligação entre rollonidas, *gens*, *populus*, território e Igreja *normanni*: sentindo que sua morte avizinhava-se, relata, o *dux* mandou que seu túmulo fosse preparado com as mesmas pedras que haviam servido de fundação para a basílica de Fécamp⁶⁹⁸. O autor descreve, então, como o adoecimento e morte próxima do *princeps* geram enorme medo e pesar dentre o *populus* que, em prantos, dirige-se à cidade. Ricardo, por sua vez, dá mais uma grande demonstração de humildade e devoção ao dirigir-se ao altar trajando apenas uma túnica simples, de pés descalços, e pedindo ao conde Rodolfo que o enterrassem sob os beirais da basílica. Dudo insere, então, uma última breve passagem de como o conde e meio-irmão de Ricardo, ao abrir sua tumba, teria deparado-se com um forte perfume que emanava de seu santificado cadáver.

Sobre a tumba do duque, relata Dudo, os normandos mandam construir uma capela conectada à basílica. Na *Gesta Normannorum*, então, a morte do *princeps* representa a continuidade de seus feitos: personificando o governante ideal na concepção de Dudo, aponta Leah Shopkow, Ricardo é simbolicamente enterrado o mais próximo possível da basílica de Fécamp sem estar de fato dentro dela⁶⁹⁹. O *dux normannorum*, que ao longo da obra amalgamou todas as qualidades de um líder ideal, orientando tanto sua *gens* e *populus* quanto o clero, é metaforicamente enterrado nas fundações da Normandia e de sua Igreja, para que possa presidir sobre o território, e sobre os futuros duques rollonidas, por toda a eternidade.

4.3.2 A continuidade da *gens normannorum*: Gunnor, Ricardo II e a atenuação da ascendência franca na linhagem normanda

Além de legitimá-lo por meio da própria grandeza de Ricardo I, Dudo de Saint-Quentin também retrata seu mais longo patrono, Ricardo II (996 – 1026), como continuador dos feitos de seu pai. O autor aborda pela primeira vez a prole de Ricardo I quando apologeticamente constata que, “conquistado pela aguda fragilidade humana da busca pelo prazer”⁷⁰⁰, teve com suas concubinas dois filhos,

⁶⁹⁸ Ibid. Folios 91v - 94r.

⁶⁹⁹ SHOPKOW, *op. cit.*, p. 77.

⁷⁰⁰ DUDO DE SAINT-QUENTIN, Folios 87r - 89v. *Tradução nossa*: “And them, conquered by the needling frailty of pleasure-seeking humanity”.

Godofredo e Guilherme, além de duas filhas, que sequer são nomeadas. Ciente de seus deveres como líder secular, descreve Dudo, após a morte de Emma Capeto Ricardo toma em concubinato a donzela Gunnor, descendente de uma nobre família dácia. O cônego relata então como os líderes normandos, novamente expressando o temor de que nações estrangeiras os atacariam se desprovidos da proteção de um *princeps normannorum* rollonida, instigam Ricardo I a indicar-lhes um sucessor e herdeiro, que seria garantidor da salvação do *plebi*⁷⁰¹.

A construção de um desejo voluntário da *gens normannorum* de obter do *princeps* rollonida um herdeiro e protetor é lugar comum na *Gesta*. A novidade nesta passagem é que Dudo leva os *optimates* normandos a celebrarem especificamente a união de Ricardo com Gunnor: “a providência da mais alta divindade uniu a você esta mulher dácia, para que um herdeiro possa nascer para esta terra, de pai e mãe dácios, um herdeiro que será seu mais forte (*robustissimus*) defensor”⁷⁰². Muito mais importante que a quase protocolar exaltação de Gunnor, figura proeminente na corte rouennais do século XI, há a comemoração da produção de um herdeiro inteiramente normando, que consolida a remoção de qualquer influência franca na ascendência de Ricardo II. Dudo diz sem dizer, também, que o nascimento deste herdeiro marcava, como defendia Eleanor Searle⁷⁰³, a aliança entre os líderes normandos de Rouen e os *vikings*/dácios independentes da Baixa Normandia, muito provavelmente o grupo do qual Gunnor se originava. Ricardo II é retratado nas entrelinhas, portanto, como o símbolo da consolidação de uma Normandia unificada sob a autoridade rollonida e completamente soberana.

Além disso, ao contrário de muitos genealogistas de outras casas nobres francas, aponta Katherine Cross, Dudo muito propositalmente evitou afirmar quaisquer conexões sanguíneas entre os normandos e a dinastia carolíngia⁷⁰⁴. Embora Emma seja importante na *Gesta* pelo prestígio e pela concretização da aliança robertiana que conferiu a Ricardo I, não é ela quem fornece à *gens normannorum* seu herdeiro. Sabemos também que o autor não se fugou em vários outros momentos de manipular a composição da linhagem rollonida de acordo com o

⁷⁰¹ Ibid.

⁷⁰² Ibid. *Tradução nossa*: “In our opinion, the providence of the highest divinity has joined to you this Dacian woman whom you now cherish, so that an heir might be born for this land from a Dacian father and mother, an heir who will be its hardiest defender and advocate.”

⁷⁰³ SEARLE, *op. cit.*, p. 21.

⁷⁰⁴ CROSS, *op. cit.*, p. 75.

que melhor encaixava-se em sua narrativa. Que Gunnor seja comemorada por sua origem dácia e retratada como mãe de todos os oito filhos de Ricardo I, incluindo seu principal herdeiro, é utilizado por Dudo de Saint-Quentin para demonstrar a dinastia normanda alcançando uma nova etapa de sua evolução, com uma dupla origem dácia que lhe garante autonomia, tanto do lado paterno quanto materno⁷⁰⁵.

Enquanto havia consistentemente representado Gisela, Emma e as demais concubinas e esposas não nomeadas como estrangeiras, apenas parcialmente incorporadas à família ducal, aponta Corinna Matlis, Dudo descreve Gunnor como uma verdadeira normanda⁷⁰⁶. Se por meio do casamento com Emma Dudo quis demonstrar o prestígio que os rollonidas haviam adquirido ao longo de sua narrativa, com Gunnor ele resolve a tensão de ter na corte rouennais uma duquesa de origem franca. Garantindo aos normandos uma conexão matrimonial que conferia-os prestígio sem ameaçar sobrepô-los em poder e importância, Gunnor também encerra simbolicamente a dependência rollonida da nobreza franca para a obtenção de status⁷⁰⁷. O reconhecimento e prestígio obtidos por Ricardo ao longo do relato de Dudo, devemos compreender, fazia com que agora fossem os normandos quem conferiria status a qualquer um que buscasse uma aliança matrimonial.

Outro importante nome da corte normanda do início do século XI a figurar neste trecho da *Gesta* é o meio-irmão materno de Ricardo I, o conde Rodolfo d'Ivry. Homem de imenso poder e influência, que havia herdado importantes posições de ambos os lados de sua família e auxiliado os rollonidas a esmagar rebeliões⁷⁰⁸, Rodolfo aparece na narrativa pela primeira vez ao instigar Ricardo I a apontar um sucessor, assumindo então o papel de um guardião e conselheiro da corte. Desta forma, é importante destacar que em um poema dedicado a Rodolfo Dudo cria uma intrincada conexão entre suas habilidades como guerreiro, líder político e um “mestre das palavras”⁷⁰⁹. Citando Pompeu, Scipio e Cato, o autor compara-o a um cônsul romano auxiliando as funções de governo no *Northmannorum Apex*, secundado em poder apenas pelo próprio duque. Exaltando-o, assim, muito mais por suas qualidades como guia moral e intelectual do que pela importância de seu suporte

⁷⁰⁵ Ibid.

⁷⁰⁶ MATLIS, *op. cit.*, p. 142 - 143.

⁷⁰⁷ Ibid, p. 150 - 152.

⁷⁰⁸ CHRISTENSEN, *op. cit.*, p. xxv.

⁷⁰⁹ Ibid, p. 115.

militar, Dudo cria uma imagem diplomática e sábia do maior apoiador da família ducal, percepção que visa estender para toda a corte de Ricardo II⁷¹⁰.

Rodolfo recebe de Ricardo I então, na *Gesta*, a incumbência de garantir a concessão de *beneficia* a seus demais filhos, uma vez que eles tivessem jurado lealdade ao novo duque, Ricardo II⁷¹¹. Dessa forma, embora grande peso e importância sejam conferidos por Dudo à escolha de Ricardo I quanto a seu sucessor, não há no texto qualquer relato do novo duque recebendo juramentos de fidelidade de seus seguidores. Em contraste, basta lembrarmos dos vários juramentos de fidelidade que o autor descreve Rollo, Guilherme e, principalmente, Ricardo recebendo, tanto de sua própria *gens* quanto dos francos. Resta, então, a intrigante dúvida: por que Ricardo II, patrono de Dudo e financiador da obra, não se fez incluir no relato, nem mesmo para registrar o momento de sua ascensão ducal?

É nossa visão que a quase ausência da figura de Ricardo II no relato não deve ser lida como uma menor preocupação por parte de Dudo em legitimá-lo, mas justamente o contrário. A fragilidade da autoridade de Rollo e a efemeridade da Normandia como entidade política no momento da ascensão de Guilherme e, principalmente, a morte deste durante a menoridade de Ricardo, haviam feito das transições dinásticas momentos de crise e quase desaparecimento da linhagem rollonida. Dudo de Saint-Quentin, então, teve de construir uma elaborada *exaedificatio* retórica a fim de enquadrar tais momentos de crise como meros percalços dentro do plano mais abrangente da providência divina, reforçando insistentemente a legitimidade dos duques após sua conturbada ascensão. Quanto a Ricardo II, entretanto, o autor faz questão de enfatizar o oposto: não havia a necessidade de novos juramentos de lealdade, pois a vontade do duque normando bastava. Ricardo I, na *Gesta*, havia sido tão grandioso a ponto de preventivamente frustrar qualquer questionamento da autoridade e legitimidade de sua dinastia.

Como abordamos no segundo capítulo desta dissertação, o contexto do governo de Ricardo II, ao início do século XI, é justamente o da busca de uma associação consolidada entre o território normando, sua *gens/populus* e seu *dux*, processo visível nas várias escrituras produzidas durante o período⁷¹². Por meio da *Gesta Normannorum*, que acreditamos ter sido peça fundamental neste contexto,

⁷¹⁰ Ibid, p. 116.

⁷¹¹ DUDO DE SAINT-QUENTIN, *op. cit.*, Folios 91v - 94r.

⁷¹² CROSS, *op. cit.*, p. 223.

Dudo projeta tal desenvolvimento meio século ao passado, buscando conferir-lhe o esteio e a legitimidade de uma maior profundidade temporal. Tendo relatado a extirpação final do paganismo conduzida por Ricardo I nos anos 960, o autor retrata os mais de cinquenta anos que se estendem deste momento decisivo até o seu presente como uma temporalidade de caráter divino, na qual a *gens normannorum*, em toda sua glória, já havia sido salva por seu santificado *princeps*.

Como foi muito bem observado por Victoria Whitworth, a narrativa da *Gesta Normannorum* é sobre o legado de Ricardo I, sobre como ele, seu pai e seu avô legitimamente conquistaram uma terra assolada e destruída, com sua rede eclesiástica devastada, e a re-incorporaram à história cristã⁷¹³. Dudo quer demonstrar, portanto, como os normandos e a Normandia haviam atingido sua maturidade espiritual e política em um tempo que é simultaneamente linear, pois terreno, cíclico, na medida em que reencena as grandes verdades litúrgicas, e eterno, uma vez que traçado pela providência divina⁷¹⁴. Estabelecendo um forte e constante diálogo com seu presente, entendido como a culminação do plano divino⁷¹⁵, o autor opta por sublimá-lo de sua narrativa, deixando-o como um não dito.

Brevemente descrito em um poema, Ricardo II é retratado por Dudo como o ápice positivo de sua história. Enquanto seus antecessores haviam sido representados em variações de *fortitudo* e *sapientia* - com ênfase regressiva na primeira e progressiva na segunda -, sempre exaltados por sua capacidade de proteger a Normandia contra seus numerosos inimigos, o novo duque recebe apenas as características do governante ideal de uma região completamente pacificada: “magnânimo”, “pacificador”, “misericordioso” e *justiciar*⁷¹⁶. Ricardo II, assim, não se faz presente como governante efetivo na narrativa da *Gesta Normannorum* porque sua ausência é mais poderosa, subentendendo-se que, se o presente é uma culminação, o futuro só pode ser ainda mais glorioso.

O governo de Ricardo II não figura na narrativa, em suma, pois o texto de Dudo não se propõe enquanto um registro da história individual dos duques da Normandia, mas da gradual construção e gloriosa culminação de sua *gens* cristã. Incorporando em sua narrativa meras reminiscências do passado rollonida, o

⁷¹³ WHITWORTH, *op cit.*, p. 10.

⁷¹⁴ Ibid.

⁷¹⁵ JAEGER, *op. cit.*, p. 17.

⁷¹⁶ MATLIS, *op. cit.*, p. 100 - 101.

cônego de Saint-Quentin constrói retoricamente um poderoso mito de fundação da *gens normannorum*, uma história tão providencial quanto triunfal⁷¹⁷. Para além da legitimação e glorificação da dinastia rollonida conduzida em seu conteúdo, a *Gesta Normannorum* teve também um importante valor simbólico e monumental, marcando a inserção da *gens* normanda na *christiana ciuitas* por meio de um épico latino. E, tê-la escrita na corte de Rouen, sob o patrocínio de Ricardo II, simbolizava o poder e a importância dos duques normandos e do grupo que representavam, enaltecendo sua quase régia cultura e cristianismo⁷¹⁸.

⁷¹⁷ SHOPKOW, *op. cit.*, p. 78 - 79.

⁷¹⁸ *Ibid.* p. 185.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais objetivos desta dissertação foi demonstrar que, ao contrário da narrativa que quiseram exprimir e consolidar Dudo de Saint-Quentin e seus patronos ducais, a Normandia, tanto o território quanto a entidade política, não foi criada instantaneamente, como um golpe do destino e da providência divina. Muito diferente do quadro que a *Gesta Normannorum* deseja compor, de uma província neutra completamente abandonada por seus habitantes à espera da forte liderança normanda, os rollonidas tiveram de lutar incessantemente, ao longo de décadas, por cada pedaço de território que submeteram a sua autoridade. Partindo de uma tomada de poder pelo *raider* nórdico Hrólfur ao fim do século IX, reconhecida apenas em 911 pela autoridade carolíngia por meio de um acordo pragmático, os rollonidas fizeram de Rouen a base de sua verdadeira conquista do território que viria a compor a Normandia, conquista esta que ainda estava em curso durante o governo de Guilherme, o Bastardo (1035 – 1087).

Estabelecendo desde o princípio importantes alianças com lideranças episcopais e monásticas, Rollo, Guilherme Espada-Longa, Ricardo I e Ricardo II progressivamente expandiram sua autoridade, tendo na criação da Normandia e da *gens normannorum* uma ferramenta essencial para a consolidação de seu poder. Em vez de um instrumento que gestou a construção discursiva de uma identidade normanda, assim, a *Gesta Normannorum* foi o meio pelo qual Dudo de Saint-Quentin e Ricardo II solidificaram um processo que vinha sendo construído em escrituras e outros documentos desde pelo menos os anos 960. Em uma região habitada por populações e elites tão heterogêneas como era a Normandia dos séculos X e XI, a criação de uma identidade normanda inequivocadamente atrelada aos duques rollonidas constituiu um importante instrumento de poder.

Como o autor consolida essa nova identidade normando-cristã ao longo dos *folios* de sua *Gesta* é também de extrema relevância. Aplicando seu conhecimento de práticas da retórica clássica para “descobrir” materiais úteis a sua história dos normandos, Dudo usa e abusa do mecanismo narrativo da providência divina para manufaturar sua *exaedificatio* de uma *gens* “bárbara” eleita para fundar um oásis de paz e boas práticas cristãs sobre o território que havia sido abandonado pela caída *gens francorum*. Partindo de um foco estrito e inequívoco nos três primeiros governantes rollonidas, o autor progressivamente constrói o grupo da *gens*

normanda e da aperfeiçoada liderança de seu *princeps normannorum*, reivindicando também sua completa soberania frente aos gananciosos e ímpios governantes do *regnum francorum*. Os rollinas são, em contraposição a eles, líderes iluminados que dispõem da completa aceitação e apoio de seus comandados. Há na *Gesta*, assim, completa harmonia entre *gens*, *populus* e *princeps* normandos, perturbada apenas pela constante ameaça externa representada pelos francos.

Extremamente importantes para esta construção inicial de uma *normannitas* são os dois primeiros livros da obra, dedicados a Hasting e a Rollo. Por meio da metonímia de um prototípico *raider* nórdico que é Hasting, Dudo de Saint-Quentin elaboradamente constrói tudo aquilo que devemos entender que seus normandos *não* são: líderes cruéis, destruidores de igrejas e templos, inimigos traiçoeiros e, sobretudo, submetidos de maneira vergonhosa aos reis francos. O autor parece desejoso de concentrar em Hasting todos os estereótipos existentes sobre os nórdicos na percepção cristã de sua época. Posicionando-o como um aliado dos francos e um inimigo dos normandos, Dudo almeja borrar as fronteiras entre bons cristãos e maus pagãos, preparando seu público para a aceitação de Rollo como um herói divinamente inspirado e avalizado em sua missão de conquista da Normandia das mãos dos desfavorecidos francos.

Trabalhando uma percepção de *gens* e *gentes* como uma categoria política, Dudo conduz a criação da *gens* normanda como um grupo que desprende-se da *gens* dácia e, sob a liderança de Rollo, encontra a salvação cristã em território normando. Sai de cena, assim, o ainda pouco mapeado e temido cenário nórdico do *raider* Hrólfr, em uma pragmática missão de pilhagem e depois estabelecimento, e entra Rollo, exilado da conhecida e reconhecida Dácia de Jordanes. Em vez do *jarl* norueguês que dirigiu-se ao Sena no fim do século IX em busca de alvos para a pilhagem, a *Gesta Normannorum* nos apresenta um herói clássico que, evocando o Eneias virgiliano, é forçado a exilar-se de sua *patria* após ser derrotado na defesa de uma causa justa. Rollo e seu grupo de bravos e valorosos jovens dácios, um embrião da *gens* normanda, partem então em sua jornada pela *Francia*, uma missão que culminará em Rouen e na fundação da “nova Roma” dos normandos.

Sonhos e visões que pressageiam a fundação da Normandia, além de uma vilanização dos francos que se colocam diante do caminho de Rollo são, assim, a principal marca desse trecho inicial da *Gesta Normannorum*, preocupado, sobretudo, com a legitimação das campanhas militares de Rollo. Sua jornada é então

enquadrada em um *framework* ao mesmo tempo clássico e cristianizado, de uma *gens* “bárbara” que conquistou para si um território no qual pudesse prosperar sob a égide divina. Tal qual a visão divinamente inspirada que serve como um marco fundacional para a *gens* normanda, Rollo é livrado da mácula pagã por meio do batismo e governa sobre um território habitado por pessoas de múltiplas origens. A narrativa de seus feitos, contudo, encerra-se *de facto* com o fim de sua jornada, e as poucas páginas que descrevem-no como governante em Rouen são destinadas apenas a explicitar que ainda havia muito a ser feito.

Portanto, no relato que constrói sobre seu filho, Guilherme Espada-Longa, Dudo de Saint-Quentin demonstra duas preocupações principais: 1) legitimar a nascente dinastia normanda por meio de recorrentes juramentos de lealdade por parte de normandos e bretões; 2) profetizar a abrupta morte de Guilherme como um martírio, que equilibra a balança de sua *gens* de origem pagã e a coloca um passo mais perto da plena legitimidade cristã. Há uma importante preocupação também em demonstrar, refletindo o pensamento da corte rouennais de Ricardo II, o quão equivocada havia sido a política de Guilherme Espada-Longa de alinhar-se aos reis francos e envolver-se nos conflitos políticos do reino. Um verdadeiro *princeps normannorum*, postulam o autor e seus patronos, deveria ocupar-se apenas de assuntos normandos, estabelecendo relações meramente pragmáticas com seus vizinhos e com o *rex francorum*.

Terceiro governante dentro da narrativa de três passos da *gens normannorum* em direção à maturação e cristianização completa, Ricardo I tem sua vida dividida em dois grandes momentos. O primeiro vê uma transformação da crise dinástica rollonida dos anos 940 em uma agressão unilateral por parte dos francos, que dá à *gens* normanda a oportunidade de arregimentar-se por completo em torno da figura de seu jovem herdeiro. O segundo, com Ricardo já maduro, é utilizado por Dudo para demonstrar sua transformação em uma figura idealizada, o *princeps normannorum* símbolo de todos os normandos, que com bravura inigualável trava e vence cada confronto frente a uma confluência de poderosos inimigos. Contando em ambos os momentos com o apoio essencial de exércitos dácios, Ricardo I então consolida toda a construção discursiva da *Gesta Normannorum* ao pregar, do topo de uma montanha, para uma multidão de dácios, cristianizando grande parte deles e incorporando-os à *gens normannorum*.

O sermão na montanha marca o passo final da construção retórica de Dudo de Saint-Quentin. A partir de então, o autor desloca seu foco muito mais para o estabelecimento de uma conexão direta entre este momento da salvação da *gens normannorum* e seu presente de escrita do que à narração da vida e feitos de Ricardo I. Tal qual a própria obra, então, Ricardo é transformado por Dudo em um monumento narrativo normando, um duque-símbolo que dá às gerações futuras o testemunho da definitiva e gloriosa inserção da *gens* normanda na *christiana ciuitas*.

Assim, independente de qual tenha sido a função e aplicação prática da *Gesta Normannorum* em seu tempo de escrita, estamos convencidos de que é benéfico enxerá-la como um monumento, uma definição política da história da *gens normannorum* e, por consequência, de projetos de presente e futuro. Beneficiando-se da virtual ausência de escritos e narrativas alternativas sobre a história da região ao longo do século X, a *Gesta Normannorum* de Dudo de Saint-Quentin é um monumento a um poder recém-estabelecido, que proclama sua própria legitimidade ao estender-se sobre o passado e criar uma linha contínua com o presente. No discurso dudoniano, a Normandia sempre esteve lá, mesmo quando ainda não havia sido descoberta por Rollo, pronta para tornar-se uma unidade política, compondo uma coesa *gens* sob a poderosa liderança rollonida. Contemporânea da consolidação política do território sob o ducado de Ricardo II, portanto, a obra de Dudo consolida uma realidade histórica que, muito além de buscar estabelecer um diálogo com seu presente, preocupa-se em fixar uma narrativa “oficial” normanda para a posteridade.

E, nesse sentido, é importante lembrarmos que uma identidade nunca existe em absoluto ou em separado, mas trata-se de um constructo social relacional: Dudo de Saint-Quentin e seus patronos rollonidas não inventaram a denominação *normannorum*, mas apenas apropriaram-se dela e fizeram-na servir a seus próprios interesses. Nos parece um tanto quanto equivocado, portanto, propor que os normandos seriam ou gostariam de apresentar-se de alguma forma como “tão francos quanto os próprios francos”. Como vimos, definições e diferenciações narrativas entre *gens* e *gentes* ao longo da Antiguidade Tardia e Idade Média deram-se em um caráter majoritariamente político, não étnico ou social. No discurso da *Gesta Normannorum* a etnogênese normanda dá-se concomitantemente em oposição e no mesmo plano de existência que as *gentes* franca, bretã, saxã, entre outras, não porque Dudo postula serem elas diferentes entre si em aspectos

culturais ou de comportamento, mas por definições políticas. Como estabelecido na escritura de Saint-Berneval de 966, os homens de Hugo Capeto são *franci*, pois seguem o *dux francorum*, da mesma forma que os homens de Ricardo I são *normanni*, pois devem sua lealdade ao *dux normannorum*.

Na análise de Ewan Johnson, o texto de Dudo de Saint-Quentin esforça-se constantemente por demonstrar como os francos, uma reconhecida e importante *gens* tardo-antiga, haviam perdido-se em seu caminho cristão e como os normandos, também descendentes de Tróia, que haviam passado por um interlúdio “bárbaro” na Dácia, haviam recontrado tal caminho e guiavam todo o *regnum francorum* na direção correta⁷¹⁹. E, como discutimos ao longo do capítulo um, há ainda grande discussão e indefinição entre os pesquisadores sobre que impacto a *Gesta Normannorum* pode ter tido em seu presente, tanto na busca por uma arregimentação das forças do ducado em torno dos rollonidas quanto no esforço de modificar a imagem que se tinha dos normandos no *regnum francorum*. É muito mais atestável, por outro lado, o impacto que a obra de Dudo e a tradição histórica normanda posterior que seu texto fundou tiveram sobre o imaginário franco e sobre o imaginário medieval mais amplo.

Salta aos olhos observar que, apesar do óbvio anacronismo que isso representa, os primeiros romances épicos e canções de *gesta* dos séculos XII e XIII acharam inconcebível retratar a *Francia* sem uma Normandia⁷²⁰, e a política do *regnum francorum* sem o distinto grupo normando. Na literatura vernacular, assim, seundo Matthew Bennett, os normandos ora apareciam como unidades no exército de Carlos Magno, ora como povos por ele conquistados, mas eram sempre inclusos na lista das várias regiões da *Francia*⁷²¹. E, de forma ainda mais interessante, seu líder prototípico era sempre o duque/conde da Normandia Ricardo, o Velho, devido à tradição de referir-se a Ricardo I como *vetulus* ou *senior* a fim de distingui-lo de Ricardo II⁷²². Representante dos normandos, Ricardo é um dos doze pares da *Francia* e luta valorosamente contra os pagãos, aparecendo sempre em posição de destaque entre os seguidores de Carlos Magno e sendo frequentemente consultado

⁷¹⁹ JOHNSON, *op. cit.*, p. 159-160.

⁷²⁰ CROUSH, *op. cit.*, p.23.

⁷²¹ BENNETT, Matthew, Stereotype Normans in Old French Vernacular Literature In: BROWN, Allen (Org). *Anglo-Norman Studies IX: Proceedings of the Battle Conference 1986*. Woodbridge: The Boydell Press, 1987, p. 29.

⁷²² *Ibid*, p. 31.

como conselheiro. Às vezes carregando um estandarte, posto representante de grande honra e responsabilidade, Ricardo é respeitado e valorizado na guerra, tal qual seus demais pares que representam as regiões da *Francia*.

Por fim, na análise de Matthew Bennett, não há um quadro claro ou consistente de uma *normannitas* na tradição vernacular franca, sendo mais fácil identificar os estereótipos de riqueza e covardia dos lombardos, da estupidez dos saxões e do orgulho dos sarracenos do que qualquer traço definitivo dentre os normandos⁷²³. Poucas obras, além disso, descrevem os normandos como extraordinários ou muito destacados dentre os representantes das regiões da *Francia*, assim como as retratações negativas feitas por alguns autores não são constantes o suficiente para constituir um estereótipo. A presença dos normandos e de seu líder simbólico Ricardo, o Velho em um período no qual nem mesmo Dudo de Saint-Quentin teria reivindicado existirem é o fator verdadeiramente significativo. Nos mostra, em suma, todo o poder político que pode residir na elaboração de uma competente narrativa histórica, e o quanto uma *normannitas* foi fomentada e constantemente (re)construída ao longo da história normanda. Instrumentalizada pelos rollonidas, a narrativa da *gens normannorum* reforçava a reivindicação de que não havia e nunca tinha havido uma *Francia* sem uma Normandia, e tampouco uma Normandia sem seus duques normandos.

⁷²³ Ibid, p. 42.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Lesley. Early Normandy. In BATES, DAVID (Ed.) **Anglo-Norman Studies XXXV: Proceedings of the Battle Conference 2012**. Suffolk: Boydell Press, 2013, p. 45-66.

ALLEN, Michael I. Universal History 300–1000: origins and western developments. DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Laiden: Brill, 2003, p. 17-42.

ALLEN, Richard. The Norman episcopate, 989-1110. Tese de Doutorado. University of Glasgow, Glasgow, 2009. Disponível em: < <http://theses.gla.ac.uk/1218/>> Acesso em: 10 ago. 2021.

BACHRACH S. Bernard, “Dudo of St Quentin and Norman Military Strategy c. 1.000” In: GILLINGHAM, John (Org). *Anglo-Norman Studies XXVI: Proceedings of the Battle Conference 2003*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004, p. 21 – 36.

BENNETT, Matthew. Stereotype Normans in Old French Vernacular Literature In: BROWN, Allen (Org). **Anglo-Norman Studies IX: Proceedings of the Battle Conference 1986**. Woodbridge: The Boydell Press, 1987, p. 25 – 42.

BURNS, James Henderson (Ed). **The Cambridge history of medieval political thought c. 350-c. 1450**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CANNING, Jospeh. **A history of medieval political thought: 300–1450**. Abingdon: Routledge, 2014.

CHIBNALL, Marjorie. **The Normans**. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.

CHRISTIANSEN, Eric. **Dudo of St Quentin. History of the Normans. Translation with introduction and notes**, Woodbridge: The Boydell Press, 1998.

CHRISTIANSEN, Eric. **Norsemen in the Viking Age**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.

CORRADINI, Richard; DIESENBERGER, Maximilian; REIMITZ, Helmut (Ed.). **The construction of communities in the early Middle Ages: Texts, Resources and Artefacts**. Laiden: Brill, 2003.

CROSS, Katherine Clare. Enemy and ancestor: viking identities and ethnic boundaries in England and Normandy, c. 950-c. 1015. Tese de Doutorado. UCL (University College London), Londres, 2014. Disponível em: < <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1417574/>> Acesso em: 10 ago. 2021.

CROUCH, David. **The Normans: the history of a dynasty**. Londres: A&C Black, 2002.

DAVIS, Ralph Henry Carless. **The Normans and their myth**. Londres: Thames and Hudson, 1976.

DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Laiden: Brill, 2003

DELIYANNIS, Deborah Mauskopf. Introduction. In. _____. (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Leiden: Brill, 2003, p. 1-13.

DETTMAN, Matheus B. R. De Bayeux a Laon: Ricardo, O Destemido e a construção de alianças políticas com escandinavos e francos. **Scandia**, n. 3, p. 595-624, 2020.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/scandia/article/view/53705/31302>> Acesso em: 10 ago. 2021.

DUDO DE SAINT-QUENTIN. **Dudo of St. Quentin's Gesta Normannorum – An English Translation**. trad. Felice Lifshitz, 1996. Disponível em:

<https://www.arlima.net/the-orb/orb_done/dudo/dudindexe.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DUDO DE SAINT-QUENTIN. **Gesta Normannorum seu de moribus et actis primorum Normanniae ducum**. org: Felice Lifshitz, 1996. Disponível em: <

https://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost11/Dudo/dud_no00.html> Acesso em: 10 ago. 2021.

FERNANDES, Fátima R. A construção teórica da supremacia régia em Portugal do século XIV: reflexões estruturais de uma pesquisa. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - APUH**, São Paulo, 2011.

FERNANDES, Fátima Regina. As Crônicas e as Chancelarias régias: a natureza e os problemas de aplicação das fontes medievais portuguesas. **Revista Ágora**, n. 16, p. 77-94, 2012.

FERNANDES, Fátima Regina. Discursos e estratégias de poder na Idade Média Peninsular. **Anais do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais**, 2009.

FERNANDES, Fátima R. "O Poder do Relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340". In: Guimarães, Marcella Lopes (Ed.) **Por Jorge! Por São Tiago! - Batalhas e narrativas Ibéricas medievais**, Curitiba: Editora UFPR, 2013, p. 87-119.

FRIGHETTO, Renan. Considerações sobre o conceito de gens e a sua relação com a idéia de identidade nobiliárquica no pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII). **Imago temporis**, v. 6, n. 6, p. 420-439, 2012.

FRIGHETTO, Renan. Relações e distinções dos conceitos de *gens* e *populus* e a construção de uma *identidade nobiliárquica* na *Hispania* visigoda na Antiguidade Tardia (Séculos VI - VII). In **Fronteiras e Identidades no Império Romano: Aspectos Sociopolíticos e Religiosos**. Vitória: GM Editora, p. 177-208, 2015.

GILLET, Andrew. "Etnogenesis: A Contested Model of Early Medieval Europe". **History Compass** v. 4, n. 2, 2006, p. 241 - 260

GILLET, Andrew, Introduction: Ethnicity, History and Methodology. In: GILLET, Andrew (Ed.). *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the early Middle Ages*. Turnhout: Brepols Publishers, 2002, p. 1-18.

GILLET, Andrew. The Goths and the Bees in Jordanes: A Narrative of No Return. In: BURKE, John et al (Ed.) **Byzantine Narrative**. Melbourne: Australian Association for Byzantine Studies, 2006, p. 149 - 163

GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter (Ed.). **Regna and gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world**. Leiden: Brill, 2003, p. 1-11.

GOETZ, Hans-Werner. Introduction. In. _____; JARNUT, Jörg; POHL, Walter (Ed.). **Regna and gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world**. Leiden: Brill, 2003, p. 1-11.

GOETZ, Hans-Werner. *Gens*, kings and kingdoms: the Franks. In. _____; JARNUT, Jörg; POHL, Walter (Ed.). **Regna and gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world**, Brill, 2003, p. 307-344.

GOETZ, Hans-Werner. *Gens*. Terminology and perception of the 'Germanic' peoples from late antiquity to the early Middle Ages. In. CORRADINI, Richard; DIESENBERGER, Maximilian; REIMITZ, Helmut (Ed.). **The construction of communities in the early Middle Ages: Texts, Resources and Artefacts**. Leiden: Brill, 2003, p. 39-64.

GOFFART, Walter, Jordane's *Getica* and the Disputed Authenticity of Gothic Origins from Scandinavia. **Barbarian tides: the migration age and the later Roman Empire**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006, p. 56 - 72

GREEN, Steven S., "Rollo the Viking: His Origin Among the Norwegians of the Atlantic Islands", 2018. Disponível em: <www.academia.edu/36551954/Rollo_the_Viking_his_origin_among_the_Norwegians_of_the_Atlantic_islands> Acesso em: 10 ago. 2021.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. O discurso cronístico e a narrativa histórica. MARCHINI NETO, Dirceu e NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Ed). **A Idade Média: entre a história e a historiografia**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012, p. 53-77.

HAGGER, Mark. Confrontation and Unification: Approaches to the Political History of Normandy, 911–1035. **History Compass**, v. 11, n. 6, p. 429-442, 2013.

HAGGER, Mark. How the west was won: the Norman dukes and the Cotentin, c. 987–1087. **Journal of Medieval History**, v. 38, n. 1, p. 20-55, 2012.

HAGGER, Mark. Secular law and custom in ducal Normandy, c. 1000–1144. **Speculum**, v. 85, n. 4, p. 827-867, 2010.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. São Paulo: Authentica Editora, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. São Paulo: Autentica, 2013.

HEFFERNAN, Thomas J.. Christian Biography: Foundation to maturity. In DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Laiden: Brill, 2003, p. 115-154.

HELMERICH, Robert (Ed). *the planctus for william longsword*. Disponível em: <<http://vlib.iue.it/carrie/documents/planctus/planctus/index.html>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HICKS, Leonie V. The concept of the frontier in Norman chronicles: a comparative approach. In: STRINGER, K.; JOTISCHKY, A. (Ed). **Norman Expansion: Connections, Continuities and Contrasts**. Farnham: Ashgate, 2013, p. 143-164.

HUISMAN, Gerda C. Notes on the Manuscript Tradition of Dudo of St Quentin's *Gesta Normannorum*. In: BROWN, R. Allen (Ed). **Anglo-Norman Studies VI: Proceedings of the Battle Conference 1983**. Suffolk: Boydell Press, 1984, p. 122-135.

JAEGER, Stephen. Dudo of St. Quentin and Saxo Grammaticus: Historiography in Two Phases of Charismatic Culture. In. ÜNSTER-SWENDSEN, Mia; HEEBØLL-HOLM, Thomas Kristian; SØNNESYN, Sigbjørn Olsen (Ed). **Historical and Intellectual Culture in the Long Twelfth-Century: The Scandinavian Connection**, Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/11916365/Dudo_of_St._Quentin_and_Saxo_Grammaticus_Historiography_in_Two_Phases_of_Charismatic_Culture> Acesso em: 10 ago. 2021.

JOHNSON, Ewan. Origin myths and the construction of medieval identities: Norman chronicles 1000-1100. In: CORRADINI, Richard et al. **Texts and Identities in the Early Middle Ages**, vol. 12. Viena: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2006, p. 153-164.

KASPERSKI, Robert. "Ethnicity, Ethnogenesis, and the Vandals: Some Remarks on a Theory of Emergence of the Barbarian gens". **Acta Poloniae Historica**, v. 112, 2015, p. 201 - 242

KING, P.D.. The Barbarian Kingdoms: In: BURNS, James Henderson (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought c. 350-c. 1450**. Cambridge University Press, 1988, p. 123-153.

LAIR, Jules Auguste et al. (Ed.). **De moribus et actis primorum Normanniae ducum**. Caen: Le Blanc-Hardel, 1865.

LAIR, Jules. **Étude sur la vie et la mort de Guillaume Longue-épée, duc de Normandie** (Paris: Picard, 1893), 61-70. In: HELMERICHS, Robert (Ed). **The Planctus for William Longsword**. Disponível em: <<http://vlib.iue.it/carrie/documents/planctus/planctus/index.html>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LAKE, Justin. Authorial Intention in Medieval Historiography. **History Compass**. v. 12, n. 4, p. 344-360, 2014.

LAKE, Justin. Current Approaches to Medieval Historiography. **History Compass**, n. 13, vol. 3, p. 89-109, 2015.

LAKE, Justin. Truth, plausibility and the virtues of narrative at the millennium. **Journal of Medieval History**, n.35, p. 221-238, 2009.

LANGER, Johnni (Org.). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. 1 ed. São Paulo: Hedra, 2017

LIFSHITZ, Felice. The migration of Neustrian relics in the Viking Age: the myth of voluntary exodus, the reality of coercion and theft. **Early Medieval Europe**, v. 4, n. 2, p. 175-192, 1995.

LOUD, Graham A. The Gens Normannorum—myth or reality?. **Anglo-Norman Studies**, v. 4, p. 104-116, 1981.

MARKUS, R.A.. The Latin Fathers, In: BURNS, James Henderson (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought c. 350-c. 1450**. Cambridge University Press, 1988, p. 92-122.

MATLIS, Corinna Maxine Carol. Legitimacy through Literature: Political Culture in Early Eleventh-Century Rouen. Tese de Doutorado. Cornell University, Ithaca, 2017. Disponível em: <<https://ecommons.cornell.edu/handle/1813/51650>> Acesso em: 10 ago. 2021.

MCNAIR, Fraser. The politics of being Norman in the reign of Richard the Fearless, Duke of Normandy (r. 942 - 996). In: **Early Medieval Europe 2015** vol. 23, ed. 3, p. 308-328. Hoboken: John Wiley & Sons Ltd. 2015.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. São Paulo: Edusc, 2004.

MORTENSEN, Lars Boje, “Stylistic Choice in a Reborn Genre. The National Histories of Widukind of Corvey and Dudo of St. Quentin”. In: GATTI, Paolo; Degl’Innocenti (Org.). *Dudone di San Quintino*. Trento: Editrice Università degli Studi di Trento, 1995, p. 77-102.

MURRAY, Alexander Callander. Reinhard Wenskus on 'Ethnogenesis', Ethnicity and the Origins of the Franks In: GILLET, Andrew (Ed.). *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the early Middle Ages*. Turnhout: Brepols Publishers, 2002, p. 39-68.

NATARIO, Thiago B. "“Como Lobos Sobre Cordeiros”: a Gesta Normannorum de Dudo de St-Quentin e a Construção Retórica de uma Hegemonia Bélica, Política e Espiritual dos Duques da Normandia nos Séculos X e XI”. Monografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <
http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2017/12/Monografia_final.pdf >
 Acesso em: 10 ago. 2021.

NELSON, Janet. Kingship and Empire. In: BURNS, James Henderson (Ed.). **The Cambridge history of medieval political thought c. 350-c. 1450**. Cambridge University Press, 1988, p. 211-251.

PETTS, David. Churches and Lordship in Western Normandy, ad 800-1200. In: SÁNCHEZ PARDO, José Carlos; SHAPLAND, Michael G. (Ed). **Churches and Social Power in Early Medieval Europe: Integrating Archaeological and Historical Approaches**. Turnhout: Brepols, 2015. p. 297-328.

POHL, Benjamin. Poetry, punctuation and performance: Was there an aural context for Dudo of Saint-Quentin's *Historia Normannorum*?. **Tabularia. <<Études>>**, nº 16, 2016, p. 177-216.

POHL, Walter; REIMITZ, Helmut (Ed.). **Strategies of Distinction: the construction of Ethnic Communities, 300-800**. Leiden: Brill, 1998.

POHL, Walter. Ethnicity, Theory and Tradition: A Response. In: GILLET, Andrew (Ed.). *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the early Middle Ages*. Turnhout: Brepols Publishers, 2002, p. 221-239.

POHL, Walter, Introduction: Ethnicity, Religion and Empire In: POHL, Walter, GANTNER, Clemens, PAYNE, Richard (Ed.) **Visions of Community in the Post-Roman World: The West, Byzantium and the Islamic World, 300-1100**, Farnham: Ashgate, 2012, p. 1-30.

POHL, Walter. Introduction: Strategies of Distinction. In: _____; REIMITZ, Helmut (Ed.). **Strategies of Distinction: the construction of Ethnic Communities, 300-800**. Leiden: Brill, 1998, p. 1-15.

POHL, Walter. The construction of communities and the persistence of paradox: an introduction. In: CORRADINI, Richard; DIESENBERGER, Maximilian; REIMITZ, Helmut (Ed.). **The construction of communities in the early Middle Ages: Texts, Resources and Artefacts**. Leiden: Brill, 2003, p. 1-15.

POTTS, Cassandra. **Monastic revival and regional identity in early Normandy**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 1997

PIZARRO, Joaquin Martínez. Ethnic and National History ca. 500 - 1000. In: DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Laiden: Brill, 2003, p. 43-87.

SALOR, Eustaquio Sánchez. **Historiografía Latino-Cristiana: principios, contenido, forma**. Roma: L'Emma di Bretschneider, 2006.

SÁNCHEZ, Pedro Juan Galán. **El género historiográfico de la chronica: las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.

SCATOLIN, Adriano (Trad.). A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-19022010-165443/publico/ADRIANO_SCATOLIN.pdf>

SCHMAUDER, Michael. The relationship between frankish *gens* and *regnum*: a proposal based on the archeological evidence. In. GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter (Ed.). **Regna and gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world**, Leiden: Brill, 2003, p. 271-306.

SEARLE, Eleanor. Fact and pattern in heroic history: Dudo of Saint-Quentin. **Viator**, v. 15, p. 119-138, 1984.

SHELTON, Graham. Ethnopoiesis in Early Normandy. Tese de Doutorado. Appalachian State University, Boone, 2018. Disponível em: <https://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Shelton%20Thesis_Summer%202018.pdf> Acesso em: 10 ago. 2021.

SHOPKOW, Leah. Dynastic History. In: DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Laiden: Brill, 2003, p. 217-248.

SHOPKOW, Leah. **History and community: Norman historical writing in the eleventh and twelfth centuries**, Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1997.

SHOPKOW, Leah. The Carolingian World of Dudo of Saint-Quentin. **Journal of Medieval History**, v. 15, n. 1, p. 19-37, 1989.

SOT, Michael. Local and institutional history (300 - 1000). DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (Ed). **Historiography in the Middle Ages**. Laiden: Brill, 2003, p. 89-114.

STANISLOSOKI, Maikelly. O medo do mar e as tensões entre cristãos e normandos no relato de Dudon de Saint Quentin e suas relações com o imaginário coletivo medieval durante o ano 1000. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/66956>>. Acesso em 10 ago. 2021.

SWAIN, Brian. "Jordanes and Virgil: A Case Study of Intertextuality in the *Getica*". **The Classical Quarterly, New Series**, vol. 60, n. 1, 2010, p. 243-249.

TAYLOR, Alice. Homage in the Latin Chronicles of Eleventh- and Twelfth Century Normandy. In: BATES, David; D'ANGELO, Edoardo; VAN HOUTS, Elisabeth (Ed.) **People, Texts and Artefacts: Cultural Transmission in the Norman Worlds of the Eleventh and Twelfth Centuries**. Londres: Institute of Historical Research, 2017, p. 231- 252.

TEN HARKEL, Letty. The Vikings and the Natives: Ethnic Identity in England and Normandy, c. 1000 AD. In: KOOPER, Erik (Ed) **The Medieval Chronicle IV**, Amsterdam: Rodopi, 2006, p. 177-190.

WALLACE-HADRILL, John Michael. **El Occidente Bárbaro 400-1000**, Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2014.

VAN HOOFF, Lieve. "Vergilian Allusions in the *Getica* of Jordanes". **Latomus**, v. 78, n. 1, p. 170 - 185, 2019

VAN HOUTS, Elisabeth. "Scandinavian Influence in Norman Literature of the Eleventh Century". In: BROWN, R. Allen (Ed). **Anglo-Norman Studies VI: Proceedings of the Battle Conference 1983**. Woodbridge: The Boydell Press, p. 107-121, 1984.

VAN HOUTS, Elisabeth. **The Normans in Europe**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

WEILER, Björn. Describing Rituals of Succession and the Legitimation of Kingship in the West, ca. 1000–ca. 1150. In: BEIHAMMER, Alexander; CONSTANTINO, Stavroula; PARANI, Maria G (Ed) **Court Ceremonies and Rituals of Power in Byzantium and the Medieval Mediterranean**. Leiden: Brill, 2013. p. 115-140.

WEILER, Björn. The *Rex Renitens* and the Medieval Idea of Kingship, ca. 900-ca. 1250. **Viator**, v. 31, p. 1-42, 2000.

WHITWORTH, Victoria Thompson. Trickster, Convert, Martyr, Saint: Four Ways of Dying in Dudo of St. Quentin's History of the Normans. Disponível em: <https://www.academia.edu/2382929/Trickster_Convert_Martyr_Saint_Four_Ways_of_Dying_in_Dudo_of_St._Quentin_s_History_of_the_Normans>. Acesso em: 10 ago. 2021.